

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

**GUERRA VIVA, GUERRA JUSTA, GUERRA BRASÍLICA:
A GÊNESE MILITAR DO BRASIL NA HISTORIOGRAFIA DOS
SÉCULOS XVI E XVII, NA HISTORIOGRAFIA MILITAR
BRASILEIRA E NA NOVA HISTÓRIA MILITAR**

CARLOS ALBERTO DE GODOY GUANAES

**TESE DE DOUTORAMENTO EM ESTUDOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

Setembro de 2023

**GUERRA VIVA, GUERRA JUSTA, GUERRA BRASÍLICA:
A GÊNESE MILITAR DO BRASIL NA HISTORIOGRAFIA DOS
SÉCULOS XVI E XVII, NA HISTORIOGRAFIA MILITAR
BRASILEIRA E NA NOVA HISTÓRIA MILITAR**

CARLOS ALBERTO DE GODOY GUANAES

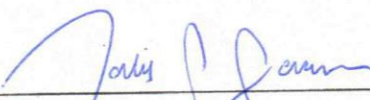
**TESE DE DOUTORAMENTO EM ESTUDOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

Setembro de 2023

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Carlos Alberto de Godoy Guanaes

Lisboa, 18 de setembro de 2023

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,



Diogo Ramada Curto

Lisboa, 18 de setembro de 2023

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em Relações Internacionais na Área de Especialidade em Estudos sobre a
Globalização, realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor Diogo Ramada Curto.

AGRADECIMENTOS

Ao meu seguro e paciente orientador, por entender as particularidades de um estudo abrangendo um território tão vasto como o que constituiu a América Portuguesa.

À minha esposa, que me acompanhou sempre em cada linha deste trabalho.

Ao meu filho, que compartilhou comigo inúmeras horas na discussão dos assuntos pertinentes ao tema.

À minha família, pela compreensão e apoio.

**GUERRA VIVA, GUERRA JUSTA, GUERRA BRASÍLICA:
A GÊNESE MILITAR DO BRASIL NA HISTORIOGRAFIA MILITAR DOS SÉCULOS XVI E XVII, NA
HISTORIOGRAFIA MILITAR BRASILEIRA E NA NOVA HISTÓRIA MILITAR**

CARLOS ALBERTO DE GODOY GUANAES

RESUMO

O projeto de ocupação e manutenção da América portuguesa demandou dos portugueses um projeto único, que foi se desenvolvendo através de constantes e criativas adaptações para superar os hercúleos obstáculos que se sucediam: rebeliões de nativos; invasões externas de menor e maior porte; corsários. O sucesso desse empreendimento foi possível graças a adaptação das forças militares portuguesas aos desafios do trópico. A necessidade e a criatividade propiciaram um recrutamento singular, valendo-se dos braços disponíveis: mestiços, nativos e negros escravos; além de um sofisticado sistema de recompensas que impulsionava cada conquista.

O Exército Brasileiro, utilizando-se da representatividade de um dos eventos militares mais relevantes da América portuguesa, a Batalha de Guararapes, instituiu a união de brancos, negros e índios para a expulsão dos holandeses, como o “mito de criação”, não só daquela Instituição, como também do sentimento nacionalista brasileiro.

Partimos dessa premissa para investigar sua autenticidade na historiografia militar da América portuguesa escrita nos séculos XVI e XVII. Todavia, novas linhas de investigação surgidas deste estudo inicial nos encaminharam para buscar outras narrativas – como a visão dos historiadores franceses e holandeses sobre aqueles episódios; bem como as narrativas sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa - escritos após esse período.

O estudo comparado de versões tão divergentes da história nos direciona a questionar o intuito de cada historiador ao criar sua narrativa, atendendo aos interesses ideológicos, materiais e culturais de seu tempo. Conhecer a diversidade dessas narrativas enriquece a discussão sobre a origem da nacionalidade brasileira, bem como sobre a

pluralidade de povos que a constituíram. Entender essa pluralidade pode nos levar a buscar políticas de inclusão para a solução dos problemas nacionais, aproximando vertentes hoje tão divididas política e socialmente. Este é o objetivo e a relevância deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia militar da América Portuguesa, Historiografia militar do Brasil, Nova História Militar do Brasil, escravidão, nacionalidade.

**GUERRA BRASÍLICA, GUERRA JUSTA, GUERRA VIVA:
A GÊNESE MILITAR DO BRASIL NA HISTORIOGRAFIA MILITAR DA AMÉRICA PORTUGUESA
DOS SÉCULOS XVI E XVII, NA HISTORIOGRAFIA MILITAR BRASILEIRA E NA NOVA HISTÓRIA
MILITAR**

CARLOS ALBERTO DE GODOY GUANAES

ABSTRACT

The project of occupation and maintenance of Portuguese America demanded from the Portuguese a unique project, which was developed through constant and creative adaptations to overcome the herculean obstacles that followed one another: native rebellions, minor and significant external invasions, and privateers. The success of this venture was possible thanks to adapting the Portuguese military forces to the challenges of the tropics.

Necessity and creativity provided a unique recruitment, taking advantage of the available arms: mestizos, natives, and enslaved Black people, and a sophisticated system of rewards that boosted each achievement.

The Brazilian Army, using the representativeness of one of the most relevant military events of Portuguese America, the Battle of Guararapes, instituted the union of whites, blacks, and Indians to expel the Dutch as the “myth of creation” from that institution and the Brazilian nationalist sentiment.

From this premise, we investigate the myth authenticity in the military historiography of Portuguese America in the 16th and 17th centuries. However, new lines of investigation arising from this initial study led us to look for other narratives – such as the view of French and Dutch historians on those episodes and narratives about the first two centuries of Portuguese America - written after that period.

The comparative study of such divergent versions of history directs us to question the intention of each historian when creating their narratives, meeting the ideological, material, and cultural interests of their time. Knowing the diversity of these narratives

enriches the discussion on the origin of Brazilian nationality and the plurality of peoples that constituted it.

The purpose and relevance of this work are to understand this plurality, which can lead us to seek inclusion narratives bringing aspects that are so politically and socially divided today.

Keywords: Military historiography of Portuguese America, Military historiography of Brazil, New Military History of Brazil, slavery, nationality.

Índice

Declarações	ii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vii
Índice	vi
Lista de Figuras	xii
Lista de Acrônimos e Siglas	xiii
1. Introdução	1
1.1. Motivação	3
1.2. Objetivos e formulação do problema	4
1.3. Metodologia	5
1.4. Estrutura da tese	6
2. Capítulo I – Escolas da Historiografia	9
2.1. A História Medieval (Séculos V ao XV)	11
2.2 A Historiografia dos Séculos XVI e XVII	13
2.3. A Historiografia do Século XIX	15
2.4. A Historiografia do Século XX	20
2.5. A História Militar	27
2.5.1. A História Militar Tradicional	27
2.5.2. A Nova História Militar	30
3. Capítulo II – A Historiografia dos dois primeiros Séculos da América Portuguesa efetivamente escrita nos Séculos XVI e XVII	33
3.1. A Historiografia Militar dos dois primeiros Séculos	34
3.2. A Historiografia do Reconhecimento (Viajantes e Jesuítas)	35
3.2.1. O Reconhecimento dos Viajantes	35
3.2.2. O Reconhecimento dos Jesuítas	41
3.3. Os cronistas quinhentistas: propaganda migratória e “profecia do desastre”	43
3.4. A historiografia da luta contra os franceses	46
3.4.1. A França Antártica	47

3.4.2. A França Antártica: versão francesa	50
3.4.2.1. André Thévet	51
3.4.2.2. Jean de Léry	54
3.4.3. A França Equinocial e a Jornada do Maranhão	60
3.4.4. A França Equinocial (versão francesa)	72
3.4.4.1. D’Abeville	73
3.4.4.2. Yves d’Evreux	76
3.5. A historiografia da luta contra os holandeses	83
3.5.1. Versão dos religiosos portugueses	87
3.5.1.1. Manuel Severim de Faria	87
3.5.1.2. Manuel Calado	90
3.5.1.3. Raphael de Jesus	96
3.5.1.4. Frei Vicente	111
3.5.2. Versões militares portuguesas	115
3.5.2.1. D. Francisco de Melo	115
3.5.2.2. D. Luiz de Menezes	117
3.5.3. A versão holandesa	129
3.5.3.1. Johannes de Laet	132
4. CAPÍTULO III – A Historiografia sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa escrita entre o século XVIII e a Proclamação da República	136
4.1 Narrativas do Século XVIII e início do Século XIX	136
4.1.1. Sebastião da Rocha Pitta	136
4.1.2. José de Miralles	138
4.1.3. Robert Southey	143
4.2 Arcabouço teórico da Nacionalidade - Benedict Anderson	149

4.3. O Mito da Fundação Nacional do Brasil no Século XIX	154
4.3.1. Von Martius	154
4.3.2. Varnhagen	158
5. CAPÍTULO IV – A Historiografia Militar Brasileira	176
5.1 Leopoldo de Freitas (1911)	179
5.2 Genserico Vasconcelos (1921)	185
5.3 Danton Teixeira (1934)	192
5.4 Gustavo Barroso (1935)	194
5.5 Aurélio Alces de Souza Ferreira (1945)	199
5.6 Aliatar Loreto (1946)	211
5.7 Pedro Cordolino (1952)	219
5.8 João Batista Magalhães (1958)	220
5.9 Francisco Cidade de Paula (1959)	226
5.10 Nelson Werneck Sodré (1965)	233
5.11 ECEME – Versão Oficial do Exército Brasileiro (1972)	248
6. CAPÍTULO V – A Nova Historiografia Militar Brasileira	259
6.1. Narrativas revisionistas	259
6.1.1. Gilberto Freire	259
6.1.2. Charles Boxer	262
6.1.3. Orlando Patterson	265
6.2. A Nova História Militar Brasileira	270
7. CONCLUSÕES	314
8. BIBLIOGRAFIA	326

Lista de Figuras

Figura 1 – Reprodução da Tela “A Batalha de Guararapes”, de Victor Meirelles, 1879, disponível no site do Comando Militar do Sul (CMS), <https://cms.eb.mil.br/index.php/home-2/missao-e-visao-de-Futuro?view=article&id=9766&catid=9> 1

Figura 2 – Reprodução da Tela “Independência ou Morte”, de Pedro Américo, 1888, disponível no site do Senado Federal <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/7-curiosidades-sobre-o-quadro-independencia-ou-morte> 1

Lista de Acrônimos e Siglas

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
EB	Exército Brasileiro
CMSE	Comando Militar do Sul
CMSE	Comando Militar do Sudeste
Comdo 2ª RM	Comando da 2ª Região Militar
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
AHIMTB	Academia de História Militar Terrestre do Brasil
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PHNG	Parque Histórico Nacional dos Guararapes

1. Introdução

Em 19 de Abril de 1994, então com a patente de 1º Tenente, participei da 1ª formatura oficialmente instaurada em comemoração ao “Dia do Exército Brasileiro”. O saguão do Quartel General do Comando Militar do Sudeste, onde se deu o evento, é ornado em suas paredes laterais com a reprodução de duas das telas do século XIX, ambas das mais expressivas da história militar e da própria identidade brasileira: de um lado, a Batalha dos Guararapes, de Victor Meirelles; do outro, Independência ou morte, de Pedro Américo.



Figura 1 - Batalha de Guararapes, Victor Meirelles, 1879

Fonte: <https://cms.eb.mil.br/index.php/home-2/missao-e-visao-de-Futuro?view=article&id=9766&catid=9>



Figura 2 - Independência ou Morte, Pedro Américo, 1888

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/7-curiosidades-sobre-o-quadro-independencia-ou-morte>

A batalha de Guararapes foi travada em 19 de abril de 1648 e representa, na historiografia militar brasileira, o ponto de virada para a expulsão dos holandeses da América portuguesa. Na reprodução do artista da Academia Imperial, vê-se, ao centro do quadro, o Mestre de Campo do Exército português, André Vidal de Negreiros, subjugando o coronel holandês Keemer; as tropas do índio Felipe Camarão e do negro Henrique Dias ocupam as laterais da tela; as três raças formadoras do povo, da nacionalidade brasileira e do Exército derramaram o seu sangue em prol da libertação do Brasil, conforme exalta o Decreto que deu origem à “Ordem do Dia”, texto com o qual abrimos este capítulo. No outro quadro, do também artista da Academia Imperial Pedro Américo, D. Pedro I (em Portugal, Pedro IV) é representado no dia 7 de setembro de 1822, levantando sua espada e decretando o fim da América portuguesa. Nascia, naquele momento, a nova nação brasileira. O monarca está acompanhado de sua Guarda Real, composta de homens brancos paramentados com capacetes de dragões. Um homem do povo assiste a cena, à margem

dos acontecimentos. A ocorrência simultânea da audição da locução “dos nossos primeiros heróis em uma espontânea fusão de raças, conjurados pela Soberania Nacional”, com a visão da representação dos dois quadros, gera no ouvinte-espectador uma série de questionamentos: Por que índios e negros, que são reverenciados (ainda que em segundo plano) na reprodução do evento do século XVII, desapareceram na reprodução do evento do século XIX? Se a gênese do Exército Brasileiro, assim como a da própria nacionalidade brasileira, se deu naquele evento do século XVII, por que o Brasil permaneceu por mais dois séculos como colônia portuguesa? Se os negros se emanciparam lutando pela nação brasileira em Guararapes, por que permaneceram como escravos por mais dois séculos? Se os índios se emanciparam lutando pela nação brasileira em Guararapes, por que permaneceram como escravos por mais um século (isso porque foram substituídos pelos negros)? Quais os objetivos dessa narrativa da formação da identidade nacional? Quais os objetivos desse mito de formação do Exército Brasileiro?

Tentando buscar respostas a esses questionamentos, nos propusemos a pesquisar a Historiografia da América Portuguesa, não só a efetivamente escrita no período, como as narrativas acrescentadas nos séculos posteriores.

Partindo no contexto iniciado nas grandes navegações e na ocupação do corredor do Atlântico sul, que dava aos portugueses o acesso marítimo às Índias, percebemos as nuances que determinaram as características diferenciadas da atividade militar da América portuguesa, assim como o modelo adotado para que essa atividade se tornasse possível. Diogo Ramada Curto, meu paciente orientador, salientou em um de seus trabalhos que “O caso brasileiro foi o único exemplo de ocupação territorial sustentada de uma colônia pelos portugueses durante o longo período do século XVI ao século XVIII” (Curto e Bethencourt, *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, 2010) Esse “exemplo único” só foi possível com a formação de uma força militar compatível com os três fatores que definiram o projeto imperial na América portuguesa, e que foi se adequando, dentro das possibilidades e exigências que se alternavam em cada um desses fatores, conforme nos enumera Diogo Ramada: o combate aos franceses, que lhe disputavam a posse do território; a busca de minerais preciosos, seguindo o exemplo do que os exploradores espanhóis fizeram em Potosí; e a obtenção de uma nova fonte de renda que equilibrasse as receitas deficitárias com a primeira crise da Índia. (idem, 2010)

1.1. Motivação

A narrativa constante na tradicional História Militar do Brasil reflete, num primeiro momento, a ideologia do 2º reinado, momento em que foi “criada” a identidade nacional brasileira. Segundo a tradição orientada por Von Martius (*Como se deve escrever a história do Brasil*, 1845), a história brasileira deveria ser feita enaltecendo a formação do nosso povo baseado na união das três raças, com a predominância do europeu-português; e reservando-se de “qualquer ideia republicana”. Alegava, naquele momento, contradizendo seus argumentos referentes a uma união racial, que só a monarquia poderia prevalecer em um país onde há um número tão grande de escravos.” (p. 54, grifo nosso) Ou seja, a tônica eurocêntrica, contraditória em relação a pluralidade racial e avessa a alguns ideais democráticos constituem a visão tradicional da história do Brasil. Essa visão é geralmente defendida nos grupos da direita política, especialmente pelos extremistas.

Em oposição a essa visão, uma revisão da história após os anos 1930, promovida por acadêmicos, notadamente os oriundos das ciências sociais, conceitua a história militar tradicional como a “história-batalha”. Consideram que ela traz poucas contribuições ao estudo da história e à sociedade. Os mais extremistas, de formação marxista, advogam pela sua extinção.

Sem a intenção de defender a visão tradicionalista, ou mesmo a visão contemporânea revisionista, a relevância deste estudo vem da contabilização da diversidade narrativa sobre a nacionalidade brasileira, construída no imaginário por meio da sua gênese militar. Procuraremos demonstrar que o conhecimento de variadas origens e motivações, emanado dos vários atores que contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira, é um forte argumento para a aproximação das vertentes políticas que se distanciam no país.

Para um posicionamento mais adequado diante dos graves problemas socioeconômicos que assolam a sociedade, há de se buscar um entendimento histórico amparado por metodologias que dirimam ideologias e discussões apaixonadas. Conhecer as diferentes narrativas, bem como a pluralidade de atores envolvidos, é um passo importante para discuti-las.

1.2 Objetivos e formulação do problema

Para responder às questões que disponibilizamos na introdução deste trabalho, foi preciso mergulhar na historiografia militar da América portuguesa. A formulação do problema pode ser sintetizada no seguinte questionamento: em que momento, na narrativa da América portuguesa escrita nos séculos XVI e XVII, se deu o reconhecimento do surgimento de um sentimento nacionalista brasileiro e o reconhecimento da formação de um Exército “brasileiro”? A narrativa portuguesa reconhece o mito de formação do Exército brasileiro durante a expulsão do invasor holandês em Guararapes? Se essa hipótese for refutada, segundo a metodologia que nos propusemos a fazer, descrita no tópico seguinte, qual o real momento, em que essa versão “brasileira” é incorporada na historiografia da América portuguesa? Com que intenção?

Outro objetivo deste trabalho, igualmente relevante, é pesquisar a importância da adaptação das atividades militares no processo da implantação do projeto imperial na América portuguesa, com todos os fatores que lhe foram proporcionados e “inventados”, como a utilização de nativos e negros escravos para a defesa do território contra os próprios nativos, em um primeiro momento; nas ações de polícia, como a caça aos escravos foragidos, as ações contra os inimigos externos: corsários ingleses, invasões francesas, invasões holandesas.

A identificação desse projeto militar exclusivo da América portuguesa será mais rica na medida em que possamos trazer outras versões de suas narrativas, como as estrangeiras envolvidas nos processos de tentativa de tomada do território, as versões de cunho nacionalista do século XIX, as versões tradicionais do século XX e a onda revisionista contemporânea. Acreditamos que conhecer essa pluralidade de narrativas é muito importante para que a sociedade brasileira conheça a riqueza de sua história.

1.3. Metodologia

Utilizaremos nesta pesquisa, como forma de responder ao problema formulado, o método Hipotético-Dedutivo proposto por Dopper (Marconi e Lakatos, 2003, P. 95):

1. Problema que surge de expectativas ou dados existentes;
2. Solução proposta consistindo numa conjectura;
3. Testes de falseamento e reformulação do problema.

Ou seja:

1. partiremos da hipótese de que a narrativa da América portuguesa escrita nos séculos XVI e XVII, reconheceu o surgimento de um sentimento nacionalista brasileiro e o reconhecimento da formação de um Exército “brasileiro”; bem como narrativa portuguesa reconhece o mito de formação do Exército brasileiro durante a expulsão do invasor holandês em Guararapes.

2. Testaremos a hipótese, buscando o momento no qual a narrativa portuguesa reconhece o surgimento de um sentimento nacionalista brasileiro e o reconhecimento da formação de um Exército “brasileiro”

3. Caso a hipótese seja refutada, reformularemos a hipótese, buscando o momento procurado nas narrativas escritas nos períodos seguintes aos séculos XVI e XVII.

Por sua vez, a operacionalização da validação/refutação da hipótese será exercida através da revisão bibliográfica. Para cumprir tal objetivos, analisaremos, no primeiro momento, a revisão da historiografia dos dois primeiros séculos da América portuguesa; caso a hipótese seja refutada, buscaremos a resposta em nova revisão bibliográfica na historiografia dos séculos XVIII e XIX sobre os dois séculos anteriores; e, no caso de não encontrarmos resposta satisfatória conclusiva, seguiremos na revisão da historiografia dos séculos XX e XXI, escritas sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa.

Para o estudo das mercês, como sistema eficaz de recompensas das conquistas militares aos súditos do Império português, nos valeremos também da pesquisa primária na documentação encontrada na Torre do Tombo, em Lisboa. Interessa-nos particularmente as três primeiras caixas do Códice Brasil-Geral, que cobrem os dois primeiros séculos da América portuguesa.

1.4. Estrutura da Tese

Seguiremos neste trabalho a seguinte estrutura:

Capítulo I – Escolas da Historiografia

Capítulo II – A Historiografia dos dois primeiros séculos da América Portuguesa efetivamente escrita nos dois primeiros Séculos (XVI e XVII): Historiografia militar do reconhecimento, da ocupação do território e das invasões francesas e holandesas.

Capítulo III – A Historiografia sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa escrita entre o século XVIII e a Proclamação da República: a 1ª História Militar do Brasil, autores estrangeiros, o mito de formação da nacionalidade e do Exército Brasileiro na formação da identidade nacional no 2º Reinado, Comunidade Imaginada e Morte Social.

Capítulo IV – A Historiografia sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa escrita entre a Proclamação da República (1889) e o fim da Ditadura Militar (1985) – A Historiografia Militar Brasileira tradicional

Capítulo V - A Historiografia sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa escrita após a redemocratização do Brasil (1985) - A Nova História Militar Brasileira

No primeiro capítulo, revisaremos a Historiografia do mundo ocidental: seu conceito e suas escolas, visando apontar as características e limitações de cada uma, ao refletir os valores das épocas nas quais estavam inseridas; buscamos ainda os conceitos de História Militar e da Nova História Militar. Destacam-se a visão religiosa da Idade Média, que se refletiu nas narrativas jesuítas no Brasil, bem como autores que influenciaram as narrativas nacionalistas do século XIX, como as do historiador francês Jules Michelet.

O segundo capítulo tem como objetivo a discussão da produção historiográfica efetivamente escrita nos dois primeiros séculos da América portuguesa, notadamente sobre as características das atividades militares que proporcionaram o sucesso do projeto imperial português no Brasil. Buscamos aqui validar (ou refutar) a Hipótese do trabalho, ou seja, identificar o momento da narrativa portuguesa no qual ela reconhece o surgimento de um sentimento nacionalista brasileiro e a consequente validação do mito de formação do Exército brasileiro durante a expulsão do invasor holandês. É particularmente relevante neste tópico a descrição da composição das forças irregulares que se formaram para a

defesa do território (moradores, mestiços, índios e negros), bem como daquelas que se juntaram aos inimigos da coroa portuguesa (ou ibérica, em determinado período). De igual importância é a identificação do novo modelo de combate tropical – a Guerra Brasílica, e o grau de importância que a narrativa portuguesa lhe atribui. Identificamos que a narrativa militar foi se adaptando às diferentes características de cada período da América portuguesa, passando pelo reconhecimento da nova terra, pela ocupação do território e pela descrição das ameaças externas, seguida da inação que culminou com as efetivas invasões francesas e holandesas. Buscamos ainda a versão historiográfica escrita no período pelos vencidos, o que possibilitou uma análise comparativa sobretudo sobre o relacionamento dos portugueses, franceses e holandeses com seus aliados nativos.

O terceiro capítulo busca identificar a Historiografia sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa escrita entre o século XVIII e a Proclamação da República. Esse capítulo contém uma revisão do arcabouço teórico de Benedict Anderson -Comunidades Imaginadas (1983) – que nos proporcionou entender a teoria nacionalista utilizada na formação da identidade nacional ocorrida no segundo Reinado, bem como das sementes do que mais tarde seria o mito de formação do Exército Brasileiro.

O capítulo quarto discorre sobre a Historiografia sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa escrita entre a Proclamação da República (1889) e o fim da Ditadura Militar (1985). Nesse período identificamos a criação e o desenvolvimento da Historiografia Militar Brasileira tradicional. Constitui única exceção ao período a obra inaugural da historiografia militar brasileira, que foi escrita em 1762, e que consta no nosso capítulo anterior. Este capítulo é relevante pelo ineditismo. Não encontramos em nossa pesquisa uma historiografia militar brasileira, salvo pequenas descrições periódicas. Portanto, nos propusemos a fazer neste trabalho uma revisão do tema, embora cientes da possibilidade de negligenciarmos alguma obra relevante. Reunimos ao menos vinte histórias militares (gerais) produzidas ao longo de toda a história do Brasil. É relevante salientar que mesmo entre os autores militares que se dedicaram ao tema, muitas das questões militares, bem como as raciais e outras sociais agregadas, não são padronizadas em ideias e conceitos, não são uníssonas. Outro fato relevante é a constante busca da adequação dos heróis militares ao período político em que a Instituição militar atravessou nos cinco séculos de história do Brasil.

O último capítulo busca a Historiografia sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa escrita após a redemocratização do Brasil (1985). Embora obras importantes ao tema tenham sido produzidas no Brasil nas décadas anteriores, é nesse período que floresce a Nova História Militar Brasileira, ou do maior número de iniciativas do revisionismo histórico militar no Brasil. Buscamos na produção acadêmica do período muitas das teses, dissertações e artigos que focam a interação racial na formação das milícias no Brasil, oferecendo uma alternativa à narrativa eurocêntrica. Tal visão vem ao encontro dos anseios pela inclusão racial da maior parte da população brasileira excluída da história tradicional.

Na conclusão, verificamos que situar e analisar as diferentes vertentes da historiografia militar no Brasil, buscando uma história total, global e “desmistificada”, através de uma metodologia científica aplicada à história, como nos aconselha Ramada Curto, pode ser um importante passo para a reaproximação da sociedade brasileira, que se encontra fragmentada por ideologias políticas que não dialogam. O reflexo dessas ideologias na história militar brasileira se dá pela identificação de seus atores: os militares tradicionalistas e simpatizantes que têm profunda aversão às mudanças das narrativas; e os acadêmicos revisionistas que subestimam as narrativas militares sem conhecer-lhes a diversidade e a importância didática delas para a formação de seus quadros. Essa pode ser uma importante contribuição deste trabalho.

CAPÍTULO I – ESCOLAS DA HISTORIOGRAFIA

A busca de um sentido à nossa existência ou a busca de uma “verdade” universal identificada como um “destino irrefutável da humanidade” caracteriza a base do pensamento teleológico. Aplicado ao campo das narrativas, tal pensamento postula um sentido à história e remonta ao tempo de Platão (Fédon). Sócrates, através de Platão, enumera as seguintes afirmações:

- “a) há ordem no universo;
- b) tudo é ordenado tendo em vista o melhor resultado;
- c) uma inteligência ordenadora aplica ao mundo essa concepção;
- d) o melhor situa-se no nível intelectual, não material;
- e) existe um Verdadeiro, um Bem, um Belo em si.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 44)

A inteligência ordenadora proclamada pelo pensamento socrático encontrou eco no determinismo divino medieval; a ordem no universo socrático revelou-se na marcha para a constituição perfeita de Kant e na evolução espiritual de Hegel, no Iluminismo; no positivismo de Comte, que, com a industrialização do século XIX, traria consigo uma nova ordem promovida pelas ciências; o próprio determinismo histórico de Marx, na qual a luta de classes selaria o fim da história; todos nos trazem, cada qual ao seu tempo e ao seu modo, o alento de uma ordem universal. O pensamento vai sendo moldado e reestruturado através do tempo, e ao mesmo tempo, forja cada geração. Não à toa, já dizia o provérbio árabe disseminado por Marc Block: “O homem se parece mais com seu tempo de que com seus pais”. Daí a importância de fazermos uma revisão dos pensamentos condutores das crenças da humanidade, que tanto influenciam o modo de se escrever – e de se revisar - a história.

São relativamente novos os momentos em que “a visão de uma história linear, progressiva, é diretamente posta em causa” (Bourdé & Martin, 1983, p. 55). Segundo os autores, somente em 1918, quando o historiador alemão Spengler, com a introdução do estruturalismo e com a sua obra *Declínio do Ocidente*, é que tal ruptura ordenada se desenvolve. Não à toa, no entanto. Spengler lança sua obra no momento que coincide com as penas impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. O ideal de mundo alemão, visto

dessa forma, de cabeça para baixo, coloca em xeque qualquer tentativa de vislumbrar uma ordem progressiva. Prossegue a concepção spengleriana:

“A toda poderosa natureza submete os vivos a irresistíveis impulsos. Como as grandes árvores conseguem abafar as pequenas para acenderem à luz, os seres humanos devem manifestar a sua vontade de poder, impor a força perante os seus semelhantes menos bem providos em energia natural, mais resignados a deixarem-se dominar ou aniquilar. (Bourdé & Martin, 1983, p. 55).

Assim como Spengler tira suas conclusões das amargas experiências alemãs do fim do Segundo Reich Alemão (e prevê ainda, uma manifesta vontade de poder nos seres humanos que culminou no Terceiro Reich), o historiador inglês Toynbee reflete em sua obra *A Study of History* (dos anos 30 aos 50) a perda do império colonial britânico. Novamente a desordem material se reflete no questionamento de uma ordenação universal. Toynbee, todavia, em um sentido na contramão de Spengler, procura nas religiões o alento para o fracasso material. Volta-se com um certo ímpeto medieval para a busca de uma ascensão espiritual através das religiões universais – o budismo, o cristianismo e o islamismo. Busca compensar a falta no presente de uma ordem do universo (socrática) por uma inteligência ordenadora (também socrática), que guiará a humanidade a um futuro mais palatável.

A própria experiência de Marc Bloch, militar francês derrotado de maneira humilhante na invasão alemã de 1941, pode ter refletido na necessidade dessa revisão ordenadora que foi a Escola dos Annales, que tanto influenciou a historiografia do século XX.

Ao nos defrontarmos com os conceitos gerados pelas escolas historiográficas, teremos mais condições de analisar as mudanças pelas quais passou a historiografia no Brasil, desde o seu descobrimento, e em especial a historiografia militar. É muito interessante notar que a cronologia de uma história da historiografia do mundo ocidental é seguida de perto pelas narrativas que encontramos em nossa terra.

Utilizaremos neste trabalho o conceito de historiografia da historiadora francesa Marie-Caire Jabinet. Tal vocábulo, de origem polonesa ou alemã*, teria surgido no século XIX:

“Significa, conforme os casos: a arte de escrever a história, a literatura histórica, ou ainda, a história literária dos estudos de história. Pode também, conforme o contexto, referir-se às obras históricas de uma época, às obras dos séculos posteriores sobre essa época ou

ainda a reflexão dos historiadores sobre essa escrita da história.” (Rodrigues, 2015, pp. 17-18)

2.1 – A Historiografia Medieval (séculos V a XV)

A percepção religiosa dos acontecimentos é a tônica medieval. “A história desse período não é apropriada pelo homem. Não passa da aplicação dos desígnios divinos sobre a Humanidade”. (Bourdé & Martin, 1983, p. 16) Dessa forma, a abundância da produção hagiográfica – a vida dos santos e os relatos de milagres – reflete a crença desse período e se confunde com o próprio gênero histórico. *A História dos Francos*, de Grégoire de Tours, relata a peste negra que assola Marselha no ano 588. A obra traduz a dialética do castigo divino e da interseção de seus agentes na terra. O Rei e o Bispo são os mediadores do mundo divino. *Os Milagres de São Philibert*, de Ermentaire, do ano 882 reflete a mesma lógica do castigo divino e da passividade total da população, ao descrever a peregrinação dos monges com as relíquias do seu santo, fugindo das perseguições vikings. (Bourdé & Martin, 1983, p. 17)

A alta Idade Média encontra em Santo Agostinho o delator do esquema dominante. Em *Cidade de Deus*, os homens são peregrinos entre a cidade terrestre e a cidade celeste. Tal obra realça duas características das crenças expressas na historiografia medieval: o determinismo (tudo só ocorre em cumprimento a uma vontade divina, pré-concebida) e a concepção de um progresso – moral e espiritual (uma ordem linear e temporal, em contraponto à ordem cíclica dos pensadores greco-romanos).

Mesmo a busca do entendimento dos acontecimentos militares precede ao pensamento divino. Guilherme de Tyr, no século XII, ao questionar os sucessos e fracassos dos cruzados, embora analisando fatores relevantes, como a descrição da disciplina militar e a união dos inimigos, chega ao veredito: “a primeira causa leva-nos para Deus, autor de todas as coisas”. (Bourdé & Martin, 1983, p. 20)

Data ainda do século XII uma certa disciplina intelectualizada, criada por alguns teólogos, como Gilbert de la Porrée e Hugues de Saint-Victor, que acrescenta um duplo sentido à história: ao fim pré-concebido divino junta-se uma ordem narrativa – as *series narrationis* – que constituem uma sucessão organizada e articulada das sequencias dos acontecimentos. (Bourdé & Martin, 1983, p. 19)

Entre os séculos XII e XIV, destaca-se a relação dos narradores com o passado. Muitos relatos da peregrinação à Terra Santa no período inspiram a medição do tempo, porém, de modo impreciso. Imperam o uso de advérbios: “outrora”; “há muito tempo”. O contato com ruínas e monumentos atiça a curiosidade sobre o passado. Figuras mitológicas são associadas às imagens de Rodes e Chipre. (Bourdé & Martin, 1983, p. 20).

O testemunho iconográfico também se faz presente na representação dos acontecimentos no final da Idade Média. Na representação da adoração dos magos por Jean Fouquet nas Heures de Étienne Chevalier, entre 1542 e 1545, o autor empresta aos reis magos a aparência, a indumentária e a escolta dos soberanos do seu tempo. Gaspar é o próprio soberano, Melchior, o Delfim Luís, e Baltazar, o Rei Carlos da França. (Bourdé & Martin, 1983, p. 21).

Obras sobre os grandes feitos dos reis – ainda que santos - também encontram eco na alta Idade Média. Sire de Joinville, em seu livro de 1309 *Das santas palavras e dos bons feitos* do rei São Luís (Guillaume de Nangis), descreve a intenção dos seguidores do Rei na batalha contra os mouros: “O ardor é tal em perseguir os infiéis que perturba os planos mais bem estabelecidos, ninguém aceitando em combater na retaguarda.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 22). Joinville, todavia, ao descrever a tomada de Damiette pelos cruzados, desce os personagens do pedestal e descreve, com raro senso crítico, a negociata para a divisão do espólio da batalha: “Quando toma as cidades dos inimigos, os bens que aí se encontram, o rei deve ter um terço e os peregrinos os outros dois”. Luís IX, não tendo satisfeito a esta exigência, deixou muitas insatisfeitas por ter desfeito os bons costumes antigos. (Bourdé & Martin, 1983, p. 22). Joinville prossegue ainda na descrição do inimigo, enaltecendo-lhe, com uma certa ponta de ironia sobre o cruzado cristão: “A sua convicção é que ninguém pode morrer a não ser no dia, e assim não querem usar armadura. E, quando maldizem os filhos, dizem-lhes: “que sejas maldito, como o Franco que põe uma armadura com medo da morte.” (Edição A, Duby, col 10/18, p. 64-65).

A crônica dos séculos XIV e XV inauguram uma nova tendência: os serviços dos historiógrafos contratados diretamente pelo Rei, que têm a missão de os exaltar e defender sua razão. “Filha da desgraça, a história também é serva do poder.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 28). Froissart, em seu *Primeiro Livro de Crônicas*, de 1385, tem como objetivo confesso “a exaltação das proezas dos combatentes do conflito anglo-inglês.” Prossegue o autor: “A

fim de que as maravilhas e o belo feito de armas que foram realizados pelas grandes guerras de França e Inglaterra e dos reinos vizinhos... sejam notadamente registados quer no tempo presente e futuro, quero encarregar-me de os ordenar e pôr em prosa..." (Bourdé & Martin, 1983, p. 30). Froissart nos mostra como um "ingênuo relato" pode veicular "uma mensagem ideológica perfeitamente explícita". O autor é porta-voz e defensor da ordem aristocrática. Ao descrever os insurretos da revolta camponesa de 1385, direciona a legitimidade dos castigos impostos aos mesmos, "através dos qualitativos pelo qual são tratados (má gente, elegeram o pior dos maus); da apreciação do seu comportamento (como cães enraivecidos) ou a hipócrita omissão de determinados detalhes por decência (não ousaria escrever)." (Bourdé & Martin, 1983, p. 32).

Uma importante característica dessa historiografia do final da Idade Média é a relação dos historiógrafos com o príncipe: "A dependência dos historiógrafos em relação ao príncipe é por vezes de tal modo que se torna difícil de distingui-los dos panegiristas." (Bourdé & Martin, 1983, p. 33). Além dessa missão da exaltação dos príncipes e sua dinastia, outro objetivo esperado aos historiógrafos era a sua contribuição na construção de um Estado coeso, invocando antecedentes históricos compatíveis com essa narrativa. Enquadram-se nesse modelo os historiógrafos dos soberanos de Valois, entre eles os Capetos (Grandes crônicas da França, que descrevem a supremacia da corte de Luís XI) e os historiógrafos dos príncipes de Borgonha, cujo discurso busca dar legitimidade às aquisições territoriais de Filipe, o Bom. Na mesma ocasião, na Bretanha, a crônica Arthur de Richmond revela seu autor, Guillaume Gruel, um panegírico do condestável, (João V) "que acumula os erros flagrantes, as apreciações falsas, as lacunas consideráveis e que cala os episódios incômodos." (Bourdé & Martin, 1983, p. 34).

2.2 . A Historiografia dos séculos XVI e XVII

Os panegiristas continuam a sua influência no cenário historiográfico no início do Século XVI. As Grandes Crônicas da Bretanha, de 1514, de Alain Bouchart, seguem a mesma tônica, que pode ser denunciada na sua célebre frase: "Comemoração das coisas dignas de recordação". (p.35) Em suma, podemos resumir esse período com a exposição da seguinte passagem:

“Da dependência da história em relação ao poder derivam várias servidões para o memorialista: a estreiteza do seu campo de visão (que se limita aos fatos militares, à vida da corte e às grandes cerimônias religiosas ou civis, numa soberba ignorância do povo), o uso do estilo nobre (ou a escrita empolada da Borgonha) e finalmente a obrigação de tomar a defesa do príncipe comanditário da obra, ou mecenas pelo menos.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 35).

A prolixidade é, em grande parte, dominante da narrativa (“Olivier de la Marche precisou de sessenta páginas para relatar o famoso banquete de faisão, que se realizou em Lille em 1554.” - P. 37). Todavia, é nas descrições militares que o contraste começa a ganhar corpo. Se a prolixidade ainda é bastante presente (oitenta páginas para o cerco de Neuss em Molinet), uma visão menos eloquente começa a aparecer na descrição das operações militares de Commyes, nas guerras da Itália. Ao invés de celebrar os nobres feitos militares, ocupa-se em descrever os combatentes como vítimas da fome, do frio e da lama: “A guerra já não é coisa alegre.” A análise dos complexos movimentos políticos que assolam o continente europeu começa a substituir, em última análise, a passividade com a qual se tentava decifrar os desígnios de Deus no tabuleiro europeu. Similar tipo de descrição já havia sido feita por Tomas Basin, em 1420, na ocupação dos “campos devastados” da Normandia pelos ingleses.

A segunda metade do século XVI espelha a preocupação com uma erudição metódica. Textos mais seguros, com apoio de dicionários, ganham corpo. “O ofício do historiador começa a ser questionado” (Bourdé & Martin, 1983, p. 61). Denuncia-se o perigo da subordinação da história à teologia ou a filosofia. *De Re Diplomatica*, de Mabillon (1681) representa a fundação da crítica dos documentos de arquivos. A dúvida e a suspeita são incorporadas ao estudo de passados mais remotos: Um memorial de 1723, apresentado na Academia das Inscrições relata: “nada sabemos de seguro sobre Romulus e das origens romanas em geral” (Bourdé & Martin, 1983, p. 69).

Voltaire declara que a história deve estudar as paixões e os motivos que guiam as ações humanas. Em 1745, dando prosseguimento a um hábito recente, assume a função de historiógrafo do Rei. Todavia, em pouco tempo, se rebela: “Malditos os intermináveis relatos de batalhas e de festas, malditos os mexericos da corte que enchem tantas obras...” Essa alusão, parte da obra *As Novas Considerações sobre a História* (1744), dá margem a

que alguns historiadores a considerem o primeiro manifesto de uma História Total.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 71). Prossegue o autor:

“Não se trata de evocar as ações dos grandes homens nem os grandes golpes da providência, mas os elementos reguladores da sociedade civil no seu conjunto. A história deve a partir daí abrir-se a tudo o que é humano, e, portanto, à diversidade das civilizações.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 72)

Todavia, Voltaire não se engaja no próprio pensamento. Na *História do Império da Rússia sobre Pedro o Grande (1759)*, metade do desenvolvimento é ainda consagrado às guerras do czar. Ao ser questionado sobre a censura que aceitou dessa obra, retirando do texto episódio perturbados do reinado de Pedro, o Grande, explicou cnicamente: “Deram-me belas peliças e sou friorento...” (Bourdé & Martin, 1983, p. 73).

Voltaire mescla novos hábitos, como a convicção de que a história nem sempre segue princípios professados (em “*Surpresas da História*” ressalta a parte de contingência do devir humano e os imponderáveis que podem gerar grandes conseqüências.”); com hábitos mais tradicionais, como a premissa de que as sociedades são moldadas pelos seus guias. Segundo Voltaire, as quatro épocas históricas que se destacam se devem aos seus soberanos: “A Grécia de Filipe e Alexandre, Roma sob Cesar e Augusto, a Florença dos Médicis e a França de Luís XIV.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 73). No elogio desses soberanos e de suas sociedades, deixa o seu entendimento da natureza das relações sociais: “o operário deve ser reduzido ao necessário para trabalhar: é esta a natureza do homem. É preciso que esse grande número de homens seja pobre.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 73).

2.3. A Historiografia do século XIX

A historiografia do século XIX, sobretudo até 1870 na França, é ainda marcada pela religiosidade, que cobre um quinto de sua produção. Um eurocentrismo exagerado também se manifesta: 168 obras consagradas à história nacional, contra 5 histórias universais e 9 sobre as colônias. (Bourdé & Martin, 1983, p. 76); vê-se ainda o “monopólio quase total das classes dominantes” (Bourdé & Martin, 1983, p. 77)

A Alemanha, todavia, vê surgir um fenômeno nos meados do século XIX que viria a influenciar grande parte do pensamento posterior: Karl Marx, nascido numa família judia

convertida ao protestantismo, começa a escrever seus primeiros manuscritos na década de 1840. Em 1848 lança o *Manifesto Comunista*. A obra se inicia com uma contundente análise das relações sociais: “A história de toda a sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”. A análise prossegue descrevendo o modo de produção das sociedades, que, dentro do conceito de materialismo histórico, tem origem em uma classe dominante que é proprietária dos instrumentos de produção e se apropria do trabalho de outrem; assim se deu com o trabalho forçado na antiguidade; na exploração da servidão na Idade Média; e se mantém na fase capitalista, com a exploração da mais-valia “roubada ao assalariado”. Segundo Marx, os indivíduos se transformam em uma classe quando se unem para lutar contra outra classe. Um grupo econômico “transforma-se em um grupo social através da tomada da consciência.” Esse pensamento influenciaria fortemente no modo de se escrever a história:

“Consequentemente, o sujeito conhecedor não poderia ser espontaneamente imparcial, dado a que pertence a um grupo profissional, a uma classe social, a uma comunidade nacional cujas opiniões, consciente ou inconscientemente pode exprimir e cujos interesses pode defender.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 116)

O determinismo histórico toma corpo no pensamento marxista, anunciando que o fim das relações contraditórias entre as classes, com a vitória do proletariado sobre as classes dominantes, é o fim natural da história:

“Ao fim de uma longa evolução, marcada por dolorosas contradições – crises, epidemias, migrações, guerras, etc. – a história deve parir uma sociedade comunista de paz e de abundância. O futuro radioso dos marxistas oferece alguma analogia com o paraíso dos cristãos.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 159)

A análise marxista prossegue com as *Teses de Feuerbach*. Nelas, a ideologia proposta por Marx identifica que os pensamentos da classe dominante são também os pensamentos dominantes de cada época. A classe que tem a posse dos bens de produção detém concomitantemente os meios da produção intelectual.

Enquanto o pensamento marxista ganha adeptos e a unificação do Império Alemão vai se concretizando e passa a caracterizar ameaça concreta à soberania francesa, a França testemunha um revisionismo nacionalista. Uma “Nova História”, apaixonada, começa a se manifestar em Michellet; Fustel de Coulanges tece várias críticas à maneira tradicional de

se escrever a história; os princípios fundamentais da Escola Positivista surgem no *Manifesto*, redigido por G. Monod, no lançamento da *Revista Histórica* (1876); e no *Guia*, escrito por Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos (1898).

Prefácio à História da França, de Michellet (1869), inova pela ressurreição de um passado integral, “apto a falar dos silêncios e dando lugar amplo a impulsos irracionais”. (P. 82) Michellet adere aos ideais revolucionários de 1789 e de 1848. Sua *História da França* possui 19 volumes. Resume a sua obra: “Bebi demasiado o sangue dos mortos”. (Bourdé & Martin, 1983, p. 83). É também relevante seu pensamento sobre a relação do historiador com sua narrativa: “Longe de querer apagar-se, o historiador deve estar presente, com as suas paixões e emoções, a todos os níveis do seu trabalho. Esta presença é comparável à do artista na sua obra. Nada pior do que o historiador que se apaga...” (Bourdé & Martin, 1983, p. 85) E, também seu pensamento sobre o autor gerado em seu próprio texto: “Este filho fez o pai. – Devolveu-me muito mais em força e em luz.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 86)

Sua relação com uma “história sagrada” é envolvente: “Transportava todo este passado como teria transportado as cinzas do meu pai ou do meu filho.” (P. 87). Prossegue ainda o autor:

“Falei algures do cargo que Camões ocupou na margem assassina da Índia: administrador do bem dos falecidos. Sim, cada morto deixa um pequeno bem, a sua memória, e pede que se trate dela. Para aquele que não tem amigos, é preciso que o magistrado as possua. Porque a lei, a justiça, é mais segura que todas as nossas ternuras descuidadas, as nossas lágrimas tão depressa secas. Esta magistratura é a história. ...A história acolhe e renova estas glórias deserddadas, dá vida a estes mortos, ressuscita-os.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 88)

Muito relevante para a nossa pesquisa é a narrativa de Michellet buscando a formação do povo francês, que tanto inspirou um mito de formação do povo brasileiro no século XIX; nesse sentido, o autor é mencionado como “o primeiro a atribuir uma importância às intervenções de massa à história” (Bourdé & Martin, 1983, p. 91). A raça que formou a França, para Michellet, “é quase apagada, fraca, à medida que se elabora, se personifica... Vai assim cada povo que se faz, se engendra, misturando, amalgamando, elementos, que aí ficam sem dúvida no estado obscuro e confuso, mas são muito pouca

coisa relativamente ao que o longo trabalho da alma faz.” Michelle conclui: “A França fez a França, o elemento fatal de raça parece-me secundário.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 95)

Fustel de Coulanges (1830-1889) tece críticas ao ofício do historiador. Fustel ressalta que a história vê, não imagina. Sobre o historiador, completa: “a sua única habilidade consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada acrescentar do que não contêm.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 78). Todavia, na busca da compreensão dos antigos, o historiador não deve ignorar as suas crenças:

“Vejam as instituições dos antigos sem pensarem nas suas convicções, encontrá-las-ão obscuras, estranhas, inexplicáveis... Mas a respeito destas instituições e destas leis, coloquem as crenças; os fatos tornar-se-ão imediatamente mais claros, e a sua explicação apresentar-se-á por si. (...) Vejam de perto os ritos que ele observa ou as fórmulas que recita, e descobrir-se-á a marca daquilo em que os homens acreditavam quinze ou vinte séculos antes dele.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 79).

A Escola Positivista (ou Metódica) tem seus princípios expostos inicialmente por G. Monod e Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos. Tem por objetivo “impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história” (Bourdé & Martin, 1983, p. 97). Os historiadores positivistas invadem as cátedras das universidades, formulam os programas e materiais didáticos das escolas primárias e colégios secundários. Seu viés político dissemina o ideal republicano e propaga o nacionalismo, fechando os olhos aos seus problemas e ditames morais. Por exemplo, estimula as conquistas coloniais como um direito. O manual escolar de Manuel Brosselet (1881) traduz para as crianças as operações militares francesas no norte da África:

“Em 1881, Jules Ferry decidiu castigar os Kroumirs, povoação turbulenta que invadia sem cessar a nossa Argélia. Ao persegui-los, nossos soldados foram levados a ocupar a Tunísia... que ficou para nós.” (Manual Brosselet., p. 111, in Bourdé & Martin, 1983).

Outro manual contemporâneo, de Lemmonier Shrader-Dubois, justifica a relação dos franceses com os nativos de suas possessões no Caribe: “Os povos indígenas são mal civilizados, e por vezes perfeitamente selvagens. Os franceses, detentores da cultura, vêm arrancar os primitivos à barbárie.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 112)

Tal corrente do pensamento “funda simultaneamente uma disciplina científica e segrega um discurso ideológico.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 97)

A “ordem moral” retoma a ordem do pensamento socrático. Todavia, extrapola tudo o que lhe traz ameaças. “A *Revista das Questões Históricas* traduz o pensamento da direita ultramontana e legitimista que triunfa na época” (Bourdé & Martin, 1983, p. 98) O sentimento nacionalista ganha força: “O estudo do passado da França é uma tarefa primordial... pela qual podemos dar ao nosso país a unidade e a força moral.” (Prefácio – G. Monod, 1876). Langlois e Seignobos defendem a história científica, na qual “A história não passa da aplicação de documentos. (...) O historiador deve se apagar por detrás dos textos.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 102) Para tanto, seria necessário um inventário de todos os materiais disponíveis, o fichamento metódico desses materiais e a inclusão de notas de rodapé, redigidas por eruditos. Desprezava-se assim, para a composição da história, todas as outras fontes (documentos não escritos): locais arqueológicos, testemunhos involuntários. A disciplina, desse modo, é extremamente limitada pela estreiteza da concepção do documento.

O nacionalismo exacerbado na escola metódica francesa é participante ativo na Terceira República. Três objetivos são comuns a altos funcionários do Estado e universitários: Criar o amor à República nas novas gerações; obscurecer o controle da igreja; e “preparar a vingança contra o inimigo hereditário, o Reich alemão.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 103) Cabe lembrar que a França havia sido humilhantemente derrotada pelos alemães na guerra de 1870/1871. O Jornal *L’École*, que em maio de 1882 publica um canto ensinado no maternal e no curso elementar, parece um bom exemplo da ebulição do pensamento francês no final do século XIX:

“Para ser um homem, é preciso saber escrever
E em pequeno, aprender a trabalhar.
Pela Pátria uma criança deve instruir-se
E na escola aprender a trabalhar.
Soou a hora, marchemos a passo,
Jovens crianças, sejamos soldados (bis)”
(Bourdé & Martin, 1983, p. 111)

Nesse período os historiadores e intelectuais franceses entram num curioso fenômeno de difusão de ideias: a derrota de 1870/1871 para a Alemanha trouxe a sensação de que a perfeita organização das instituições alemãs era o modelo a ser seguido. Ao

mesmo tempo, o exacerbado nacionalismo francês não permitia esse sentimento de inferioridade. Resultou disso uma tendência aos intelectuais franceses de concluir sua formação em escolas do além Reno. Nessa relação surge a influência de Von Ranke na historiografia francesa: “Na realidade, os adeptos da escola metódica não tiveram a inspiração do francês Auguste Comte, mas do alemão Leopold Von Ranke”. A contradição toma corpo. Negando a passionalidade do historiador francês, Von Ranke sugere:

“O historiador registra o fato histórico de maneira passiva, como o espelho reflete a imagem de um objeto, como o aparelho fotográfico fixa o aspecto de uma cena ou imagem (...) Qualquer reflexão teórica é inútil, mesmo prejudicial, por que introduz um elemento de especulação.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 113)

No lumiar do século XIX, através de sua monumental História da França, Ernest Lavisse cria o mito de um Estado-Nação francês, buscando suas origens épicas nos gauleses, passando por merovíngios, capetos, até a República moderna e democrática na qual vive. Tais ideias de cunho nacionalista foram as mesmas que influenciaram o 2º Reinado brasileiro a construir sua identidade nacional por intermédio de um Estado-Nação originalmente brasileiro, buscando suas origens épicas nos índios e negros que se juntaram aos portugueses para expulsar os estrangeiros do território nacional.

2.4 . A Historiografia do século XX

A historiografia do século XX se inicia com a ebulição da Escola Metódica Francesa, com o desenvolvimento do pensamento positivista e com a imensa pressão política gerada (algumas décadas antes) pelas ideias de Karl Marx.

As ideias marxistas são retomadas no início do século por Lenin, que acrescenta aos conhecimentos teóricos a práxis – a ação visando a transformação. Em 1902, Lenin lança sua obra *O que Fazer?* onde define uma estratégia para a tomada do poder aos czares da Rússia. A análise tem seu ápice em *O Estado e a Revolução* (1917), e culmina com a vitória do Exército Vermelho em Outubro de 1917. Nos anos seguintes, estabelecem-se as instituições soviéticas. Entre 1928 e 1938 Stalin destrói toda a oposição, instala o terror policial, impõe a coletivização agrária e “constrói uma indústria pesada à custa de enormes sacrifícios humanos.” A partir de então, sugerem os autores, “marxismo-leninismo” torna-

se um sistema ideológico cuja função é justificar a ditadura do partido-Estado.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 168)

É relevante a repercussão do Stalinismo na descrição da história:

“A ciência histórica, se quiser ser uma ciência verdadeira, já não pode reduzir a história do desenvolvimento social aos atos dos reis e dos chefes dos exércitos, aos atos de conquistadores e dominadores de Estado. Deve antes de tudo tratar da história dos produtores de bens materiais, da história das massas laboriosas, da história dos povos... O partido do proletariado, se quiser ser um partido verdadeiro, deve antes de tudo adquirir a ciência das leis do desenvolvimento econômico da sociedade. (Bourdé & Martin, 1983 pp. 144-145)

Nesse contexto, a reação contra a orientação cientista-comunista começa também a ferver na Europa: na Áustria, Max Adler sugere que os juízos morais que nascem das contradições sociais sejam consideradas; na Alemanha, Eduard Bernstein contesta as análises econômicas do Capital, acrescentando que o impulso ao socialismo seria mais moral que econômico (*Socialismo Teórico e Social-Democracia*, de 1900); Jean Jaurès, na França, acrescenta que as aspirações altruístas dos homens, juntamente com a sua negação da vida econômica, teria mais efeito sobre a história do que a tensão das relações de produção (*História Socialista* - 1902).

Depois da bem-sucedida revolução de 1917, é natural o aumento de prestígio dos militantes revolucionários. Em 1920, Antônio Gramsci, um dos fundadores do PCI, traz novas contribuições ao pensamento marxista, enumerando três observações importantes, sugerindo a impossibilidade da utilização exclusiva dos fatores econômicos para a explicação de todos os fenômenos políticos e ideológicos:

1) as leis econômicas não funcionam como leis físicas; quando muito, permitem avaliar tendências, nunca constantes; 2) Os mecanismos de dialética não podem ser simplificados, divinizados, deixando de crer que atuam sobre o modo da necessidade; 3) Os fatos políticos conservam uma certa autonomia em relação às lutas de classes e às estruturas econômicas.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 173)

Enquanto o pensamento marxista cresce com o êxito da Revolução na Rússia, na França, sobremaneira nas três primeiras décadas do século XX, o nacionalismo exacerbado

– em oposição ao crescimento do inimigo alemão - continuava a influenciar os objetivos políticos. Ernest Lavissee, no prefácio de seu *Manual*, sintetiza tal pensamento:

“Se o aluno não levar consigo a recordação das nossas glórias nacionais, se não souber que os seus antepassados combateram em mil campos de batalha por nobres causas; (...) se não se tornar um cidadão penetrado e que ama o seu fuzil, o professor terá perdido o seu tempo. (...) A tarefa do mestre-escola está perfeitamente definida: durante o curso de história deve formar republicanos conscientes e valentes soldados.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 110)

Cresce o sentimento nacionalista francês, que, envolvido no tabuleiro político-econômico europeu com suas disputas territoriais e coloniais, resulta na primeira guerra mundial (1914-1918). O conflito abala o pensamento social e político da humanidade. Ao custo de milhões de vidas, a França finalmente tem sua vingança no Tratado de Versalhes. Mas não por muito tempo. A crise mundial de 1929 acelera o ritmo da derrocada econômica na Europa e nos Estados Unidos. Tempos férteis para mudanças e questionamentos.

Durante os anos 30, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos veem surgir o pensamento relativista – ou presentista, com fortes críticas ao modelo positivista reinante. Segundo tais preceitos, seria impossível ao sujeito apenas refletir a imagem de um objeto. “No seu trabalho, o historiador nunca tem uma posição passiva, contemplativa, mas sempre uma atitude ativa, construtiva”. (Bourdé & Martin, 1983, p. 168)

O ano de 1929 traria em si o “mito de origem” da Escola dos Annales. A fundação dos *Annales d’histoire économique et sociale* abre um campo novo à história. No correr dos anos 30, na França, o grupo dos Annales, de L.Febvre e M. Bloch, dirige à história tradicional (historizante) quatro críticas principais:

- 1) “A história historizante só dá atenção aos documentos escritos, desprezando os não escritos (arqueologia, por exemplo);
- 2) A história historizante acentua o acontecimento singular, verificado num tempo curto, ao passo que é mais interessante apreender a vida das sociedades;
- 3) A história historizante privilegia os fatos políticos, diplomáticos e militares e despreza erradamente os fatos econômicos, sociais e culturais;
- 4) A história historizante tem prudências vacilantes, receia empenhar-se num debate, arrisca raramente uma interpretação, renuncia previamente a qualquer síntese.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 115)

As orientações gerais da Escola dos Annales estão sintetizadas nas obras de Lucien Febvre (*Combates pela história*), num manifesto inacabado de M. Bloch (*Introdução à História*) e nas teses de F. Braudel e de P. Coubert, entre outros. A vida social e coletiva passa a dividir a atenção com a vida econômica e política. A história se aproxima das outras ciências humanas.

Fernando Braudel é um de seus protagonistas. Viveu 10 anos na Argélia (de 1923 a 1932). Orientado por L. Febvre, lança *O Mediterrâneo na época de Filipe II*, com 1222 páginas, obra que se revela “o tipo-ideal da tese para várias gerações de historiadores” (P. 128) Nela, o foco se desloca do personagem, ou o herói (Filipe II) para o espaço (O mediterrâneo) – numa geografia humana retrospectiva e autêntica. O Mediterrâneo não é mais o espaço exclusivo europeu. É também agora “um Mediterrâneo de outra margem, meio que ao contrário” (p. 128) Em outra de suas obras, ao descrever a Batalha de Lepanto (1571), vai além da “história-batalha”, sugerindo uma investigação mais profunda aos acontecimentos:

“Se não nos apegarmos apenas aos acontecimentos, a essa camada brilhante e superficial da história, mil realidades novas surgem e, sem ruído, sem fanfarras, passam para além de Lepanto. O encantamento da força otomana é quebrado..., a corrida cristã ativa reaparece..., a enorme armada turca desconjunta-se.” (p. 923 in Bourdè & Martin, 1983, p. 130)

Em *Escritos*, Braudel identifica três escalões da história, que se constituem parte importante da recomendação da revisão historiográfica:

“À superfície, uma história dos acontecimentos, que se inscreve no tempo curto...; a meia encosta, uma história conjuntural, que segue um ritmo mais lento...; em profundidade, uma história estrutural, de longa duração, que põe em causa séculos...” (Escritos, pp. 112 e 119, in (Bourdè & Martin, 1983, p. 168)

Assim prossegue a primeira metade do século XX, entre diferentes correntes de pensamento. Mesmo Marc Bloch teria sofrido influência marxista. *Os Caracteres Originais da História Rural Francesa* (1931) ou a *Sociedade Feudal* (1936) são testemunhas disso. E. Labrousse, porém, sintetiza o momento: “As economias têm as crises das suas estruturas.” Toda a história econômica, que se edificou em França entre 1945 e 1965, está marcada

simultaneamente pelo “espírito dos Annales” e por um “marxismo difuso”. (Bourdé & Martin, 1983, p. 174)

A 2ª Guerra Mundial é o cenário de novos questionamentos e novos direcionamentos da historiografia. Marc Bloch é particularmente afetado por ela. Através de um ponto de vista bipartido – Foi historiador, além de militar atuante. Havia sido oficial na 1ª guerra, junta-se à resistência em 1943 na região de Lion; na véspera da Libertação, em Junho de 1944, é preso, torturado e fuzilado pelos nazistas. Em *A Estranha Derrota de 1940*, o militar M. Bloch analisa a causa da humilhante invasão alemã em seu país e aponta os culpados: a elite do Exército francês, totalmente despreparada; O historiador M. Bloch, todavia, busca as raízes mais profundas dos acontecimentos. A análise chega aos dirigentes políticos e a própria sociedade francesa, que se encontravam completamente alheios aos movimentos alemães nas últimas duas décadas. Sua conclusão demonstra uma nitidez desapegada dos acontecimentos passionais pelos quais passava:

“É preciso “compreender o passado a partir do presente” (p. 11) e “compreender o presente à luz do passado” (p. 13). O perpétuo vai e vem entre passado e presente permite enriquecer o conhecimento das sociedades antigas e esclarecer sobre ela mesma a sociedade atual.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 128)

Os anos 1960 e 1970 trazem o cerne do que seria *uma nova história*. A Revista dos Annales publica por essa época cerca de 1500 páginas por ano. De cunho interdisciplinar, divide seus espaços entre historiadores, sociólogos e economistas. O brasileiro Celso Furtado, por exemplo, participa da Revista nº 1, de 1966: com o artigo *Desenvolvimento e Estagnação da América Latina*.

Um certo “espírito de reconciliação” com o passado ronda os Annales. “não nos admiremos de encontrar o Voltaire do Ensaio dos Costumes, nem Michellet do Prefácio de 1869, invocado de maneira quase ritual, sem dúvida por nostalgia de uma história total que já não se pode praticar hoje...” (Bourdé & Martin, 1983, p. 140)

Mais do que em quaisquer outros termos, a mudança radical trazida pela *Nova História* é a relação entre o historiador e os fatos:

“Ao passo que a história dos acontecimentos se baseava no único, o que implicava curto prazo e finalismo, a história serial liga-se aos fenômenos repetitivos e decompõe a realidade em níveis diferentes. Estuda as variações no longo prazo e já não está sujeita ao “avanço misterioso do acontecimento”. (Bourdé & Martin, 1983, p. 147-148)

Entre as críticas dessa Nova História, releva-se uma certa predileção da releitura de fontes conhecidas à busca de novos documentos; e o fato de que essa releitura poderia pressupor, em algumas vezes, que o imaginário, os sonhos, as construções ideológicas podem reter mais a atenção do que as condições reais de existência. “A história tornou-se um show permanente.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 152)

As décadas de 1960 e 1970 assistem o marxismo estendendo-se à história das mentalidades, sobrepujando a história econômica. G. Duby, em *Fazer História* (1974), lança um conceito de ideologia:

“Um sistema de representações (imagens, mitos), dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma dada sociedade (...) que estabelecem sobre uma memória dos antepassados, objetiva ou mítica, o projeto do ascenso de uma sociedade mais perfeita.” (t. I, p. 149 e p. 152, in Bourdé & Martin, 1983, p. 173)

P. Vilar, em *Fazer História*, cita as convergências entre as histórias dos Annales e a história marxista, na busca por uma história total:

“A tarefa do historiador marxista se confunde com a de qualquer historiador, na medida em que consiste em confrontar os conceitos elaborados teoricamente com realidades concretas que aparecem ao contato dos documentos; na medida em que implica um vaivém constante da teoria para a prática, da prática para a teoria, evitando as duas escolhas do idealismo e do empirismo.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 174)

A década de 1980 nos traz um certo retorno ao estruturalismo, surgido na década de 1950, como “uma forma de se tentar escapar às ideologias”. Levi-Strauss em *Raça e História* (1952), havia declarado que “a história horripila porque dá o primado ao acontecimento e porque afirma o progresso inelutável do pensamento.” O autor ataca o etnocentrismo e o evolucionismo implícito no pensamento europeu, com um modelo interpretativo da roleta:

“Tal como o cálculo das probabilidades nos ensina que uma coligação de apostadores tem mais possibilidades de ter êxito do que um jogador isolado, assim várias culturas em relação mútua serão mais criadoras do que uma única. Daí o absurdo que consiste em “declarar uma cultura superior a uma outra, porque o progresso resulta das interações entre os diferentes campos culturais.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 178)

Prossegue Levi-Strauss que a “marcha da humanidade” é “incerta e ramificada, cheia de fracassos e arrependimentos, nada tem de progressão triunfante.” Compara a História – que organiza seus dados em relação às expressões conscientes - à etnologia, que, através da linguística, procura organizar as expressões inconscientes à cada instituição ou costume. Em *Pensamento Selvagem* (1962), Strauss salienta a fraude de uma “história universal”, uma vez que o fato histórico seria inesgotável, envolto em “uma multidão de fenômenos individuais.” O pensamento estruturalista de Strauss sintetiza que cabe ao historiador selecionar um ponto infinitesimal de qualquer fato histórico, dado que...

“A história só pode ser parcial, na medida em que trata de subconjuntos e não do todo, e parcial porque reinam aí pontos de vista inconciliáveis e igualmente verdadeiros.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 182)

Em *Tristes Trópicos*, Strauss complementa sua teoria: “Qualquer paisagem se apresenta em primeiro lugar como uma enorme desordem que deixa livre escolher o sentido que se prefere dar-lhe”. (Bourdé & Martin, 1983, p. 84)

Nathan Wachtel, na *Visão dos Vencidos* (1971) apresenta uma certa “carta etno-histórica”. Descreve o ponto de visto dos índios da América, “vítimas da conquista espanhola do século XVI”. Descreve que, além de vencer as habituais barreiras da distância no tempo, o historiador deve vencer a diferença entre “um mundo marginal e a cultura dominante”.

A história estrutural traz ainda uma nova ideia de revolução, que abalaria o modo de se escrever e interpretar a história: além da habitual ruptura, que derruba a antiga estrutura e recoloca a nova, soma-se ao conceito a possibilidade de um processo lento e silencioso, como a revolução agrícola, que se estenderia por 300 anos. De tal modo, a revolução deixa de ser “a sequência de acontecimentos únicos” para se “uma onda de inovações que se propaga a partir de um ponto inicial através de inúmeras repetições.” (Bourdé & Martin, 1983, p. 187).

A tal pensamento, Foucault acrescenta que a história das ideias não se dá pelas continuidades culturais (trocas, influências), mas se forma pela coerência interna dos diferentes sistemas conceituais, e pela passagem de um sistema para outro. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault salienta: “O que tanto se chora, não é o desaparecimento da história, é o apagamento dessa história que era, em segredo, mas toda, referida à

atividade sintética do indivíduo.” (Foucault, 2008, pp. 23-24) A partir desse momento, a história não deve descrever “os acontecimentos do pensamento”, mas buscar entender “as regras que condicionam a produção dos discursos numa época dada.” (idem) Foucault utiliza essa lógica para estabelecer as conexões entre um determinado conjunto de redes - prisão, escola, quartel e oficina – e a submissão das vontades de “um corpo dócil” (em *Vigiar e Punir*); bem como para relacionar a combinação dos elementos necessários para que um mito se insira num sistema de transformações (*A Análise dos Mitos*)

2.5. A História Militar

“A guerra é mãe e rainha de todas as coisas” (Heráclito)

2.5.1. A História Militar Tradicional

A história Militar é tradicionalmente a história das guerras, campanhas e batalhas. (Pedrosa, *Feitos dos grandes generais*, 2011, p. 2). Keegan nos traz um conceito similar: “A história Militar, podemos inferir, tem, em última análise, de tratar da batalha.” (Keegan, 2000, pp. 28-30)

A importância da História Militar confunde-se com a importância da própria História da Humanidade. Muitos dos primeiros relatos históricos descrevem conflitos e batalhas. “Não será decerto por acaso”, escreveu Nuno Severiano Teixeira (1991) “que um dos primeiros textos históricos é a história de uma guerra – *A História da Guerra do Peloponeso, de Tucídides*.” Heródoto, considerado pelo filósofo Cícero como o *Pai da História*, ou o primeiro historiador ocidental, tem sua obra “*Histórias*” comumente organizada pelos pesquisadores em nove livros; o primeiro deles descreve as Guerras Médicas, entre gregos e persas, entre os séculos IV e V a.C.; Políbio (265-146 a.C), descreveu as Guerras Púnicas, entre Roma e Cartago. (Pedrosa, 2011)

Relatos ainda mais antigos descrevem batalhas entre homens e deuses e seres mitológicos. Entre essas narrativas de episódios militares encontram-se a Epopeia de Gilgamesh (Século XII a.C.) e a Ilíada, de Homero (Século VII a. C.)

Ainda segundo o historiador português Nuno Severiano Teixeira (1991), do ponto de vista epistemológico, a história militar tradicional partilha de uma mesma concepção de fato, tempo e sujeito histórico. O fato, ou “acontecimento”, é único, e se concretiza no grande feito militar; O tempo histórico também é uno, linear, contínuo e irreversível; e finalmente o sujeito histórico, o “herói”, chefe militar, é o protagonista dos grandes acontecimentos. “A história, portanto, não é mais que a sucessão dos grandes feitos, protagonizados pelos heróis, em que não raras vezes coincidem chefe político e chefe militar”. Ainda segundo o autor, em relação a sua função social, a “história militar começou a tomar forma no século XIX, quando também estavam em voga os movimentos nacionalistas. A disciplina era utilizada para legitimar o Estado Nacional, reforçar e construir sua identidade, servindo muitas vezes como mitos fundadores da nacionalidade. (grifo nosso) “A guerra, a batalha, os grandes feitos militares e seus heróis tinham aí um papel decisivo. Numa palavra, são a textura ideológica da memória nacional.” Desse modo, segundo Teixeira, a história militar cumpria sua dupla função. Por um lado, uma função interna, profissional, de formação dos quadros militares... Mas por outro lado, a história militar, não fugindo aos pressupostos da historiografia em geral, participava consequentemente da concepção dominante de uma história heroica, patriótica e comemorativa... A história das grandes campanhas, das batalhas decisivas e dos chefes militares, não só participa e se identifica com os mitos e heróis nacionais no sentido político mais global, como, em muitos casos, é atravessada por um discurso de autolegitimação, seja do papel da instituição militar em geral, seja de determinada opção estratégica ou tática. Ora, é contra esse paradigma tradicional da historiografia, fundado sobre o *événementiel* político-militar e sobre o processo de legitimação da história, que se afirma o processo de renovação historiográfica que estaria na origem da crise da história militar.” (Teixeira, 1991, p. 57)

Embora, segundo Jay Luvaas (in Weigley, 1981, pp. 37-38), “a História tenha começado com a História Militar”, a História Militar nos Estados Unidos somente logrou um lugar de destaque nas universidades em 1912, quando o Professor R.M. Johnston ministrou um “meio curso” na Universidade de Harvard. Prossegue o autor na justificativa para a falta de interesse acadêmico sobre o assunto:

“Os academicistas, que nem sempre são os indivíduos mais tolerantes, mantêm ainda uma antiga suspeita de que a História Militar deve, de alguma forma, ser identificada com

o “militarismo” e isto em uma época na qual o Exército está reconhecendo oficialmente a necessidade de desenvolver em seu quadro de oficiais, uma mentalidade voltada para a História.” (Weigley, 1981, pp. 37-38)

Luvaas discorre sobre a dificuldade dos autores militares sobre seu relacionamento com uma “realidade crua”: Quando convocados a redigir uma História oficial, particularmente a versão oficial de alguma campanha na qual seu próprio Exército esteja envolvido, os autores têm se amparado nas mais diversas razões para abusar da História.” (Weigley, 1981, p. 52) O General James E. Edmonds, que escreveu a História Oficial inglesa das operações militares da I Guerra, confessaria mais tarde: “Não se pode contar a verdade – a lealdade ao velho Exército se contrapõe.” Da mesma forma, o General Ian Hamilton, comandante inglês em Galípolis, pronunciou: “No próprio dia da batalha, as verdades podem ser pinçadas em toda a sua nudez; porém, na manhã seguinte, elas já terão começado a trajar seus uniformes.” Isso porque, afinal, a História Militar está sujeita aos problemas e pressões que a envolvem, o que ocorre muito menos frequentemente quando se escrevem outros gêneros de História. (Weigley, 1981, pp. 52-53)

Se o distanciamento entre militares e acadêmicos reflete a produção sobre a História Militar nos Estados Unidos, no Brasil a situação é ainda mais agravada. Pode-se dizer, que até o século XX, a maior parte da produção literária militar brasileira foi escrita por militares ou por historiadores civis envolvidos em alguma história oficial “influenciada” pelo Governo brasileiro, como é o caso dos historiadores do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, envolvidos nas narrativas oficiais desde o 2º reinado.

O Manual de História Militar usado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) adota a definição proposta pelo historiador militar Cláudio Moreira Bento:

“História Militar é a parte da História da humanidade que nos permite reconstituir a História da Doutrina Militar. E Doutrina Militar são os princípios pelos quais os Exércitos têm se preparado (organizado, equipado, instruído e desenvolvido as forças morais) para a eventualidade de conflitos e se empregados em guerras.” (LACERDA e SAVIAN, 2009:08)

Para os militares, a função didática da História Militar é extremamente utilitária, um dos motivos pelo qual os escritores militares insistem na visão tradicionalista da descrição dos episódios militares. Napoleão Bonaparte ratifica essa visão: “O conhecimento das

partes superiores da guerra só se adquire pela experiência e pelo estudo da história das guerras e das batalhas dos grandes capitães.” (Azevedo, 1998, p. 23) Clausewitz partilha da mesma opinião: “Os exemplos históricos esclarecem tudo. Possuem, além disso, um poder demonstrativo de 1ª categoria. Isto verifica-se na Guerra mais do que em qualquer outro campo.” (Clausewitz, 1979, p. 191)

Dentre às principais críticas da história militar tradicional avulta-se uma tendência a baixa acuidade metodológica, uma vez que grande parte dessas narrativas são ancoradas na paixão descritiva, em detrimento do trabalho de historiadores profissionais. Em função dessas características, acrescenta Pedrosa, ficou conhecida depreciativamente nos Estados Unidos como “História-Batalha”. Em função de sua origem não especializada e “corporativa”, tem clara tendência ao mito, ao enaltecimento de figuras históricas e certa condescendência no julgamento dos fatos e protagonistas. Essa tendência é natural e inerente ao “militar historiador”. (Pedrosa, 2011, p. 8)

Os mitos, segundo Emile Durkheim, constituem narrativas de caráter simbólico, e expressam maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção. (Durkheim, 2007, p. 3)

2.5.2. A Nova História militar

“De fato, como oficiais de carreira, os alunos, frequentemente, ainda pressionam os historiadores para que eles definam as lições a serem aprendidas do estudo da História Militar. Desejam, mais ainda, algo de prático, algo de utilidade para sua profissão. Vamos verificar que eles estão dispostos a receber daqueles que são mais profissionais da história do que da carreira de armas a frustrante resposta de que a História não ensina lições.” (Weigley, 1981, p. 23)

“Se os homens pudessem, realmente, perceber o sentido das lições do passado militar, eles não se engalinhariam tão frequentemente em guerras... Entretanto, em virtude do fato de que os ensinamentos da Guerra são confusos e de que as nações continuam se empenhando em Guerras, cada nação deve estar preparada, e os militares devem, através do estudo da História Militar e de outros meios ao seu alcance, adestrarem-se experimentalmente em sua profissão.” (Weigley, 1981, p. 27)

A Nova História Militar é fruto do desenvolvimento da História Militar no decorrer do século XX, que acrescentou à história tradicional, de essência descritiva, o criticismo inerente à Nova História. Os Annales de Marc Bloch e Lucien Febvre lançaram na história

tradicional a “história das mentalidades”, através da multidisciplinaridade dos estudos históricos, novas fontes de pesquisa e novos pontos de vista. A democratização das sociedades e os questionamentos crescentes após a Segunda Guerra Mundial demandaram a ampliação do conceito de história militar, que passou a abranger, sistematicamente, a relação das instituições militares com a sociedade. O fenômeno da Guerra, sintetizou Pedrosa,

“Evoluiu de uma dimensão puramente militar para uma dimensão total, na qual as operações militares já não se restringem a um espaço limitado, conhecido como campo de batalha, mas afetam toda a sociedade... , incluindo a totalidade dos países ao alcance dos modernos meios de destruição e fazendo a população civil vítima de ataques indiscriminados. Nessa ampla dimensão da guerra, o cidadão comum é chamado a pegar em armas, sendo de seu interesse conhecer as entranhas e os mecanismos das instituições militares. (Pedrosa, 2011, p. 3)

O estudo da História Militar como uma ferramenta de formação profissional dos militares americanos sofreu grande abalo no final da 2ª Guerra Mundial, quando a ameaça da guerra nuclear salientou a importância das ciências exatas e da enorme dependência dos analistas dos sistemas informatizados. A partir de 1971, todavia, quando se constatou que esses novos profissionais foram incapazes de evitar o fracasso americano na Guerra do Vietnã, exatamente por terem desprezado a história e a Cultura, o Exército norte-americano buscou mecanismos para revalorizar o estudo da História. Desse pensamento surgiu na Escola de Guerra do Exército, em Carlisle Barracks, um curso dirigido por historiadores militares norte-americanos, na maior parte professores civis, cujos arquivos geraram o livro *Novas Dimensões da História Militar*, organizado por Russel Weigley (1981). Uma das principais sínteses daquele movimento é a de que

“A Nova História Militar, como parte integrante da história inteira, não é isolada do resto... Mas seu campo de ação não pode ser prejudicado pela pretensão com que os novos historiadores militares afirmam sua libertação da antiquada História Militar, de ênfase nas operações, ou na tática ou estratégia, dela deixando de tratar.” (Weigley, 1981, p. 8)

Weigley, embora defenda que não há lições militares a serem aprendidas na História, alega que seu estudo pode propiciar “uma certa intuição que sirva de orientação para a estratégia” (p. 24). Complementa de seu estudo:

“Entre os extremos da dialética de Clausewitz e da excessiva simplicidade geométrica de Jomini, a História Militar continua sendo o melhor guia ao qual o estrategista possa recorrer, o único meio com que o militar conta para substituir a prática.” (1981, p. 25)

Theodore Rope (in Weigley, 1981) sugere que o tema central da Nova História Militar é a observação que a primeira chave para se entender qualquer Força Armada é a de que ela constitui um prolongamento da sociedade que a criou... A lógica estabelece que, de uma sociedade malsã, dificilmente podem resultar Forças Armadas sadias.”

A Nova História Militar é relativamente incipiente no Brasil. Grande parte dessa tendência se explica pelo distanciamento entre os militares e os acadêmicos, ocorrida principalmente após a intervenção dos militares na política após 1964. Segundo Pedrosa (2011), o início do revisionismo dos “novos historiadores militares” ocorreu em 1990, com a publicação do livro *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na formação do Exército*, de Ricardo Salles. O autor contesta a explicação das causas da guerra do Paraguai como uma intervenção imperialista incitada pela Inglaterra, contra um suposto modelo de economia semissocialista defendido por Solano Lopes. Pedrosa cita ainda as obras de Francisco Doriatioto (*Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, 2002); Vitor Izecksohn (*O Cerne da Discórdia*, 2002 – sobre a discussão sobre a profissionalização do Exército surgida na guerra do Paraguai); e Adriana Barreto de Souza (*Duque de Caxias, o Homem por trás do Monumento*, 2008).

Não há ainda no Brasil uma obra que se disponha a fazer o revisionismo sistemático de toda a sua história militar segundo os conceitos evocados pela Nova História. A obra que mais se aproxima é *Nova História Militar*, livro organizado por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Kraay em 2004, e que reúne artigos de diferentes autorias. É, todavia, uma obra episódica. Embora relevante e importante sobre a nova temática, aborda isoladamente alguns dos importantes acontecimentos militares ocorridos no Brasil.

Pedrosa cita ainda dois brasilianistas: Frank McCann (*Soldados da Pátria – 2007* - uma história do Exército Brasileiro da queda da monarquia até as primeiras décadas do século XX) e Peter Beattie (*Tributo de Sangue – 2009* - sobre o serviço militar obrigatório no Brasil).

CAPÍTULO II – A Historiografia dos dois primeiros séculos da América Portuguesa efetivamente escrita nos dois primeiros Séculos (XVI e XVII): Historiografia militar do reconhecimento, da ocupação do território e das invasões francesas e holandesas.

“O desenvolvimento do Brasil tem que ser visto como mais do que o alargamento e definição de suas fronteiras; deve ser compreendido no contexto de um sistema bipolar existente no Atlântico Sul, e cumpre ao historiador reconstituir as relações entre as regiões através do estudo da circulação de pessoas, bens e configurações culturais”
Ramada Curto. (2008, p. 10)

A conquista do Brasil se dá no contexto da diáspora portuguesa. Na expansão do império português, iniciada com a conquista de Ceuta (1415), novas terras atlânticas vão sendo sucessivamente anexadas, como a Madeira (1419) e os Açores (1427). Em 1499, Vasco da Gama comandou a primeira frota a contornar (ida e volta) a África e chegar a Calicute. A descoberta do Brasil no ano seguinte e a gradativa ocupação da América portuguesa viria a garantir a hegemonia dos lusitanos no imenso corredor Atlântico sul, que conduzia os europeus às riquezas das Índias.

Dois anos após a descoberta do Brasil, Américo Vespúcio, responsável pelo reconhecimento oficial da nova terra, em uma Carta que dirigiu a Caminha, afirmou que a terra “servia como pousada”. Em uma carta de D. Manuel aos Reis da Espanha, o mesmo argumento é repetido. (Jaime Cortesão, p. 240, in Rodrigues, 2019, p. 5). No mesmo período, todavia, surgem as primeiras notícias do pau Brasil, fixando o primeiro interesse econômico na terra, e da presença dos franceses, primeira ameaça. Começava a intensa atividade militar para a efetiva posse e ocupação da América portuguesa, que contou ainda com o combate aos nativos que se opunham à submissão, aos corsários que atuavam nas costas litorâneas, aos espanhóis que disputavam os seus limites fronteiriços, e finalmente, quando se estabeleceu a indústria açucareira no nordeste, aos holandeses que buscaram surrupiá-la.

O objetivo deste capítulo é identificar e analisar as narrativas militares que constituíram a Historiografia da América portuguesa dos séculos XVI e XVII, escritas por portugueses e outros europeus ainda naqueles dois primeiros séculos, sobretudo buscando, segundo sugerido na nossa hipótese, a identificação do momento da formação de um caráter nacionalista no Brasil, oriundo dessas ações militares.

3.1. A Historiografia militar dos dois primeiros séculos

Não existe, nos primeiros dois séculos do Brasil, uma obra dedicada exclusivamente à sua história militar. A primeira História Militar do Brasil seria escrita apenas no século XVIII (1762), por José Mirales, tenente-coronel espanhol da Guarnição de Salvador. Abordaremos essa obra no capítulo III.

Não existe nos dois primeiros séculos no Brasil, sequer uma história total. Os documentos e a maior parte dos relatos (ou relações) são constituídos de cartas e crônicas. A historiografia do período é episódica. Em 1658, os portugueses criaram o cargo de “Cronista da América”, uma vez que “as ações heroicas que os vassallos de S. A. haviam obrado no Brasil, à custa do seu trabalho, vidas, honras e fazendas, mereciam o nome de grandes em todo o mundo...” (Vieira Fazenda, in Rodrigues, 2019, p. 440) Diogo Gomes Carneiro, natural do Rio de Janeiro e formado pela Universidade de Coimbra, foi o cronista nomeado; apesar de receber honorários por alguns anos, não há notícias sobre qualquer obra que tenha produzido como resultado de sua função.

A única obra do período com a pretensão de fugir às narrativas episódicas e a primeira nesse sentido no Brasil, é História Geral, de Frei Vicente do Salvador, de 1627, cujo trabalho lhe valeu o epíteto de “Pai da Historiografia Brasileira” (Venâncio, 1967). Apesar do título, todavia, “a obra ainda é por demais episódica: descreve acontecimentos “franco-maranhenses e nordestino-holandeses” (Rodrigues, 2019, p. 474). A narrativa de Frei Vicente sobre tais acontecimentos descreve um conteúdo essencialmente militar; e constituirá parte importante deste capítulo.

Com o intuito de organizar nossa análise, dividimos este capítulo em quatro tópicos: A historiografia do reconhecimento (viajantes e jesuítas); a historiografia da ocupação da terra (propaganda migratória e a “profecia do desastre”); a historiografia das invasões francesas; e a historiografia das invasões holandesas

3.2 A Historiografia do Reconhecimento (Viajantes e Jesuítas)

3.2.1. O Reconhecimento dos Viajantes

A viagem de Pedro Álvares Cabral inaugura a documentação escrita no Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha, recém nomeado escrivão da feitoria a ser erguida em Calicute, na Índia (razão pela qual encontrava-se na frota de Cabral), pode ser considerada a “certidão de nascimento” do Brasil (Rodrigues, 2019). A atmosfera de segredo como questão primordial nos assuntos de uma estratégia nacional portuguesa em relação à expansão de seus domínios, foi um dos fatores para que a referida carta só se tornasse pública no século XIX. O longo caminho e o lapso de três séculos de tempo entre a escrita da Carta e a sua publicação tornam-se um exemplo perfeito para a assimilação das dificuldades na obtenção das fontes historiográficas do século XVI no Brasil. A Carta de Caminha teria sido encaminhada ao Reino, em uma das naus de mantimento, após o dia 1º de Maio; enquanto o restante da frota seguia para Calicute, seu destino original. O documento seria o único dos sete escritos no episódio (havia mais seis escrivães na Armada). E teria sobrevivido à posteridade exatamente por não conter nenhuma informação sobre o caminho das Índias, nem sobre a eminente exploração do pau-brasil – fonte que constituiria ao longo do século o primeiro ciclo econômico da terra recém-empossada. (Rodrigues, 2019, P. 1) A carta foi arquivada na Torre do Tombo, em Lisboa, até ser resgatada por José Seabra da Silva e publicada por Manoel Aires do Casal, em 1817, em *Corographia Brasilica*. Somente em 1853 é publicada no Brasil por José Francisco Lisboa, no seu jornal *Timon*, no Maranhão, e Varnhagen – historiador cuja importância será relatada no terceiro capítulo desta tese – a publica em 1877.

Grande parte dos documentos produzidos nos dois primeiros séculos no Brasil – de grande interesse pela descrição das riquezas da terra, bem como pela descrição de importantes aspectos geográficos interessantes à navegação e a descrição de aspectos etnográficos - só foram reveladas ao público no século XIX. Naturalmente, grande parte desses documentos se perdeu; bem como a autenticidade de grande parte desses documentos tem sido questionada. Outra característica importante do período é a quantidade de fontes escritas pelos viajantes estrangeiros (cidadãos não portugueses, a serviço de seus reinos ou credos religiosos), uma vez que o interesse comercial e as disputas imperialistas entre os atores europeus aguçavam a curiosidade sobre a nova terra:

genoveses e florentinos, espanhóis, franceses e alemães estão entre os responsáveis por essa historiografia.

José Honório Rodrigues (2019), um dos mais proeminentes estudiosos sobre a historiografia brasileira, classificou os relatórios de reconhecimento como “Cartas da conquista”, que são as cartas de viagem que dão conta aos seus destinatários dos achados da terra. Fazem parte dessa fase, segundo o autor: a Carta de Pero Vaz de Caminha (1500); a Carta do Piloto Anônimo da Esquadra de Cabral (1500); a Carta de Giovanni Matteo Cretico (1501); a Carta de Américo Vespúcio (1502); O Livro da Nau Bretoa, de Duarte Fernandes (1511); a Nova Gazeta da Terra do Brasil, de autor alemão, não identificado (1514); o Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza (1530-1532); o Relato de Viagem de Ulrico Schmidel (1553); a Narração de Cabeza de Vaca (1555); e as Aventuras de Hans Staden (1557).

Embora restrita a um pequeno e privilegiado círculo de pessoas próximas ao Rei, a carta de Caminha inaugura também a mítica da “natureza endêmica”, ou, nas palavras de Marilena Chauí sobre o assunto, a visão de um “Brasil-paraíso”. Havia por certo uma pretensão dos narradores, nesse primeiro momento, de convencer o Reino de que valeria a pena o investimento na terra. Posteriormente, uma narrativa favorável da terra passaria a constituir uma importante propaganda migratória para atrair súditos para o seu povoamento. A expectativa da presença de riqueza surge num dos primeiros relatos sobre a interação dos povos:

“Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata.” (Rodrigues, 2019, p. 57)

Se a terra era fértil, seus habitantes, dentro dessa lógica paradisíaca, haviam de ser cordiais. Nesse sentido, a descrição do primitivismo indígena, bem como do contato amistoso entre as duas raças constituem também características seculares da narrativa portuguesa inaugurada no documento. De fato, “Caminha adiantou em dois séculos o discurso de Rousseau em relação ao bom selvagem.” (Rodrigues, 2019, p. 57) Os conflitantes relatos do século seguinte, todavia, desmitificariam esse relacionamento. À

cordialidade dos Indígenas somava-se a necessidade da missão evangelizadora para a sua submissão:

“Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.” (Rodrigues, 2019, p. 58)

Outro documento descrevendo o mesmo evento – A Carta do Piloto Anônimo da esquadra de Cabral (1500) relata também a cordialidade do indígena e a facilidade em utilizá-los como “parceiros econômicos”, citando a facilidade no escambo: “trocam arcos e flechas por guizos e folhas de papel, pedaços de pano ou papagaios e mandioca”; bem como sua boa índole: “os indígenas consolaram os dois degradados que foram deixados chorando na terra”.

A Carta de Giovanni Matteo Cretico (1501), escrita em Lisboa para o Doge Veneziano, descrevendo a descoberta da nova terra, ao contrário da maioria dos outros documentos similares, envoltos em segredo, foi publicada em Vicenza em 1507. O documento é indício de que as nações mercantes europeias acompanhavam de perto as atividades portuguesas. Embora a autoria do documento seja questionada, subentende-se que tenha sido escrita por um português de alta educação, tripulante da frota de Cabral. As informações contidas na Carta teriam sido solicitadas pelo cronista de Veneza Domenico Malipiero, ao seu ex-secretário Ângelo Trevisan, então auxiliar de Domenico Pisani, embaixador de Veneza na Espanha. (Rodrigues, 2019, p. 8).

A carta do florentino Américo Vespúcio, dirigida a Lourenço de Médici (1502), é uma das cinco cartas escritas pelo navegador cujo nome batizaria o continente. Todavia, é a única, entre as consideradas autênticas, que trata do Brasil (Rodrigues, 1979). Vespúcio viveu no Brasil 10 meses, sendo que 27 dias entre os indígenas. Vespúcio teria feito o reconhecimento da terra recém-descoberta, desde o Cabo São Roque, no atual Rio Grande do Norte, até Cananéia, ponto de “fronteira” com as terras espanholas, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Teria seguido, no entanto, até o Rio da Prata.

Assim como a Carta de Caminha, o documento de Vespúcio descreve a terra como o “Paraíso-terrestre”. Todavia, o fato de o destinatário da carta não ser o Rei português, mas um mercador italiano, talvez possa ter contribuído para uma versão mais “realista” em

relação à descrição dos nativos: “Guerreiros cruéis, comiam carne humana.” (Rodrigues, 1979, p. 5) Outro aspecto relevante desse documento é a narrativa (inédita) da existência do Pau-Brasil.

Em 1504 a viagem do Capitão francês Binot Paulmier de Gonneville, descrita por D’Avezac: *Campagne du navire L’Espoir de Honfleur, 1503-1504. Relation authentique du voyage du capitaine de Gonneville ès Nouvelles terres de Indes*, surpreende pela descrição da precocidade das atividades francesas para a exploração do pau Brasil entre a Bahia, Pernambuco e Cabo Frio. O documento revela as importantes informações de reconhecimento da terra e de seus habitantes ao Rei francês. Descreve ainda que o navio do capitão Gonneville voltou para a França com dois indígenas a bordo. Um deles, Essomeric, tinha 15 anos e era filho de um cacique. Foram levados “porque é costume entre os que chegam a novas terras das Índias trazer prova à cristandade de alguns índios” (Ed. de Araripe, p. 345). A descrição da viagem do filho do cacique à França, levado por consentimento, é indício da precoce aliança que se desenhava entre franceses e tupinambás. “Não é de se estranhar a festa brasileira de Ruão, em 1550, com 50 índios brasileiros” (Rodrigues, p. 39).

A primeira notícia do pau Brasil de Vespúcio, em 1502, e as primeiras informações de D’Avezac, de 1503, indicam que os franceses começam cedo a disputar espaço no território português, devido ao tráfico da madeira vermelha. Além da terra, a mão-de-obra indígena, que é a responsável pela extração e embarque das toras, também é disputada entre portugueses e franceses. Notícias da época dão uma noção do valor da mercadoria: “Fernão de Noronha e outros cristãos-novos já produziam 20.000 quintais da madeira vermelha em 1506, lucrando até três ducados por quintal vendidos em Lisboa. Pagavam à Coroa Portuguesa, pelo arrendamento, 4.000 ducados.” (Rodrigues, 2019, p. 38)

Em 1511, *O Livro da Nau Bretoa*, de Duarte Fernandes, é outra crônica de exploração e comércio. Descreve o reconhecimento de novos trechos da terra, incluindo o Rio São Francisco e Cabo Frio, para a exploração de pau-Brasil. A Nau, que teria pertencido ao português Fernando de Noronha, em sociedade com o genovês Bartolomeu Marchionni, retornou a Portugal com cinco mil toras de pau Brasil, trinta e tantos índios cativos (apesar da recomendação para não se levar gente da terra para Portugal), além de animais e pássaros. (Rodrigues, 1979, p. 9) É relevante a descrição sobre os índios: revela indícios de

que a primeira transação envolvendo escravos no Brasil tenha sido a remessa de escravos índios para Portugal, antes mesmo que os portugueses trouxessem os cativos africanos para o Brasil. (grifo nosso) É relevante ainda notar que os portugueses, desde o século XV, já traficavam escravos africanos para a Europa.

Em 1514, *A Nova Gazeta da Terra do Brasil* é um relato da viagem comercial do português D. Nuno Manuel. O ineditismo da obra vem do fato de ter sido escrita em alemão, provavelmente por um agente de uma casa comercial daquele país instalada na Ilha da Madeira. Traz relatos de geografia e etnografia para um público europeu adverso ao português. (Rodrigues, 2019, p. 9)

Em 1530 dá-se, com Martim Afonso de Souza, o que a historiografia brasileira denomina de “a primeira expedição colonizadora” do Brasil. Tal expedição, composta de 400 pessoas, vinha com ordens para expulsar os franceses da costa brasileira, que seria então dividida em capitanias hereditárias, que El-Rei concederia a donatários. Em 1532 foi fundada São Vicente, a primeira Vila do Brasil, seguida da instalação de um engenho para a cultura do açúcar.

O *Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza*, de 1530-1532, foi escrito pelo irmão de Martim Afonso de Souza, que o acompanhou na expedição. Descreve o contorno da costa brasileira e detalhes técnicos importantes para os antigos navegadores. Do ponto de vista histórico, nos traz questões relativas à utilização pelos portugueses dos degradados como primeiros observadores, ou “embaixadores” (descreve as ações de Caramuru, por exemplo), e contribuições sobre o aborígene brasileiro. (Rodrigues, 2019, p. 10)

Viajantes espanhóis também deixaram suas narrativas no primeiro século da historiografia brasileira. *A Relación de las cosas sucedidas em el Rio de la Plata* (1555), do governador espanhol Cabeza de Vaca, é um importante documento de reconhecimento das rotas do interior do território brasileiro. Cabeza de Vaca é um dos quatro sobreviventes da expedição à Flórida, cuja descrição introduziu na Espanha a noção da riqueza do Novo México. Interessa ao nosso estudo a viagem efetuada entre 1541 e 1542, das praias de Santa Catarina até o interior do Paraguai, passando pelo planalto de Curitiba. A descrição minuciosa da exploração foi utilizada em 1894 pelo Barão do Rio Branco, para reivindicar terras fronteiriças no território de Palmas, em litígio com argentinos. A relevância da narrativa de Cabeça de Vaca vem do fato da utilização, pelos espanhóis, do Caminho de

Peabiru, que teria sido uma via construída pelos nativos pré-colombianos, cujo itinerário ligaria Florianópolis (ou uma ramificação em São Vicente) a Cusco, no Peru, passando pela atual São Paulo e Assunção (Foz do Iguaçu). Por conta dessa expedição espanhola em terras portuguesas, que teria como resultado a solicitação de parte dessas terras pelos espanhóis, os portugueses teriam proibido esse caminho aos castelhanos.

Outro importante relatório de reconhecimento das rotas interioranas é o *Relato de viagem* do alemão Ulrico Schmidel (1567). O autor descreve o quadro de penetração entre o Brasil e o solo paraguaio. Schmidel foi um dos fundadores de Buenos Aires. Entre 1552 e 1553 percorreu também o caminho de Peabiru, entre Assunção e São Vicente. Em São Vicente já havia o engenho de açúcar dos Schetz. Schmidel passou pelo planalto de Piratininga, mais especificamente Santo André da Borda do Campo, onde vivia João Ramalho. Segundo o autor, João Ramalho (também um degredado) já vivia na terra há 40 anos, representando, com seus adeptos e tribos sujeitas às suas ordens, uma força notável, à qual mesmo os portugueses de São Vicente não podiam fazer oposição. Esse poder teria sido o motivo pelo qual subiram a serra para conseguir a sua lealdade, tanto o donatário Martim Afonso de Souza, quanto o Governador Geral Tomé de Souza. É um documento riquíssimo por descrever enormes trechos do território brasileiro desconhecidos no século XVI.

Outro alemão, Hans Staden, fez duas viagens ao Brasil. Na primeira, com os portugueses, em 1547, veio a Pernambuco como artilheiro de um navio que comercializava o pau-Brasil. Participou da luta contra os indígenas. Na segunda viagem, em 1548, veio com os espanhóis para fundar um povoado em Santa Catarina. Emprega-se como arcabuzeiro em Bertioga. Foi aprisionado em 1554 pelos índios tupinambás, e fica nessa situação por quase dez meses. Seu livro de 1557, *Warhaftige Historia and Beschreibung eyner Landschafft Wilden*, é a primeira descrição da vida e dos costumes selvagens de indígenas não aliados – mesmo porque nenhum prisioneiro havia logrado a sobrevivência (Rodrigues, 2019, p. 14). Narra ainda a acirrada disputa entre portugueses e franceses e seus respectivos aliados indígenas, reforçando a frequência com que os franceses visitavam também o sudeste e parte do sul do Brasil.

3.2.2. O Reconhecimento dos Jesuítas

A temática religiosa na narrativa historiográfica, como vimos no capítulo anterior, se estendia pela Europa desde a baixa Idade Média, e ainda era prioritária, de uma maneira geral, na Europa dos séculos XVI e XVII. O que a tornava peculiar no novo mundo era o vanguardismo na descrição da missão evangelizadora da Igreja como um viés do imperialismo mercantilista e seu consequente relacionamento com os nativos, envolvendo as discussões de cunho moral – europeus (incluindo os religiosos) amancebados com várias mulheres, por um lado, e a questão do trabalho braçal indígena, por outro. Sobre a importância dos relatos religiosos dos jesuítas para a historiografia, descreve Rodrigues:

“Ninguém teve, no Brasil colonial, tanta consciência histórica como os jesuítas. Não deram um passo, não converteram uma alma, não pacificaram colonos e indígenas, não dissolveram costumes brasílicos, não venceram os medos ou pecados da terra sem deixar escrita sua obra ou ação”. (Rodrigues, 2019, p. 249)

Os Jesuítas, assim como os Capuchinhos franceses e outros religiosos que acompanhavam as expedições e os empreendimentos europeus na América, eram representantes de uma elite letrada e consciente de sua missão evangelizadora, que, ao mesmo tempo que “salvavam as almas” dos nativos, preparavam dessa maneira a domesticação do “selvagem” para cumprir os desígnios econômicos – e militares – dos invasores europeus.

Embora presentes nas expedições anteriores, os primeiros religiosos com missão colonizadora oficial chegaram em março de 1549, acompanhando Tomé de Sousa, o primeiro Governador do Brasil. Um deles, o Padre Manuel da Nóbrega, ficou no Brasil por 21 anos. Suas cartas descrevem “os costumes, o processo de colonização e o desenvolvimento da primitiva sociedade brasileira” (Rodrigues, 2019, p. 257) Entre as mais importantes para o estudo do crescimento material e espiritual do Brasil, prossegue Rodrigues, estão a *Carta ao Padre Mestre Simão Rodrigues* (1549); a *Informação das Terras do Brasil* (1549); as *Cartas a El Rey* (1551 e 1552); *Aos Padres e Irmãos de Portugal* (1559) ; a *Tomé de Souza* (1559) e os *Apontamentos de Coisas do Brasil*. Todo esse material só seria publicado por Vale Cabral, em 1886.

Em uma de suas cartas, Manuel da Nóbrega revela a diretriz que deveria ser adotada em relação aos índios: a conversão ao cristianismo e a fixação pacífica na terra eram aspectos fundamentais ao sucesso do projeto português na América:

“Defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher; vestirem-se; tirar-lhes os feiticeiros; mantê-los em justiça entre si e para com os Cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte (...), e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem.” (Rodrigues (2019, p. 258)

O Padre espanhol José de Anchieta chegou em 1553, acompanhando D. Duarte da Costa, 2º Governador do Brasil. Suas cartas só foram publicadas também em 1886, por Capistrano de Abreu. Entre elas está *Informação do Brasil e suas Capitânicas*, de 1584, onde descreve o estado das Capitânicas, passando minuciosamente pelas freguesias e engenhos de açúcar existentes, colégios de jesuítas e pelos costumes dos “brasis”. Mostra consciência do problema da conversão ao comparar os índios da Bahia com os de Piratininga: a conversão destes últimos havia sido bem menor, por haver menos sujeição do índio à civilização europeia, através da submissão a uma autoridade e o seu aldeamento. “A sujeição é a parte principal deste negócio” (Rodrigues, 2019, p. 261). Tal problema começava a ser resolvido com a obra introduzida por Manuel da Nóbrega.

A ele se deve também a *De Gestis Mendi de Saa* (Os Feitos de Mem de Sá), de 1563, onde relata a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. É tido como o primeiro poema épico da América e que antecede os *Lusíadas* de Camões. Escreveu também a *Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. A carta de 1565 - *Sobre os pecados da terra, os trabalhos de conversão e as lutas contra os franceses*, descreve a contenda entre portugueses e indígenas, da qual fez parte, oferecendo-se como refém dos Tamoios em Iperoig, enquanto Manoel da Nóbrega ultimava as negociações.

As cartas do jesuíta Fernão Cardim, escritas na década de 1580, juntamente com três escritos que foram reunidos sob o título de *Tratado da Terra e Gente do Brasil* (publicado pela 1ª vez no Brasil em 1925, embora tenha sido publicado três séculos antes, na Inglaterra – p. 131 da 1ª edição, de 1881), acrescentam às descrições corriqueiras da natureza e etnografia as narrativas de festas e de composições gastronômicas, contribuindo para a história social do país. Contabiliza os engenhos e realiza o censo dos locais que visita, incluindo índios e escravos. Segundo o autor, a Bahia possuía no período 36 engenhos,

3.000 portugueses, 8.000 índios e 4.000 escravos; Pernambuco 66 engenhos, 2.000 portugueses, 2.000 índios e muita escravaria da Guiné. São Paulo e Rio de Janeiro tinham 3 engenhos e 150 portugueses. O Tratado II, da obra *Tratado e Gente do Brasil – Do princípio e origem dos índios do Brasil*, é a razão pela qual Ferdinand Denis, historiador francês, nomeou Fernão Cardim como o único escritor português que conheceu e se preocupou com os indígenas, chegando a compará-lo com os religiosos franceses que acompanharam e narraram a França Equinocial.

3.3. Os cronistas quinhentistas: propaganda migratória e “profecia do desastre”

Passada a época inicial do reconhecimento do território, os cronistas que seguiram a construção de uma historiografia no Brasil continuam a descrever os atrativos da terra. Tal narrativa coincide com a necessidade premente da atração de povoadores portugueses que garantissem a manutenção da posse portuguesa do território. Ademais, é importante lembrar que um dos principais objetivos das narrativas dos fidalgos era informar o Rei sobre o sucesso de suas empreitadas, visando a devida recompensa através das reais mercês.

O crescente interesse de outros povos europeus pela terra era resultado da sua potencialidade econômica, que já se manifestava de diversas formas. Muitos desses narradores, atentando-se a esses fatos, clamam ao Reino a necessidade de uma política mais efetiva de defesa da terra, com efetivo e fortificações. Gabriel Soares de Souza, um desses cronistas, profetiza o desastre: “Se os estrangeiros se apoderarem dessa terra custará muito para lançá-los fora dela.”

Pero Magalhães Gândavo é responsável, segundo Rodrigues, pela 1ª história do Brasil: “A historiografia brasileira se inicia realmente com *O Tratado da Terra do Brasil* e *Tratado da Província do Brasil*, textos estes que teriam sido reunidos em 1572 no livro *História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*”. Varnhagen citaria mais tarde que Gândavo é “o autor que publicou o primeiro livro em português acerca do Brasil.” (Rodrigues, 2019, p. 430)

O próprio Gândavo justificou o atraso dos portugueses na confecção de uma história portuguesa na América: a negligência que tinham com a nova terra, uma vez que estavam

muito mais envolvidos com a exploração do oriente. Após sete décadas do descobrimento, muitos acontecimentos haviam alterado substancialmente a história da terra:

“Quando Gândavo a escreveu já se começara a introduzir no Brasil escravos negros, já se expulsaram os traficantes e corsários franceses e ingleses; fortalezas e cidades como o Rio de Janeiro estavam criadas e fundadas; e uma solenidade religiosa e linguística mantinha os laços de uma terra tão extensa. Já não existia um simples sistema de troca, pois havia começado a economia agrícola, com o cultivo da cana, a fundação de engenhos, o aumento da imigração portuguesa e a disseminação dos estabelecimentos europeus.” (Rodrigues, 2019, p. 432)

Gândavo era amigo de Camões, que escreveu a abertura da *História*: “Tem claro estilo, engenho curioso...” (Rodrigues, 2019, p. 432). Descreveu, como era a praxe dos documentos citados até aqui, a fauna, a flora e os nativos; avançou, todavia, incorporando a descrição da organização administrativa do território: as capitanias. Inseriu ainda na narrativa as potencialidades econômicas do vasto território.

A edição do Tratado do Brasil de 2008, sob responsabilidade do Senado Federal, traz no prefácio a citação de Capistrano de Abreu, que resume o espírito da obra: “seu intuito era mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la; seus livros são uma propaganda de imigração.” (Capistrano de Abreu, in Rodrigues, 2019, p. 432)

Em 1587 Gabriel Soares de Sousa escreveu *O Tratado Descritivo do Brasil* (a primeira publicação integral foi feita somente em 1825, em Lisboa, sob o título “Notícias do Brasil”). O autor teria chegado ao Brasil em 1569, onde viveu por 17 anos. Casou-se e enriqueceu. Foi Senhor de Engenho de açúcar na Bahia. A primeira parte da obra descreve a costa brasileira; a segunda parte contém a declaração das riquezas do Brasil. Trata muito especificamente da Bahia, seus engenhos, riquezas e agricultura.

No capítulo 20, trata da viagem do seu irmão pelo sertão do Brasil, onde teria recolhido amostras de ouro, prata e pedras preciosas, que teria enviado para Gabriel Soares antes de morrer.

Em observação sobre a obra, Rodrigues cita:

“Como todos os cronistas de sua época, não faz história, mas escreve atualidade, procurando manifestar a grandiosidade da Bahia de todos os Santos e demais estados do

Brasil. Elogia a terra, dizendo que quase toda é muito fértil, sadia e fresca; regada de frescas e frias águas. (Rodrigues, 2019, p. 435)

A obra tem ainda o mérito de alertar S. Majestade sobre os perigos de manter terra tão rica sem fortificações que pudessem resistir “a qualquer afronta que se oferecesse”. Descreve os ânimos dos moradores da terra frente à ameaça de corsários: “vivem os moradores tão acoroçados que estão sempre com as roupas entroxadas para se recolherem para o mato”. Profetiza ainda o que aconteceria alguns anos mais tarde:

“Acuda S. Majestade com brevidade essa afronta, porque se os estrangeiros se apoderarem dessa terra custará muito para lançá-los fora dela, pelo grande aparelho que têm para nela se fortificarem, com o que se inquietará toda a Espanha, e custará a vida de muitos capitães e soldados, e muitos milhões de ouro em armadas e no aparelho delas...” (Rodrigues, 2019, p. 436)

Gabriel Soares retornou para a Portugal. Redigiu testamento deixando a maior parte de seus bens para o Mosteiro de São Bento. Obstinado em prosseguir o caminho trilhado pelo irmão, solicitou concessões e privilégios à corte, que foram deferidos. Partiu de Lisboa em 1591 com 360 homens e quatro religiosos carmelitas. A expedição malogrou por completo, muitos adoeceram. Gabriel Soares faleceu próximo ao local onde seu irmão havia falecido, no Rio Paraguaçu, antes de atingir o Rio São Francisco e a Lagoa Dourada, onde imaginava achar suas riquezas.

Outra obra quinhentista é o *Sumário e descrição do Reino de Angola e do descobrimento da Ilha de Luanda e da grandeza das capitânicas do Estado do Brasil*, de Domingos d’Abreu de Brito (1592). Encaminhado ao Rei Felipe I, analisa problemas na governança do país e a íntima ligação de interesses entre Angola e o Brasil. Denuncia um problema que se estenderia por mais dois séculos: os descaminhos e a sonegação no tráfico de escravos: Dos 52.053 escravos que teriam saído de Angola entre 1575 e 1591, pagava-se 3 mil reis de direito se enviados para o Brasil, e 6.000 reis para o resto da América. Para burlar o fisco, desembarcava-se uma parte mínima no Brasil e vendia-se a maior parte às escondidas. Denuncia ainda os desserviços dos oficiais corruptos da fazenda e da justiça que contribuía para o desvio e o contrabando no comércio do pau-brasil: “Devia V. M. de mandar devassar das peitas que os mercadores tiram entre si por cabeça para taparem os

olhos ao provedor mor e ao ouvidor geral, donde nasce a confusão que há na fazenda e as sem justças que as partes recebem.” (Rodrigues, 2019, p. 454)

A exemplo de Gândavo, o autor encerra a obra propondo ao Rei a fortificação da costa para evitar os corsários, o contrabando e os perigos da invasão da terra por estrangeiros. Outro documento profético.

3.4. A historiografia da luta contra os franceses

Os franceses tinham presença tão marcante no território português do Brasil, desde os primórdios do descobrimento, que “durante algum tempo não se soube se o Brasil ficaria pertencendo aos *Peró*, como chamavam os indígenas aos portugueses, ou aos *Mair*, Franceses, segundo os indígenas. (Capistrano de Abreu, in Rodrigues, 2019, p. 38)

José Honório Rodrigues, op. cit., dedicou um capítulo especial sobre esse tema em seu trabalho historiográfico, e que intitulou “Invasões Francesas”. Segue o autor:

“Um dos maiores progressos que tem feito o estudo de nossa história no século XVI tem sido exatamente o de recuar a época de chegada dos franceses. A princípio, só se noticiava a expedição de Villegaignon, em 1555. A publicação do Diário de Pero Lopes recuou-a para 1531; as informações de Cristóvão Jacques, para antes de 1526; e, finalmente, os documentos publicados por D’Avezac denunciam a presença francesa em 1504.” (Rodrigues, 1979, p. 38)

No tópico anterior, vimos a obra do francês D’Avezac, que em 1504 já descrevia a viagem do capitão Binot Paulmier de Gonneville: *Campagne du navire L’Espoir de Honfleur, 1503-1504. Relation authentique du voyage du capitaine de Gonneville ès Nouvelles terres de Indes*. A exploração do Pau Brasil era o principal intento dos franceses na costa brasileira.

Contra este tráfico, Cristóvão Jacques foi enviado pelo Reino português entre 1516 e 1519, quando fundou uma feitoria em Itamaracá, e novamente entre 1526 e 1529.

O relatório da captura da nau francesa La Pellerine, do Capitão Duperet, em 1531, pelos portugueses, no Mediterrâneo, constitui um dos escassos documentos relativos à vida econômica dos primeiros 30 anos do Brasil.

O já citado diário de Pero Lopes de Souza, de 1530, narra as dificuldades de uma expedição guarda-costas contra os corsários. Em 1548, uma carta de Luís de Góes a D. João III, situava as investidas francesas entre o Cabo de Santo Agostinho e a Bahia. Uma vez que Pernambuco fora fortificado por Duarte Coelho e a Bahia reforçada pela nova cidade, os franceses dirigiram-se para a capitania de Pero Góes (Paraíba do Sul) e a terra de Martim Afonso (Rio de Janeiro), “onde seus amigos fiéis, os tupinambás, facilitavam-lhes o comércio do pau-brasil que ali existia em abundância.” (Rodrigues, 2019, p. 39)

3.4.1. A França Antártica

O estabelecimento da presença portuguesa por intermédio de novas fortalezas e a maior frequência dos navios lusitanos aumentou o risco dos contrabandistas franceses. Fazia-se necessária uma empresa organizada, com recursos reais em sociedade com particulares. Soma-se a isso uma vertente religiosa que buscava refúgio nas acirradas disputas na França. Foi assim que a expedição do nobre francês Villegaignon, em 1555, ocupou o Rio de Janeiro.

O intenso comércio de meio século com os tapuias propiciou aos pilotos franceses um enorme conhecimento da costa brasileira. Chamou a atenção dos franceses os enormes atrativos do que hoje chamamos Baía de Guanabara. Frei Vicente, na “História Geral do Brasil” (1627), lamenta que, àquela altura, os portugueses ainda não haviam ocupado aquele território: “ou porque coube na doação a Pero de Góes, que se não atreveu com o gentio, ou por não sei que descuido”. Coube a Villegaignon a iniciativa de ocupá-lo. Frei Vicente narra a disposição dos tapuias na fortaleza francesa (Forte Coligny), “em cuja obra trabalhavam os índios com muita vontade, e de França lhe vinham cada dia novos socorros.” (Salvador, 1627, p. 47)

Três anos se passariam até as primeiras providências portuguesas. A Rainha D. Catarina escreveu ao Governador Mem de Sá, incumbindo-o da expulsão dos franceses. Um implícito pacto colonial para a defesa militar do Império português previa que os donatários e ocupantes da terra se responsabilizariam pela defesa do território contra selvagens e corsários; no caso de invasão estrangeira, todavia, caberia ao Reino providenciar uma Armada suficientemente poderosa para enfrentá-la. Em outras palavras, a defesa terrestre

de pequena monta era responsabilidade das forças locais e irregulares; a defesa da costa Atlântica de grande porte era responsabilidade do Reino.

Frei Vicente descreve que “a boa armada... entrou na enseada e tomou uma nau francesa... se pôs em ordem de guerra, e com artilharia e arcabuzes, começou a bater o forte insuperável, ao parecer, às forças humanas.” (Salvador, 1627, p. 47) O historiador descreve ainda as tropas irregulares em terra, que, comandadas pelo Governador Mem de Sá, acompanhavam a ação naval. A composição daquela tropa consistia “dos principais portugueses da Bahia, acompanhados dos mais soldados alistados que pôde, assim brancos como índios da terra”. (op. cit) Talvez seja de Frei Vicente a primeira narrativa da união racial daquele povo em defesa de seu território: cita os feitos heroicos de “um homem pardo” (Manuel Coutinho) que, somando-se aos valentes soldados portugueses e aos nativos, subiu ao castelo por uma “parte que parecia inacessível” e ocupou a pólvora do inimigo, pondo fim à disposição da defesa francesa. (Salvador, 1627, p. 47, grifo nosso) Nota-se, todavia, que os brancos, obviamente, não eram denominados “brasileiros”. Frei Vicente, apesar de ter nascido na Bahia, não revelou nenhum traço nacionalista além do português. Os brancos de sua narrativa eram os “valentes soldados portugueses.”

Frei Vicente descreve que, apesar de vencidos militarmente, os franceses continuaram por dois anos a molestar a orla, do Rio de Janeiro até São Vicente. Passaram então a incitar seus aliados Tamoios a se rebelarem contra os portugueses. Os Tamoios passaram a agir “salteando os índios novos cristãos, prendendo, matando, e comendo a quantos podiam alcançar... a todos os moradores de São Vicente ameaçavam com cruel guerra, e apresentavam uma armada de canoas para os combaterem.” (Salvador, 1627, p. 49) O historiador narra a importância dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta na obtenção da paz com os Tamoios. Este último “deu de sua vida três meses”, ou seja, ficou como refém dos Tamoios em Iperoig (atual Ubatuba) com o intuito de aquietá-los, em “amorosa prática, que lhes fez na língua deles” (Salvador, 1627, p. 50)

Os tamoios que não se submeteram àquela ação jesuíta, acompanhados por alguns franceses, foram novamente confrontados por outra Esquadra, enviada por D. Catarina em 1563, comandada pelo sobrinho do Governador, Estácio de Sá. Em 1564, os portugueses receberam apoio de novos índios aliados do litoral sul paulista (Cananéia). Em 1565 se dá importante confronto na Baía de Guanabara, conhecido hoje como “Batalha das Canoas”.

Neste confronto, 180 canoas tamoias, em grande superioridade numérica, atacaram os portugueses e seus nativos aliados. Um dos soldados lusitanos, aos disparar o pequeno canhão que transportava em sua canoa, pôs fogo acidental em toda a pólvora que carregava, gerando grande explosão. O pânico dispersou os tamoios, promovendo a vitória portuguesa. Frei Vicente descreveu esse evento, acrescentando-lhe a intervenção Divina de São Sebastião:

“... Ainda que depois declararam os mesmos inimigos que não fora por isto, senão por haverem visto um combatente estranho, de notável postura, e beleza, que saltando atrevidamente nas suas canoas os enchera de medo; donde creram os portugueses que era o bem-aventurado S. Sebastião, a quem haviam tomado por padroeiro desta guerra.” (Salvador, 1627, p. 51)

Os tamoios e franceses retiraram-se para Cabo Frio, e com grande atrevimento, juntaram oito naus francesas e todas as canoas que puderam, entraram pelo Rio de Janeiro e invadiram a aldeia de Araribóia, aliada dos portugueses. Na calada da noite, os portugueses revidaram. Os nativos aliados aos lusitanos promoveram grande matança entre os nativos inimigos. É muito relevante a narrativa de Frei Vicente sobre a ação militar dos portugueses: a ação dos índios só é efetiva graças ao direcionamento dos brancos: “Os índios, alentados com a voz do seu capitão, e animados com o exemplo dos portugueses, cerraram com os inimigos desconcertados...” (Salvador, 1627, p. 51)

Assim termina a França Antártica:

“Os bárbaros destroçados com dificuldade saltaram nas canoas, e perdidos os brios, e desfeitas as forças, em companhia das naus francesas tornaram para o Cabo Frio... Os franceses, reparadas suas naus, e carregadas de pau-brasil, se tornaram nelas à sua pátria.” (Salvador, 1627, p. 51)

A França Antártica, que representou a 1ª grande invasão estrangeira da América portuguesa, reuniu todos os elementos que se seguiram nas demais invasões europeias no Brasil: a negligência na estrutura de defesa (pessoal e material) que permitiu uma invasão com poucos obstáculos; e a mobilização de Armadas do Reino que se mostraram inefetivas, pela distância dos meios de suprimento e pelo pouco tempo disponível para a ação (os inimigos dispersavam-se pelo terreno aguardando que se retirassem); a solução final adotada acabou moldando, intencionalmente ou não, a efetiva ação militar que garantiu o sucesso do projeto português na América: a utilização prolongada das forças irregulares,

formadas pelos portugueses, mestiços, negros e índios. Com um efetivo reduzido e sem a formação profissional adequada, a vitória surgiu por intermédio das ações esporádicas e inesperadas, como o assalto à pólvora francesa do Forte Coligny. É importante expressar o lugar de fala do narrador para justificar as intenções e as motivações militares portuguesas: como elemento branco do Império português, direciona a ênfase dos combates ao valor do soldado lusitano. Os aliados nativos só agem pelo exemplo e pelo direcionamento. Como clérigo, utiliza a narrativa religiosa para justificar a vitória e validar a expansão e a manutenção do Império. Se Deus está a favor, quem estaria contra aquele projeto?

3.4.2. A França Antártica: versão francesa

Nossa proposta nesse trabalho é fazer uma análise comparada entre a narrativa portuguesa e a francesa das invasões francesas, começando aqui com a França Antártica. Seguindo a hipótese da nossa tese, abordaremos apenas os aspectos relacionados com as características militares singulares adotadas na América portuguesa, especialmente sobre os componentes das forças irregulares utilizados nos dois lados do conflito.

A França Antártica, de 1555 a 1570, foi imortalizada nas narrativas dos religiosos franceses André Thévet e Jean de Léry. Tais narrativas expressam a liderança conturbada de Villegagnon, que, não bastando as dificuldades materiais e culturais encontradas na nova terra, ainda fomentou o problema de relacionamento entre os religiosos, dividindo a expedição, como acontecia na França, entre católicos e protestantes. As narrativas dos religiosos franceses foram fortemente afetadas por esse relacionamento conturbado, estendendo às suas obras as questões que pairavam na dissensão religiosa. Em meio a essa dualidade, Villegagnon não se posicionava abertamente sobre a religião oficial que seria adotada na nova colonização francesa. Thévet era frade franciscano e culpou os huguenotes (calvinistas franceses) pelo fracasso da manutenção da colônia francesa: *“Esses pregadores gentios, pensando apenas em enriquecer-se e apossar-se do que lhes fosse possível, organizaram associações secretas responsáveis pela morte dos nossos.”* (Cosmografia, citada no prefácio de Léry à sua primeira edição (1558, p. 23) Léry era huguenote, e, em réplica, censura Thévet por ter “condenado e caluniado a causa pela qual fizemos essa viagem à América” (Léry, 1558, p. 20). E responde a provocação à altura:

“Se esse bom católico romano seguindo S. Francisco, a cuja confraria pertence, não encontrar outra prova de seu despreendimento do mundo senão a de ter desprezado as riquezas escondidas na terra do Brasil, nem puder alegar outro milagre a não ser o da conversão dos selvagens da América, cujas almas desejara conquistar se não lhe impedissem os ministros protestantes, ver-se-á em grande perigo, quando eu houver evidenciado a inanidade das alegações, de não ser depois da morte canonizado e colocado no calendário pontifical como Santo Thévet”. (Cosmografia Universelle, p. 925, in Léry, 1558 p. 24)

3.4.2.1. André Thévet

André Thévet acompanhou por três meses a experiência de Villegaignon no Brasil. Deixou a descrição de fatos históricos e etnográficos dos tupinambás – os indígenas aliados dos franceses. *Les Singularités de La France Antartique* ou *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América* (1556 ou 1558), que estudaremos aqui, traz também uma ampla contribuição para o conhecimento da fauna e da flora.

Thévet descreve o tupinambá como um povo serviçal, capaz de obras caridosas e honestas, que muitas vezes sobrepujavam aos atos cristãos. “São capazes de guiar um estrangeiro terra adentro por 50 ou 60 léguas (250 a 300 km), com dificuldades e perigos, por prazer ou em troca de ninharias.” (Thévet, 1556, p. 191)

Tal procedimento os transformava em ótimos parceiros comerciais (e militares). Além disso, ao contrário dos nativos que receberam a expedição de Caminha em Porto Seguro (ou ao contrário do que os portugueses queriam acreditar), os selvagens que receberam os franceses “não conhecem o ouro, ou a prata amoadada, não usam de nenhum modo esses metais...” (Thévet, 1556, p. 271) O padre francês descreve a ocasião em que selvagens trocaram numerosas moedas de prata, que resgataram de um navio português naufragado, por “quatro machados e algumas faquinhas.” (Thévet, 1556, p. 271)

Thévet traz três razões para escolha do Rio de Janeiro como alvo da empreitada francesa: o fato de ser desocupado pelos portugueses; a qualidade do pau-brasil: “o pau-brasil do litoral do rio de Janeiro... é melhor que o das costas da região dos Canibais (Pará) e do Maranhão. (Thévet, 1556, p. 355); e o fato de estar longe do litoral de Pernambuco, o mais frequentado pelos portugueses: “(Em Pernambuco) há muito tráfico. Os portugueses levam dali algodão, peles de animais e especiarias.” E ainda acrescentou outra mercadoria buscada pelos portugueses naquela região: “... entre outras coisas, prisioneiros. Isto é, os

selvagens cativados em guerra, por seus inimigos, os quais os portugueses vendem em Portugal.” (Thévet, 1556, p. 362) Esse ponto, relativo à Guerra Justa, é pouco abordado na literatura portuguesa quinhentista.

Thévet descreve expressamente a disponibilidade dos tupinambás para a aliança militar com os franceses: “Os selvagens amigos dos portugueses, como se vê, são inimigos dos selvagens aliados dos franceses. E vice-versa.” (Thévet, 1556, p. 241) O constante cenário beligerante entre os indígenas é explorado pelo historiador, que cita os efetivos envolvidos:

“Os selvagens (tupinambás ou tamoios) são muito dados à guerra com os vizinhos, sobretudo com os maracaiás e os tabajaras... Nesses embates reúnem-se seis mil homens, algumas vezes dez mil e, outrora, até doze mil, isto é, aldeias contra aldeias. Ou, também, se batem quando, casualmente, há encontros entre uns e outros.” (Thévet, 1556, p. 230)

O autor justifica a causa de suas guerras como o simples desejo de vinganças gratuitas, “tal como fazem os animais ferozes”. Acrescenta que “aqueles a quem combatem são os seus contrários de longa data.” (Thévet, 1556, p. 237) E a vingança mais injuriosa e cruel, continua o autor, “consiste em devorar o inimigo.” (Thévet, 1556, p. 238)

Esse rito, explica Thévet, é perpetuado através das gerações e percorre os três estágios da vida dos selvagens: “Logo que o filho nasce, fabrica-lhe o pai o seu arco e a sua flecha – sinal e grito de guerra ou vingança contra os seus inimigos.” (Thévet, 1556, p. 258) Na fase adulta, o status dos selvagens se manifesta através de suas proezas e valentias: “Quando mais se notabiliza o homem na guerra, tanto mais lhe é permitido ter mulheres.” (Thévet, 1556, p. 256). E finalmente, em sua morte, tal como a *Valhalla* nórdica, “os lugares deliciosos estão destinados às almas dos tupinambás que valorosamente lutaram contra seus inimigos...” (Thévet, 1556, p. 227)

O religioso francês descreve minuciosamente as táticas bélicas tupinambás. Dada a relevância dessa descrição ao nosso tema, pedimos desculpas ao leitor por não a reduzir:

“Os ataques são feitos geralmente à noite, quando, então, se reúnem em massa. Mais do que durante o dia. Assim que são advertidos, ou suspeitam da vinda dos contrários, plantam em terra... numerosos paus agudíssimos... nos quais os inimigos ferem os pés descalços, ou mesmo outra qualquer parte do corpo. Esperam os selvagens, por esse meio, destroçar os inimigos, isto é, trucidar parte deles, fazendo prisioneiros os sobreviventes. Constitui excelsa honra assaltar o inimigo no próprio solo deste,

trazendo, de volta, cativos. Quem mais vítimas fizer, será tanto mais honrado e celebrado por seus companheiros, qual se fora um monarca ou ilustre senhor. A fim de surpreender a aldeia rival, empregam os índios a tática de ocultar-se, à noite, pelos matos, à semelhança de raposas, ali permanecendo o espaço de tempo necessário e conveniente para o assalto. E, quando alcançam a aldeia, usam o artifício de lançar fogo às cabanas dos adversários, a fim de obrigá-los a sair do abrigo, juntamente com sua bagagem, suas mulheres e filhos. Arrojando-se uns aos outros, os selvagens descarregam, copiosamente, flechas e espadas de pau, a ponto de não haver mais belo espetáculo do que tal refrega. Isto é, agarram-se em todos os sítios possíveis, mesmo com o botoque nos lábios, mostrando, algumas vezes, com o objetivo de intimidar os inimigos, os ossos daqueles que venceram em combate. Em suma, empregam os indígenas todos os meios destinados a amofinar os seus contrários. (Thévet, 1556, p. 232)

Thévet descreve a logística para os combates, para os quais andam por muitos dias. Utilizam-se também dos rios e do mar para o transporte das tropas, navegando sempre na proximidade da costa. Para tanto, utilizam-se de barcas feitas de cascas de árvore: “os selvagens chegam a conduzir perto de cem ou cento e vinte dessas embarcações, assim construídas; cada uma delas transporta entre quarenta e cinquenta pessoas.” (Thévet, 1556, p. 240)

Sobre a expedição militar francesa, Thévet limitou-se a narrar a sua chegada na terra escolhida. Destacamos a necessidade e a importância que os franceses atribuíam às informações sobre o inimigo: “No segundo dia do mês de novembro (de 1555, e após cinco meses de viagem) a expedição ancorou em um lugar chamado Macaé, atraída pelo desejo de colher algumas notícias das forças armadas do rei de Portugal.” Thévet acrescenta a descrição do estado beligerante entre os selvagens, antes mesmo da chegada dos europeus: “quando os tripulantes desembarcaram em terra, só os receberam quatro velhos selvagens, em virtude de os moços se acharem em guerra”.

O padre franciscano prossegue descrevendo Cabo frio, onde os portugueses haviam construído um fortim para fixarem residência, mas todos eles, “conforme o costume selvagem, foram devorados.” (Thévet, 1556, p. 152) Tal passagem justifica por que os portugueses não ocuparem aquele território. Descreve ainda boa acolhida dos gentios aos franceses, que os receberam com farinha e cauim.” (Thévet, 1556, p 161)

Finalmente aportaram na Baía de Guanabara. Os nativos “advertidos da vinda dos franceses, construíram um belo edifício ao estilo do lugar, todo atapetado, em seu

derredor, por lindas folhas e perfumosas plantas.” Prossegue o autor: batizou-se o país, assim descoberto, com o nome de França Antártica...” (Thévet, 1556, p. 171)

Thévet narra a chegada triunfal, mas não se ocupa da descrição do cotidiano dos franceses no Rio de Janeiro. Nem tampouco trata nessa obra do fim da jornada, com a chegada dos portugueses. Como, nesse assunto, também foram exíguas as palavras de Léry, devemos o conhecimento dessa epopeia militar unicamente às descrições posteriores feitas pelos portugueses. Os capítulos finais do livro de Thévet descrevem a viagem de volta à França, passando do Peru ao Canadá e dali para os Açores, numa narrativa similar à volta de uma exótica viagem turística.

3.4.2.2. Jean de Léry

O outro relato francês da França Antártica é de Jean de Léry: *Histoire d'un Voyage fait em la terra de Brésil (Narrativa de uma viagem feita à Terra do Brasil, também dita América)*, de 1558. Três anos antes dessa data, quando foi convocado por Calvino para a expedição de Villegagnon, Léry era um estudante de teologia em Genebra. “Era simples sapateiro, que embarcou com alguns outros artesãos para colaborar na tentativa colonizadora” (Léry, 1558, p. 5).

A obra de Léry tem início com a sua motivação: “*Minha intenção é a de perpetuar aqui a lembrança de uma viagem feita expressamente à América para estabelecer o verdadeiro serviço de Deus, entre os franceses que para aí se haviam retirado como entre os selvagens que habitam esses países.*” (Léry, 1558, p. 19)

Em seguida, apresenta as credenciais de Villegagnon para a colonização da França Antártica, bem como as intenções de cunho religioso do fidalgo francês:

“Em 1555, um senhor Villegagnon, cavaleiro dá Ordem de Malta, desgostoso da França, manifestou o desejo de não só de retirar-se para um país longínquo onde pudesse livremente servir a Deus, de acordo com o evangelho reformado, mas ainda preparar um refúgio para todos os que desejassem fugir às perseguições, que de fato eram tão terríveis nessa época que muitas pessoas viam por toda a parte seus bens confiscados por motivos religiosos e eram, mesmo, não raro, queimadas vivas em obediência a éditos dos reis e decisões do Parlamento.” (Léry, 1558, p. 40)

Para a efetivação de seu intento, Villegagnon conseguiu junto ao soberano francês “dois bons navios aparelhados e providos de artilharia, além de dez mil francos para as despesas de viagem”. Após o recrutamento de marinheiros e artesãos, partiu em maio de 1555, chegando ao Brasil em novembro. (Léry, 1558, p. 40)

Léry viajou para a França Antártica dois meses após a ocupação da terra por Villegagnon. Descreve os inúmeros atos de pirataria que o navio realizou pelo caminho, nos informando do risco na travessia atlântica: pilharam dois navios mercantes ingleses que regressavam da Espanha (Léry, 1558, p. 45); apossaram-se de uma caravela de pescadores, com toda a sua carga (p. 48); apossaram-se de uma caravela portuguesa com toda a sua tripulação; apossaram-se de uma bela caravela espanhola, carregada de sal (Léry, 1558, p. 49). Descreve ainda a tremenda desumanidade cometida contra os tripulantes dos navios tomados. A lista das atividades ilícitas era tão grande que o autor resolve abreviá-las:

“Para que não se torne enfadonho ao leitor o relato de todas as presas que fizemos, direi apenas que no dia seguinte, e mais tarde a 29 do mesmo mês (janeiro), encontramos mais duas embarcações (uma portuguesa e outra espanhola) que nenhuma resistência nos ofereceram.” (Léry, 1558, p. 50)

Léry descreve ainda o “ritual de passagem” pelo qual eram obrigados a passar os marinheiros que pela primeira vez transpunham o Equador: eram esses marujos “amarrados com cordas e mergulhados no mar ou tinham o rosto tisonado com trapos passados nos fundos das caldeiras”. (Léry, 1558, p. 58)

A descrição da chegada ao Brasil, após quatro meses de viagem, revela o peculiar conhecimento que o capitão do navio tinha da costa e de seus habitantes, a ponto de dominar a língua e os costumes deles: “Depois de ter disparado alguns tiros de peça para avisar os habitantes, conforme o costume de quem chega a esse país, vimos reunirem-se na praia homens e mulheres em grande número.” (Léry, 1558, p. 60)

O capitão conhecia também a localização das benfeitorias dos portugueses. À medida que o navio desce a costa brasileira, o capitão vai descrevendo cada localidade e seus habitantes, como um guia turístico. Descreve o fortim português de Vila Velha, com o qual troca tiros de canhão; descreve Itapemirim e logo adiante o litoral norte fluminense,

ocupada pelos *Uetacá*, “tidos entre os mais cruéis e terríveis que se encontram em toda a índia Ocidental.” (Léry, 1558, p. 63)

Léry então revela a razão pela qual foi escolhida uma ilha inacessível para sediar a França Antártica (hoje conhecida como Ilha Villegagnon). A escolha não visava afastar os portugueses, mas o acesso dos próprios franceses às índias, com o intuito de se evitar o pecado da luxúria: “como as mulheres só vinham a nós com seus maridos, a oportunidade de pecar contra a castidade se achava afastada.” (Léry, 1558, p. 27)

Não tardou muito para que “a tentação” atingisse vinte e seis mercenários, que, incitados pela sua cupidez carnal, partiram para as aldeias. (Léry, 1558, p. 27) Os rebeldes foram presos e a ilha foi fortificada. Não tanto para que os portugueses ou seus aliados entrassem; mas para que os franceses não saíssem. (Léry, 1558, p. 28)

O autor descreve os aliados tupinambás: “São mais fortes e saudáveis que os europeus (Léry, 1558, p. 91); são beberrões: “alguns há que em uma reunião sorvem mais de vinte potes de cauim...” (Léry, 1558, p. 108); “são muito vingativos e se enfurecem contra tudo o que os ofende; se dão uma topada, mordem a pedra a dentadas como cães enraivecidos.” (Léry, 1558, p. 127). Todavia, em suas relações com os franceses, “podemos concluir que os selvagens são sempre leais para com os amigos... tratam muito bem os franceses que os visitam e na previsão do futuro exortam os moços a que façam o mesmo.” (Léry, 1558, p. 194) Essa descrição dos aliados franceses é bem diferente das descrições dos portugueses em relação aos seus aliados indígenas. Para os portugueses, de uma maneira geral, a fidelidade do nativo era inconstante.

A relação com os franceses, segundo Léry, era benéfica para os tupinambás. O autor justifica seu pensamento:

“Depois que os franceses começaram a traficar com o Brasil, os selvagens colheram vantagens das mercadorias que começaram a receber. Por isso louvam os traficantes; pois outrora eram obrigados a se servir de espinhas em vez de anzóis e agora gozam das vantagens dessa bela invenção que é o anzol de ferro... quem quiser ser amigo, tanto dos velhos como das crianças, nada deve negar-lhes... (Léry, 1558, p. 132)

O comércio do pau brasil, que havia sido o motor da relação entre franceses e tupinambás, também é citado por Léry. Descreve que, pela inexistência de animais de

tração, “se os estrangeiros não fossem ajudados pelos selvagens não poderiam nem sequer em um ano carregar um navio de tamanho médio.” Descreve ainda que os nativos extraem e transportam a madeira nos ombros nus às vezes de duas ou três léguas (5 a 10 km) de distância.” (Léry, 1558, pp. 133-134) O autor cita ainda a impossibilidade dos franceses para as plantações de cana de açúcar: “nós franceses não tínhamos nem a gente nem as coisas necessárias para dela extrair o açúcar, como fazem os portugueses em suas possessões.” (p. 140)

A exemplo de Thévet, faz uma extensa descrição dos costumes beligerantes dos nativos. Começa por descrever os Margaiá, aliados dos portugueses: “Pelo temor dos Margaiá, nunca houve francês que se vangloriasse de ter penetrado quarenta léguas no interior” (p. 32) Descreve a fidelidade e ódio que os nativos sustentam entre seus aliados e inimigos. É interessante como se refere aos aliados franceses: “Os nossos tupinambás seguem o costume de todos os selvagens que habitam esta quarta parte do mundo... Sustentam uma guerra sem tréguas contra várias nações desse país” (Léry, 1558, p. 145, grifo nosso) Cita Hans Staden: "Devoram o corpo do inimigo, não por carecerem de viveres, mas de ódio". (Léry, 1558, p. 145). “Seu principal intuito é causar temor aos vivos. Move-os a vingança....” (Léry, 1558, p. 158)

O exórdio à guerra geralmente é executado dentro de um cerimonial próprio, através da evocação da honra aos antepassados: Os velhos (os principais) citam como os seus predecessores valentemente subjugaram, mataram e comeram seus inimigos. “Como podemos permanecer em nossas casas como fracos e covardes? Será preciso, para vergonha e confusão nossa, que os nossos inimigos venham buscar-nos em nosso lar? (Léry, 1558, p. 146)

Léry também faz um inventário das armas dos tupinambás. É interessante como o autor chama os nativos: “os selvagens brasileiros enfeitam-se com vestes, máscaras, braceletes e outros ornatos... a fim de mostrarem-se mais belos e mais bravos...” (Léry, 1558, p. 95, grifo nosso) O mencionado adjetivo pátrio, de um modo comum aos europeus, servia para os nativos, não para os filhos dos portugueses nascidos na América portuguesa. Há conjecturas de que o termo “brasileiro” não era necessariamente usado para se referir a quem nascia no Brasil, mas para se referir àquele que tinha por ofício a extração e o transporte da madeira avermelhada.

É notório também na narrativa de Léry a constante comparação entre tupinambás e europeus. Salientou a superioridade de forças e de saúde dos selvagens em relação aos seus conterrâneos, e afirmou que os selvagens eram tão hábeis no manejo do tacape e do arco que “dois de nossos mais destros espadachins teriam dificuldade em enfrentar um tupinambá... um índio, com molhos de flechas na mão, lançaria uma dúzia de setas mais depressa do que um inglês meia dúzia delas.” (Léry, 1558, p. 147)

Léry explicita um comércio que era ilegal aos portugueses:

“Também para lá levamos certa quantidade de arcabuzes baratos no intuito de negociá-los com os selvagens; e pude verificar que eles sabem servir-se dessas armas muito bem. Enquanto um segura a arma, outro aponta e um terceiro põe fogo.” (p. 148)

Todavia, prossegue o autor, os nativos preferiam as suas armas às europeias: “diziam, aliás com razão, que atiravam mais depressa seis flechas do que nós um tiro de arcabuz...” (Léry, 1558, p. 148)

Léry prossegue descrevendo o efetivo que os selvagens conseguiam reunir para os combates, entre oito e dez mil homens, “aos quais se agregam as mulheres para carregar as redes, a farinha e os demais víveres”. Os mais valentes marcham à frente (Léry, 1558, p. 149) Descreve de modo semelhante a Thévet as expedições feitas em canoas. Descreve também as táticas militares dos selvagens. Pedimos novamente desculpas ao leitor por não abreviar essas notas, importantes para o conhecimento da Guerra Brasília:

“Vão assim em busca do inimigo por mar ou por terra de vinte e cinco a trinta léguas de distância e ao aproximar-se dele iniciam uma série de estratégias para surpreendê-lo. Aproximam-se cautelosamente os mais valentes, emboscando-se nas florestas. E assim ficam escondidos mais de vinte e quatro horas às vezes. Surpreendendo o adversário, agarram homens, mulheres e meninos e levam-nos de regresso às suas tabas onde são os prisioneiros executados, moqueados e finalmente devorados.” (Léry, 1558, p. 150)

“Em torno de algumas aldeias fronteiriças e, portanto, mais ameaçadas pelo inimigo os selvagens costumam fincar troncos de palmeiras de cinco a seis pés de altura; também à entrada dos caminhos difíceis colocam estrepes agudos de modo a que se os assaltantes tentarem entrar de noite, como é do seu hábito, os da aldeia possam sair por atalhos que só eles conhecem e rechaçar os agressores; estes, se tentarem fugir ou combater, ferem os pés e caem, sendo aproveitados no moqué.” (Léry, 1558, p. 150)

“Quando, porém, os inimigos pressentem os adversários, os exércitos se encontram e o combate é cruel... Esses americanos são tão ferozes e encarniçados em suas guerras que,

enquanto podem mover braços e pernas, combatem sem recuar nem voltar as costas. Finalmente, quando chegaram ao alcance das mãos alçaram as clavas descarregando-as com tal violência que quando acertavam na cabeça do inimigo o derrubavam morto como entre nós os magarefes abatem os bois.” (Léry, 1558, pp 150-151)

Outra narrativa de grande interesse é a da participação dos franceses em um confronto entre os selvagens. Fica nítido na descrição que a diferença tecnológica entre as armas europeias e as indígenas não constituem fator de grande diferença:

“O combate durou quase três horas e houve de parte a parte muitos mortos e feridos, mas os nossos tupinambás foram afinal vencedores, fazendo mais de trinta prisioneiros entre homens e mulheres, que trouxeram para suas aldeias. Nós, franceses, nada mais fizemos do que empunhar as nossas espadas e dar alguns tiros de pistola para o ar para estimular a nossa gente, mas nada podia causar maior prazer aos nossos aliados do que irmos à guerra com eles e isso nos engrandeceu perante os velhos das aldeias que frequentávamos.” (Léry, 1558, p. 152)

Lery, como Thévet, não descreve o embate militar entre franceses e portugueses, nem poderia fazê-lo como testemunha, uma vez que foi expulso da fortificação francesa antes desses combates. Todavia, diferentemente de Thévet, traz em sua narrativa os elementos que justificariam o fracasso da invasão francesa. O autor atribui o fracasso da empreitada à “descontinuidade” de Villegagnon “e “àqueles que com ele abandonaram a fortaleza que havíamos construído, e o país que a chamáramos França Antártica, aos portugueses.” O autor alega que ao menos dez mil calvinistas aguardavam o sucesso da empreitada para atravessarem o Atlântico e povoarem a França Antártica.

Prosseguindo sua exposição de motivos para o fracasso da empreitada, Léry salienta a insensatez de Villegagnon, que logo na chegada proibiu que os franceses se juntassem às mulheres dos selvagens, sob pena de morte; (Léry, 1558, pp. 77-78) além dos constantes maus tratos e punições para as menores faltas, que aumentaram a rebeldia e o descontentamento dos franceses para seu Comandante.

Os maus tratos não se restringiam aos franceses. Também eram sentidos pelos indígenas escravos aliados dos portugueses: “Trinta ou quarenta homens e mulheres margaiá, nossos escravos, eram tratados ainda mais cruelmente.” (Léry, 1558, p. 80). Um deles, amarrado a uma peça de artilharia, teve toucinho derretido derramado em suas costas. Essa gente proclamava: "Se soubéssemos que Páiocola nos trataria desse modo, antes nos teríamos deixado comer pelos nossos inimigos". (Léry, 1558, p. 81)

Os calvinistas, segundo Léry, foram também perseguidos por Villegagnon. Lery descreve que, após oito meses de convívio na Ilha, os pregadores calvinistas foram expulsos para o continente, onde permaneceram por dois meses aguardando o próximo navio, que viria de Havre para carregar pau-brasil. (Léry, 1558, p. 83) Em sua despedida da terra, expõe seu amargor, após saber, pelo capitão do navio, Fariban de Rouen, que mais oitocentas pessoas viriam de Flandres, mas foram desencorajadas pelas atitudes de Villegagnon: “Antes de iniciarmos a viagem, quero mais uma vez demonstrar que cabe a Villegagnon, exclusivamente, a culpa de não se terem os franceses enraizado nesse país... (Léry, 1558, p. 201)

As análises do século XX sobre os relatos de Jean de Léry podem ser sintetizadas por Claude Lévi-Strauss. Alegou o antropólogo que o texto de Léry “é o primeiro exemplo de uma etnografia participatória... Como protestante ele compara os católicos e os índios, e sente-se que está dividido entre seus preconceitos religiosos e a sedução irresistível que os índios exercem sobre ele.” (*An idyll among the Indians*, 1976)

3.4.3. A França Equinocial e a Jornada do Maranhão

A expulsão do Rio de Janeiro não refreou a ambição francesa sobre a América portuguesa. Nas décadas seguintes, todavia, o eixo principal da atividade francesa se desloca para a região norte e parte do nordeste do território, nas proximidades da linha do Equador – àquela época denominada linha Equinocial. A preocupação dos portugueses com as atividades francesas se reflete em expedições militares que, entre 1574 e 1587, ganham vulto e vão se embrenhando pelo sertão. Em 1594 *Jacques Riffault* estabeleceu uma feitoria na atual Ilha de São Luís, no Maranhão. *Charles dês Vaux* foi encarregado do recrutamento da aliança indígena a esse assentamento, trabalho facilitado pelo ódio que os tupinambás nutriam pelos portugueses. Finalmente, em 1612, *Daniel de la Touche*, com uma concessão real da rainha Maria de Médicis e patrocínio de empreendedores calvinistas, estabeleceu naquela Ilha uma colônia francesa – A França Equinocial.

Grande parte da historiografia entre o final do século XVI e início do século XVII aborda a Jornada do Maranhão, que constituiu a epopeia da expulsão dos franceses do norte e nordeste brasileiros e a ocupação daquele território. Envolve escritos dos religiosos jesuítas, como *O Sumário das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista*

do Rio Paraíba, escrito entre 1587 e 1589, do Padre Cristóvão Gouvêa, a *Relação das coisas do Rio Grande*, do Padre espanhol Gaspar de Samperes (1607), a *Relação do Maranhão*, do padre espanhol Luís Figueira (1608), a *Informação do Rio Maranhão e do Grande Rio Pará*, do Padre Pero Rodrigues (1618), e *Alguma relação da nossa missão*, do Padre Manoel Gomes (1621); e os escritos de cunho militar, como a *Razão do Estado do Brasil* (1612) e a *Jornada do Maranhão* (1615), ambos do Sargento-Mor Diogo Campos Moreno, a *Breve Relación de la Jornada de la conquista de Maranhão* (1615), de Manoel de Sousa de Sá, o *Relatório de Alexandre de Mora* (1615) e a *Relação do Ceará* (1618), de Martins Soares Moreno.

O alvorecer da narrativa seiscentista traz nuances de mudança na descrição da terra e de seu habitante. As opiniões começaram a divergir, entre aqueles que prosseguiram na propaganda dos atrativos da terra e de seus habitantes para atração de investimentos da coroa e de pessoas, e aqueles que testemunharam a dificuldade no combate aos franceses e seus aliados indígenas no norte e nordeste, incluindo os sertões, e acrescentaram nas suas narrativas a visão de uma terra árida e de um nativo hostil.

O *Sumário das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba* (1589) é de autoria duvidosa – embora se saiba que o autor é membro da Companhia Jesuíta. Rodrigues atribui a obra ao Padre Simão Travassos; Varnhagen, ao Padre Jerônimo Machado. Existem três manuscritos apógrafos deste documento, todos em instituições portuguesas: na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca Pública de Évora e na Academia de Ciências de Lisboa. O Instituto Geográfico e Etnográfico do Brasil publicou a obra em 1873, dando a autoria ao Padre Cristóvão de Gouvêa. Essa tem sido a versão mais aceita na historiografia brasileira. Utilizamos neste trabalho uma versão da Editora do Senado, de 2010, que não atribui autoria à obra.

O *Sumário das Armadas* contém uma descrição incomum da terra nas narrativas quinhentistas, especificamente do interior nordestino. Aproxima-se mais da descrição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, obra que seria escrita somente em 1902: salienta Gouvêa que “todo sertão do Brasil é muito estéril, de pouco mato e terra desventurada ... A cana só dá nas várzeas e terras baixas ao longo dos rios ou grandes alagadiços perto do mar.” (Gouvêa, 2010, p. 7). “Toda a Terra do Brasil não tem mais do que dois ou três palmos de boa terra boa” (Gouvêa, 2010, p. 10). À descrição da terra infértil, acompanhava a

narrativa a tônica negativa em relação aos seus habitantes, em oposição à literatura de atração quinhentista. É importante salientar, para o objeto de estudo do nosso trabalho, que a obra do padre português parece resumir bem a representatividade que os índios do Brasil tinham na narrativa da América portuguesa no final do século XVI:

“Os gentios do Brasil se dão pouco ao trabalho, e naturalmente são folgazões, como o são todas as outras nações de fora da Europa... não tem constância nem firmeza: são muito falsos, inclinados a enganos e alevies.” (Gouvêa, 2010, pp. 9 e 10)

Tão importante é constatar, também, a representatividade que o homem branco brasileiro tinha na mesma narrativa: “quase todos os brancos naturais do Brasil, senão todos, não são pessoas muito qualificadas na virtude”. O padre, em seguida, atribui tais males ao estilo da colonização brasileira: “... que a ruim semente que a princípio lançaram do limoeiro de Lisboa e das outras cadeias do Reino piorou ainda mais esta natureza ruim...” (Gouvêa, 2010, pp. 9 e 10)

A conclusão de Gouvêa sintetiza o enorme degrau de civilização existente entre os europeus e os “nativos e os brancos do Brasil”: “Carece aos brasis três coisas, mais do que todas: F, L, R: fé, lei e Rei.” (Gouvêa, 2010, pp. 9 e 10)

Segue o autor descrevendo a luta para a conquista da Paraíba pelo ouvidor-geral da Bahia, Martim Leitão, bem como a aliança com o gentio para expulsar os franceses em várias expedições, entre 1574 e 1587. Interessante é a consciência da importância do aspecto econômico na disputa aos franceses, bem como da importância em surrupiar as terras indígenas dos aliados dos franceses: “A maior guerra que se podia fazer aos franceses era impedi-los de comercializar o pau-brasil: com isto dominava-se o gentio, inimigo dos portugueses, assenhorava-se das terras, tão próprias à fábrica açucareira.” (Gouvêa, 2010, p. 10)

Outro aspecto interessante na obra é a descrição do ardil português para domar os indígenas (dividir para conquistar), bem como a consciência do sacrifício indígena nas causas portuguesas:

“Dos ciúmes que uns dos outros têm, procedem todas as guerras que todo este gentio do Brasil tem, e por aqui lhe urdem os portugueses muitas brigas com que se desavêm umas nações contra as outras, com o qual ardil os entramos e desbaratamos, que todos juntos ninguém pudera com eles, nem os domara.” (Gouvêa, 2010, p. 8)

“Ao final de uma batalha de duas horas, morria-se uma infinidade de índios. Esse foi o estilo do Brasil, ir assim pela guerra ganhando a terra aos inimigos. Daí a certeza da conquista da terra e do sangramento dos índios, muito maior que a dos portugueses.” (Gouvêa, 2010, p. 451)

A dificuldade na obra de expulsão dos franceses, tendo em conta a quantidade de aliados potiguares e a tática de cilada utilizada pelos inimigos (Guerra Brasília) são descritas por Gouvêa: “Sobejavam as flechas de três partes, de que em cilada rebentaram do mato três esquadrões de gente inimiga, e se tornaram a recolher em ondas e remetidas, que é este o seu pelejar.” Todavia, como era próprio da narrativa quinhentista, a ação da liderança e da ousadia portuguesa ao conduzir o gentio levam à vitória:

“... e o nosso gentio, vendo tantos inimigos, quase que ficou assombrado; mas chegando ali o ouvidor-mor (Martim Leitão) os começou a afrontar de palavra, dizendo-lhes se determinavam fugir ou fazer ali casas para viver, e depois morrer como velhos, e que nossas casas haviam de ser dos inimigos, e assim, gritando - a eles, a eles! – e deitando-se com fúria fora do cavalo, levaram os inimigos diante de si, deitando-os fora de mil labirintos, ficando todavia as suas instâncias cobertas de mil corpos, se não houvera a detença dos nossos em abrir dos caminhos para todos passarem (...). (Gouvêa, 2010, p. 83)

O autor engrandece a vitória, calculando em vinte mil potiguares a força inimiga (p. 61) e conclui: “Esta foi a maior e mais arriscada e perigosa guerra, e de mais importância, que nunca se cá deu.” (Gouvêa, 2010, p. 83)

Na *Relação das Coisas do Rio Grande (do Norte), do sítio e da disposição da terra*, o jesuíta espanhol Gaspar de Samperes (1607), descreve como a terra era propícia aos engenhos, bem como seus nativos facilitavam as tarefas: “Tinha esta Capitania quando os da Companhia entraram nela mais de 164 aldeias, mas como este gentio do Brasil facilmente se some entre os portugueses, agora terá como seis mil almas.” (Samperes, 1607, p. 16). É relevante nessa narrativa dos primeiros anos do século XVII, a consciência da etnia indígena sendo assimilada pelos brancos europeus.

A *Relação do Maranhão* (1608), do Jesuíta espanhol Luís Figueira (que somente foi publicada em 1904, pelo Barão de Studart, como o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará) descreve a intenção da missão religiosa, bem consoante com a missão geopolítica ibérica: “pregar o Evangelho à desamparada gentildade e fazer com que se

lancem aos portugueses, deitando de si os corsários franceses que lá residem...” (Figueira, 1608, p. 17).

Em 1618, o Jesuíta Pero Rodrigues escreve *Informação do Rio Maranhão e do Grande Rio Pará*. O autor, que mais tarde escreveria a biografia do Padre José de Anchieta, atém-se mais à missão religiosa. Relata, além da posse das duas localidades, a fundação do Forte do Presépio, em nova Lusitânia, que seria o embrião da cidade de Belém. Por fim, em 1621, o Jesuíta Manuel Gomes, em sua carta “*Alguma relação da nossa missão*”, foca sua narrativa sobre os maus tratos contra os gentios, acusando S. Majestade de “despovoar os cárceres de homens facinorosos e mandá-los para aquelas partes”:

“Ceriam ser verdade o que lhe dizem os estrangeiros, que El Rey da Espanha e o Papa eram os dois piores homens do mundo, que mandavam a seus soldados e capitães cometer tantas injustiças, pois só no Rio Pará cativaram e mataram mais de trinta mil almas injustamente e depois de terem assentado pazes.” (Rodrigues, 1618, p. 24)

O Sargento-Mor (título equivalente a Chefe do Estado-Maior do Brasil, segundo Varnhagen) Diogo Campos Moreno é um dos principais responsáveis pela narrativa militar da expulsão dos franceses e holandeses. O autor acompanhou Jerônimo de Albuquerque em 1613 no reconhecimento da Costa para sua retomada dos franceses. Foi capitão no Maranhão. Trinta anos mais tarde foi ao socorro de Pernambuco. Gabava-se de ter degolado mais de 200 franceses e holandeses. Perdeu uma das mãos em combate. Foi um “Campeão da Restauração em 1648.” (Moreno, 1612, p. 19).

Moreno começa sua narrativa em 1612, com o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Além da estatística de oito capitanias, do Porto Seguro até o Rio Grande do Norte, descreve as riquezas da terra e as particularidades de seus moradores, “necessitados de índios e negros para os serviços das fazendas e engenhos” e impedidos pelos padres da Companhia, os “homens de roupa larga”. (Moreno, 1612, p. 455, grifo nosso). Moreno, fazendo jus ao seu cargo, emite um relatório de mobilização militar e traça algumas características da defesa da terra:

“Tem a cidade de Salvador repartidos seus moradores em duas companhias de Ordenança, mais de 300 homens arcabuzeiros... Todo o Recôncavo está repartido em oito companhias, que acudindo a cidade se metem no alardo 800 homens com armas, oficiais e bandeiras... Por muitas vezes se tem advertido a V. M. que os fortes de Santo Antônio, de Itapagipe e da água dos meninos não são de nenhum efeito, por que assim não defendem nada...” (Moreno, 1612, p. 5)

Muito relevante é a narrativa de Moreno sobre a participação de forças particulares na defesa da terra:

“Tem um morador, em Cachoeira, com algum gentio... Quando importa, acode a cidade com 200 flecheiros... e faz rosto a uma ladroeira, que chamam Santidade, em que se recolhem índios e escravos fugidos.” (Moreno, 1612, p. 13)

Descreve ainda o armamento e a pólvora disponíveis em cada localidade, bem como o salário dos servidores do reino, incluindo militares, religiosos e outros cargos do Governo.

Três anos mais tarde, com a *Jornada do Maranhão* (1615), o autor, natural de Tanger, com a experiência militar adquirida na guerra da Espanha contra os Países Baixos, atinge seu ápice. Moreno chegou em Pernambuco em 1602. Dois anos mais tarde, após o ataque dos holandeses à Bahia, foi incumbido de tratar em Espanha da defesa daquela capitania, da fortificação de Pernambuco e da conquista do Maranhão. A *Jornada do Maranhão* é o relato de um soldado sobre as dificuldades da luta e dos recursos econômicos e militares contra os franceses e seus aliados tupinambás. Faz duras críticas a Jerônimo de Albuquerque. Southey, mais tarde, atribuiu tais críticas à inveja. (*History do Brasil*, 1862)

A *Jornada do Maranhão* de Moreno é ímpar na literatura seiscentista por tratar explicitamente das vantagens que a **GUERRA JUSTA** trazia aos reinos portugueses. O aprisionamento dos indígenas é a motivação principal que leva os particulares ao combate contra os franceses e seus aliados.

Moreno inicia sua narrativa com a descrição do voluntariado dos particulares, deixando claro para o leitor a deficiência do apoio da Coroa e o descaso das autoridades locais. O fracasso da 1ª expedição evidencia-se com a necessidade de retorno dos expedicionários portugueses até o litoral de Pernambuco, após vislumbrarem as forças selvagens inimigas no Maranhão. Nesse contexto foi fundada Nova Lusitânia (Belém). Aos poucos o autor insere na narrativa o interesse privado dos participantes do movimento, muito mais interessados em suas questões particulares do que nos interesses do Reino. É explícita a fragilidade do relacionamento entre os portugueses e seus aliados indígenas. Os selvagens eram a massa de manobra nas questões militares; todavia, eram também a rentável mercadoria buscada pelos portugueses. Moreno salienta a dificuldade da conquista do Maranhão: “Depois que os portugueses intentaram a conquista do

Maranhão... e nela se perderam muitos homens, e muitos navios... (ficou a conquista) tão desacreditada, que poucas vezes se achou conveniente só falar nisso (Moreno, 1615, p. 209) Mesmo com a dificuldade relatada, e conhecida a falta de apoio do Reino para tal jornada, “Não faltavam homens que, acompanhando essa tenção, se ofereceram à jornada, à sua custa, não pedindo mais do que licença...” Moreno cita Pero Coelho, por exemplo, que partiu na labuta com oitenta homens brancos e oitocentos Índios de Guerra...” (Moreno, 1615, p. 210, grifo nosso) A motivação dos portugueses para participar de combate tão desaconselhado é então explicitada por Moreno:

“Mas como todas essas obras eram sem ordem, nem braço de Rey, e o Governador tratava de que lhe mandasse parte dos índios, parece que a Jornada se havia feito somente para cativar, e vender índios... Em breves dias venderam até aqueles que fielmente os haviam ajudado e acompanhado na guerra.” (Moreno, 1615, p. 210, grifo nosso)

Segundo o autor, o próprio Governador, que seria a autoridade responsável por intermediar esforços junto ao Reino, rebaixa-se nas transações ilícitas exigindo parte dos índios aprisionados. Verifica-se aqui como soa absurda, pelo menos em 1615, a ideia pós concebida do início de um sentimentalismo nacional brasileiro no século XVII, bem como a irmandade de armas atribuída a uma união racial para expulsão dos invasores do território da América portuguesa.

No crescente das ameaças francesas pelo norte e nordeste brasileiro, há uma tentativa (frustrada) da invasão da Bahia de Todos os Santos, pelos holandeses em 1604. Tal fato havia alarmado sobremaneira os defensores. Moreno foi mandado à Espanha para convencer El Rey da necessidade da construção de fortificações na Bahia e Pernambuco. Em 1606 recebeu ordens para iniciar as fortificações, mas nunca pôde executar tal ordem, “porque havia alguma opinião que a Jornada do Maranhão era mais conveniente aos particulares que desordenadamente se haviam havido nela... e que o Governador mais tratava dela, que para socorrer a Pero Coelho, nem mandar tratar do que convinha.” O enriquecimento com o aprisionamento indígena importava mais que a defesa da terra. As fortificações não foram feitas para deter os holandeses; nem tampouco a Jornada recebeu reforços e recursos para expulsar os franceses. Em pouco tempo voltaram todos, falidos e derrotados.

Outra tentativa de adentrar o Ceará e o Maranhão foi feita pela Companhia de Jesus. Dois padres foram enviados com 40 índios. Foram atacados, porém, pelos Tapuias. Um dos padres foi morto e o outro foi resgatado mais tarde, enfermo. Falhava a segunda empresa do Maranhão. A tentativa da repetição do sucesso dos jesuítas contra os aliados dos franceses na França Antártica mostrou-se completamente derrotada no contexto que levaria ao surgimento da França equinocial.

Em 1611 o Governador D. Diogo de Menezes recebeu a incumbência de El Rey de verificar a intensidade da invasão de corsários e aventureiros franceses na Costa Leste-Oeste (que ia de Pernambuco ao Maranhão). Um dos receios de El Rey era a possibilidade de tal ocupação trazer prejuízos ao Peru e demais possessões espanholas adjacentes. (Moreno, 1615, p. 218)

Martim Soares Moreno havia participado da 1ª empresa, ainda criança. Aprendeu a língua dos indígenas e tornou-se figura familiar aos mesmos, a ponto de Jacaúna, um dos principais líderes indígenas, chamar-lhe “filho”. Por essa razão, foi nomeado Tenente da Fortaleza do Rio Grande (do Norte) e posteriormente, Capitão do Ceará, onde fundou a igreja de Nossa Senhora do Amparo e um forte com capacidade para 200 homens.

Gaspar de Souza assumiu em 1613 como Governador-Geral. Recebeu recursos em dinheiro do Reino para montar uma jornada para expulsar os holandeses de São Luís. Elegeu Jerônimo de Albuquerque como Capitão, “por ser grande Truxamante” (que sabe entender os índios). “Só por esse homem abalar-se, se abalaria todo o Gentio de todas as partes”. Partiu com “tantos resgates quanto pôde tirar da fazenda de S. Majestade”

Após muitas despesas e informações desencontradas; dúvidas sobre se o grosso da Jornada seguiria por terra ou por mar; e muito material e recursos confiscados pelo Governador, dá-se o início da Jornada. Moreno narra que Albuquerque contava com 320 flecheiros; cita, pela primeira vez, a figura de Camarão, herói que se imortalizaria nas guerras contra os holandeses: “além dos 30 flecheiros que marchavam por terra com Camarão, Índio seu, principal deles, e homem de que faziam muita conta... (Moreno, 1615, pp 227-230)

Moreno cita a Armada Milagrosa, com a qual saiu em 23 de agosto de 1614 para se juntar a Albuquerque e desalojar os franceses do Maranhão: oito navios com 100 homens

de mar e guerra (1615, pp 227-228) Narra a chegada à Ilha do Maranhão em meio a um tenebroso nevoeiro: “Deus, que milagrosamente guiava o negócio”, e a construção do Forte de Santa Maria, que seria usado de base contra as forças francesas e seus aliados. Narra ainda que os franceses capturaram três navios, fato que traz tensão aos portugueses, que temiam pela deserção de seus (inconstantes) aliados nativos: “O Capitão-Mor estava desconfiado dos índios, aos quais abrindo caminho para que um só se fosse, que sem dúvida se haviam de ir todos.”

Enfim, o aguardado embate, que conhecemos hoje como Batalha de Guaxenduba. Moreno contabiliza as tropas inimigas:

“50 canoas, mais de dois mil índios flecheiros, e com eles 20 soldados franceses, nos quais entravam muitos fidalgos de casas conhecidas da França... Fizeram uma cerca no alto do monte com mais 400 índios Tupinambás... O capitão-Mor La Ravardiere estava no mar com outros 200 soldados franceses, mais o Capitão Malharte, com mais 100 flecheiros.” (Moreno, 1612, p. 270)

O capitão-mor português enviou por uma vereda secreta 75 soldados e 80 flecheiros, com o intuito de subtrair a pólvora do inimigo. A batalha durou menos de uma hora, deixando “todo o campo coalhado de mortos franceses, e índios.” (Moreno, 1612, p. 271) Ravardiére enviou seus navios, que foram repelidos pela artilharia do Capitão Manoel de Brito. Os portugueses atearam fogo nas 46 canoas inimigas que estavam em terra, impedindo qualquer reação. (Moreno, 1612, p. 272) Ao perceber que estavam sem pólvora, “lançaram-se os Índios (aliados franceses) fugindo montanha abaixo, como se fora caudal de rio, pois eram mais de 600 homens.” (Moreno, 1612, p. 273)”

Uma vez derrotado, Ravardiere foi escoltado pelos portugueses à Torre de Lisboa, onde ficou preso por muitos anos. Enviou uma relação ao embaixador francês na Espanha, prestando contas da situação. Chamam a atenção os detalhes referentes aos aspectos sociais da colônia e à exploração econômica, competindo com a missão religiosa; Explica que o Maranhão era uma terra desabitada entre o nordeste do Brasil e o Peru espanhol, e que 800 famílias francesas a ocuparam como fazendeiros; e que havia minas de lapisazur, pescarias de pérolas e muitos remédios e mantimentos que os corsários vinham buscar. (Moreno, 1612, p. 321-322) É mais notória a descrição da obtenção da mão-de-obra (índios, negros e portugueses!) a ser utilizada na França Equinocial:

“Que resgatam por machados, e foices, e outras coisas de pouca substância muitos escravos dos mesmos Índios, que uns aos outros se comem e se cativam; e que tratam de mandar ao mar de Angola a tomar os navios, que vem com escravos ao Brasil, para meter nesta Colônia... e que achamos aqui seus cativos, com ferros nos pés, muitos portugueses nossos de três anos de escravos, que como tais, lhes roçavam, e plantavam e serviam no campo.” (Moreno, 1612, p. 323)

Manoel de Sousa de Sá foi integrante da frota dos navios envolvidos na Batalha de Guaxenduba. Em sua *Breve Relación de la Jornada de la conquista de Marañon*, também de 1615, teceu uma versão mais concisa que a de Diogo Moreno.

Do mesmo ano (1615) e sobre o mesmo tema é o *Relatório* de Alexandre de Moura, chefe da citada frota. O autor foi também lugar-tenente e Governador da Paraíba, além de capitão-mor e Governador de Pernambuco, entre 1603 e 1615 (Moura, 1615, p. 22). Seu relatório descreve, além da vitória contra os franceses no Maranhão, a sua continuação para a conquista do Pará e Amazonas. Relata a ordem hispânica à Região e faz um inventário dos fortes da região. Alexandre de Moura nomeou Francisco Caldeira para a conquista do Grão Pará e Amazonas.

A *Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco* em 1616, foi publicada em 2004 pelo historiador maranhense José Ribeiro do Amaral. Nos dá a noção da necessidade ibérica da defesa da terra como um todo; principalmente porque, ao deslocarem-se para o noroeste do continente sul-americano, rodeando a costa litorânea, os invasores estrangeiros representavam uma grande ameaça para as possessões espanholas do Peru. Descreve a missão de Francisco Caldeira para a defesa da região norte do território brasileiro, após a expulsão dos franceses do Maranhão. É interessante notar que a Coroa Ibérica não deu a devida atenção à possessão portuguesa no Maranhão; mas, ao perceber que a proximidade de estrangeiros do Amazonas ameaçava diretamente o Peru espanhol, faz um apelo de urgência a medidas mais drásticas:

“Insiste-se, mais uma vez, aqui na necessidade urgente, inadiável, de acudir, o quanto antes, sem perda de tempo, com qualquer socorro ao Amazonas, onde, desassombadamente, traficavam ingleses, flamengos e holandeses, onde, certamente, procurariam mais seguro refúgio os franceses repelidos do Maranhão.” (Amaral, 2004, p. 31)

Na *Relação do que há no Grande Rio das Amazonas novamente descoberto*, de 1616, do Capitão Antônio Pereira, que acompanhou a expedição de Francisco Caldeira, consta a

relação do material e do efetivo da citada missão, que partiu de São Luís em 25 de dezembro de 1615: três embarcações, dez peças de artilharia, armas e munições, além de 150 homens, repartidos em três companhias, além dos índios que pudessem servir, todos com 5 meses de soldo adiantados. (Amaral, 2004, p. 54) Levou também alguns “línguas” (tradutores da língua tupi) capazes de atrair aos portugueses muitos gentios. Essa narrativa de Antônio Pereira envolve também a descrição das mercadorias que despertavam a cobiça dos europeus:

“Tem o capitão duas pérolas, as quais lhe deu um índio que disse as achara comendo ostras assadas, e as deitava fora...” Neste se acharam também duas pedras que foram roubadas por um inglês ao francês que as levava, e corre demanda em Inglaterra sobre elas, e que estão avaliadas em muitos cruzados.” (Amaral, 2004, p. 57) “As mercadorias que este gentio vendia aos holandeses são algodão, tinta de urucu, pau coatiara e outras sortes de madeiras, tabaco e castores.” (cobiçadas pelos franceses por suas peles) (Amaral, 2004, p. 58)

Na jornada de Francisco Caldeira, logo após a fundação da cabeça da feliz Lusitânia (Belém), um francês que andava entre os índios deu notícia de um flamengo que havia sido deixado rio acima para aprender a língua dos índios. Acrescentou ainda que, poucos dias antes da chegada dos portugueses, três barcos holandeses partiram daquele mesmo local. (Amaral, 2004, p. 79) Informou ainda que, “mais ao norte, achavam-se estabelecidos uns 250 a 300 de seus companheiros, com duas tranqueiras para defenderem suas roças e plantações, especialmente tabaco, algodão e urucu... “Sobressaltado com tão alarmantes notícias, resolveu Caldeira dar aviso para Portugal e para o Maranhão da situação melindrosa em que se encontrava com inimigos tão de perto.” (Amaral, 2004, p. 80)

Prossegue o autor: “Mal haviam chegado reforços do Maranhão, em 7 de agosto de 1616, um navio da Holanda buscava comunicação com os índios; divulgava-se a notícia da espera por uma grande armada holandesa que viria estabelecer naquele local uma nova colônia. Os (poucos) portugueses resolvem atacar o navio; após uma terrível resistência holandesa, os portugueses conseguem atear fogo à embarcação inimiga: “mais uma vez saiu vencedor de uma luta desigual e feroz o antigo e nunca desmerecido valor lusitano... permitindo-lhes transmiti-los intactos, a nós os seus descendentes”. (Amaral, 2004, p. 84)

Também Frei Vicente (História do Brasil, 1627) dá sua versão da França Equinocial: “Por este Rio (Paraíba) entravam mais de 20 naus francesas todos os anos a carregar de pau-brasil, com ajuda que lhes davam os gentios Potiguares, que senhoreavam toda aquela terra da Paraíba até o Maranhão.” (Vicente, 1627, p. 66) Para rezear as atividades econômicas francesas, os portugueses as combatiam; todavia, esses embates muitas das vezes deviam-se mais ao acaso do que por ofício. Frei Vicente descreve uma delas:

“Na era do Senhor de 1578, se ordenou uma entrada em Pernambuco até o Rio São Francisco... Daí a nove dias, viram uma nau francesa, da qual haviam desembarcado dez homens, que estavam contratando alguns gentios. Deram os nossos sobre eles de madrugada quando dormiam... e os mataram. Depois seguiram até o desembarcadouro do Rio São Francisco, onde foram aportar o caravelão com seu capitão e os mais, que levava.” (Vicente, 1627, p. 69)

Relevante também na narrativa dessa passagem é o fato do principal (como eram chamados os chefes das aldeias), ao negociar com o capitão francês, oferece-lhe “vender uma aldeia inteira de contrários, que tinha dali a nove ou dez léguas, que fosse com ele, e a entregaria”. E assim foi feito... (Vicente, 1627, p. 69). Vimos anteriormente na narrativa de Moreno como os franceses também se valiam da “Guerra Justa” para levantar indígenas para trabalhar na França Equinocial. Vicente corroborou essa prática na sua narrativa.

Frei Vicente nos conta que, quando Jerônimo de Albuquerque foi eleito para capitão-mor da conquista do Maranhão, preocupou-se de imediato em recrutar todo o efetivo possível. Sua primeira opção foi recorrer às aldeias do gentio pacífico, e “por lhes saber falar bem a língua, e o modo com que se levam, ajuntou quantos quis.” (Vicente, 1627, p. 127) Frei Vicente narra o discurso de convencimento do capitão, apelando para o que hoje chamaríamos de “discurso de gênero”:

“Sobrinhos, eu vou à guerra, estas são as armas dos homens esforçados e valentes, que me hão de seguir; estas das mulheres fracas, e que hão de ficar em casa fiando; agora quero ouvir quem é homem, ou mulher. As palavras não eram ditas, quando se começaram todos a desempunhar, e pegar dos arcos, e flechas, dizendo que eram homens, e que partissem logo para a guerra.” (Vicente, 1627, p. 127)

Se o recrutamento do índio se mostrou tarefa relativamente fácil, o recrutamento dos brancos foi bem diferente, especialmente para os mais dotados de recursos. O capitão teve que usar da criação de uma legislação específica, que, se por um lado, tinha a virtude

de obrigar aos ricos a contribuição do sangue de seus descendentes, por outro, demonstrou a fragilidade daquele sistema de recrutamento, no qual os menos afortunados – e os negros – substituíam os filhos dos senhores:

“Não ajuntou com tanta facilidade o governador os soldados brancos que queria mandar, porque exceto alguns, que por sua vontade se ofereceram a ir, os mais nem com prisões podiam ser trazidos, porque como os traziam de longe, e por matos dos engenhos e fazendas de noite, fugiam, e de 10 não chegavam quatro; porém caiu em uma traça mui boa, que foi obrigar aos homens ricos, e afazendados, que tinham mais de um filho, que dessem outro, com o que lhe sobejou gente; porque nenhum homem destes mandou seu filho, sem ao menos mandar com eles um criado branco, e dois negros.” (Vicente, 1627, p. 127, grifo nosso)

Constatamos assim o surgimento da irmandade racial para a expulsão dos franceses narrada por Frei Vicente. Índios eram convencidos à saliva, mantida a sua característica beligerante; brancos ricos mandavam os brancos pobres e os negros no lugar de seus filhos. Essa tônica ainda se repetiria por toda a história do recrutamento militar da América portuguesa e adentraria na história do Brasil monárquico. Ainda na Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XVIII, negros escravos substituíram seus senhores nos combates.

O aspecto positivo da Jornada do Maranhão foi a efetiva ocupação da região norte do Brasil, com o surgimento de importantes centros urbanos, como São Luís do Maranhão, tomada dos franceses, e de Feliz Lusitânia, atual Belém do Pará.

3.4.4. A França Equinocial (versão francesa)

“Eu me acostumarei facilmente a todos os incômodos e a qualquer espécie de vida, pois a guerra é minha profissão.... Quanto à crueldade dos perós (portugueses), antes que desembarquem novamente neste país, terão que roubar-me a vida e a de todos os franceses.”

(Almirante de Rasily, em discurso proferido a um chefe tupinambá, na chegada dos franceses aos Maranhão, em 1613. In D’Abeville, 2008, pp. 89-90)

A versão francesa dos relatos da experiência da França equinocial, ocorrida no Maranhão nos anos de 1612 a 1614, foi escrita pelos capuchinhos d’Abbeville e Yves d’Évreux. Ambos faziam parte de um grupo de quatro religiosos que acompanharam a

missão colonizadora de Daniel de la Touche, Senhor de La Ravardière, que tinha a companhia militar do almirante de Razilly.

3.4.4.1. D’Abeville

D’Abeville, viveu quatro meses no Maranhão e escreveu *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, em 1614. Utilizamos a versão traduzida por Sérgio Millet, na edição brasileira de 2008. O autor inicia a narrativa citando o aventureiro francês Jaques Riffault, que, em 1594, havia percorrido com três navios a costa norte do Brasil. Dois desses navios teriam se perdido, e catorze tripulantes acabaram por ficar na terra. Um desses foi Charles de Vaux, que pertencia à Igreja reformista, e que conquistou a simpatia dos índios e participou ao lado deles na guerra do Ibiapaba, no qual os portugueses, comandados por Pero Coelho, lutaram com os tabajaras e seus aliados franceses, no contexto da colonização do Ceará. De volta à França, de Vaux teria convencido o Rei D. Henrique, o Grande, que, por sua vez, repassou ao Sr Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, as vantagens da exploração daquelas terras. La Ravardière já havia explorado as costas da Guiana, conforme seu livro *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales*, publicado em Paris em 1616. (Millet, 2008, p. 16)

O fidalgo francês havia sido nomeado loco-tenente para a colonização de Caiena, mas logo trocou esse intento pela ocupação do Maranhão. Sua concessão, de 1610, lhe dava a extensão de 50 léguas (aproximadamente 250 km) de terras para cada banda do forte que construísse. La Ravardière, juntamente com o almirante Francisco de Rasilly, foram nomeados, pela Rainha regente Maria de Médici, tenentes-gerais do rei nas Índias Ocidentais e terras do Brasil.

Os franceses possivelmente estudaram as lições aprendidas com o malogro da França Antártica. Ao contrário do que fizera Villegagnon, que proibiu o contato entre os franceses e as índias, isolando seus homens numa fortificação até que o relacionamento entre eles se tornasse insustentável, a permissão de La Ravardière parecia já fazer parte de um acordo bem elaborado:

“Quanto aos franceses que não quiseram ficar residindo no forte, conforme combinado de início, foi-lhes permitido retirar-se, como o fizeram, em grupos de dez ou doze, e residir nas

aldeias, onde lhes aprouvesse, hospedando-se com os índios que os havia convidado.” (Millet, 2008, p. 84)

Além dessa medida, a boa convivência com os selvagens foi resguardada através da edição das “ordenações francesas de 1612”. Os seguintes tópicos, que previam severas penas, procuravam garantir a ordem entre os povos: “Ordenamos que se não pratiquem quaisquer atos desonestos com as filhas dos índios... “Proibimos quaisquer roubos contra os índios, seja de suas roças, seja de outras coisas que lhes pertençam.” (Millet, 2008, p. 174)

Assim como na experiência anterior, os franceses sabiam da necessidade premente da aliança militar com os tupinambás (inimigos dos portugueses). A estratégia para essa aliança veio da extrema sensação de insegurança que assombrava aqueles nativos. D’Abeville alega que esses selvagens eram originários do litoral do Rio de Janeiro, onde os franceses tentaram a fixação da França Antártica (os índios tupinambás, que habitavam antes no trópico de Capricórnio, se haviam refugiado na Ilha do Maranhão e regiões circunvizinhas para escapar ao domínio dos portugueses (Millet, 2008, p. 93). Ao longo dos anos, fugindo dos portugueses e seus aliados, os tupinambás foram migrando para o norte. D’Abeville descreve essa saga desde a sua expulsão pelos portugueses de Caetê (floresta grande), no litoral fluminense, até a sua chegada na foz do Amazonas e a fixação na Ilha do Maranhão e adjacências, onde esperavam estar preservados “da perseguição de seus inimigos e do diabo” (Millet, 2008, p. 282)

Cientes dessa situação dos tupinambás, os franceses conseguiram sua fidelidade jurando defendê-los dos portugueses. Des Vaux, que havia morado entre os tupinambás e conhecia muito a história deles, era o encarregado de fixar essa aliança:

“Por todas as aldeias por onde passava, comunicava-lhes, por intermédio do Sr. des Vaux, ter vindo da parte do nosso mui grande e poderoso Rei de França para viver e morrer com eles, seus bons amigos e aliados, e, também, para defendê-los e protegê-los contra os inimigos.” (p. 78)

Outro aspecto importante da nova conquista era a ideologia religiosa que acompanharia a operação. Tão logo a assistência financeira e militar foi garantida, buscou-se o elemento espiritual para a propagação da fé cristã entre os infiéis americanos. Quarenta voluntários franciscanos se voluntariaram, mas somente quatro embarcaram. Entre eles, Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux, este último como superior.” (Millet, 2008, 2008, p. 17)

Um dos primeiros movimentos dos franceses foi garantir a aliança tupinambá. Uma verdadeira campanha publicitária de guerra percorreu à Ilha Grande do Maranhão, prevenindo os índios do evento, “perguntando-lhes se ainda tinham a mesma vontade de outrora de receber os franceses...” (Milet, 2008, pp. 74-75)

Os nativos foram convidados a erguer a fortaleza, que hoje chamamos de Forte São Luís, e cujo nome foi dado em homenagem ao Rei francês Luís XIII. A mesma alegria narrada pelos religiosos franceses quando se deu a construção da França Antártica se repetiu no Maranhão. (p. 83) Em seguida os franceses condicionaram a continuidade do comércio com os indígenas à aceitação da religião. Prossegue o autor com a resposta:

“Estou muito contente, valente guerreiro, com o fato de teres vindo a esta terra para fazeres a nossa felicidade e nos defenderes contra os nossos inimigos... haverá então alianças de parte a parte, de modo que já ninguém pensará que não somos franceses.”

(discurso de Japiaçu, principal de Junipará e grande morubixaba da Ilha – Milet, 2008, pp. 86-87)

A esse discurso, o Almirante Razilly assim respondeu: Não foram as riquezas de tua terra que aqui me conduziram... Foi apenas o desejo que tenho de ver vossas almas, depois de vossa vida preservadas da danação eterna...” (p. 89) “Eu me acostumarei facilmente a todos os incômodos e a qualquer espécie de vida, pois a guerra é minha profissão.” (Milet, 2008, p. 89) E “Quanto à crueldade dos perós, antes que desembarquem novamente neste país, terão que roubar-me a vida e a de todos os franceses.” (Milet, 2008, p. 90)

D’Abeville descreve Batalha de Ibiapaba, quando “alguns portugueses e de oito a dez mil índios” vieram tentar roubar-lhes as terras e escravizá-los (Milet, 2008, p. 93), e na qual Des Vaux, o embaixador dos franceses entre os tupinambás, ganhou destes selvagens incondicional prestígio.

A descrição seguinte demonstra como os franceses eram bem-sucedidos na aliança, que a cada dia estendia o seu território. Demonstra ainda o espírito beligerante dos tupinambás, que iam guerrear na região do Amazonas:

“Caruatapirã (o principal de Cumá) voltava de uma guerra sangrenta que durara seis meses e da qual trouxera onze escravos de diversas nações. A fim de mostrar a amizade que tinha aos franceses, reservara-lhes alguns desses escravos originários do Rio Amazonas... e os havia trazido expressamente para que os franceses pudessem, por

intermédio deles, não somente se estabelecer no país, como tanto desejavam, mas ainda nas terras vizinhas. (Milet, 2008, p. 165)

D’Abeville prossegue enumerando as aldeias que se juntavam à aliança. O autor contabiliza, somente na Ilha e proximidades, vinte e sete aldeias, contendo no total de dez a doze mil nativos. (Milet, 2008, p. 195) Descreve ainda que, seguindo em direção ao Rio Amazonas, entre vinte e vinte e quatro aldeias de tupinambás, muito povoadas, eram potenciais aliados; sem contar as inúmeras aldeias que ficam além do Rio Amazonas.

Após a descrição da força, D’Abeville observa a potencialidade econômica da nova colônia francesa. Trata-se claramente de uma propaganda migratória para atração de franceses. Alega o autor que a terra é mais propícia para o cultivo da cana de açúcar do que Pernambuco. E dá um interessante testemunho das pedras preciosas:

“E como as pedras mais preciosas se encontram na zona tórrida, e o Brasil se situa quase no meio dela e próximo à linha equinocial... o que me leva a dar crédito ao que dizem os franceses e índios e outras testemunhas oculares, de por aí existirem muitas minas de ouro e pedras preciosas e muitos viveiros de pérolas. Ademais, achando-se o país no mesmo clima do Peru e em continuação terrestre deste, é provável que não haja no Peru riqueza alguma que se não encontre no Brasil, que se localiza apenas mais para o Oriente, na mesma latitude de Cuzco e nas vizinhanças do rio das Amazonas, o maior e mais rico rio do mundo.” (Milet, 2008, pp. 216-218)

A obra de D’Abeville se encerra no auge da ocupação francesa e da propaganda migratória. Assim como as narrativas dos religiosos da França Antártica, não há nenhuma alusão aos embates com os portugueses.

3.4.4.2 Yves d’Evreux

Continuação da História das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614, de Yves d’Evreux, complementa, segundo o próprio autor, a obra de D’Abeville. D’Evreux descreve aspectos da fundação de São Luís do Maranhão e da etnografia dos tupinambás, além da descrição da fauna e da flora da região. É relevante para o nosso trabalho o capítulo “como é fácil civilizar os selvagens à maneira dos franceses”.

A versão utilizada neste trabalho, de 2007, é “a mais completa publicada no Brasil, com acréscimo de partes encontradas no exemplar da Biblioteca de New York.” (D’Euvreux, 2007, p. 25)

D’Euvreux inicia sua obra com uma dedicação ao rei. Alega, nessa introdução, que a tarefa da conversão do gentio não é tão penosa, uma vez que “os índios gostam naturalmente dos franceses e odeiam os portugueses”. Acrescenta que “não serão necessários cinquenta ou cem mil escudos, pois basta medíocre liberalidade, porém fielmente bem administrada...” (D’Euvreux, 2007, p. 7)

Em seguida passa o autor a narrar as circunstâncias da construção do Forte de São Luís, corroborando o testemunho de D’Abeville: “De todas as aldeias vinham os selvagens com mulheres e crianças... vindo os chefes sempre à testa do grupo.” (D’Euvreux, 2007, p. 20) O autor conceitua os tupinambás como “infatigáveis, contanto que cheguem a bom termo na tarefa que empreendem... Ao contrário, se os tratardes com aspereza e ameaças, nada farão que preste.” (D’Euvreux, 2007, p. 20) O religioso expressa como os índios se orgulhavam de trabalhar com os franceses, que lhe trariam defesa contra os inimigos. Exemplifica que um líder tupinambá “pensou ter ganho todas as riquezas do mundo, quando viu o filho balbuciar vinte ou trinta palavras francesas...” (D’Euvreux, 2007, p. 349) E acrescenta que as palavras pronunciadas, sem sentido, deram ao autor o “receio de arrebentar de rir.” (D’Euvreux, 2007, p. 350)

Mais relevante é a descrição que D’Euvreux faz das características guerreiras dos tupinambás, conceituando-os como parceiros militares ideais:

“Não há no mundo nação alguma mais inclinada à guerra e a viagens pelo desconhecido como estes selvagens brasileiros. Quatrocentas ou quinhentas léguas nada são para eles quando vão atacar os inimigos e fazê-los escravos. Embora sejam por natureza tímidos e medrosos, nos combates ganham calor, não abandonam o campo de guerra, e quando perdem as armas pelejam com unhas e dentes contra os inimigos. (D’Euvreux, 2007, p. 24)

As táticas e estratégias da “Guerra Brasília” tupinambá são também narradas pelo autor:

“Suas guerras são feitas, na maior parte, por astúcia e sutileza; ao romper do dia assaltam os inimigos em suas aldeias: salvam-se de ordinário os que têm boas pernas, sendo aprisionados os velhos, as mulheres e as crianças, conduzidos como escravos para as terras dos tupinambás. Também sob o pretexto de negociar, vão eles ao longo dos rios, onde vivem os inimigos, aos quais fazem boas promessas, mostram suas mercadorias... e

quando os vêem entretidos, lançam-se sobre eles, pobres ingênuos, matam uns, aprisionam e cativam outros. Por este motivo todas as nações do Brasil desconfiam deles, não querem sua paz, os ameaçam e os têm em geral por traiçoeiro.” (D’Evreux, 2007, pp. 24-25)

Prossegue o autor corroborando a característica beligerante dos tupinambás. Alega que a lendária tribo feminina das Amazonas é descendente dos tupinambás: “Vivem como as outras mulheres selvagens, ágeis e destros no manejo do arco, e nuas se defendem dos seus inimigos como podem.” (D’Evreux, 2007, p. 29) Descreveu uma expedição formada por 2400 tupinambás que, acompanhados dos franceses, partiram para fazer combate com as aldeias inimigas camarapins e mearinenses. Ao descrever os camarapins, questiona o autor, com segundas intenções:

“Diante disso, podereis avaliar da coragem dessas nações selvagens, movidas apenas pela natureza. O que não seriam se fossem policiados, ou conduzidos e instruídos pela disciplina militar?” (D’Evreux, 2007, p. 31)

D’Evreux dedica um capítulo inteiro a descrever “quão fácil é civilizar os selvagens à maneira dos franceses, e ensinar-lhes os ofícios que temos na Europa” (D’Evreux, 2007, p. 60) Prossegue o autor declarando que os tupinambás “são mais fáceis de serem civilizados do que os aldeões de França.” (D’Evreux, 2007, p. 61) Descreve como aprenderam fácil os bons costumes (D’Evreux, 2007, p. 62); as artes e ofícios, exemplificando a destreza adquirida por um ferreiro (D’Evreux, 2007, p. 63); o conhecimento que tinham das estrelas e das características das diferentes estações do ano (D’Evreux, 2007, p. 64). Justifica que a vingança torna bárbaros os tupinambás:

“Não há a menor dúvida de que, se os franceses se retiram do Maranhão, todas as nações, antes inimigas, que aí residem promiscuamente, sob a nossa aliança, devorar-se-ão umas às outras...” (D’Evreux, 2007, p. 69)

Contudo, após os elogios, D’Evreux, descreve dos tupinambás os mesmos vícios “pagãos” que encontramos na narrativa dos portugueses em relação aos tupis:

“Gostam tanto de vinho a ponto de a embriaguez ser considerada por eles, e até mesmo pelas mulheres, uma grande honra... São boateiros, mentirosos, levianos e inconstantes, vícios mui comuns a todos os incrédulos; e por último são extremamente preguiçosos, a ponto de não quererem trabalhar, embora vivam na miséria antes do que na opulência por meio do trabalho.” (D’Evreux, 2007, p. 70)

Muito relevante é a descrição de D'Evreux sobre as etapas da formação militar dos tupinambás: aos 7 anos ganham pequenos arcos e flechas; dos 8 aos 15 anos aprendem a caçar e pescar; na adolescência são os remadores nas canoas de guerra e fabricam flechas; dos 25 aos 40 anos são chamados "Aua" – guerreiros bons para o combate. Somente depois dessa idade são aptos a comandar. (D'Evreux, 2007, pp. 74-77) São honrados na velhice, como "entre nós, qualquer velho coronel que dedicou a vida inteira no serviço do exército pelo Rei e pela Pátria... (D'Evreux, 2007, p. 79)

A obra de D'Evreux é dividida em dois tratados. O 1º Tratado encerra-se com uma série de perguntas e respostas, endereçadas aos franceses que teriam algum interesse em aumentar o efetivo dos franceses no Brasil. Como toda propaganda migratória, a obra enche-se da descrição da potencialidade econômica da terra. Segue a esse argumento uma filosofia existencial:

"Lá descobrirei novas terras, acharei alguma coisa de valor, como sejam pedras preciosas, ou outra coisa; e quando mais não fosse, bastaria que, quando voltardes, não ficásseis mudo nas reuniões, porque aquele que viaja tem sempre ganho o seu pão." (D'Evreux, 2007, p. 210)

O Segundo Tratado se aprofunda na descrição do relacionamento dos franceses com os tupinambás. Relata dois testemunhos dos nativos: "Se eu tivesse uma mulher francesa, não queria outra..." (disse Cachorro grande, um dos principais, D'Evreux, 2007, p. 227) "Nossos filhos estarão seguros contra seus inimigos... Haverá abundância de víveres e nunca se sentirá falta de mercadorias francesas. Oh! quão felizes serão!" (D'Evreux, 2007, pp. 258-259)

O autor religioso relata como o gentio se tornou dócil com a conversão ao cristianismo. E a ideologia usada na conversão:

"Expúnhamos os frutos que deviam esperar de nossa amizade, isto é, reforma em sua vida, conhecimento do verdadeiro Deus, defesa do nosso rei contra seus inimigos, o qual não deixaria de enviar-lhes homens e armas conforme necessitassem." D'Evreux, 2007, p. 258)

A continuação da história das coisas memoráveis do Maranhão termina da mesma maneira que sua obra antecessora, de D'Abeville, bem como das demais narrativas da França Antártica. Termina no auge da possessão francesa, sem referências aos embates

com os portugueses, que culminaram com a expulsão dos franceses do Brasil. Pouco tempo depois da epopeia da França equinocial, o Rei francês Luís XIII casou-se com a infanta da Espanha, Ana da Áustria. Tal evento, de brilhante sucesso diplomático espanhol, mais do que qualquer evento militar, pôs fim ao interesse francês nas terras ibéricas. Mais do que isso: qualquer narrativa nesse sentido passou a ser ofensivo para a rainha de origem espanhola. Durante o período filipino, de 1580 a 1640, a Espanha havia anexado Portugal e suas colônias.” (d’Evreux, 2007, p.p. 21-22). Tal é o motivo pelo qual a memória daqueles tempos, expressa nos exemplares das obras francesas sobre as invasões passou a ser sistematicamente destruída. Tudo o que se sabe sobre a obra de D’Evreux, por exemplo, deve-se a um exemplar salvo pelo Almirante Razilly, que ofereceu a obra ao Rei. Tal exemplar foi conservado na Biblioteca Imperial, incorporada hoje à Biblioteca Nacional, em Paris, por mais de dois séculos, até ser encontrado em 1835 pelo historiador Ferdinand Denis.” (D’Evreux, 2007, p. 23)

Além dessa memória, resta da França Equinocial o nome da capital do Maranhão, fundada naquela epopeia. Em relação às gerações futuras de milhares daqueles gentios convertidos ao catolicismo, pouco se sabe. Ferdinand Dinis alegou que o governo brasileiro, em um relatório de 1862, possuía apenas alguns dados imperfeitos daquelas infelizes hordas, que ainda se espalhavam pelo Maranhão, Pará e ao longo do Rio Negro. Estimava-se no final do século XIX em 5.000 os descendentes dos originais 80.000 selvagens que habitavam o mesmo território da França Equinocial. (D’Evreux, 2007, p. 372)

Estima-se que a grande maioria sucumbiu à varíola, após a reconcentração para o interior realizada por Matias de Albuquerque, o Comandante português que derrotou os franceses. O major brasileiro Francisco de Paula Ribeiro, ao buscar maiores informações sobre aqueles índios, queixou-se da “imensa invasão do esquecimento” Revista Trimensal, tomo 3º, pág. 311, in p. 371) Não foram encontrados sequer os reminiscências dos tabajaras, que, apoiados pelos portugueses e tendo à frente o célebre Camarão, participaram da luta entre la Ravardière e Jerônimo de Albuquerque.

Ferdinand Denis, um dos mais proeminentes historiadores que estudaram o Brasil francês, descreveu a visão francesa dos combates omitidos pelos religiosos franceses:

“As forças portuguesas, expedidas desde outubro de 1612 para expelir os franceses do seu novo estabelecimento, em maio de 1613 foram reforçadas por Jerônimo de

Albuquerque vindo do Ceará... De Pernambuco ainda vieram reforços indispensáveis, e por isso em 23 de agosto começou o bloqueio do reduto francês.” (D’Evreux, 2007, p. 48)

“No dia 19 de novembro, la Ravardière à frente de 200 soldados da infantaria e de 1500 índios atacou com energia aqueles que queriam desalojá-lo de sua cidade nascente. (D’Evreux, 2007, p. 48)

“Tomaram a ofensiva os portugueses, e em pouco tempo, a foi obrigado o chefe da nova colônia a concordar num armistício. Antes de chegar a este ponto la Ravardière perdeu cem homens e viu nove dos seus aprisionados. Pode dizer-se, que se sua resistência foi a de um bravo” (D’Evreux, 2007, p. 48)

Denis relata então as consequências da aventura francesa. De um lado, o legado positivo deixado aos brasileiros: O Forte de São Luís que propiciou o surgimento da “capital de uma das mais ricas províncias do Brasil.” (D’Evreux, 2007, pp. 48-49) E, de outro lado, a desastrosa consequência para seus aliados nativos: em menos de três anos, Jerônimo de Albuquerque trouxe incêndio e morte às aldeias tupinambás... Ordens de extermínio, em vez de orações, faziam em redor dos colonos um deserto que causava terror.” (pp. 59-60)

A batalha final entre portugueses e franceses (Batalha de Guaxenduba) teve ainda a versão francesa escrita por *de Lastre*, cirurgião francês da campanha, em uma carta endereçada a seu pai: *Histoire véritable de ce qui s’est passé de nouveau entre les français et portugais em l’Isle de Maragnan au pays de Toupinambous*.

De Lastre inicia sua narrativa citando como os “inimigos da paz” distorceram os fatos ocorridos no Maranhão. Assim, com o intuito de “restaurar a verdade”, dá seu “*testemunho do último encontro que teve lugar na Ilha de Maragnan na terra de Toupinambous, entre franceses, portugueses e os selvagens do país, que participaram tanto de um lado como do outro*”. (De Lastre, 1615, p. 12)

O autor: cita a construção do Forte de Santa Maria pelos portugueses e a iniciativa de La Ravardière de mandar uma patrulha noturna, comandada por Rasily, para sabotar os navios portugueses. Alega que os portugueses subestimavam o efetivo francês, pensando ser aquele empreendimento apenas uma “colônia franciscana acrescida de alguns ladrões aposentados.” (De Lastre, 1615, p. 16). O plano francês rendeu o sequestro das três melhores embarcações portuguesas. Souberam por um piloto que o efetivo português contava com “uns quatrocentos soldados, sendo o chefe Jerônimo de Albuquerque,

acompanhado de Diego de Campo Moreno, Sargento-Mor de todo o Estado do Brasil, mais quatrocentos selvagens e mulatos". (De Lastre, 1615, p. 19, grifo nosso)

O autor francês contabiliza as tropas francesas: aproximadamente oitenta soldados nas trincheiras, mais os marinheiros nos navios, duas companhias de sessenta homens e mil e quinhentos selvagens." (De Lastre, 1615, p. 17)

De Lastre descreve que a estratégia de la Ravardière consistia em atacar o forte de surpresa, assim que suas tropas o sitiassem. Todavia, "os portugueses apostaram tudo, todos saíram do forte, e tendo ouvido que estavam emboscados... não perderam. Eles atacaram nosso povo pela frente e por trás." (De Lastre, 1615, p. 18) "Eles vieram para o combate tão rapidamente, que nossos membros não tiveram tempo senão para disparar um tiro cada um". (De Lastre, 1615, p. 19)

Como consequência do ímpeto português, descreveu La Castre, os "nossos selvagens" abandonaram a posição e fugiram a nado para os navios. A maioria deles foi atingida na água "por esses mulatos portugueses tão selvagens... perdemos 60 homens em meia hora." (De Lastre, 1615, p. 19, grifo nosso) Podemos observar que, mesmo na narrativa francesa seiscentista, não havia nenhuma referência a "brasileiros". Mesmo os mulatos foram chamados de "portugueses".

Ainda na noite do combate, La Ravardière retirava franceses e selvagens da água, "à mercê das ondas e dos tubarões". (De Lastre, 1615, p. 20)

A narrativa termina descrevendo o tom amistoso das negociações. Narra ainda que, em seu ofício de cirurgião, tratou do filho mais velho Albuquerque, que havia sido ferido com três tiros de arcabuz. A última frase da missiva: "Escrito às pressas no forte de Santa Maria da Ilha de Maragnun".

A análise da historiografia da expulsão dos franceses revela ao menos dois aspectos importantes para o nosso estudo: primeiro constatamos que - naturalmente - não havia ainda, após pouco mais de um século do "descobrimento", ou de aproximadamente 80 anos do início da povoação em São Vicente, um sentimento de "identidade nacional brasileiro". Mesmo os filhos dos fidalgos portugueses no Brasil – como, por exemplo, o filho de Jerônimo de Albuquerque, recebiam o título categórico de português! Vimos uma referência na narrativa portuguesa ao "índio brasileiro", uma referência francesa ao

“mulato português”, mas nunca ao “branco ou mestiço brasileiro”. Segundo, com referência ao surgimento de uma irmandade racial feita para defender o território da América Portuguesa (gênese do Exército Brasileiro), constatamos a sua total ilegitimidade no período: mesmo os índios aliados dos portugueses que derramaram seu sangue pela causa do Império lusitano, foram vendidos como mercadorias no final das contendas. O índio Camarão, que já gozava no período do conceito de “homem de que faziam muita conta”, é apresentado como “principal deles”, denotando o devido distanciamento da origem europeia. Muitos negros participaram da Jornada do Maranhão, como nos revelou Frei Vicente, a partir do momento em que a legislação permitiu aos ricos substituírem seus filhos recrutados por seus escravos. Naquela mistura improvisada para a expulsão dos franceses invasores, portugueses, negros, índios e mestiços eram como óleo e água numa tina: estavam juntos, mas não se misturavam. A democracia racial na colonização portuguesa, de acordo com a historiografia das invasões francesas, estava longe – muito longe – da realidade.

3.5. Historiografia da luta contra os holandeses

A União entre as coroas hispânica e portuguesa, em 1580, trouxe um pacote de consequências desastrosas para a América portuguesa. Entre elas, a inserção repentina no contexto da guerra entre a Espanha e a Holanda, que remontava a 1568. Tal evento é hoje conhecido como a “Guerra dos 80 anos” (1568 a 1648). Em 1581, ano seguinte à União Ibérica, a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, unidas sob a religião protestante, declararia sua independência à Espanha. Os espanhóis responderam com uma tentativa de invasão. O apoio dos ingleses aos holandeses foi uma das razões pelas quais a Espanha arremeteu contra eles a sua Armada Invencível, em 1588. Sete anos depois, a Armada espanhola estava destruída. A entrada da França na guerra contra a Espanha tornou a situação ainda pior. O bloqueio anti-neerlandês tornou-se mais severo.

No início do século XVII, portugueses e holandeses viviam uma próspera comunhão comercial envolvendo o Brasil: os navios holandeses eram os principais responsáveis pelo transporte do açúcar proveniente dos engenhos do nordeste brasileiro. Esse açúcar era refinado em Amsterdã e distribuído pelos holandeses em continente europeu. Como

consequência, os holandeses tentaram invadir Salvador em duas oportunidades, ambas sem sucesso: 1599 e 1604. Em Carta Régia de 1605, em virtude do aumento das hostilidades entre espanhóis e holandeses, Felipe III fechou os portos dos territórios brasileiros ao comércio com os navios holandeses. Esses últimos, cientes da fragilidade militar da colônia ibérica; com a intenção de enfraquecer seu inimigo espanhol reduzindo-lhe as fontes de recursos; e ainda, com a expectativa de se apossar da produção dos engenhos para a manutenção de suas refinarias, decidiram invadir o nordeste brasileiro. Desta vez, pesou a favor dos invasores o aporte financeiro da Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621. Desde 1625, com a efetiva invasão da Bahia (ainda que por curto período); até 1654, com a expulsão definitiva de Pernambuco, as “guerras holandesas” geraram durante o período citado uma extensa bibliografia. E a cada ano, novos documentos e novas interpretações aumentam o volume daquelas narrativas. José Honório Rodrigues, historiador brasileiro, escreveu *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (1949). Entre autores portugueses, holandeses, espanhóis, franceses, alemães e brasileiros que se dedicaram ao tema, Rodrigues enumerou mais de mil obras. O autor organizou esse inventário dividindo a bibliografia em 9 partes: história da expansão colonial holandesa para o Brasil, obras gerais, obras estaduais, história geral dos holandeses no Brasil, história das lutas, história diplomática, história econômica e social, história natural e médica, etnografia e artes e história literária.

Não é nossa intenção esgotar o tema, mas buscar também na historiografia das invasões holandesas, como propusemos na hipótese deste trabalho, os aspectos referentes ao surgimento da nacionalidade brasileira e da irmandade racial criada para a expulsão dos holandeses da América portuguesa, ou a gênese do Exército brasileiro nessa epopeia militar do século XVII. Buscamos também a versão holandesa dos episódios.

Nesse contexto, Rodrigues ressalta a imensa participação de historiadores holandeses e portugueses na descrição da Guerra holandesa: “Uns para louvar e engrandecer os feitos de seus contemporâneos, outros para lamentar as aflições dos moradores brasileiros ou protestar contra a injustiça do ataque.” (Rodrigues, 1949, pp. 6-7) Relaciona em seguida os autores de primeira importância: Bartolomeu Guerreiro, Duarte de Albuquerque Coelho, Francisco de Brito Freire, Manuel Calado e Francisco Manuel de Melo, entre os portugueses; e Johannes de Laet, Gaspar Barlaeus e Joan Nieuwhof, entre os

holandeses. Cita ainda o francês Pierre Moureau, que, ao lado de Nieuhof, seriam as melhores fontes holandesas para a história da rebeldia pernambucana. O lado português dessa rebeldia teria como melhores fontes Netscher, Varnhagen e Wätjen. As principais fontes luso-espanholas, ainda segundo Rodrigues, são o Padre Bartolomeu Guerreiro, Juan de Valencia y Gusman e Tomás Tamayo de Vargas. O autor ressalta ainda a importância das cartas de Matias de Albuquerque, comandante das forças contra os holandeses entre 1630 e 1635; de Frei Vicente de Salvador, que dedicou 24 capítulos de sua História do Brasil ao tema; de D. Duarte de Albuquerque Coelho, irmão de Matias de Albuquerque, que escreveu os anais de 1632 a 1638; e do Padre Manuel do Salvador, com sua obra Triunfo de liberdade. (Rodrigues, 1949, pp. 7 a 11).

Para a compreensão da historiografia do domínio holandês no Brasil, Rodrigues ressalta a importância da “investigação dos aspectos sociais da história do conflito cultural e econômico, sem cair nos exageros do pitoresco”. (Rodrigues, 1949, p. 42) Assim, prossegue o autor, “é indispensável conhecer as origens do capitalismo, movimento propulsor do ataque holandês, saber qual a participação calvinista ou judaica nesta experiência colonial...” (Rodrigues, 1949, p. 35) Muitos historiadores descrevem as guerras holandesas no Brasil como “um episódio sul-americano da grande guerra de religião que a Reforma provocara na Europa”. Assim, o fator religioso, sob a liderança de padres católicos, tem sua importância dilatada “quando as próprias lutas de classe se revestiam de cor religiosa.” (Rodrigues, 1949, p. 40)

Para o estudo dos holandeses no Amazonas e Maranhão Rodrigues (1949) enumerou treze autores. Entre eles, Diogo de Castro, que governou Portugal de 1623 a 1626 e na sua obra *Informação sobre Coisas do Maranhão* (1630) acusa o recebimento de cartas de Francisco Coelho de Carvalho, primeiro Governador do Maranhão (1624-1638). Cita ainda Francisco Teixeira de Moraes em *Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luís do Maranhão com os sucessos mais notáveis que nele aconteceram...* cujo manuscrito é datado de 1692. (1949, p. 121-127)

Prossegue Rodrigues (1949) citando doze obras importantes para a história do Ceará, entre elas um extrato de uma carta escrita em 1650 dando conta aos poderosos senhores dos Estados Gerais das Províncias Unidas da grande riqueza das minas de prata existentes naquela terra: *Extract Uyt een Brief gheschreven aen hare Ho...* O Barão de

Studart publicou, no final do século XIX, centenas de documentos, entre comunicações oficiais, cartas régias, pareceres, diários e relatórios relativos à ocupação dos holandeses no Ceará. (Rodrigues, 1949, p. 127-132)

Rodrigues cita dez autores relevantes para a história dos holandeses no Rio Grande do Norte. Entre eles Alfredo de Carvalho, que descreveu as primeiras expedições holandesas e o desejo de descobrir novas minas de prata, descritos em relatórios do período entre 1637 e 1645, bem como em dois diários datados de 1650: um de Pieter Persijn, comandante dos tapuias – *Diário da viagem à mina de prata*; o Juiz Jan Honk escreveu o outro diário: *Diário ou Viagem à mina situada no Rio Grande do Norte*. Rocha Pombo, no século XIX, e Luís da Câmara Cascudo e Tavares de Lyra, ambos no início do século XX, dedicam-se também ao tema. Câmara Cascudo atribui ao Conde de Nassau a fixação do indígena no Rio Grande do Norte. (Rodrigues, 1949, p. 132-135)

Descreve ainda Rodrigues seis protagonistas sobre a história holandesa da Paraíba. Cita Frei Paulo do Rosário, com *Relação breve e verdadeira da memorável vitória que houve o Capitão-Mor da Paraíba Antônio de Albuquerque dos rebeldes de Holanda...* (1632); Cita ainda extratos de correspondências holandesas, entre elas, a de Elias Herckmans – *Beschrijvinge van de Capitanie Paraíba* (1639). (Rodrigues, 1949, p. 135-137)

Cita também seis autores da obra regional de Pernambuco, entre eles Domingos do Loreto Couto – *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. Discursos brasílicos, dogmáticos, bélicos, apologéticos, morais e históricos*. (Rodrigues, 1949, p. 138-139); Cita ainda três autores sobre a história regional de Alagoas, entre eles, o *Relatório sobre o Estado do Alagoas em outubro de 1643*, de Johannes van Walbeeck, traduzido mais tarde por José Higinio Duarte Pereira. (Rodrigues, 1949, p. 140);

Rodrigues cita ainda Balthazar da Silva Lisboa – *Anais do Rio de Janeiro (1834-1835)* – onde se encontram informações sobre os auxílios do Rio de Janeiro à restauração da Bahia, Angola e Pernambuco. (Rodrigues, 1949, p. 143).

3.5.1. Versões de religiosos portugueses: Manuel Severim de Faria, Frei Manuel Calado, D. Raphael de Jesus e Frei Vicente

3.5.1.1. Manuel Severim de Faria

Manuel Severim de Faria era sacerdote. É conhecido atualmente como um dos precursores do “jornalismo” em Portugal, dado o estilo descritivo de suas narrativas. A sua obra *Relação Universal do que sucedeu em Portugal & Mais Províncias do Ocidente e Oriente, desde o mês de Março de 1625 até todo Setembro de 1626*, (purl.pt/25667) tem início com o esclarecimento de sua vocação: “Darei de todas (as vitórias do Reino) bastante notícias, como quem descreve o mundo em pequena tábua...” (Faria, 1625, p. 2)

Prossegue descrevendo as novas das diversas províncias do território europeu, descreve as novas de Tanger, Cabo Verde, Índia, Macau, Congo, Luanda; até finalmente chegar à América portuguesa: “As mais celebradas vitórias que neste Reino tivemos este ano, foram as do Brasil, pelo grande cabedal que nesta empresa estava metido” (Faria, 1625, p. 8)

A principal característica militar das narrativas portuguesas seiscentistas sobre a guerra holandesa é o enaltecimento das Armadas – as forças regulares do Reino - (ora portuguesas, ora luso-espanholas), em detrimento aos combates em terra, notadamente protagonizados pelos naturais da terra – as forças irregulares. Tendência plenamente justificada pelo pacto militar colonial para a ocupação da América portuguesa, inicialmente dividida em capitânias hereditárias entre fidalgos do Reino, que por sua conta e risco, traziam os empreendimentos para o Brasil. Como contrapartida, o Império Português ocupava-se da garantia da segurança marítima contra eventuais invasores de larga escala; os conflitos menores, terrestres, como uma herança medieval, cabiam aos novos senhores da terra e seus “vassalos”.

Severim de Faria, em *Notícias de Portugal* (1740), em seu Discurso II, discorre sobre *A ordem da milícia que antigamente havia em Portugal e das forças militares que hoje tem para se conservar e ficar superior aos seus contrários*. Embora sacerdote de formação e ofício, arriscou-se na descrição das Artes da Guerra. Discorreu sobre a formação mais longínqua das milícias que defendiam o Reino, passando pela Ordem dos Cavaleiros de Avis,

que na Batalha de Ourique, em 1139, já havia sido mencionada, (Faria, 1740, pp. 74-75), bem como as ordenações afonsinas - a convocação de camponeses. Todavia, é muito relevante a descrição do surgimento e do fortalecimento do poder naval português, que na história de D. Afonso IV era composto por três galés e cinco navios, passando de 32 galés e 30 navios, na época de D. Fernando na guerra contra Castela, até 338 velas na conquista de Arzila, na África: “Se vê que as forças deste Reino são as maiores da Europa, quando os Reis quiserem usar delas”. (Faria, 1740, pp. 67-69)

Prossegue o autor na descrição do poder naval lusitano e sua relação intrínseca com o comércio, na defesa contra piratas: em 1552, ordenou que os navios que seguissem para a Costa da Guiné, São Tomé e Brasil fossem e viessem em três monções, em Janeiro, Março e Setembro, e que todos eles fossem armados... De modo que não partiriam menos de quatro velas”. (Faria, 1740, pp 72-73)

O autor explicou o modo pelo qual El Rey conseguia o aumento exponencial de sua frota. É um dos raros autores portugueses setecentistas que expuseram explicitamente a **Guerra Justa**, que oficialmente permitiu aos portugueses aprisionarem os índios para o comércio nas costas africanas e sul-americanas. El Rey expandiu esse regulamento para o Atlântico e o Mediterrâneo, visando também o tráfico negreiro. Faria chamou a Guerra Justa de “boa guerra”:

“E para poder haver mais navios armados no Reino, dava El Rey ajuda de custo de 75 cruzados por cada um aos que quisessem fazer navios para andar às presas na Costa da Guiné ou Brasil; e que as presas fossem suas. E que aos que fizessem navios para andar na Costa do Algarve e de Portugal em corso, lhes concedia também as presas, justificando depois, como eram de corsários, que eram tomadas em boa guerra... E navegaram os Navios deste Reino com grande segurança dos corsários.” (Faria, 1740, pp 72-73)

A disponibilidade de uma grande frota consistia no aparelhamento físico de que dispunha El Rey para a conquista e manutenção do vasto Império português do século XVII. Mas tal aparelhamento só era acessível a El Rey graças ao peculiar relacionamento entre o Monarca e seus súditos, em especial com a nobreza e, posteriormente, com a classe burguesa. Os pilares dessas relações, como descrevem os autores portugueses setecentistas, eram a religião católica, no qual o Rei assumia, com o apoio da intervenção divina, a condução da nação contra o inimigo infiel; e a utilização de um sistema de Mercês.

Um relacionamento paternalista do Rei garantia aos súditos as recompensas meritórias, através de mercês e comendas, que proporcionavam a manutenção e a expansão do Império português. Faria ainda descreve a força das milícias das Ordens, nas quais os cavaleiros e comendadores serviam ao Rei pelo juramento de sua profissão. (Faria, 1740, p. 80)

Seguindo a característica do enaltecimento das Armadas, Faria exalta a ação da frota luso-portuguesa na reconquista de Salvador. Salienta o efetivo das tropas e a eficiência do treinamento militar europeu:

“Saiu o General D. Manoel de Meneses, de Lisboa, a 21 de Novembro de 1624, com 22 velas... Chegou D. Fradique com a Armada Castelhana a 7 de Fevereiro... Deram fundo a nossas frotas na Bahia a 29 de Março... Se assentou que saíssem em terra 500 italianos, 2000 castelhanos e 1500 portugueses, fora os 1400 de D. Francisco de Moura... Com estas condições, renderam a cidade a 30 de Abril... Deste modo se recuperou a Bahia, e sempre se alcançarão semelhantes vitórias se da nossa parte se proceder com boa ordem militar, no assentar dos quartéis, fazer das trincheiras, na destreza dos artilheiros, e sobretudo na obediência dos soldados. (Faria, 1625, pp. 10,11)

É notório (e real, dadas as circunstâncias) o pensamento militar europeu sobre a incapacidade dos moradores da Bahia na defesa de seu território. Neste contexto, prossegue Faria descrevendo a desastrosa ação do Governador Diogo de Mendonça Furtado ao ver a Armada inimiga, permitindo a tomada da cidade sem opor resistência:

“Ainda que o Governador imaginava ter gente com que, não somente defender a cidade e resistir ao inimigo, mas para o desbaratar e destruir, se achou sem soldadesca. Porque todos, sem ordem nem obediência aos seus capitães, se puseram em fuga... Chegou a tanto o medo da gente e soldados que, largando as armas, fugiram para os matos”. (Faria, 1625, pp. 8-9)

As ações descrevendo o sucesso das forças irregulares restringiam-se a pontos de importância secundária. Faria descreve um desses eventos, quando oito velas holandesas foram detidas no Espírito Santo, em março de 1625: “Quis Deus que nesta ocasião estivesse, no Espírito Santo, Salvador Corrêa de Sá, filho do Governador do Rio de Janeiro, com quarenta portugueses bem armados e setenta índios de flechas, que levava socorro à Bahia” (Faria, 1625, p. 12)

3.5.1.2. Manuel Calado

Frei Manuel Calado escreveu *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* na Restauração de Pernambuco. A obra original foi publicada em Lisboa em 1668. O autor salienta no prefácio sua condição de testemunha ocular: “A tribulação foi tanta que não se pode declarar com palavras. E é muito diferente coisa o vê-lo com os olhos ou querer escrevê-lo com pena e tinta.” (Calado, 1668, p. 11) Outra observação importante é que o autor participou de sua narrativa através de um personagem: na obra, o religioso assume o cognome de Frei Manoel de Salvador. O autor também perdeu sua parcialidade ao receber um bom tratamento por parte do Conde de Nassau, que o convidava a reuniões para praticar o latim. Participava das festas dadas pelo Governo holandês. Por isso, tende a “suavizar” os abusos da administração do Conde. Essa atitude muda completamente quando o Nassau se afasta da Administração da colônia.

Como uma clássica visão religiosa dos acontecimentos, o Padre culpa os moradores de Olinda - paraíso na terra antes da invasão holandesa - pelos excessos que despertaram a ira divina e proporcionaram o divino castigo incorporado na ambição batava: ““Tudo eram delícias... mas entrou nela (Olinda) o pecado, foram-se os moradores dela se esquecendo de Deus... os estupros e adultérios eram moeda corrente...” (Calado, 1668, p. 9)

Descreve o autor os abusos cometidos pelos invasores, saqueando as casas e “carregando tudo o que de melhor tinham”. A heresia que revolta o autor também atinge os pernambucanos:

“Outros entravam por igrejas, depois de roubarem os ricos e custosos ornamentos, quebravam em pedaços as imagens de Cristo, da Virgem Maria e dos outros Santos, e as pisavam com os pés com tanta coragem e desaforo como se isto lhe parecesse que extinguiriam a fé católica romana.” (Calado, 1668, p. 11)

O castigo sofrido em Olinda com a invasão holandesa trouxe àquele povo, através dos anos de sofrimento, a redenção divina. Na versão do Padre, quando se rebelaram contra o herege invasor, a intervenção divina voltou a interceder em seu amparo. Na ocasião que Manoel Dias, com poucos homens, repeliu um ataque de Sigismundo Vandscoph, que vinha à frente de “dois mil homens de guerra e grande cópia de potiguares e tapuias, gente de arco e flecha”, justificou o frei que a vitória se devia a São Gonçalo, “pois

junto de sua igreja resplandecem muitos milagres” (Calado, 1668, p. 35) Na Batalha dos Tabocas, traz a mesma versão que encontramos em Frei Vicente, na qual Nossa Senhora, com um menino nos braços e acompanhada de um ermitão, distribuía armas e munição para os rebeldes. (Calado, 1668, p. 205) A narrativa milagrosa se repete no combate pela Casa Forte, propriedade de Ana Paes: “uma imagem quebrada de Nossa Senhora começou a suar... logo que a imagem entrou em nosso esquadrão os inimigos enfraqueceram de tal sorte que começaram a deitar pelas janelas das casas panos brancos, em sinal de paz.” (Calado, 1668, p. 222)

Tomamos o depoimento de Frei Calado dos três componentes do território que participaram da expulsão batava. Dos moradores brancos, o autor explicita a revolta contra a heresia. Mas é o protagonista da obra, o valoroso Lucideno, que representa o branco europeu (apesar de nascido na Madeira e não apresentar características físicas arianas). A obra, de tão panegírica, parece ter sido encomendada. Dos índios, as referências de Frei Calado dividem-se entre a traição dos tapuias, que se aliaram aos holandeses, e o enaltecimento a Felipe Camarão, herói aliado aos portugueses. Mas quando se refere aos negros, o autor revela um racismo intrínseco ao eurocentrismo e desmistifica qualquer ideia de irmandade racial setecentista. Descreve a traição de Calabar, destrói a reputação do herói Henrique Dias, mesmo intencionando enaltecê-lo, e descreve inúmeras práticas de escravização e tráfico, tanto entre os portugueses quanto entre seus inimigos.

O autor começa a descrever João Fernandes Viera como *valoroso Lucideno*, que desde cedo a confiança dos holandeses. Era tão conceituado, que Jacobo Estacour, um rico holandês que herdou vários engenhos portugueses na invasão, deixou-lhe todos os seus bens, quando teve que retornar à Europa, além de crédito ilimitado para tocar seus investimentos. Prossegue o Frei: “E deu-lhe Deus tão boa mão direita e tanta ganância, que em breve se fez senhor de muitos mil cruzados, e comprou o engenho de Estacour, e outros quatro mais” (Calado, 1668, p. 58)

Em seguida, prossegue o padre analisando a índole de Vieira, que resumimos muito: “Com esta prosperidade não se fez soberbo, antes se fez mais humilde, e tratável do que antes era; e começou a despender sua fazenda com os pobres... E como Deus o viu tão inclinado a ajudar os pobres... parece que se pôs de propósito a favorecer e acrescentar seus bens...” (Calado, 1668, p. 58)

E sua participação na sublevação de Pernambuco - O autor narra as más atitudes dos holandeses após a despedida de Nassau, que saíam em grupos roubando e saqueando os moradores. (Calado, 1668, p. 157) Esta teria sido a razão para a revolta e a liderança de João Fernandes Vieira:

“Vendo como o Estado de Pernambuco ia de cabeça para baixo, pôs em seu peito o acometer a heroica empresa da liberdade da pátria, e tirar de cativo moradores da terra, que tantas tiranias e agravos padeciam em poder dos holandeses.” (Calado, 1668, p. 60)

“Não havia outro remédio senão o tomar em armas, e vender as vidas (que só restavam por tyrannizar) por preço de sangue derramado, e por força de seu braço... e para isto foi adquirindo a si todas as armas que pôde, com toda a sagacidade e dissimulação e segredo...” (Calado, 1668, p. 160)

Para a composição de suas tropas, Vieira escreveu ao índio Camarão e ao negro Henrique Dias, convidando-os à ressurreição contra o invasor holandês.

Quanto aos indígenas: cita o autor que os Tapuias haviam “esquecido que haviam sido criados entre nós, e aos peitos da Santa Madre Igreja, havendo os portugueses conservado com tanto amor em suas aldeias, livrando-os de serem cativos...” (Calado, 1668, p. 25) Frei Calado salienta que “começaram os moradores a cobrar tanto medo aos índios caboclos que mais os temiam que aos próprios holandeses... A muitos moradores enforcaram, degolaram, e arcabuzearam, sem outra causa mais que os roubarem...” (Calado, 1668, pp. 25-26)

A respeito do aliado Camarão, o autor utiliza três páginas inteiras para enaltecê-lo. Afinal, o índio representava o exemplo esperado de fidelidade à Coroa e Igreja católica; assim como o trabalho missionário bem executado pelos portugueses:

“D. Antônio Felipe Camarão é um índio brasileiro, o mais leal vassalo que S. Majestade tem desta América, e o mais amigo dos portugueses... Sempre o verão em sua casa com o rosário nas mãos encomendando-se a Deus ou rezando o ofício de Nossa Senhora por umas horas; bem empregado foi o trabalho que os Padres da Companhia e religiosos diferentes de diferentes ordens fizeram neste índio.” (Calado, 1668, pp. 165-166, grifo nosso)

Conta o autor que, assim que a Vila de Olinda foi tomada, os moradores em pânico perguntaram ao Frei Manoel de Salvador o que haviam de fazer. O padre os orientou a

abandonarem suas casas e abrigarem-se no mato, enquanto aguardavam o socorro português. (Calado, 1668, p. 26) Dá em seguida um exemplo da constituição das tropas, explicando como os negros juntavam-se na contenda: “Logo ali (entre os moradores) se ofereceram sessenta e cinco mancebos atrevidos, entre os quais estavam dez mulatos e seis negros crioulos, os quais todos tinham armas de fogo.” (Calado, 1668, p. 27) O Padre abrigou essa tropa em sua fazenda, e colocou os seus escravos a serviço da causa, fazendo comida para todos. Cita também o modo furtivo com o qual operavam contra os holandeses: “à noite íamos tomar nossos postos junto ao inimigo” (Calado, 1668, p. 27), e narra que esses escravos a seu serviço matavam os holandeses que roubavam os moradores, metendo seus corpos no mato para serem comidos por cachorros e urubus. (Calado, 1668, p. 28)

Prossegue na descrição das questões relacionadas aos negros: começa por Calabar, sua importância para os holandeses e a motivação da traição: “A causa de se meter com os inimigos este Domingos Fernandes Calabar foi o grande temor que teve de ser preto, e castigado asperamente pelo provedor André de Almeida, por alguns furtos graves que havia feito na fazenda de ElRey...” (Calado, 1668, p. 14, grifo nosso) Narra o autor sua presença ante de Calabar, após sua prisão, e seu protagonismo nesse evento: “O Padre Frei Manoel do Salvador recebeu a confissão do traidor com muito e verdadeiro arrependimento de seus pecados...” (Calado, 1668, p. 22)

A primeira menção a Henrique Dias de dá na ocasião em que o Conde de Nassau enviou cinco mil holandeses para desalojar o Conde de Banholo de Porto Calvo, e valeu-se o autor para tecer críticas ao líder italiano: “quarenta dias antes que o holandês chegasse, mandou o Conde de Banholo toda a sua fazenda para as Alagoas, com soldados italianos de guarda.” (Calado, 1668, p. 36) Na confusão da defesa, todavia, as ações do índio Camarão e do negro Henrique Dias se sobressaem. É interessante notar que o autor português justifica os predicativos do líder negro, apesar de sua cor:

“Partiu Dom Felipe Camarão, Governador de todos os índios do Brasil... Também partiu a este encontro o Governador Henrique Dias (preto na cor, porém branco nas obras e no esforço), com sua esquadrilha de negros crioulos.” (Calado, 1668, p. 37, grifo nosso)

Em uma descrição mais sucinta de Henrique Dias, o autor volta a justificar as virtudes do líder, apesar de sua cor:

“Henrique Dias é um negro crioulo forro, o qual é muito temido dos holandeses” (p. 166) Pelo que S. Majestade o fez Governador de todos os mulatos e negros, e lhe mandou o Hábito de Cristo e o despachou por Capitão-Mor da conquista de Angola. Enfim, deitado de ter os couros pretos, a muitos brancos tem levado mui assinaladas vantagens.” (Calado, 1668, p. 167, grifo nosso)

Relevante também é a narrativa do ofício do herói negro quando não ocupado em guerra. Henrique Dias executava a missão dos “capitães do mato”:

“E como ele não estava na Bahia, porquanto não havia guerra no tempo das tréguas apregoadas, e havia saído aos matos desertos com sua tropa a buscar e prender um grande número de negros que haviam fugido a seus senhores e haviam feito um mocambo onde tinham feito povoação e estavam feito fortes, o mensageiro de João Fernandes Vieira o foi buscar ao mato...” (Calado, 1668, p. 167, grifo nosso)

Tal ofício de Henrique Dias, descrito por Frei Calado, é um dos fortes argumentos contra a união racial formadora de um sentimento nacionalista brasileiro na expulsão dos holandeses da América portuguesa. Se o mais heroico dos representantes dos negros da América portuguesa perseguia os escravos fugidos para restituir aos seus senhores, quem seria a favor deles?

Frei Calado cita alguns episódios nos quais os negros escravos – desaforados e soberbos - eram usados pelos holandeses para que seus bens lhes fossem tomados:

“Andavam os negros cativos tão desaforados e soberbos que, se seus senhores os ameaçavam com castigo, logo ameaçavam aos senhores com os holandeses, que haviam de os acusar que tinham armas escondidas;

“(os holandeses) Davam de beber aos negros cativos e lhes diziam que se queriam se forros, que mexericassem a seus senhores. Com a intenção, por esta via, lhes roubarem as fazendas, e alguns foram destruídos e condenados com este estratagemas. Muitos moradores se foram esconder nos matos com temor.” (Calado, 1668, p. 70)

Segundo Calado, a utilização dos terços de Camarão e Henrique Dias na **Guerra Brasília** foi sugestão do Governador de Salvador, Antônio Telles da Silva: que eles...

“... Queimassem todos os canaviais e engenhos que havia em Pernambuco, e matassem todo o gado que não pudessem levar consigo, e arrancassem os mantimentos, e deixassem a terra destruída de todo, para obrigarem os holandeses a desampararem a terra e ir-se para a Holanda...” (Calado, 1668, p. 170)

Para isto estavam ali Henrique Dias e o Governador dos índios Dom Felipe Camarão, os quais com suas tropas iriam correr a campanha, os roubariam, os matariam a quantos achassem fora de suas forças...” (Calado, 1668, p. 170)

João Fernandes Vieira fez divulgar um edital convocando os negros para aumentarem as suas tropas:

“... Que todos os negros crioulos, angolas, minas, ardas e mulatos cativos que naquela empresa o acompanhassem, o fizessem como bons soldados, ele lhes prometia carta de alforria e liberdade, e de os pagar de sua fazenda a seus senhores, pelo preço justo.” (Calado, 1668, p. 180)

É relevante que o próprio Fernandes Vieira dividia os escravos entre os capitães como pilhagem de guerra:

“Começaram do Recife a fugir muitos negros, porque lhes havia faltado mantimentos... Os nossos Governadores os repartiam pelos soldados que os haviam tomado, para mais os afervorar na assistência da guerra, e os capitães e soldados escondiam outros, e se aproveitavam deles, com que os nossos Governadores, principalmente João Fernandes Vieira dissimulavam, dizendo que eram prós e percalços dos soldados, e que com o engodo daquela pilhagem sofriam com bom ânimo o rigor da guerra, e o estar de dia e de noite entre o lodo e o mangue, expostos à fúria dos mosquitos que os abrasavam.” (Calado, 1668, pp. 270-271, grifo nosso)

No combate pela casa de Francisco do Rego, outra revelação do autor que derruba o argumento a de união racial:

“O corpo da nossa gente se retirou para lugar seguro das balas, porém muitos dos soldados, pelo interesse de tomar negros e alguma pilhagem, chegaram até debaixo do inimigo... Chegaram os nossos capitães ao nosso arraial com a presa de vinte e seis negros; e os nossos Mestres de guerra tomaram treze deles para as despesas de guerra e os outros repartiram entre os capitães que os haviam capturado.” (Calado, 1668, p. 274)

Definitivamente, induzimos da narrativa de Frei Calado que os negros na campanha da expulsão dos holandeses representavam espólio de guerra, assim como os índios na campanha de expulsão dos franceses.

3.5.1.3. Raphael de Jesus

Descreveremos a seguir a obra *Castrioto Lusitano ou História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes...* A obra, de Raphael de Jesus, religioso da Ordem de São Bento, foi publicada em 1679. É oferecida a João Fernandes Vieira, “*fidalgão da casa de Sua Alteza, e do seu Conselho de Guerra, Alcaide maior da Vila de Pinhel, Comendador das comendas da Ordem de Cristo São Pedro de Torradas e Santa Eugenia de Paula, superintendente das fortificações de Pernambuco e de todas as mais do Estado do Brasil para o Norte, e primeiro aclamador da liberdade e restauração de Pernambuco*” (1679, p. 14). Raphael de Jesus compara João Fernandes Vieira ao Capitão Jorge Castrioto, ou Skanderberg, herói dos albaneses, que, durante 25 anos no século XV, deteve o avanço dos turcos otomanos e a consequente expansão do Islamismo pela Europa Central. O Castrioto albanês era nobre; Foi entregue pelo pai, junto com seus três irmãos, ao sultão otomano, como um tributo cultural. Lutando pelos otomanos, obteve importantes vitórias. Após a morte de seu pai e o envenenamento dos irmãos, todavia, mudou de lado, liderando uma revolta contra os turcos que conduziu por um quarto de século. Da mesma forma que mudou de lado o Castrioto Lusitano, que chegou a fazer parte dos conselhos municipais holandeses. O que o autor não explica, todavia, é a motivação dessa reviravolta do herói português. Seria o envenenamento dos irmãos albaneses razão semelhante à perda de seus engenhos pernambucanos? O Castrioto Albanês, lutando contra o herege, recuperou a sua honra; O Castrioto Lusitano, na luta ao herege, recuperou seu patrimônio. (embora não seja essa a conclusão do autor religioso)

No prólogo da obra, datado de 1676, Raphael de Jesus, seguindo os moldes da historiografia lusitana contemporânea à sua obra, faz a dedicação ao Rei: “O mais religioso é o melhor soldado; e será melhor soldado o que for mais religioso.” (Jesus, 1679, p. 18)

E, em seguida, enaltece o valor português na guerra holandesa: “No estado do Brasil, perdida a fazenda, fugida a liberdade, sepultada a opinião, sepultado o brio nas mesmas cinzas do estrago, viu ressuscitar e sobressair o valor português” ... (Jesus, 1679, p. 18, grifo nosso) Importante aqui é o adjetivo pátrio ao detentor do valor, óbvio à narrativa seiscentista da América portuguesa: português.

E, obviamente, o enaltecimento do Castrioto lusitano. Primeiro, o autor identifica Fernandes Vieira como o responsável pelo levante: “Foi João Fernandes Vieira o que, com zelo, com a indústria, com a fazenda, com o braço, e com a assistência intentou, dispôs, seguiu e forneceu aquela guerra.” (Jesus, 1679, p. 19) Em seguida, descreve como influenciou seus seguidores e investiu seus próprios recursos na causa: “Por sua inteligência se levantaram os moradores daquelas capitanias; com sua fazenda se sustentou muito tempo aquela guerra.... (Jesus, 1679, p. 22) Acrescenta a motivação religiosa: “Seu maior empenho era alcançar do herege liberdade para que os católicos frequentassem os sacramentos e as igrejas... e para sustentar a devoção do povo se fazia mordomo de todas as confrarias. (Jesus, 1679, p. 22). Por fim, relaciona as recompensas recebidas:

“A santidade do Papa Inocência Décimo deu a João Fernandes o título de Restaurador da Igreja naquela parte da América. A voz de todos lhe deu o título de Restaurador de Pernambuco e outras capitanias. Por novos serviços lhe confirmou a Majestade o título de General com a mercê, que lhe fez dando-lhe o governo dos reinos de Angola. Que razão lhe pode negar o que a justiça lhe deu?” (Jesus, 1679, p. 24)

Para a motivação do conflito, o autor cita a unificação das coroas ibéricas e a herança das disputas espanholas - “*Ardia naquele tempo guerra nos Estados de Flandres entre holandeses e espanhóis...*” (Jesus, p. 14) Em seguida, descreve a índole do inimigo holandês: “*Pelo comércio e pelo roubo, traziam a seus portos o melhor das riquezas da Europa.*” (Jesus, p. 14) Descreve em seguida a criação da Companhia das Índias Ocidentais e a força invasora de Salvador, que se deu a 8 de maio de 1624: “*uma esquadra de 26 vasos, guarnecida por três mil soldados*”. (Jesus, p. 15), bem como a reação da cidade da Bahia: “*se entregou quase sem resistência, mais por confusão dos invadidos que por valor e força dos invasores.*” (Jesus, 15)

Raphael de Jesus então descreve a frota luso-espanhola que veio em defesa de Salvador, com 26 vasos e quatro mil homens de mar e guerra. (Jesus, p. 16)

Frustrados com o insucesso da empreitada em Salvador, os holandeses firmam como novo alvo a conquista de Pernambuco: “Em 29 de junho de 1629 pôs a Companhia 54 vasos guarnecidos de 7.280 homens entre mareantes e soldados. (Jesus, p. 19) A confusão toma conta dos moradores da terra, que na pressa da fuga para o mato, não conseguiam carregar seus bens mais preciosos (Jesus, p. 30)

Chama a atenção a reação dos escravos africanos, que pela descrição do autor, não respeitavam nem os portugueses nem os holandeses:

“Os escravos serviram nessa ocasião, de serem senhores de seus senhores. Mostrando bem que os tinha feitos servos a violência, não a obrigação; faltando ao serviço, quando lhes chamava a liberdade. Todos caminhavam, nenhum sabia para onde nem para quê. (Jesus, 1679, p. 30)

“Os escravos vendo derrotados tão vilmente aos que respeitavam vitoriosos, como senhores de campo se fizeram árbitros da presa, roubando aos corsários os mais preciosos dos despojos”. (Jesus, 1679, p.35)

O frei descreve os roubos e assassinatos que os holandeses cometeram, sem poupar mulheres e crianças. (Jesus, 1679, p. 34) Mathias de Albuquerque retirou-se para os matos, assistido dos moradores: “*Os mesmos, que o desampararam na resistência, o seguiram na fuga.*” (Jesus, 1679, p. 44) Após deliberação, decidiram pela guerra defensiva. Aumentava o número de soldados e moradores, até então dispersos. Após a construção da Fortaleza do Arraial, cidadela foi guarnecida de reforçada artilharia de bronze e ferro.

Raphael de Jesus cita os heróis da resistência – o branco, o negro e o índio: “Nomeou João Fernandes Vieira por Capitão dos batedores... Achou na pessoa os mesmos requisitos que pedia o cargo...” Obrigado desta mesma razão deu Mathias de Albuquerque a Henrique Dias a gineta de Capitão e Cabo de muitos negros Minas e crioulos, que “com ânimo intrépido e fiel se assistiram para servir na guerra.” (Jesus, 1679, p. 48) Logo acudiu Camarão, “com os índios de seu Governo, que eram todos aqueles com que nestes princípios se veio a oferecer para servir.” (Jesus, 1679, p. 52)

Raphael de Jesus argumenta os fatores positivos da “Guerra Brasileira”, que tinha por meta sitiar os holandeses em um limitado espaço de terreno: “Dentro de suas fortificações se via o flamengo preso: dissimulava a injúria, mas não podia dissimular a miséria: Era sofrível a sua fome.” (Jesus, 1679, p. 56)

As grandes frotas metropolitanas, todavia, eram as armas esperadas para a vitória no conflito. El-Rey Felipe nomeou o almirante Dom Antônio de Oquendo para conduzir às Índias a frota de galeões; e lhe ordenou, que de caminho tomasse a altura da Bahia, e deixasse no porto mais seguro ao Mestre de Campo João Vicêncio com o seu terço italiano e algumas companhias de portugueses. (Jesus, 1679, p. 59)

O Frei então descreve as más atitudes do italiano, que escolheu para si e seu terço um quartel mais privilegiado, sem se preocupar com a acomodação dos soldados moradores. (p. 68) Descreve também a repercussão dessa atitude:

“Os moradores desconfiados viam desprezada sua fidelidade, escurecido seu valor, esquecidas suas empresas, e que aos bisonhos e estranhos se davam os prêmios dos seus serviços; e não podiam ver como amigos aos que lhes adiantavam êmulos... Deste princípio nasceram tantas desgraças e infortúnios, quantas bastaram para perder a melhor parte daquele estado.” (Jesus, 1679, p. 68)

A Companhia ocidental holandesa, por sua vez, também mandou um copioso socorro, sob o comando de Sigismundo Vanscop... O experiente militar, após inteirar-se dos movimentos adversários, age com malícia, se aproveitando da “desunião dos nossos” (Jesus, 1679, p. 69). Prossegue o frei citando a crueldade dos holandeses, saqueando, matando e incendiando as vilas (Jesus, 1679, p. 75)

Cita também o autor a utilização dos escravos negros pelos holandeses, para o auxílio na logística dos despojos de guerra: “Pouco mais de uma hora gastaram neste cruel exercício, e carregando 400 negros, que para este fim traziam consigo, do que puderam levar, marcharam com pressa de criminosos.” (p. 75)

Cita ainda a utilização dos índios e mulatos nos conflitos envolvendo a Fortaleza do Arraial: “Em 13 de Abril deram 400 holandeses, acompanhados de muitos negros, mulatos e índios, sobre a povoação de Moribeca, que sem resistência, saquearam e destruíram... No assalto à Ilha de Itamaracá, um negro a serviço dos holandeses descobriu, entre o mais denso da mata, uma casa com o recheio de dez mil cruzados de ouro e prata.” (Jesus, 1679, p. 83)

O índio Camarão também tivera participação ativa na defesa do Arraial:

“O General chamou ao Governador dos Índios, Dom Antônio Felipe Camarão, ordenando-lhe que, com o seu terço, se fosse emboscar em um sítio sobranceiro ao rio... Temeu-se o flamengo submergido, desamparou os vasos, dos quais os nossos se apoderaram, e de todo o socorro, que constava de seis peças de artilharia, muita quantidade de pólvora e mantimentos. Cento e tantos flamengos perderam nesta ocasião a vida. (Jesus, 1679, pp. 84-85)

A participação de Henrique Dias também é citada:

“Impossível termos naquele sítio (Fortaleza dos afogados) pronta sempre a resistência... para o que tinha Luís Barbalho, Mestre de Campo de um terço, encomendado o posto ao Governador dos Negros, Henrique Dias, que, emboscados pelos matos e metidos pelos lamaçais alcançavam quantos passos o inimigo dava.” (Jesus, 1679, p. 96)

O roubo e o saque continuam na narrativa, envolvendo também os indígenas aliados aos holandeses: “Tanto que Sigismundo se viu senhor da Cidade, repartiu sua gente com ordem de saquearem os engenhos, aldeias e domicílios... Agregou-lhe todo o gentio acostumado a seguir a melhor fortuna; (Jesus, 1679, pp. 102-103)

Prossegue narrando a atitude daqueles selvagens e do chefe batavo: A crueldade dos índios excedeu a dos holandeses... Porque se o ódio do flamengo era o de herege, o dos índios era de bárbaros. (Jesus, 1679, pp. 106-107). Narra que em Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Moribeca e Gorjân, os tapuias comiam as crianças vivas. (Jesus, 1679, p. 135), e abriam as costas dos moradores para lhe comerem as entranhas (Jesus, 1679, p. 136)

Contra essas atitudes, valeu-se o Conde de Banholo de dar o troco na mesma moeda. Ordenou a Dom Felipe Camarão, que um grosso de portugueses e índios saíssem a atalha a campanha, e entregasse à espada e à chama tudo o que pudesse dominar a morte e o fogo, sem piedade:

“Saiu o Camarão, e deu sobre os arrebaldes de Goyana. A tudo e a todos alcançou o braço. Não ficou vida que o ferro não cortasse; não houve edifício que o fogo não consumisse. As mesmas aldeias de índios que então foram o teatro de suas mortes, foram juntamente os epitáfios de suas culpas, porque reduzidas a cinzas, se lia nelas o processo e a sentença só com os olhos da memória.” (Jesus, 1679, p. 138)

“Basta saber-se que, se o flamengo excedia no poder, Camarão o avantajava no valor e na indústria. Houve dia em que nossa espada lhe degolou 50 holandeses, tão receosos dos assaltos, que só um índio tivera poder para lhe cortar a fortuna e lhe dividir a opinião.” (Jesus, 1679, p. 139)

Em 1637 Nassau pôs em campo um Exército de 5000 holandeses para tomar Porto Calvo. Raphael de Jesus salienta nessa ação a “multidão dos índios, que eram incontáveis.” (Jesus, 1679, p. 141) O autor enaltece o Governador Geral Dom Antônio Felipe Camarão: “título e posto que, neste mesmo tempo, lhe deu ElRey com o hábito em prêmio de seus serviços, tamanhos agora, e tanto maiores depois, que desluziram a mercê e impossibilitaram a paga”. Descreve também o autor a esposa de Camarão, em tons mitológicos: “A seu lado saiu também a sua mulher, Dona Clara, montada em um cavalo, e

tão clara nesta gentileza, que deixou escurecida a memória das Zenobias e Simiramis com que tanto ilustrou a antiguidade.” Henrique Dias também recebeu sua menção: “Não ficou atrás dos que mais se adiantaram, o Governador dos crioulos Henrique Dias, porque tão valente, quanto zeloso, foi dos primeiros que saíram a investir o contrário com seu terço, sempre preto na sorte; e da admiração e inveja, sempre o alvo”. (Jesus, 1679, p. 143)

Narra o Frei a armada comandada pelo Conde da Torre, em 1639, para restituir Pernambuco: “a frota mais poderosa que até aquele tempo sulcou os mares da América.” Todavia, o citado Conde, ao invés de combater os holandeses, “um ano se deteve a armada na Bahia; sobejo tempo para se fortificar e guarnecer o inimigo.” (Jesus, 1679, p. 155)

Quando finalmente se pôs em combate, a frota do Conde da Torre enfrentou uma terrível tempestade, quase sendo totalmente destroçada. A Armada ibérica deixou no Rio Grande para o Norte, o Mestre de Campo Luís Barbalho com 1300 infantes, e aos Governadores de índios e crioulos Dom Antônio Felipe Camarão e Henrique Dias, com sua gente. Essa tropa teve de retornar a pé para Pernambuco. “Foi esta expedição a mais notável de todas” (Jesus, 1679, pp. 159-160)

Segue o autor na narrativa Guerra Brasília efetuada por Henrique Dias, em cumprimento as ordens do Vice-Rei:

“Dividiram-se em blocos de 10 a 15 soldados, e espalhados pelas freguesias puseram fogo a tudo o que podia ser matéria para o incêndio; sem distinção se viam arder os engenhos e edifícios; os campos e as matas em uma mesma chama. Em todas as partes ardião os gêneros de mercancia e do sustento.” Jesus, 1679, 167)

O autor acrescenta ao texto narrativas míticas, comuns aos textos seiscentistas. Conta que um sacerdote de noventa anos foi morto pelos gentios aliados dos franceses, ao tentar impedir que estes profanassem a sua igreja. Em pouco tempo, todos os indígenas morreram despedaçados. Muitos meses depois, “o sangue dos padecentes (parecia) tão vivo e fresco, como se na mesma hora fosse derramado.” (Jesus, 1679, p. 186)

Outra passagem milagrosa se dá quando a capela do Engenho de João Fernandes Vieira amanhecia todos os dias com as portas abertas, na véspera da rebelião. “Todos admirados e compungidos confessaram ao Santo por autor da estranheza”, que os avisava que aquele não era o momento oportuno... (Jesus, 1679, pp. 256-257)

Na Batalha das Tabocas, descreve o autor o papel da religiosidade naquele conflito, que pendeu o fiel da balança para a fé católica portuguesa: “Os padres Fr. João da Ressurreição, Simão Figueiredo e João de Araújo, sem repararem nas balas que choviam, acudiram a confessar aos que agonizavam.” (Jesus, 1679, p. 299) Vieira disse aos soldados que o acompanhavam que prometessem a Mãe de Deus um templo dedicado ao seu desterro, que lhes concedesse a vitória dos inimigos da pátria.” (Jesus, 1679, p. 301) E, “pondo os olhos na sagrada imagem que o Padre Manoel de Moraes trazia, disse em voz alta para os seus: Senhores, rezemos de joelho uma Salve-Regina, a Mães de Deus, certos de que sua piedade não falta em ouvir a quem a chama. (Jesus, 1679, p. 303)

A fé municiou as almas dos portugueses para a vitória. Prossegue o padre na atitude de Vieira após a vitória: “Com seu exemplo obrigou a todos que, postos de joelhos, com as mãos levantadas, confessassem ao céu que a ele deviam mercê. Acabou este ato de agradecimento com gritar todo o Exército em uma voz: “Viva a Fé Católica Romana; viva a Liberdade; Viva ElRey Dom João; viva; viva” (Jesus, 1679, p. 307)

O frei acrescenta em sua obra a mesma passagem já narrada por Frei Vicente e reproduzida por Frei Calado:

“Afirmaram muitos holandeses que viram no maior fervor do conflito uma resplandecente Nossa Senhora vestida de azul e branco, com um formoso menino nos braços, acompanhada de um varão autorizado, repartindo pelos nossos pólvora e bala.” (Jesus, 1679, p. 311)

Após descrever inúmeras e absurdas atrocidades cometidas pelos índios aliados dos holandeses nas disputas do Rio Grande do Norte, o frei acrescenta nossas intervenções divina; primeiro, com o surgimento de uma “suave fragrância que vencida todas as flores de abril, que mostrava que “a divina providência não dava lugar a dissimulação do castigo...” (Jesus, 1679, p. 419), depois, na noite em que se enterraram os mortos, ouviu-se, de toda parte, uma melodia de vozes celestiais... “Como se o céu quisesse mostrar que era uma mesma a sorte das almas que recebia... Músicas e cheiros dedica a veneração aos bem-aventurados.” (Jesus, 1679, p. 420)

Por ocasião da tentativa holandesa de retomar a Ilha de Itamaracá, o autor insere à religiosidade a narrativa da presença feminina no combate. Primeiro, demonstrando a sua fé; depois, mostrando seu valor no manejo das armas:

“Uma mulher com a imagem de Cristo crucificado nas mãos andava animando aos soldados em todo o tempo do conflito, com tanto desprezo das balas, que parecia beber seu espírito na confiança da proteção.” (Jesus, 1679, p. 484)

“A custa de muitas vidas chegaram a romper a estacada, que sem dúvida entrariam, se aquelas portuguesas matronas, com ânimo invencível, se não opusessem à força contrária, que com varonil pulso rebateram meneando as armas com braço e ânimo tão robusto e destemido que não sabia o flamengo determinar se o traje desmentia o sexo, ou se a natureza errara a forma; e de nenhuma sorte acertaram a causa que era, uniremse em um coração português o valor do sangue e a viveza da fé contra a perfídia e a obstinação holandesa... Ao favor dos santos mártires São Cosme e São Damião confessaram dever a maravilha: tinham naquele distrito a sua casa, e contava-os a devoção no conflito como o eram no templo.” (Jesus, 1679, p. 485)

Na contabilidade que fez Raphael de Jesus no combate das Tabocas...

“Contava o poder contrário de 1500 holandeses escolhidos e 800 Índios, todos soldados... Constava o todo da nossa gente 1300 homens, a saber: 1200 portugueses e quase cem naturais, entre escravos e Índios. As armas de fogo não passavam de 200 espingardas.” (Jesus, 1679, p. 308)

O frade segue descrevendo os horrores dos índios aliados ao inimigo holandês. Na Paraíba uma mãe afogou o próprio filho para que não fosse devorado pelos caboclos. (Jesus, 1679, pp. 189-190)

O autor relata ainda o relacionamento dos portugueses com seus escravos, naquela terra ocupada pelo inimigo:

“Os negros que fugiam a seus senhores, só lhes restituíam (os holandeses) se eles de novo os comprassem. Poucos eram os que não fugiam, dando com este latrocínio ocasião a que os tristes moradores fossem escravos de seus escravos. Se os escravos denunciasses seus amos, acusando-os de ter armas escondidas, sem mais prova eram condenados por traição. Não tinham mais vida, nem mais fazenda, que aquela que seu cativo queria. Chegou a tamanho excesso o uso deste modo de roubar, que já não havia escravos que não os abominassem.” (Jesus, 1679, pp. 192-193)

No Livro V, o autor inicia a narrativa dos feitos de João Fernandes Vieira. Conta o Frei como Vieira recebia os doentes e desabrigados; socorria a milícia portuguesa e servia aos holandeses, “para conservar afetos” (Jesus, 1679, p. 202). Os tesouros que adquiria “depositava nas mãos dos pobres” (Jesus, 1679, p. 203) “Levantou uma Casa da Misericórdia à imitação das do Reino.” (Jesus, 1679, p. 379)

As ações do índio Felipe Camarão eram frequentemente acompanhadas das narrativas envolvendo o Governador dos Negros “Henrique Dias. Em Sergipe, narra o Frei que Camarão recebeu a ordem de “não deixar o inimigo sair de suas fortificações, nem a ela deixar chegar algum sustento.” (Jesus, 1679, p. 217) Enquanto Henrique Dias “assistia o sertão com seu terço, a castigar uma rebelião do gentio.” (Jesus, 1679, p. 223) O ofício de Henrique Dias envolvia, além das ações da Guerra Brasílica contra os holandeses e seus aliados, a captura de negros fugidos, como vimos anteriormente; e o combate aos índios rebelados, como vemos agora.

O autor descreve o pacto que João Fernandes Vieira fez aos escravos no recrutamento de suas tropas:

“Se agregou toda a gente que se ocupava no serviço das fazendas de João Fernandes Vieira, e entre ela, alguns escravos Minas e Angolas, todos com suas armas, aos quais prometeu liberdade e prêmio, se nesta guerra servissem de sorte que o merecessem. “Contaram-se 130 homens, todos soldados no ânimo, muitos faltos de armas e de prática... (Jesus, 1679, p. 258)

“Mandou deitar bando pelas freguesias, que todos os escravos Angolas, Minas, Ardas e mulatos, que quisessem servir e alistar-se para esta guerra, debaixo de suas bandeiras, se lhes faria paga, como a soldados, e gozariam a todos os foros da milícia, conseguindo liberdade; e lhes prometia, confiado no valor do céu resgatados, e dar por cada um a seu senhor, o preço em que se avaliasse, de sua própria fazenda”. (Jesus, 1679, p. 258)

“Ocupado em manifestar a empresa, por editais públicos, com mandar dizer aos moradores das ribeiras de Capiberibe e da Freguesia de São Lourenço, se lhe agregassem com suas armas e escravos. O que fizeram muitos, como verdadeiros portugueses.” (Jesus, 1679, p. 268)

Segundo Raphael de Jesus, logo após o conflito, João Fernandes Vieira cumpriu sua promessa em relação aos escravos:

“Deu a liberdade a cinquenta escravos seus com a honra de soldados, merecida de seu valor e fidelidade naquela ocasião. E lhes fez mercê de que pudessem assentar praça, e vencer soldo, enquanto durasse a guerra, escolhendo entre eles dois capitães para duas companhias, em que os repartiu, de 24 soldados cada uma.” (Jesus, 1679, p. 307)

A narrativa seguinte, todavia, demonstra a dualidade no tratamento dos escravos que morriam com armas em defesa da causa portuguesa: o autor, após relacionar pelo nome os principais portugueses que atuaram no conflito, não conseguiu incluir a identificação dos negros: “Dos escravos mortos e feridos não fazem memória nossas

relações (devia ser esquecimento, e não desprezo, o que não mereceram negros, que tão encarecidamente obraram).” (Jesus, 1679, p. 308)

Uma descrição da fala de um soldado baiano de André Vidal nos remete a exaltação do nacionalismo português naquele combate. Notamos que o baiano se autodenomina patricio e português:

“A injusta guerra, com o qual o pérfido holandês, a tantos anos, tiraniza esta capitania, nos traz todos desterrados às nossas casas... Temos a ocasião na mão, como patricios e como portugueses; e assim queremos as vidas por serviço de Deus e bem de nossos naturais...” (Jesus, 1679, p. 320-321)

Relevante também para o nosso estudo é a tentativa do recrutamento de índios e negros feitos ao exército inimigo, em pleno conflito:

“Do terço de Dom Antônio Felipe Camarão nomearam ao Capitão Couto, com alguns índios, para que como naturais daquele sertão persuadissem e chamassem a si os índios auxiliares do inimigo, oferecendo-lhes nossa amizade e vantajosos partidos, querendo militar debaixo de nossas bandeiras. Com o mesmo intento mandaram a um soldado do terço de Henrique Dias, por nome Henrique de Mendonça, para Capitão das Minas e Crioulos, supondo que muitos haviam de se alistar”. (Jesus, 1679, p. 360)

“Fez nesses dias apertados ofícios o Capitão Dom Diogo Pinheiro Camarão, com o maioral dos índios Pero Poty, para que com os seus se passasse ao serviço de ser Rei natural; e nada pode conseguir, porque quanto persuadia a razão, desviava a culpa.” (Jesus, 1679, p. 366)

Relevante também é a divisão dos territórios de vigia e primeiro combate entre as tropas portuguesas. As missões mais difíceis e perigosas couberam aos índios e aos negros:

“Repartiram-se os sítios por convenientes à arte pelos Capitães, que tinha escolhido a opinião, da seguinte forma: A paragem que se dizia de Sebastião de Carvalho, se deu a Dom Antônio Felipe Camarão, para quartel de seu terço, por ser entre todas a mais arriscada. Por mais importante e vizinha, se entregou a Henrique Dias, a que se chamava de João Barreto; ficava a tiro de peça da Cidade Maurícea, e em tal eminência, que dela não se podia sair pessoa que não se descobrisse.” (Jesus, 1679, p. 388, grifo nosso)

Outro ponto de relevância racial é o critério de evasão da Ilha de Itamaracá, durante a reconquista daquela localidade aos holandeses. Nota-se, que na lista de prioridades, os negros estavam listados com os móveis e os despojos:

“Para que as naus do inimigo não ocupassem o porto da passagem, mandou o Governador duas companhias que assegurassem o trânsito do rio, e tivessem prestes todos os barcos para que naquela noite se pusesse toda a gente na outra parte... Concedeu-se a primeira viagem aos feridos e moradores da ilha e suas famílias; a segunda aos soldados. A terceira aos escravos, móveis e despojos...” (Jesus, 1679, p. 398, grifo nosso)

É de se notar ainda que o autor, que frequentemente elucida o valor português nos aspectos positivos da narrativa, utiliza outros adjetivos pátrios ao se referir a aspectos negativos dos episódios. Na reconquista de Itamaracá, descreve como “os soldados da Bahia e os índios se entregaram ao saque da cidade que deveriam proteger:

“Festejaram os nossos a vitória, e como se a desordem não chamara pela ruína, se deram a roubar, perdendo com o desmando aquele valor que lhes dava a forma. Foram os soldados da Bahia os primeiros que a desobediência levou ao saque. Os índios, desenganados de que a nenhum se havia de dar quartel, não perderam a ocasião que lhes dava o tempo para melhorarem de fortuna.” (Jesus, 1679, p. 397, grifo nosso)

Volta a narrativa do recrutamento dos negros a serviço dos holandeses pelos portugueses. Conta sobre a triagem que era feita a cada escravo que fugia dos holandeses, que, segundo a procedência, teriam destinos diferentes: alguns eram de imediato incorporados ao Terço de Henrique Dias (Jesus, 1679, p. 428); outros eram submetidos a um exame: os que pertenciam aos “particular senhores”, eram revendidos aos mesmos; finalmente, “os negros, que conhecidamente eram escravos dos inimigos, se mandavam vender para as despesas da guerra, com o que, nem se faltava à justiça, nem a comiseração.” (Jesus, 1679, p. 429)

Raphael de Jesus narra a vingança que o índio Camarão com o seu terço de índios, e com o poio de duzentos tapuias mandados pelo principal chamado *Rodela*, um principal, mais alguns portugueses e moradores, contabilizando seiscentos homens, fez no Rio Grande do Norte. Os holandeses, apoiados pela Fortaleza da Paraíba, somavam oitocentos soldados (quinhentos holandeses e trezentos índios).” (Jesus, 1679, p. 447) O combate que se seguiu foi favorável a Camarão. Cento e quinze mortos deixou o flamengo no campo, mais quinhentos feridos. “Da nossa parte não houve morte.” (Jesus, 1679, pp. 449-450)

O exemplo de Camarão é fundamental para o entendimento dos valores portugueses. Além da fidelidade à Coroa, Raphael de Jesus nos mostra a religiosidade cristã do indígena:

“Em todas as ocasiões passadas se tinha mostrado Dom Antônio Felipe Camarão digno de sua fama; porém nesta, excedeu seu merecimento a toda a fama de seu nome. Foi a vitória mais resultado de sua oração que de nosso seu braço. Primeiro, retirado, gastou muitas horas com Deus que saísse a pelejar com os inimigos; e como se da oração trouxera certezas da vitória, lhe leram os seus o semblante, o sucesso do conflito.” (Jesus, 1679, p. 451)

E, seguindo a lógica de sua narrativa, incorporou Henrique Dias logo em seguida: “Saiba o mundo que os pretos de Henrique Dias, na falta de armas, vencem com a opinião”. (Jesus, 1679, p. 459) O autor prossegue citando o heroísmo de Henrique Dias na disputa pela Fortaleza dos Afogados: “Era tanta a opinião, que o Governador tinha da capacidade, valor e prática de Henrique Dias, que com um mesmo conceito ouviu a determinação e supôs o fato...” (Jesus, 1679, p. 465)

E relevante é a “explicação racial” que o autor traz à narrativa para justificar os valores de Henrique Dias:

“Não tem cor a discrição, como não a tem a sustância das coisas. O diamante tosco se chama bruto, porque amortecido. Polido pelo artífice, realça nos claros. Negro é o ébano, e brunido resplandece. Assim o Governador, como os soldados eram negros, mas que importa, se neles resplandeciam os claros da prudência, para temer a desgraça; e os do valor, para desprezar o inimigo”. (Jesus, 1679, p. 466, grifo nosso)

O autor narra a chegada do reforço do General Sigismundo Vanescoph, em julho de 1646, com uma poderosa armada, e nela quatro mil infantess”. Somados, os holandeses contavam agora dez mil homens. (Jesus, 1679, p. 511)

Os holandeses, poderosos com o socorro, enviam aos portugueses novas intimações para a rendição. Raphael de Jesus transcreve as respostas de Dom Antônio Felipe Camarão e do Governador Henrique Dias. Este último salienta a origem de sua tropa, composta por diferentes nações africanas:

“Poderá a Companhia de Holanda ser Companhia das Índias, porém os meus índios estão muito longe da Companhia de Holanda; Se nela se acham os tapuias e potiguares, é porque são de uma mesma manada de selvagens e hereges... Os meus índios são fiéis a Deus e leais aos seus príncipes.” (Jesus, 1679, pp. 561-562)

“Não lhes tem ensinado a experiência que o negro, nem recebe outra cor, nem perde a que tem? ... Nenhum de nós perdeu a cor com as suas ameaças. De quatro nações se compõe este regimento: Minas, Ardas, Angolas e crioulos; Estes, são tão malcriados que não temem nem devem; Os Minas, tão bravos, que onde não se pode chegar com o braço, chegam com o nome. Os Ardas, tão fogosos que tudo querem cortar de um golpe; e os Angolas, tão robustos que nenhum trabalho os cansa... Lhes asseguro que, sem matar a todos, nunca se hão de ver livres dos contrários.” (Jesus, 1679, p. 563)

A seguir, passa o padre a descrever os eventos que culminaram com a batalha dos Guararapes: Conta os efetivos do General Sigismundo: sete mil e quatrocentos combatentes...” (Jesus, 1679, p. 569) “Os soldados auxiliares, entre negros e índios, mil e quatrocentos... Os escravos que carregavam a bagagem e ociosa multidão de gente que, certa da vitória e esperança dos despojos, fazia vulto de outro exército, um corpo de doze para treze mil homens.” (Jesus, 1679, p. 570)

Sigismundo faz uma exposição da fragilidade dos portugueses: “Aquele pequeno vulto de gente... se compõe de moradores do sertão; cujo braço exercitado na agricultura, não tem pulso para sustentar a espada...” Jesus, 1679, 581)

Segue-se a descrição da 1ª Batalha dos Guararapes. O autor cita que Sigismundo dispôs sua tropa composta por europeus de várias nacionalidades em nove esquadrões. Todavia, mostrou o conceito que o general fazia de seus índios aliados: “os índios, que não tinha disciplinado a arte, como tapuias e potiguares, deixou em troços soltos e volantes, para que melhor pudessem seguir seu estilo de pelejar.” (Jesus, 1679, p. 583)

Prossegue o autor na descrição das táticas portuguesas utilizadas no combate:

“Tocava naquele dia a vanguarda ao Mestre de Campo André Vidal Negreiros, e se lhe mandou, que com seu terço, parte do de João Fernandes Vieira cometesse o inimigo pelo lado esquerdo, e por contra lado Dom Antônio Felipe Camarão com seu terço de índios. Ao Mestre de Campo João Fernandes Vieira, que com as três partes de seu regimento buscasse o inimigo pelo alto dos montes, e por seu contra lado Henrique Dias com sua gente... Jesus, 1679, 584)

Raphael de Jesus narra a valentia dos brancos: “aqueles heróis invencíveis João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, que com a propriedade dos raios buscavam a resistência mais dura, para romperem mais violentos, não havia reparo, nem para seu avanço impedimento... (Jesus, 1679, p. 590) E cita o desastre holandês: “Deixou o inimigo

no campo mil e duzentos mortos... Não se dá número aos feridos, porque a cautela não os deixou contar.” (Jesus, 1679, p. 594) é interessante, que na descrição de Guararapes, Raphael de Jesus foi discreto em descrever as ações militares de Camarão e Henrique Dias. Mas, quando se refere aos despojos de guerra – “quantidade de ouro e prata em moeda e peças... e muita coisa: espadins, peitos, espaldares e capacetes:

“Foram os soldados de Dom Antônio Felipe Camarão e de Henrique Dias os que mais se aproveitaram do melhor, porque a todos se adiantaram no saque. Duas peças de bronze, com armas de fogo e ferro em grande quantidade; munições de toda sorte e mantimentos para o sustento e o regalo.” (Jesus, 1679, p. 594, grifo nosso)

É bastante relevante a contabilidade feita para os terços dos índios e negros. Após descrever as baixas dos terços de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros (84 mortos), segue o autor:

Era força de que dos terços de Henrique Dias e Dom Antônio Felipe Camarão houvesse mortos e feridos; mas aquele cuidado que os meteu na batalha, lhes faltou com esta glória...” (Jesus, 1679, p. 595)

A lógica se repete da enumeração dos heróis, “autores de singulares proezas”. Após descrever o nome dos 25 Capitães do terço de João Fernandes Vieira, em ordem alfabética, e dos 13 capitães do terço do Mestre de Campo André Vidal de Negreiros, novamente em ordem alfabética, o autor se desculpa pela ausência dos nomes dos capitães dos terços de Dom Antônio Felipe Camarão e de Henrique Dias: “Ou pela sombra ou pelo assombro fizeram sem dúvida, mais lustrosa a história, se não os escondera à nossa pena, a que deles não fez memória.” (Jesus, 1679, pp. 596-597)

Alguns dias depois da Batalha faleceu o índio Camarão. O autor desfila pesados elogios, que ocuparam três páginas. Resumimos:

“Morreu como cristão; porque se soube aproveitar de todos os remédios que ajudam a salvação: na vida, adquiriu glorioso nome; na morte, mostrou que passará à vida eterna...” (Jesus, 1679, pp. 608-609)

O autor cita o substituto de Camarão, seu primo Dom Diogo Pinheiro:

“Não sei se por mercê, se por nomeação do Mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes; sei que lhe tinha feito mercê o hábito de Santiago, soldado valoroso e prático, como criado na melhor escola.” (Jesus, 1679, p. 610)

No ano seguinte, dá-se o segundo combate de Guararapes, sob o comando do Coronel Brinck: cinco mil homens de guerra... É interessante notar, que de uma imensidão de índios de que dispunha, o holandês “desprezou a turba dos índios, levou só duzentos, escolhidos pelo seu maioral Pero Poty”. Dos homens do mar formou um terço de trezentos soldados; e duas companhias de negros, homens de confiança. (Jesus, 1679, p. 618)

Cita as tropas portuguesas: “Constava o nosso poder de dois mil e setecentos homens entre portugueses, índios e minas. (O terço de Dom Diogo Pinheiro Camarão com 320 índios e o terço de Henrique Dias com 330 negros; o terço de João Fernandes Vieira tinha 1350 homens)” (Jesus, 1679, p. 619)

Segue a descrição da 2ª Batalha de Guararapes:

“Ao Mestre de Campo João Fernandes Vieira estava ordenado que investisse o inimigo pelo raso, a ganhar o boqueirão com oitocentos homens do seu terço; e por contra lados Dom Diogo Felipe Camarão, com seu terço de índios, e Henrique Dias, com seu terço de negros. O Mestre de Campo Marechal Francisco Barreto de Menezes ficou assistido das companhias auxiliares, com que acudiram os moradores e algumas pagas, para socorrer onde fosse preciso.” (Jesus, 1679, pp. 622-623)

Com uma exagerada descrição do protagonista: “Foi João Fernandes Vieira seguindo a vitória... engolfado no alcance o viu de perto de si um batalhão de holandeses, e sem desembainhada a espada, se lhe renderam todos...” (Jesus, 1679, p. 629, grifo nosso) Essa batalha deixou dois mil holandeses mortos, incluindo seu comandante; e quarenta e sete mortos pelo lado português. O autor narra o fim de “De Pedro Poty, maioral dos índios aliados dos holandeses: “Fez caso a vingança. Dois anos e meio viveu preso em duros ferros, depois dos quais o embarcaram para o Reino, viagem que não acabou, atalhado da morte.” (Jesus, 1679, p. 632)

Nas páginas 634 e 635 o autor volta a nomear todos os principais nomes portugueses daquela batalha, com a citação dos capitães dos diversos terços. Novamente o autor se desculpa pela ausência da memória de índios e negros:

“Dignos de igual memória se fizeram nesta ocasião os capitães dos terços de Dom Diogo Pinheiro Camarão e Henrique Dias; bem quisera eu que a imprensa lhes restituísse a lembrança que lhes tirou a informação; mas já que esta lhes escondeu os nomes das pessoas, publicaram sempre, em ocasiões semelhantes, o daquelas duas nações, nos índios, o valor das Índias; nos Minas, as minas de valor: também faltaram o nome de alguns Capitães, ou porque o alvoroço não os advertiu, ou porque a fragilidade das memórias os esqueceu.” (Jesus, 1679, p. 635)

O autor conclui com a análise da ocupação holandesa:

“Passaram de vinte mil homens os que lhe consumiu a defesa, em duas partes perdeu cinco mil, que foram a dos Guararapes; sucessivamente foi expulso de 200 léguas de costa, que deixou com as fortalezas que nelas levantou e possuiu... Em todas nos deixou mais de 600 peças, quase de bronze todas; as munições e gêneros foram em grande cópia: coteje a aritmética o ganho com a perda e verá para qual das partes pende a balança.” (Jesus, 1679, p. 699)

Finalmente, finaliza o autor com a sua intenção primeira: o enaltecimento de João Fernandes Vieira, o Castrioto Lusitano: “A este herói devem as idades a mais viva lembrança; a nação portuguesa a maior fama; a América toda, o melhor nome; a coroa lusitana a porção mais rica...” (Jesus, 1679, pp. 700-701)

3.5.1.4. Frei Vicente

Frei Vicente Salvador, cuja porção da obra referente às invasões franceses vimos anteriormente, em sua *História Geral do Brasil*, (1627), obviamente, não poderia se furtar a descrever a luta contra o invasor holandês na América portuguesa.

Cita o autor a primeira tentativa de invasão da Bahia, em 1599, por sete naus holandesas. (Salvador, 1627, p. 109) Foram os holandeses ao Recôncavo, “roubar e assolar o quanto pudessem”. Queimaram as casas e a igreja de um engenho, mas logo foram castigados por 300 homens que o Governador (Álvaro de Carvalho) mandou por terra... Ao sair pela barra, roubaram uma valiosa carga de pau Brasil. (Salvador, 1627, p. 110)

A invasão holandesa a Salvador de 1624 é assim narrada por Frei Vicente: “A 21 de dezembro de 1623 partiu de Holanda uma armada de vinte e seis naus grandes, treze do estado, e treze fretadas de mercadores. (Salvador, 1627, p. 141) Cita a situação humilde

dos moradores de Salvador, que repercutiu diretamente no recrutamento e na situação das companhias a serem formadas:

“... e porque muitos não apareciam, por andarem descalços, e não terem com que lançar librés, ordenou uma companhia de descalços, de que ele (Martim de Sá) quis ser o capitão... e com umas ceroulas de linho, o seguiam com tanta confiança, e presunção de suas pessoas, que não davam vantagem aos que nas outras companhias militavam ricamente vestidos, e calçados.” (Salvador, 1627, p. 141)

Prossegue Frei Vicente: “alguns moradores convocados eram tão pobres, que o Governador mandou a um mercador seu privado que desse a cada um desses três vinténs para cada dia, por sua conta...” (Salvador, 1627, p. 141)

A armada holandesa chega na costa baiana em 9 de maio de 1624; O Governador Diogo de Mendonça repartiu as estâncias entre os capitães e gentes das freguesias de fora e da própria cidade. O autor descreve as tropas e os locais de defesa: duas companhias de soldados pagos, cem arcabuzeiros do povo, além de sessenta índios flecheiros de Afonso Rodrigues, da Cachoeira, que os capitaneava. (Salvador, 1627, p. 142)

Enfim, a narrativa da invasão: “Pela manhã chegaram os holandeses às portas da cidade... e não achando quem lhe contradissem, entraram, e tomaram dela posse pacífica... Daí a dois dias chegou o coronel D. João Vandort, e começou a governar as coisas da terra”. (Salvador, 1627, p. 142) Trinta navios mercantes que estavam no porto, com vários tipos de mercadorias, foram saqueados (Salvador, 1627, p. 149) Perdida a cidade, e preso o Governador, o Bispo D. Marcos Teixeira assentou seu arraial a uma légua da cidade, e estabeleceu sua estratégia de defesa, que constava em prender qualquer holandês que saísse da cidade para buscar mantimentos nos pomares. (Salvador, 1627, p. 145) A primeira vítima holandesa das emboscadas foi seu próprio Comandante, Coronel Vandort, que havia saído, despreocupadamente, para ver a Fortaleza de São Filipe, já ocupada pelos invasores. Foi morto por dois capitães portugueses e os índios selvagens de Cachoeira. Os holandeses passaram a buscar alimentos mais longe, por barcos. Mas também para isso se preparou o bispo. Ordenou que cada arraial fornecesse 20 homens para as patrulhas no recôncavo e proximidades. Muitos combates de surpresa foram travados, com grandes perdas holandesas. (Salvador, 1627, p. 152)

Mathias de Albuquerque foi eleito novo Governador Geral, e ficou governando a partir de Olinda. Fortificou a região com três companhias que vinham originalmente do reino para auxiliar nas campanhas do Maranhão. Veio para auxílio ao combate em Salvador com dois caravelões e trinta soldados. (grifo nosso)

A armada principal para retomar a terra saiu de Lisboa em 22 de novembro de 1624. A lista de fidalgos portugueses voluntários, listados por Frei Vicente em ordem alfabética, perfazem quase duas páginas; mercadores de todo o reino fizeram vultuosas doações, também descritas nominalmente por Frei Vicente: “os que se não puderam embarcar deram um grande subsídio pecuniário para o apresto da armada.” (Salvador, 1627, p. 158) Em 19 de dezembro a armada portuguesa estava em Cabo Verde, aguardando a anexação da esquadra espanhola, que chegou com 32 navios, tendo D. Fradique Continho como comandante. (Salvador, 1627, p. 160) Partem no dia 11 de fevereiro de 1625, chegando à Bahia no dia 29 de março.

Jerônimo de Albuquerque, de Pernambuco, juntou-se à Armada levando 130 soldados “às suas custas” (Salvador, 1627, p. 161)

“Os da nossa armada neste tempo iam-se desembarcando junto ao forte de Santo Antônio dois mil castelhanos, 1500 portugueses, e 500 napolitanos com seus mestres de campo.” (Salvador, 1627, p. 162) O cerco à cidade durou 23 dias (Salvador, 1627, p. 165). Assentaram que os holandeses entregariam a cidade ao general d. Fradique de Toledo em nome de Sua Majestade, no estado em que se achava aquele dia 30 de abril de 1625. (Salvador, 1627, p. 167)

Frei Vicente declara que os negros faziam parte do espólio de guerra: foram achados em poder dos holandeses 600 negros, uns fugidos de seus senhores para o inimigo com amor da liberdade, outras de presas que tomaram em navios, que vinham de Angola.” (Salvador, 1627, p. 167)

Frei Vicente faz alusão das mercês oferecidas aos fidalgos portugueses pela reconquista de Salvador: “Governadores amigos. Eu El-rei... dei por bem, em primeiro lugar, que se executem as mercês gerais... Madri, 18 de setembro de 1625. Rei.” (Salvador, 1627, pp. 174-175)

Segue-se então a descrição do julgamento dos nativos que se aliaram aos holandeses. Os Potiguares da Serra da Copaoba refugiaram-se com os Tapuias, a mais de 100 léguas (algo em torno de 500 km) dali, sabendo que seriam punidos. Alegou-se, na ocasião, que para que a aliança com os Tapuias fosse aceita, os Potiguares sequestraram da vizinhança da Paraíba seis moças donzelas e alguns meninos, e lhes levaram de presente. Tal ocorrido gerou um conselho de guerra, convocado pelo Governador Mathias de Albuquerque. Frei Vicente faz alusão à **Guerra Justa**, tornando os gentios escravos:

“Para o que fez ajuntar em sua casa os prelados das religiões, teólogos, e outros letrados, canonistas e legistas, e concluindo-se entre eles ser a causa da guerra justa, e pelo conseguinte os que fossem nela tomados escravos, que são no Brasil os despojos dos soldados, e ainda o soldo, porque o gentio não possui outros bens, nem os que vão a estas guerras recebem outro soldo.” (Salvador, 1627, p. 169)

A expedição matou o Principal Tapuia, que havia aceitado a aliança com os potiguares. Pelo acordo, que foi cumprido, os Tapuias, em um mês, entregaram aos portugueses todos os gentios da serra da Copaoba. O Governador, “sem pegar nenhum para si, mandou que “os repartisse pelos soldados e outros moradores, para que os servissem em pena de sua culpa, e rebelião”. (Salvador, 1627, p. 170, grifo nosso)

Essa obra de Frei Vicente, publicada em 1627, obviamente não poderia contemplar as futuras invasões holandesas no Pernambuco e norte do país. É interessante notar, todavia, que o autor atribui ao Bispo D. Marcos Teixeira, que comandou o improvisado cerco da cidade de Salvador tomada pelos holandeses, as ações de guerrilha e emboscadas que deram início à **Guerra Brasília**. Outro ponto interessante é que, diferente de outros autores seus contemporâneos que alardeiam a falta de coragem dos moradores baianos na defesa de sua terra, Frei Vicente atribuiu esse comportamento à extrema simplicidade e falta de recursos do povo. Salienta, entretanto, o orgulho que ostentou esse povo humilde, quando chamado a “sitiar” a cidade, embora marchassem descalços ao lado dos poucos milicianos portugueses que ali se encontravam para exercer tão árdua tarefa.

3.5.2. Versões militares portuguesas: D. Francisco de Melo e D. Luis de Menezes

3.5.2.1. D. Francisco de Melo

A obra *Epanáforas de Vária História Portuguesa* (1660), de D. Francisco de Melo, representa bem o pensamento militar português do século XVII. Sua obra, composta de cinco epanáforas, relata o orgulho militar luso-português em torno de suas Armadas: o autor descreveu o serviço que empreendeu junto à Armada espanhola nas campanhas de Flandres e Catalunha; o conflito do canal, entre a Armada espanhola e os ingleses; e a triunfante Reconquista de Pernambuco (5ª Epanáfora). No prólogo desta última Epanáfora, que escrevera em 1659, lamenta que a reconquista pernambucana não havia ainda sido descrita: “Pois sobre 24 anos de contínuo movimento de armas, cujos feitos foram tantas vezes inculcados pela parte contrária em tratados e livros; não houve até agora, quem de nossa parte, em forma decente, publicasse um só volume.” (Melo, 1660, p. 482).

O autor inicia com um breve parágrafo sobre a reconquista de Salvador: “D. Fradique de Coutinho e D. Manuel de Menezes, um general da empresa, e outro de nossa Armada, com sítio de 40 dias, e proporcionado exército, renderam a Bahia a 1º de maio de 1625, expelindo daquele Estado as armas holandesas, que pelo espaço de um ano se tinha senhoreado de sua conquista.” (Melo, 1660, p. 487) Prossegue a narrativa a invasão holandesa em Pernambuco, descrevendo o parecer do Governador daquela província de que tal guerra não seria ganha rapidamente, como as outras, por sítio e expugnação, mas “por meio de uma guerra lenta; que, oprimindo dentro de suas fortificações o inimigo, e evitando-lhe os mantimentos e cultura do campo, o impossibilitasse em todos os seus gêneros, de tal sorte, que a própria inutilidade o impedisse.” (Melo, 1660, p. 490) O autor, militar português, descreveu, dessa forma, como o Governador realizou o prenúncio da **Guerra Brasília**. Citou ainda a importância da adesão de índios e moradores portugueses contra a causa holandesa, “à medida que havia melhorado o inimigo em sucessos e procedimentos.” (Melo, 1660, p. 492) Finalmente, descrevendo as sucessivas frustrações no envio de outras poderosas Armadas que lograssem a reconquista de Pernambuco, descreveu a revolta dos pernambucanos contra o invasor holandês. O autor pareceu ciente que o motivo de tal revolta não nascia de honrosas virtudes de cunho nacionalista ou religioso, mas, antes, de vis interesses econômicos: “Escusamos de satisfazer ao mundo, na

dúvida que não teve, acerca da justificação e causa dos levantamentos que fizeram os povos daquela província contra seus opressores.” (Melo, 1660, p. 498) Prossegue o autor descrevendo o levante:

“Assim, rompendo em pública sublevação, clamaram Liberdade. Tomaram armas e fizeram um corpo de mil e quinhentos mancebos, os mais honrados e briosos da Pátria. Servindo-lhes de conselheiro o Cabo João Fernandes Vieira, opulento e honrado morador de Pernambuco, agora nobre Capitão: a quem a pública liberdade será para sempre devedora.” (Melo, 1660, p. 498)

Em seguida acrescentou a resposta dos índios ao chamado pela revolta. O autor atribuiu ao sangue e à religião a motivação daquela participação: “Compadeceram as bárbaras nações, e os índios rudes, se moveram à piedade, à vista das misérias e perigos daquele povo; a quem, se a militar violência, fizera alheio, o sangue e a religião mantinham nosso.” (Melo, 1660, p. 499)

Francisco de Melo prendeu-se por pouco tempo às ações dos moradores e naturais da terra. Citou em um breve parágrafo o “castigo de Deus” sobre as armas holandesas, “sendo em duas batalhas, que dizem “dos Guararapes”, vencidas e desbaratadas por Francisco Barreto e os mais cabos e soldados de Pernambuco...” (Melo, 1660, p. 501, grifo nosso). Descreveu em seguida os últimos confrontos, a partir de 20 de dezembro de 1653, quando a poderosa Armada portuguesa chegou em Pernambuco, e os revoltosos resolveram atacar as fortificações em mãos dos holandeses. Descreveu, todavia, as heroicas ações de Henrique Dias, Governador dos negros, e de Felipe Camarão, Chefe dos índios.

“Tocava a Henrique Dias, Governador dos Minas, a bateria do forte de Altaná... Chamou seus soldados e, com razões e exemplos dos brancos lhes mostrou como o valor não consistia nas cores.” (Melo, 1660, p. 518)

“O Camarão, astuto e valoroso, com trezentos de seus soldados, seguiu os holandeses até o forte da Barreta: onde encerrados, e de novo acometidos, conceberam não menos temor pelas armas que pelas vozes, a que a escuridão da noite fazia mais horríveis; desampararam todos o forte, que em breve veio às mãos do Camarão, sem golpes de espada ou tiros de mosquete.” (Melo, 1660, pp. 518-519).

Muito relevante notar que o autor, a exemplo dos outros historiadores portugueses seiscentistas, justifica o valor do negro, apesar de sua cor; e ainda, que o herói negro agiu na correção porque seguiu “as razões e os exemplos dos brancos”. Na descrição do herói

indígena, o autor português se valeu do temor que a voz noturna causou aos holandeses, numa clara alusão ao efeito que o imaginário antropofágico selvagem trazia ao europeu.

Melo termina sua narrativa reconhecendo os vencedores: “que das duas guerras presentes, era mais perigosa a dos naturais. Assim, com notável período de 24 anos, se viu a famosa nação holandesa vencedora e vencida de uma própria gente, recebendo agora leis dos mesmos a quem havia dado.”

3.5.2.2. D. Luiz de Menezes

Das versões portuguesas seiscentistas sobre os embates da América portuguesa, obra mais completa é a de D. Luiz de Menezes (3º Conde de Ericeira) – *História de Portugal Restaurado* (1679-1698). Menezes, que foi General de Artilharia durante as guerras de Restauração portuguesas, escreve, do ponto de vista militar, uma “história total” dos eventos portugueses que se desenrolaram no período de 1640 – ano da restauração – até o ano de 1668, após o qual são celebradas as pazes com Castela. Menezes não faz distinção de importância entre os diversos conflitos europeus contra Castela; dos conflitos contra os holandeses na Índia, África e Brasil, bem como todos os trâmites diplomáticos envolvendo essas disputas; ao contrário, o autor relaciona todos os acontecimentos que vão se sucedendo nos diversos continentes, e como cada ação gera uma consequência em outra localidade. Segue o autor uma sequência temporal, seguindo anualmente cada detalhe que trouxe relevância para a restauração de Portugal. O resultado foram quase duas mil páginas, divididas em quatro volumes e vinte e quatro capítulos. Pelo nível de detalhes das narrativas e o comprometimento com a totalidade das possessões portuguesas ameaçadas, Menezes, pode-se dizer, constitui uma exceção aos autores portugueses do Império que privilegiavam as Armadas como a fonte primordial do poder militar na América portuguesa. Vai muito além disso: por ocasião da descrição da revolta dos moradores de Pernambuco e naturais da terra, parte das motivações “oficiais”: religião, sangue, fidelidade a El Rey; chegando nas motivações econômicas dos vassallos que buscavam as mercês e o enriquecimento próprio. O autor descreve a figura representada por João Fernandes Vieira, que, com o intento de recuperar suas próprias possessões perdidas para os holandeses (ele, que inicialmente participou ativamente da administração holandesa) tornou-se a peça-chave para a reconquista de Pernambuco. Descreve também a participação do índio

Camarão e do negro Henrique Dias. Podemos dizer que a versão da história militar portuguesa de D. Luiz de Menezes é praticamente a cartilha da versão histórica militar brasileira. Podemos compará-la muito de perto com a História do Exército Brasileiro publicada em 1972, no auge da ditadura militar do Brasil, que podemos considerar a versão oficial da Instituição. (analisaremos essa obra no capítulo IV dessa tese.) A única alteração substancial entre as duas obras refere-se ao fato dos brasileiros do século XX localizarem o surgimento do sentimento nacionalista brasileiro nos eventos militares que marcaram a América portuguesa no século XVII. O que não faz o menor sentido, analisando-se a versão de Menezes.

O autor português narra ainda a importância dos diplomatas, ora procrastinando decisões, para que o tempo fosse favorável aos intentos portugueses, ora utilizando engodos para atrair ou tumultuar alianças; ou mesmo dissimulando o apoio militar do Reino onde este não era lícito. Nas moedas utilizadas nas compensações das derrotas holandesas, vemos o Sal de Setúbal, um casamento de uma Infanta portuguesa com um monarca inglês, cujo dote envolvia possessões na Índia, transações papais, e muito dinheiro. A dívida portuguesa - e brasileira - com os holandeses só foi finalmente solvida após a Independência do Brasil, mais de um século e meio depois da reconquista pernambucana.

De uma forma geral, pode-se afirmar que, após a Restauração, os portugueses precisavam do apoio holandês contra a Espanha para a manutenção de seu território na Europa. A hegemonia de Portugal dependia desse acordo. Na Ásia e Brasil, todavia, valendo-se de invasões militares amparadas em manobras diplomáticas, os holandeses usurpavam os territórios portugueses. Também as constantes derrotas portuguesas nos territórios do Oriente, iam sendo compensadas pelas vitórias portuguesas no Brasil. Esse período corresponde a uma crescente mudança no eixo de importância que a América portuguesa representava para o Reino. Com imensas dívidas de guerra e com a perda das principais praças orientais, a manutenção do Brasil tornou imperiosa para a própria hegemonia portuguesa.

O autor começa a narrativa com a invasão de Felipe II a Portugal: “A 5 de dezembro do ano de 1581 entrou El Rey (D. Felipe II) em Elvas, dia em que não só passaram os infelizes portugueses de filhos a vassallos, mas de vassallos a escravos...” (Menezes, 1751, Tomo I, p. 28). O livro segundo descreve o período em que Felipe III sucede o pai, após a sua morte.

Salienta que os nobres portugueses se animaram a juntar-se aos castelhanos na defesa da Bahia, “uns às esperanças do governo de Castela, outros à desconfiança de abatê-lo...”. (Menezes, 1751, Tomo 1, p. 46).

A narrativa de Menezes sobre a invasão holandesa seguindo estrita ordem cronológica, começa, obviamente, com a invasão a Salvador. Menezes, a exemplo de Severim Faria, descreve a incapacidade do sistema defensivo da América portuguesa, baseado no recrutamento dos moradores e no baixo investimento em instalações e equipamentos: “os moradores da Cidade, sem mais atenção que salvar vidas, se ocultaram nos bosques vizinhos a ela, deixando os templos expostos a sacrilégios nas mãos dos hereges, e as casas entregues a ambições dos inimigos. (Menezes, 1751, Tomo 1, p. 47). O apurado senso crítico de Menezes se sobrepõe à simples loa aos nobres portugueses lutando pela causa Real. Por ocasião da reconquista de Salvador, o autor não foi sutil ao tecer críticas aos seus conterrâneos: “Entraram nela os castelhanos, portugueses e italianos, e usaram da vitória ainda com mais ambição que os holandeses, saqueando e destruindo os edifícios da cidade com tanto excesso, que não contou por menores inimigos os que a renderam, que os que a restauraram. (Menezes, 1751, Tomo 1, p. 49-50). Conta o historiador que os integrantes da Armada luso-espanhola retornaram à Europa com grande número de prisioneiros e despojos. Menezes acrescenta: “e castigando Deus com várias tormentas a impiedade usada na cidade, chegaram com considerável perda de navios e gente a ancorar nos seus portos. (Menezes, 1751, Tomo 1, p. 50)

A narrativa de Menezes avança com o novo objetivo holandês, após a expulsão da Bahia: “a guerra deveria começar em Pernambuco, para a empresa a mais fácil, e para a Companhia a mais útil... Deu a vela uma Armada de 70 navios, em que iam embarcados treze mil homens, oito mil de guerra.” (Menezes, 1751, Tomo 1, pp. 50-51) A fragilidade do sistema defensivo em Pernambuco não se deu de modo diferente ao de Salvador: “Foram os moradores desamparando os portos e tratando de salvar nos matos o mais precioso das fazendas. (Menezes, 1751, Tomo 1, p. 52)

O Governador Matias de Albuquerque reuniu as forças de resistência em uma localidade segura (Bom Jesus). Algumas esquadras ibéricas foram enviadas em socorro, mas todas sem sucesso. Entre elas, a de D. Oquendo, e a do Conde de La Torre. O sucesso naval para a reconquista de Salvador não se repetiu em Pernambuco.

Nesse ínterim, Portugal precedeu à restauração. Menezes descreve as consequências imediatas desse evento para a América portuguesa: “as conveniências que resultavam aos holandeses da separação de Portugal eram fáceis de conhecer... que nesta consideração ficariam as conquistas sem socorros...” Neste contexto, ocupavam os holandeses Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará, as ilhas de Itamaracá, de Fernando de Noronha; para a parte sul, Porto Calvo, e Sergipe. (Menezes, 1751, Tomo 1, pp. 154)

Menezes cita que a invasão do Maranhão foi seguida de muitos abusos dos 300 soldados holandeses que a ocuparam: “uns e outros, com a soberba de injustos vencedores, se licenciaram de sorte que não perdoando nem o sagrado, nem ao profano, viam lastimosamente as igrejas e as honras ofendidas. Eram maiores os excessos dos que habitavam os engenhos”. (Menezes, 1751, Tomo 1, p. 370)

Dessa força desproporcional nasceria o contragolpe dos “humildes”. Sem poder apelar das ofensas para os próprios holandeses ou ao seu Governador, moradores e nativos “apelaram para o valor de seus braços, nos quais, por antiga disposição da natureza, acharam sempre o mais eficaz remédio.” (Menezes, 1751, Tomo 1, p. 370) Antônio Muniz assumiu a liderança dos portugueses naquela região. Roubando paulatinamente as armas dos próprios invasores que guardavam as cercanias, conseguiu sitiá-la cidade de São Luiz. Em 1642, independente das frotas portuguesas, cujo sonho de reforço se torna cada vez mais distante, chegou um socorro vindo do Pará. Contava com 113 portugueses e 700 índios. Os holandeses receberam reforço de Pernambuco: “350 soldados e outros tantos índios”. Sem sucesso, os portugueses se retiraram para o Sertão. Partem os holandeses a saquear os entornos. Um desses eventos foi evitado pelos portugueses, com a morte de todos os holandeses que a haviam tentado. Em vingança, o Governador holandês “deitou foram cruelmente as mulheres, roubadas e despidas, e mandou entregar 25 soldados aos tapuias do Ceará, que brevemente os fizeram vítimas da sua brutalidade. Outros 50 mandou vender aos ingleses às Ilhas das Barbadas.” (Menezes, 1751, Tomo 2, p. 34) A guerra vai incorporando cada vez mais atos de crueldade, segundo a narrativa de Menezes.

Antônio Teixeira, com falta de munições, resolve retirar-se para o Pará. “Ficando só com 60 portugueses e 200 índios, se resolveram todos, por serem naturais da terra, a venderem caro as vidas aos holandeses, determinando perdê-las naquela difícil conquista”. (Menezes, 1751, Tomo 2, p. 35)

“Da mesma forma que os holandeses angariaram o ódio dos moradores das Praças invadidas, também assim sucedeu com seus aliados nativos. O relacionamento dos holandeses com os índios foi assunto explorado por Menezes:

“Quando os holandeses deram princípio a esta guerra, levaram para o Maranhão muitos índios das partes donde naquelas costas tinham fortalezas: entre estes foram os do Ceará e Camocim. Retiraram-se do Maranhão e foram lançados no Camocim, que dista 70 léguas, os índios que escaparam da guerra, sem lhes darem os holandeses alguma satisfação.” (Menezes, 1751, Tomo 2, pp. 38-39)

Assim como os moradores revoltaram-se contra os holandeses no Maranhão, evento semelhante também ocorreu com os indígenas:

“Escandalizados do mau trato com que os despediram, se ajuntaram com outros da mesma nação e avançaram num reduto que os holandeses guarneciam naquele sítio, e colhendo-os sem prevenção, os degolaram a todos. O mesmo fizeram em outro reduto, 10 léguas adiante; e animados destes sucessos, se resolveram a investir a fortaleza do Ceará, que distava 100 léguas desse sítio... Ganharam a porta e a fortaleza, degolaram alguns holandeses que acharam dentro dela, os que estavam fora se renderam, e avisaram logo ao Maranhão a Antônio Teixeira, que mandasse ocupar aquelas fortificações que haviam ganhado...” (Menezes, 1751, Tomo 2, pp. 38-39)

Como resultado pelos serviços prestados por aqueles Índios, “El Rey, informado dos que melhor procederam nesta guerra, lhes satisfez largamente o seu merecimento, igualando aos índios com os portugueses, atenção que os deixou mais animados para conseguir novas empresas”. (Menezes, 1751, Tomo 2, p. 39) As mercês obtidas com a **Guerra Viva**, que até então eram exclusividade dos nobres brancos portugueses, são agora estendidas aos demais súditos do Brasil português.

Felipe Camarão, já portador dos títulos de “Governador dos soldados da sua Nação e do Hábito de Cristo”, é citado por Menezes por sua atuação em Sergipe. Antônio Telles convocou Camarão para que “continuasse a guerra da mesma forma que antes da trégua executava”. Tratava-se de deter as exorbitâncias dos holandeses, que “usavam de esquisitas indústrias para roubar os moradores de Pernambuco”. (Menezes, 1751, Tomo II, p. 91) Segundo Menezes, as repetidas queixas dos moradores acarretaram retaliações por parte da Companhia ao Conde de Nassau, motivo pelo qual se partiu para Holanda no ano de 1643. O remédio, todavia, mostrou-se pior que o mal. Com a partida do Conde “Cresceram de qualidade nos holandeses as exorbitâncias, que não perdoando a gênero

algum de extorsão, arguiam aos miseráveis moradores culpas fantásticas, provadas com testemunhas falsas.” O autor cita a atuação de João Blar: passando com 300 soldados ao sertão, é impossível referir a quantidade de maldades que executou.” (Menezes, 1751, Tomo II, p. 92)

Nessas circunstâncias, Menezes aponta o ódio ao holandês como o motivo da revolta: “Porém, podem estas culpas ter o título de felizes: porque foram a causa da gloriosa restauração de Pernambuco.” (Menezes, 1751, Tomo II, p. 92)

Se os moradores mais simples de posses se rebelaram contra os abusivos maus tratos dos holandeses, portugueses mais abastados também se rebelaram. Prossegue o autor apresentando João Fernandes Vieira: “Foi o primeiro que se animou a esta generosa revolução, que saindo da Madeira, pátria sua, com poucos cabedais, os havia aumentado de sorte em Pernambuco, que era avaliado um dos homens mais ricos daquele distrito.” (Menezes, 1751, Tomo II, p. 92)

João Fernandes Vieira retirou-se para o mato com algumas munições, e confinou-se a pedir socorro através de cartas. Escreveu a Antônio Telles sobre a resolução que havia tomado; Escreveu a Felipe Camarão, para que viesse do Sergipe para juntar-se a ele; e escreveu com o mesmo intuito a Henrique Dias. Henrique Dias é citado aqui pela primeira vez por Menezes. É descrito como

“O Governador de todos os negros e mulatos a que se permitia assentar praça... Negro de tão insigne valor, que depois de haver executado ações memoráveis na guerra antecedente, dando-lhe com uma bala de mosquete na mão esquerda, pediu que a cortassem logo, como fizeram, que mais queria arriscar-se a morrer depressa, que a convalescer devagar, havendo tantas empresas a acudir... (Menezes, 1751, Tomo II, pp. 94-95)

Ipojuca foi o primeiro lugar que se rebelou. Em uma noite, mataram todos os soldados holandeses que a guarneciam. Contava João Fernandes, nesta ocasião, com 900 homens (Menezes, p. 132) e apenas 200 armas de fogo. (Menezes, p. 134). Vieram a sua caça 1500 holandeses e 800 índios potiguares. Depois de cinco horas de porfiado combate, saiu vitorioso perdendo só oito homens. (Menezes, 1751, Tomo II, p. 135) João Fernandes Vieira marchou para o sítio de Gorjaú, aonde chegaram D. Antônio Felipe Camarão e

Henrique Dias, que foram recebidos com geral contentamento. (Menezes, 1751, Tomo II, p. 135)

Menezes descreve as heroicas ações de Camarão e Henrique Dias:

“Marchou Felipe Camarão para o Rio Grande para castigar as indolências dos índios Potiguares e Tapuias. Vieram ao apoio das aldeias, que foram queimadas, 500 holandeses, 800 potiguares e 200 Tapuias. Durou muitas horas a contenda... e vendo os holandeses a resistência insuperável, se retiraram, deixando 80 mortos na campanha, e levando muitos feridos.” (Menezes, 1751, Tomo II, pp. 198-199)

“Os negros animosos e destros investiram as sentinelas que logo mataram, e com o mesmo impulso atacaram o forte... degolaram 25 holandeses que defendiam a estaca, e com igual resolução invadiram o fortim.” (Menezes, 1751, Tomo II, p. 200)

Seguem vários conflitos envolvendo pequenas guarnições de ambos os lados. Os Terços revoltosos lutam com os holandeses sitiados através de emboscadas. Matam todos os que buscam por alimento nas redondezas. “Era grande a fome que padecia os sitiados...” (Menezes, 1751, Tomo II, p. 202) Não era menor a falta de mantimentos que se padecia a gente portuguesa... Os soldados, obrigados da fome, desamparavam os alojamentos, passando-se os mais deles à Bahia. (Menezes, 1751, Tomo II, p. 203)

Enquanto prosseguem as “independentes” ações dos revoltosos, a coroa portuguesa, na tentativa de dirimir ações de retaliação dos holandeses a outras partes de seu imenso império, incluindo o próprio território na península ibérica, busca alternativas. Uma delas é a recompensação pecuniária. Dessa forma, El Rey incumbiu o Padre Antônio Vieira de propor a “compra” de Pernambuco aos holandeses, “tendo por base os cinco milhões e meio de cruzados que a Companhia Ocidental havia investido, e apontando, para o pagamento, “os direitos do sal e vários tributos no Brasil e Angola.” (Menezes, 1751, Tomo II, p. 250)

Apesar desses infrutíferos esforços, em janeiro de 1647, Segismundo, Comandante militar holandês, com o apoio de uma Armada, estabelece uma fortificação em Itaparica, com o intento futuro de ganhar Salvador. (Menezes, 1751, Tomo II, p. 251) “Logo que chegou aviso a Lisboa, passou El Rey prontamente ordem para se socorrer a Bahia. Aparelharam-se 12 navios, embarcou-se Antônio Telles de Menezes, Conde de Vila Pouca, General da Armada... Depois de acabada a empresa da Bahia, se haviam de apartar cinco à ordem de Salvador Correa de Sá e Benavides, que naquele tempo saiu nomeado

Governador do Rio de Janeiro e Capitão General do Reino de Angola, com ordem de socorrer aquele Reino, cavilosamente usurpado pelos holandeses.” (Menezes, 1751, Tomo II, p. 253)

Avisado sobre a Armada, Segismundo abandona Itaparica, devastando as fortificações que levantara. (Menezes, 1751, Livro X, p. 255) Salvador Correa de Sá incorporou mais navios aos cinco navios e partiu para Angola. Em pouco tempo veio a notícia da restauração da cidade de Luanda e total expulsão dos holandeses, executada este ano (1648) por Salvador Correa de Sá. (Menezes, 1751, Livro X, p. 276)

Era grande a esperança dos pernambucanos de que a Armada portuguesa cumprisse seu antigo papel de lutar pela restauração da terra invadida. No princípio de janeiro de 1648 chegou a notícia que a Armada do General Antônio Telles havia ancorado na Bahia. Todavia, não havia a determinação de animar a gloriosa empresa da restauração de Recife. Os sitiadores “começaram a gloriar-se de que Deus não queria repartir o triunfo daquela empresa mais que com eles, que a custa de tanto sangue e de tanto trabalho, lhe haviam dado princípio.” (Menezes, 1751, 1751, Tomo II, p. 277)

A 17 de março de 1648 “Havia chegado a Pernambuco a Armada de Holanda, com 44 navios, em que se embarcaram nove mil Infantes, fora a gente do mar, prevenidos de grande quantidade de munições e mantimentos para assegurar tão importante empresa. Era General desta Armada Van Gogh... Entregou a Infantaria a Segismundo e ocupou o lugar de Presidente do Conselho Supremo.” (Livro X, p. 279). Segismundo saiu em Campanha a 18 de Abril com 7.500 Infantes, 500 homens do mar, 300 índios e Tapuias, cinco peças de Artilharia, muitas munições e mantimentos, que conduziam quantidade de escravos. (Menezes, 1751, Livro X, p. 280)

Partiu de Francisco Menezes, comandante das forças terrestres, a intenção de enfrentar de uma vez por todas aquele poderoso Exército holandês: “porque, ganhada a Batalha, ficavam sem número as consequências da vitória, e perdida, só as vidas seriam despojos dos inimigos. Porque sacrificando-as em serviço de Deus e em defesa da Pátria, ficaria imortal a glória a que generosamente aspiravam”. (Menezes, 1751, Livro X, p. 281)

Prossegue o Conde de Ericeira: “Marchou o Exército para os Montes Guararapes, nome que na língua dos Gentios quer dizer estrépito de golpe, originando-se do ruído que

fazem as águas do inverno pelas concavidades daquele sítio”. (Menezes, 1751, Livro X, pp. 281-282) Segismundo, “entendendo que no bom sucesso daquele dia se rematava todo trabalho da Guerra de Pernambuco, com as esperanças do prêmio, marchou a buscar Francisco Barreto...” que por sua vez, “dividiu os seus soldados em três corpos. Ficou na vanguarda o Mestre de Campo André Vidal, mandou atacar os dois lados pelos Mestres de Campo João Fernandes Vieira, D. Antônio Felipe Camarão e Henrique Dias, e deixou 500 homens de reserva com as duas tropas de Antônio da Silva para acudir com eles à parte que necessitasse de socorro”. (Menezes, 1751, Livro X, p. 282) O autor conta que a batalha durou mais de quatro horas, e grande foi a perda de vidas holandesas. Passa então a elogiar os envolvidos:

“André Vidal sustentou a maior parte do reencontro com valor insigne, João Fernandes Vieira procedeu com grande acordo e bizarria, e da mesma forma Henrique Dias e D. Antônio Felipe Camarão. Francisco Barreto mostrou em todo o conflito tanto valor, atividade e prudência, que ficaram todos os seus soldados dignamente satisfeitos de o terem General.” (Menezes, 1751, Livro X, p. 284)

Pouco tempo depois, morreu de enfermidade Felipe Camarão. (Menezes, 1751, Livro X, p. 286) O sucesso de Guararapes animou outras investidas portuguesas: Salvador Correa de Sá recebeu, em janeiro de 1648, 5 navios de El Rey para retomar Angola. “Concorreram os naturais com cinquenta e cinco mil cruzados de donativo, prometendo assistir o que mais faltasse. (Menezes, 1751, Livro X, p. 287) O Governador de Pernambuco “animou-se a fretar seis navios e a comprar quatro pataxós à sua custa. Alistou 900 Infantes divididos em 22 companhias: repartiu pelos navios 600 homens do mar.” (Menezes, 1751, Livro X, p. 288) Com tal Exército, retomou Angola. Defendiam a guarnição um número muito superior de holandeses.

O autor passa a narrar a 2ª Batalha de Guararapes, começando pelos efetivos: os holandeses tinham cinco mil Infantes, setecentos gastadores e seis peças de Artilharia, que conduziam trezentos homens do mar. Formou esta gente em doze esquadrões, e levava soltos trezentos índios e duas companhias de negros”. (Menezes, 1751, Livro XI, p. 323)

Os portugueses contavam com dois mil e seiscentos homens, índios e minas. Levava a vanguarda o Mestre de Campo Francisco de Figueiroa com trezentos Infantes do seu Terço; seguiam-se os Mestres de Campo André Vidal com outros trezentos, e D. Diego Camarão com trezentos e vinte índios do seu Terço, e Henrique Dias com igual número. Fazia a retaguarda o Mestre de Campo João Fernandes Vieira com mil, trezentos e cinquenta homens. (Menezes, 1751, Livro XI, p. 323)

Os holandeses dessa vez ocuparam primeiro os montes e aguardaram pelos portugueses. Uma vez que os portugueses não avançaram, depois de um dia e meio os holandeses começaram a retornar para a Barreta. Francisco Barreto, “querendo com grande prudência valer-se daquele fervor” dos soldados pela batalha, mandou tocar a investir. (Livro XI, p. 325) Quiseram os holandeses retornar aos montes que haviam deixado, mas não teve tempo. (Livro XI, p. 325) Descreve as ações dos protagonistas, entre eles Vieira:

“João Fernandes Vieira foi dos primeiros que começaram a pelejar... desprezando o perigo... e de perder o cavalo e montar em outro, os rompeu, e lhes ganhou as duas peças de Artilharia”. (Menezes, 1751, Livro XI, pp. 325 - 326)

E concluiu o autor:

“Durou o conflito das duas da tarde até as oito da noite. Não custou a vitória mais de 47 mortos... Dos holandeses ficaram mais de 2000 mortos na campanha: foi um dele o Coronel Brick, que governava aquele troço de Exército.” (Menezes, 1751, Livro XI, pp. 326-327)

Após a batalha, os holandeses derrotados voltaram para a suas instalações, já sem poder de ação. Os portugueses a sitiaram, esperando nova oportunidade para pôr fim àquela invasão.

Para a sorte do destino da América portuguesa, em 1652 a Inglaterra declara Guerra à Holanda. “E em todos os encontros que haviam tido por mar as duas Nações, tinham saído os ingleses com tanta vantagem, que se achava Holanda com menos cinquenta navios. Este acidente foi em grande utilidade da conquista de Pernambuco; porque os Estados oprimidos com a guerra vizinha e poderosa, se descuidaram dos socorros de que necessitava o Brasil...” (Menezes, 1751, Livro XI, p. 396) Os holandeses ainda traziam na costa brasileira 50 navios de 14 até 30 peças; porém tão mal aparelhados com a falta de socorros de Holanda e com os poucos interesses que tiravam das presas...” (Livro XI, p. 398) A falta de socorros diminuía a gente e consumia os cabedais. Porém, a resolução uniforme de vencer ou morrer facilitava os maiores impossíveis.” (Menezes, 1751, Livro XII, p. 429)

Na ocasião em que os holandeses foram vencidos pelos ingleses no Canal da Mancha, e todas as esperanças de socorros aos holandeses foram perdidas, o Mestre de Campo Francisco de Figueiroa determinou acabar de vez com aquela empresa, intentando um último ataque a Recife. Em outubro de 1653 um comboio da frota da Companhia Geral

viria a Pernambuco, comandada por Pedro Jaques de Magalhães viria a Pernambuco. (Menezes, 1751, Livro XII, p. 433) Foi então persuadida pelos revoltosos a cerrar a Barra do Recife, impedindo a chegada de reforços de navios holandeses de outras partes da Costa. Figueiroa então tomou o Forte das Salinas; Barreto, logo que ganhou o Forte de Altanar, mandou abrir torneiras para bater o das Três Pontas... (Menezes, 1751, Livro XII, p. 453) Porém os holandeses..., desejando salvar as vidas, e as fazendo sem expor os contingentes perigos da guerra... mandaram uma carta para o Mestre de Campo General Francisco Barreto. (Menezes, 1751, Livro XII, p. 456) Entre as tratativas para a entrega do Forte das Cinco Pontas, ficou acertado que os holandeses poderiam se retirar com os seus móveis e pertences para a Holanda; Que os holandeses que quisessem ficar naquela província seriam tratados como os portugueses; Que os índios, mulatos, mamelucos e Negros se lhes concedia perdão... (Menezes, 1751, Livro XII, pp. 459-460)

Um efetivo considerável se rendeu. “Tomavam armas 1200 holandeses, fora 300 que se haviam passado ao Exército naqueles últimos dias, 300 índios e Negros, além de perto de mil que se haviam passado ao Ceará, e grande número de moradores.” (Menezes, 1751, Livro XII, p. 460)

Menezes termina sua narrativa com o sentimento holandês da perda e da recompensa: com as conquistas holandesas na Índia e no Ceilão... se iam os holandeses esquecendo da perda de Pernambuco. (Menezes, 1751, Livro XII, p. 511)

A envergadura e a importância das invasões holandesas no Brasil diferem muito das invasões francesas. As invasões francesas tiveram escasso apoio da Coroa francesa, razão pela qual os efetivos envolvidos, principalmente os militares, eram muito diminutos. As invasões francesas, com poucos recursos, ocorreram em territórios até então periféricos, onde a coroa portuguesa ainda não havia se estabelecido. A motivação religiosa originou a França Antártica, mas também influenciou o seu fracasso. Os jesuítas deram grande contribuição para o apaziguamento dos indígenas que se aliaram aos franceses. A expulsão dos franceses do litoral fluminense e paulista nos proporcionou a povoação do Rio de Janeiro.

A França equinocial não suportou o fraco aporte militar envolvido em seu empreendimento. As forças irregulares que se levantaram na América portuguesa contra os franceses tinham maior motivação particular no enriquecimento do que na defesa

propriamente dita do território. O apresamento de indígenas foi o motor da perseguição aos franceses e a razão da ocupação de grande parte do norte e nordeste do território ainda desabitado. A expulsão dos franceses de São Luís nos proporcionou a ocupação do Maranhão e grande parte do sertão entre a Bahia e o Amazonas

As invasões holandesas, por sua vez, tinham total apoio do governo dos países baixos, e foram patrocinadas por uma empresa comercial de dilatados capitais, diretamente criada para a exploração do Norte e Nordeste brasileiro, no contexto da luta holandesa contra a Espanha. As invasões holandesas ocorreram onde a riqueza mais abundava, tendo seu início na capital do território. A reconquista de Salvador foi feita por enorme Armada Ibérica, aos moldes do que se esperava do Império português na defesa militar ultramarina. Seguiram os holandeses com a subtração do principal centro de riqueza português: os engenhos de açúcar de Pernambuco. Envolvidos com a restauração de sua própria hegemonia, os portugueses não tiveram condições de financiar um novo aparato militar de grande porte. É neste contexto que as forças locais, compostas por portugueses moradores da terra, auxiliados por efetivos de nativos e negros escravos, no momento mais crucial da invasão, conseguiram isolar os invasores holandeses em Recife, e através de ações de guerrilha, ao modo indígena (Guerra Brasília), defenderam seus territórios, em um primeiro momento; e mais tarde vão infligindo aos invasores baixas e derrotas cada vez mais significativas, retomando os territórios anteriormente perdidos.

Do ponto de vista das relações raciais na composição dos elementos militares que agiram no Brasil, podemos afirmar que a hercúlea dificuldade na expulsão dos holandeses diminuiu os entraves burocráticos para a concessão das reais mercês. Outrora exclusivas de fidalgos, as mercês vão sendo gradativamente abertas a indígenas e negros que lutam pela causa portuguesa. Embora observemos como negros e indígenas constituem, na maior parte da narrativa portuguesa seiscentista, o papel de vilões, preguiçosos e inconstantes, ou ainda, portadores de comportamentos infantilizados, que necessitam do direcionamento e exemplos portugueses, ao menos dois exemplos da guerra holandesa, o índio Camarão e o negro Henrique Dias, destacam-se pela entrega total ao Império português, envolvendo a fidelidade ao Rei e à Igreja católica. São os exemplos da redenção dos marginalizados ao papel glorificado do heroísmo patriótico.

Pontualmente, são esses exemplos que propiciaram aos autores dos séculos XIX e XX a criação do mito de irmandade racial em Guararapes. Todavia, ao trazermos questões da representatividade dos envolvidos - poucas centenas de índios e negros liderados por Camarão e Henrique Dias contra dezenas de milhares de índios e negros que lutaram a favor de seus inimigos franceses e holandeses, ou que continuaram a ser escravizados e comercializados durante os conflitos, quando não incluídos em políticas de exclusão, assimilação ou extinção, que perdurou nos séculos seguintes – somos obrigados a questionar esse posicionamento.

Em relação ao sentimento nacionalista brasileiro criado em torno da expulsão dos holandeses, podemos concluir, esgotada a literatura militar da América portuguesa escrita nos séculos XVI e XVII, que tal ideia é totalmente anacrônica. Portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil eram cidadãos do Império português, e assim se autodenominavam.

3.5.3. A versão holandesa

Toda ação militar é precedida do reconhecimento. À cobiça, naturalmente, precede um objetivo conhecido. Remontam à virada do século XVI para o século XVII as primeiras notícias de viajantes holandeses sobre a riqueza das terras sul-americanas. Em 2 de julho de 1598, o primeiro navegador neerlandês a fazer a circunavegação, general Olivier Van Noort, partiu de Amsterdã com 4 navios, 248 homens e forte aparato militar. Antes de atravessar o Estreito de Magalhães, fez uma estada no Rio de Janeiro, em 1599. O próprio general descreveu sua viagem, em 1601: *Beschryvinghe vande Voyage om den geheelen Werelt Cloot, ghedaen door Olivier van Noort van Vtrecht...* O trecho relativo à estadia no Rio de Janeiro foi descrito por Afonso d'E Taunay em *Visitantes do Brasil Colonial* (Brasília, v. 215, in Rodrigues, 1949, p. 49)

Hendrick Ottsen, capitão do navio “mundo de Prata”, escreveu suas memórias – *Journal Oft Daghelijcx-register van de Voyage no Rio de Plata, ghedaen met he Schip ghenoeemt de Silveren Werelt...* em 1603. Descreveu como, após percorrer as costas da Guiné, e desavisado sobre a proibição do livre comércio nas águas sul-americanas, teve parte de sua população morta pelos espanhóis em Buenos Aires e o restante dela detida

pelos portugueses na Bahia de Todos os Santos, em 16 de dezembro de 1599. Outro navio, o “Mundo de Ouro”, foi aprisionado em São Vicente, em história contada por Frei Vicente do Salvador. Segundo Frei Vicente, o capitão holandês *Lourenço Bicar* teve autorização do governador para aportar, mas deduzindo depois que o navio fazia parte de uma grossa armada holandesa, o navio foi tomado em emboscada por uma canoa, com seis soldados, cobertos pela ação de índios flecheiros. A ação rendeu aos portugueses mais de cem mil cruzados em apreensões. (Rodrigues, 1949, p. 51)

A intenção holandesa de atacar qualquer território espanhol para diminuir-lhe os recursos foi evidenciada na obra de Tiele, *Mémoire Bibliographique sur les journaux des navigateurs néerlandais*, de 1867. Tiele usou como fonte o livro de Pieter Christiaanszoon Bor, de 1635, *Nederlantsche oorloghen, beroerten, ende borgerlijcke oneenicheyden, Amsterdam, 1621-1634*. Bor foi o primeiro historiador holandês a escrever sobre a guerra com a Espanha. Narra o autor que, em 1599, uma esquadra de 70 navios partiu para a América, “para apoderar-se de qualquer possessão da América Espanhola. A esquadra conseguiu valiosos espólios nas ilhas Canárias, e toma a ilha de São Tomé, na Guiné, onde uma epidemia teria matado mil e duzentos de seus homens. Apenas sete navios, comandados por Hartman e Broer, foram despachados para o Brasil, e assolaram o Recôncavo baiano na véspera de Natal daquele ano (1599). Seis anos depois, a ação se repetiu: uma *Relação holandesa* impressa em 1605 – *Niederlendischer Kriegs Journal* - descreveu a expedição bélica de Paulus van Caarden à Bahia, entre 20 de julho e 28 de agosto de 1604. Alfredo de Carvalho retomou essa narrativa em português, em 1910 – *O Corsário Paulus van Caarden na Bahia, 1604*. (Rodrigues, 1949, p. 169) Diogo Botelho e Rodolfo Garcia também narraram a versão portuguesa (Rodrigues, 1949, p. 53)

O almirante *Joris van Spilbergen*, da Companhia das Índias Ocidentais, escreveu em 1619, *Oost ende Est-Indische Spiegel der nieuwe Navigation...* que relatou a sua missão de encontrar um caminho para as Molucas pelo Estreito de Magalhães. Entre 12 de outubro de 1614 e 2 de fevereiro de 1615, a esquadra cometeu uma série de ataques entre o Cabo Frio e Santos. Afonso d’E Taunay descreveu o ataque a Santos na *Era das Bandeiras* (1922, in Rodrigues, 1949, p. 55)

Dierick Ruiters, navegador e cartógrafo holandês, também descreveu sua viagem de 1618 pelo Atlântico sul, percorrendo Angola, Guiné e o Brasil – *Toortse der zee-vaert door*

Dierick Ruiters. Om te beseylen de custen gheleghen besuyden den Tropicus Cancri...
Dedicou 44 páginas ao Brasil (Rodrigues, 1949, p. 55).

A esposa de Ruiters, Catarina Willem, escreveu uma petição, em 1618, solicitando aos Estados Gerais das Províncias Unidas que intercedesse junto ao seu marido, que foi aprisionado na Baía de Todos os Santos.

A História da Companhia das Índias Ocidentais é bastante profícua. O mercador belga Willem Usselincx, em folhetos publicados (38 opúsculos) a partir de 1608, já propunha o estabelecimento de colônias na América e a formação de uma companhia de comércio como uma maneira de luta contra a Espanha e a consequente libertação dos países baixos. Seus principais folhetos foram reproduzidos pelos historiadores Van Meteren, Tiele e Knuttel. Em um desses folhetos, de 1608 – *Vertoog, hoe nootwendich, nut ende profijtelick het sy handelen op West-Indien, Inde vrede metten Corninck van Spaignen*, o mercador afirmou que o valor comercial do Brasil não estava nas minas, mas no açúcar e na madeira. (Rodrigues, 1949, pp. 58-59) A “genialidade política” de Willem, como destacariam depois os historiadores *Pirenne e Jameson*, foi demonstrada mais uma vez num folheto de 1620 – *Corte Aenwysinge van de voornaemste verschillen tusschen 't concept van octroy West Indien dat by de Hoog Moogende Heeren...* no qual o autor argumentou a necessidade de uma força poderosa, uma vez que o Brasil era “a mais forte parte do domínio real”. Considerava ingênuo a adesão dos portugueses uma vez que, embora inimigos dos espanhóis, não comungariam com os holandeses reformados. Seria “igualmente tolo” esperar a assistência de escravos e confiar nas promessas de judeus, que “preferiam ver perecer milhares de cristãos a perder um cruzado.” (Rodrigues, 1949, p. 60) Alguns dos folhetos seguintes trataram da constituição e da composição da companhia da Índias Ocidentais, bem como o chamamento para que os “verdadeiros e ricos patriotas” subscrevessem as ações da Companhia; Mostrou ainda as vantagens para marinheiros, colonos e mercadores. Folhetos publicados após 1621 dão conta dos sucessivos aumentos de capital e de normas para a transação das ações.

Os folhetos publicados entre 1644 e 1646 argumentavam sobre as vantagens da União das duas Companhias, a Ocidental e a Oriental (Rodrigues, 1949, p. 74 a 76); A história das Índias Ocidentais teve ainda em Arnouldus Montanus um grande narrador. (Rodrigues, 1949, pp. 86 a 88)

3.5.3.1. Johannes de Laet

Um dos mais importantes autores holandeses das atividades da Companhia das Índias Ocidentais foi Johannes de Laet, que foi seu diretor em 1621. Sua obra *Historie ofte laerlijck Verhael Na de Verrichtinghen der Geoctroyeerde West Indische Compagnie...*, de 1644, teve traduções para diversas línguas e vários trechos publicados em português e espanhol. Além de geógrafo atuante, que tem reflexos na sua obra, sua narrativa foi basicamente dirigida aos acionistas, prestando contas de sucessos na organização e expansão das atividades. (Rodrigues, 1949, pp. 72 a 74) Para este trabalho, utilizamos a História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até o fim do ano de 1636, versão traduzida por Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior (Rio de Janeiro, Editora Biblioteca Nacional, 1916)

Laet começa sua obra com a descrição dos motivos pelos quais a Companhia decidiu-se por invadir a América portuguesa: “Aceito afinal este parecer, resolveu a Assembleia dos XIX, que fosse acometida a Bahia de Todos os Santos, se fizesse toda a diligência por tomá-la”.

A eleição desta praça, prossegue o autor, foi determinada “não só porque a sua situação proporcionava fácil entrada aos navios, podendo assim comodamente acometer de improviso todas as outras partes da América e ilhas”, mas também porque os nossos “ter-se-iam de haver, não com espanhóis, e sim com portugueses, que eram menos temidos, e considerados mais fáceis de ser atraídos à nossa amizade ou forçados a aceitá-la”; e ainda principalmente por causa do açúcar e do pau brasil, gêneros que se tinham por muitos vantajosos e apropriados no comércio destas províncias. (Laet, 1916, p. 38, grifo nosso)

A primeira descrição de negros e índios lutando ao lado dos portugueses feita por Laet dá-se quando os holandeses já haviam se assenhorado de Salvador, e muitos deles foram, com seus navios, fazer um reconhecimento no morro de São Paulo. Conta o autor que, sabendo da saída dos holandeses, “pelas duas da madrugada chegaram à muralha da cidade com um grande número de soldados, negros e indígenas... e travaram combate até o meio-dia, quando o grosso dos holandeses retornou.” (p. 52) Prossegue o autor descrevendo a morte do Governador holandês, que, inadvertido dos indígenas que assolavam os matos, distanciou-se de sua guarda e foi atacado por eles. O holandês caiu do

cavalo e teve sua cabeça cortada pelos indígenas. Em seguida, “os negros que estavam ao nosso serviço”, conta Laet, “tomaram o cadáver daqueles bárbaros.” (Laet, 1916, p. 52)

Laet narra sobre a esquadra mandada pelo rei da Espanha, comandada por D. Frederico de Toledo e composta por sete mil e quinhentos homens. O que se pode dizer da entrega da cidade, diz Laet, que também era diretor da Companhia, é que “quase todos se esqueceram de seus rigorosos deveres, e sem necessidade e mui vergonhosamente fizeram entrega da Praça.” (Laet, 1916, p. 92) Prossegue o autor alegando que havia na cidade muita munição e víveres suficientes para três ou quatro meses.

Conta Laet que, numa das incursões pela Baía da Traição, os portugueses, vendo os navios holandeses, abandonaram seu vilarejo. Os indígenas que moravam nas terras adjacentes vieram oferecer seus serviços contra os portugueses, devido aos maus tratos que sofriam. (Laet, 1916 p. 96). Em outra incursão à busca de víveres, encontraram os holandeses um engenho com 300 caixas de açúcar e mui numeroso gado, mas não os pode trazer devido ao longo caminho pelas matas. Em seguida, sabendo-se os holandeses que partiriam, entraram em “deliberação muito grave”: o que cumpria fazer com aqueles indígenas que se apressaram em ajudá-los causando danos e hostilidades aos portugueses? Este foi o voto que venceu quanto aos indígenas: cometer a eles mesmos o guardarem-se o melhor que pudessem.” (Laet, 1916, p. 97) Trabalharam com os nossos para que os levassem, porque os portugueses os haviam de castigar... mas não havia para isso provisões.

Por ocasião das vitórias holandesas sobre o Conde de Bagnolo, a Companhia escreveu uma carta direcionada aos “senhores de engenho e moradores do Brasil”, tentando persuadi-los a uma aliança: “Não viemos aqui para tomar-vos os vossos bens, mas sim para deixarmos que os gozei pacificamente”. Alega ainda a missiva que os impostos cobrados serão menores que os impostos pelo governo espanhol, bem como a liberdade religiosa será garantida. Segundo Laet, a carta não surtiu efeito porque “os habitantes estavam muito sujeitos aos militares, e o Governador andava esperançoso na vinda de socorro da Espanha.” (Laet, 1916, p. 347)

Descreve o autor como os portugueses se fortificavam no Cabo de Santo Agostinho, e mais tarde marcham para Porto Calvo, “incendiando os engenhos e roubando o gado impunemente.” Laet exigiu providências de seu Governo: “Se (o inimigo português) assim

faz, quando ainda não recebeu reforços, que é o que não fará, quando estiver mais forte?” (Laet, 1916, p. 368)

“Os nossos sabiam diariamente”, prossegue o autor, que o inimigo estava desprovido de materiais bélicos, os soldados sem roupa e descalços e os pobres habitantes completamente desanimados...” Com o fim de tirar vantagem resolvemos mandar uma expedição até lá” (o arraial). Ao chegar lá, “nossas tropas saquearam as casas e lojas. O inimigo valentemente atirou com mosquetes e canhões”. (Laet, 1916, p. 379)

É relevante observar que autor holandês se refere aos inimigos como “portugueses” (o que realmente eram); geralmente, quando se refere aos moradores do território, utiliza adjetivos como “pobres”, “descalços” e “desanimados”. Interessante notar também que o autor não utiliza eufemismos para descrever as ações indignas de honra das tropas holandesas: o saque, o roubo e os incêndios criminosos não só eram constantes, como incentivados por um diretor que devia prestar contas aos seus acionistas. Outra narrativa similar: “Em Moribeca encontramos 500 caixas de açúcar, que o inimigo escondia. Os nossos, sem poder carregar esse açúcar, atearam fogo ao armazém e a outras casas e queimaram todas, menos a igreja.” (Laet, 1916, p. 388) Em várias oportunidades o autor holandês defende a liberdade religiosa e o respeito à igreja católica. Não há dúvidas que, do ponto de vista de um investidor, a aliança pacífica de portugueses e moradores traria mais resultados do que a opressão. Aliás, a opção do inimigo português ao inimigo espanhol, deliberada no início da narrativa, tinha na facilidade do trato do lusitano o seu argumento.

Laet conta do acordo que os holandeses fizeram com o Conde Bagnolo: “não atacar igrejas e desrespeitar imagens, mas, se nas igrejas oferecerem resistência, perde-se esse direito”; “os soldados surpreendidos em batalha têm o direito de pedir quartel, sem ser constrangido ou maltratado;” os prisioneiros devem pagar resgate proporcional ao seu posto... índios e negros pagarão meio resgate de um soldado; mas se fizerem uso de armas proibidas, ficarão ao bel prazer do vencedor. (Laet, 1916, p. 385) Esse último item, acordado deliberadamente entre os litigantes europeus, é praticamente uma permissão velada ao aprisionamento e tráfico de índios e negros. Quem seria testemunha das armas proibidas? Quais eram necessariamente as armas permitidas aos brancos e negros? A legislação que tratava deste assunto (não temos notícia de sua revogação ou alteração) era o Regimento

do Governador Geral do Brasil, de 17/12/1548, destinado a Tomé de Souza, cujo texto explicita: “fica proibido o fornecimento de armas a quaisquer infiéis, particularmente aos indígenas”.

Nas proximidades da vila de Igarassu, os holandeses encontraram açúcar e pau brasil pronto para ser carregado, e se apropriaram de tudo. “os nossos incendiaram todos os lugares”, conta Laet. (Laet, 1916, p. 397), em seguida, fizeram o memo em Itamaracá. Em suma, diz Laet, “em dez dias os nossos fizeram tudo o que queriam, no território inimigo, sem ninguém que nos ousasse enfrentar.” (Laet, 1916, p. 398)

A meia hora de Igarassu, “os portugueses atacaram furiosamente”. (Laet, 1916, p. 408) Mais um exemplo do adjetivo pátrio português, que geralmente vinha seguido de um elogio ao valor do inimigo, como “corajoso” ou “audacioso”. Valorizar o inimigo pode ser uma boa maneira de valorizar a própria disposição no combate.

É pena que a narrativa de Laet se encerre em 1636, antes mesmo da chegada do Conde de Nassau. Seja muito interessante seu posicionamento a respeito dos moradores rebelados em Pernambuco, eles que, sem reforços, já causavam grandes estragos à Companhia holandesa no início das contendas.

CAPÍTULO III – A Historiografia sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa escrita entre o século XVIII e a Proclamação da República: a 1ª História Militar do Brasil, autores estrangeiros, o mito de formação da nacionalidade e do Exército Brasileiro na formação da identidade nacional no 2º Reinado, Comunidade Imaginada e Morte Social.

“Mito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável, dizendo: “somos diferentes e melhores que os outros”.” (Hobsbawn, 2013, p. 21)

A historiografia escrita ainda no período que abrange a América portuguesa após os dois primeiros séculos do descobrimento, não foi muito profícua. Das que caracterizaram alguma alteração importante na análise da história escrita nos séculos XVI e XVII, traremos ao nosso estudo três: duas delas escritas por militares, ainda no século XVIII; e a terceira, que trouxe a visão de um estrangeiro inglês no apagar das luzes da América portuguesa: *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o ano de 1724*, do coronel baiano Sebastião da Rocha Pita (1730), a 1ª História Militar do Brasil, do espanhol José Meirelles (1762) e *History of Brazil*, de Robert Southey (1807) No desenrolar deste capítulo traremos também as obras do século XIX que surgiram da criação da identidade nacional brasileira com o patrocínio do 2º reinado. Finalmente, para entendermos essas obras, nos valeremos do arcabouço teórico de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*.

4.1. Narrativas do Século XVIII e início do Século XIX

4.1.1 Sebastião da Rocha Pita

O livro *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o ano de 1724* foi escrito pelo escritor baiano Sebastião da Rocha Pita em 1730. O autor, nascido em 1660, era militar - coronel do Regimento da Ordenança da cidade da Bahia. Era fidalgo da casa de Sua Majestade, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Acadêmico da Academia Real de História Portuguesa.

A obra de Rocha Pita é citada (não necessariamente por seu lado positivo) pelos autores do século XIX que trataremos neste capítulo. O inglês Southey, em seu livro *History of Brazil* (1807) referiu-se à obra como “a única história geral do Brasil que existe - obra magra e mal alinhavada, que só na falta de outra tem podido passar por valiosa.” (Southey, p. 3) O escritor Varnhagen, em *História Geral do Brasil* (1854) referiu-se à *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, como “omissa em fatos essenciais e destituída de critério...” (Varnhagen, 1872, p. 16)

A citada obra de Rocha Pita é elucidativa, conforme nos mostrou essa citação de Varnhagen, para demonstrarmos que a crença em “nacionalismo brasileiro” não existia, ao menos até 1724, data na qual se encerra a narrativa do autor. Todas as referências à Pátria, à Nação ou aos súditos, naturalmente, referem-se aos portugueses, como aqui também se chamavam orgulhosamente aos cidadãos, mesmo aos nascidos no Brasil a mais de uma geração. Rocha Pita é um bom exemplo dessa herança portuguesa. O autor cita no livro que seu avô, Sebastião Pita, nascido no Brasil, ajudou o General Mathias de Albuquerque a arrecadar fundos para auxiliar na defesa do Arraial de Bom Jesus, no início da guerra holandesa no Brasil. Salientou que seu ascendente era “uma das primeiras e mais poderosas pessoas de Pernambuco, que no serviço do Rei e da Pátria juntava ao merecimento do valor a despesa do cabedal...” (Pita, 1730, p. 175, grifo nosso) Ou seja, era fidalgo português, antes de tudo. Exemplificamos ainda essa óbvia tese da nacionalidade portuguesa na transcrição da prévia censura de um dos sete qualificadores do Santo Ofício, que assinaram as licenças para publicação do livro entre 1726 e 1727, conforme conta em seu prólogo, o Padre D. Joseh Barbosa: “Esta grande porção do mundo, descoberta no ano de 1500, esteve até agora como incógnita por falta de historiador... O parecerista alega ser a obra de Rocha Pita a única a representar uma crônica geral de toda a América portuguesa: ainda que nestes livros se veja o brio militar dos americanos portugueses, tudo o que neles se escreve é uma pequena parte a respeito de tão grande todo.” (grifo nosso)

A narrativa não segue uma ordem cronológica geral. Descreve “as quatorze províncias da nossa América”; ao referir-se a Salvador, por exemplo, realiza as extensas descrições físico-geográficas, seguidas das histórias, muito breves, do que ocorreu naquela localidade, sem estabelecer relação com as demais províncias, nem esboçar nenhuma relação de causa e efeito entre os episódios narrados. Cita fenômenos sem aprofundá-los:

“embarcações navegam para a costa da Etiópia, a buscar escravos para os serviços dos engenhos, minas e lavouras, carregando gêneros da terra – algum açúcar e tabaco.” (Pita, 1730, p. 94)

Na narrativa dos feitos militares, segue a fórmula dos escritores portugueses seiscentistas em enaltecer a armada portuguesa: “Fez D. Duarte da Costa muita guerra aos gentios desta Província (Salvador), e os venceu em todas... Para essas empresas foi muito socorrido das Armadas do Reino, que todos os anos lhe mandava El Rei com muita gente, assim voluntária, a impulso de seu valor, como obrigada, em cumprimento de seus degredos.” (Pita, 1730, p. 103, grifo nosso)

Rocha Pita descreve a razão do levante em Pernambuco, após o término do Governo de Nassau: “Não podendo já os habitantes tolerar o nímio rigor de uma sujeição, onde o domínio se transformava em tirania, resolveram comprar a liberdade a preço da vida, conjurando-se a morrer ou consegui-la.” (Pita, 1730, p. 192) p. 206) E cita o herói principal: “Foi principal motor dessa ação João Fernandes Vieira. Mais tarde, “os dois Mestres de Campo, Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros resolveram-se juntar com João Fernandes Vieira e inteirar-se na causa comum da nação contra os inimigos da fé e da Pátria.” (Pita, 1730, pp. 211-212, grifo nosso)

Rocha Pita, além de demonstrar que não existia nenhum traço de nacionalismo “brasileiro” no século XVII, nos mostra também que tampouco existia à época uma ideia de fraternidade racial ou a descrição da formação do povo brasileiro. Negros eram escravos, índios eram incultos. Dentro de uma lógica de superioridade branca europeia, o autor não buscava rodeios literários: os brancos caçavam os índios aos matos; e até os índios caçaram os negros fugidos nos Palmares, que descreve expressamente.

4.1.2. José de Miralles

Outra obra emblemática do século XVIII muito relevante para o nosso tema é a *História Militar do Brasil, desde o ano de 1549, em que teve princípio a fundação da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos até o ano de 1762*, de José de Miralles, escrita em 1762. Além de ser a 1ª História (geral) Militar do Brasil, é também a única escrita

durante todo o período colonial. Seu autor era Tenente-Coronel de um Regimento de Salvador, e era espanhol.

É relevante nesse ponto ressaltar que a obra de Mirales foi encomendada pela Coroa Portuguesa, (mais especificamente pelo Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal), dentro de um projeto de 1759 - a criação da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos - que procurava fomentar a produção intelectual em substituição às obras que eram produzidas pelos jesuítas, que haviam sido expulsos do Brasil naquele ano. Outro fato relevante é que o autor ofereceu sua obra ao monarca de Portugal dentro da lógica do sistema de mercês (o autor almejava em contrapartida uma promoção de patente militar); tal pedido foi indeferido pelo Conselho Ultramarino pelo fato do autor ser suspeito de ter sua fidelidade associada ao rei de Castela. (Vainfas, 2000, citado por Pessoti, 2009)

Mirales enumera uma série de dificuldades para a execução do trabalho, a começar pela inexistência de documentação disponível para consulta. Os registros históricos solicitados para outras capitanias, afirma o autor, jamais foram respondidos. Não existiam. O autor cita, dessa forma, seis fontes das quais se utilizou para o seu trabalho: Diálogos de vária história em que sumariamente se referem muitas coisas de Espanha..., de Pedro de Maris (1594); Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil..., do Padre Simão de Vasconcelos (1663); Restauração da Cidade de Salvador... pelas Armas de D. Felipe IV, de Dom Thomaz Tamayo de Vargas (1628); Epanáforas de vária história portuguesa, de Dom Francisco Manuel (1660); História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita (1730); e História da Guerra Brasílica, de Francisco de Brito Freire (1657).

Apesar do enunciado “História Militar do Brasil”, não há na obra uma sequência das ações militares ocorridas no Brasil. Não há ao menos a descrição episódica mais elaborada de algum evento – O autor limita-se à descrição cronológica das ações dos Governadores gerais, bem como anotações contábeis sobre os efetivos de algumas guarnições com seus respectivos soldos. Das invasões francesas, por exemplo, há um único parágrafo, inserido nas ações desenvolvidas por Mem de Sá. (Mirales, 1762, p. 125)

Grande parte da narrativa militar do autor está situada sobre os eventos ocorridos na Bahia, desenvolvida em poucos parágrafos, como a invasão holandesa de 1624 e a sua respectiva retomada pela armada de Fradique de Coutinho. O autor destaca os valores dos combatentes: “Mostrou sempre a experiência que pode mais a leal constância e destemido valor dos portugueses, que a notória indústria, força e ciência militar dos holandeses”; e

prosegue elogiando o comandante espanhol da frota restauradora: “Constava a Armada de Castela de 64 navios e doze mil homens de guerra além dos do mar e fogo, com mil e quinze peças de artilharia e por General supremo D. Fradique de Toledo, tão celebrado nas histórias (Mirales, 1726, p. 15) O autor cita em seguida a narrativa do cronista de El Rey Felipe IV, D. Thomas Thamayo de Vargas: “Em 29 de março de 1625 entraram na Bahia as duas armadas de Portugal e Castela, com luzido e majestoso aparato que repetem as histórias... (Mirales, 1726, p. 136)

Sobre a invasão holandesa em Pernambuco e demais capitanias do norte e nordeste brasileiro, é comedido na descrição. Limita-se à citação da falta de estrutura militar para a defesa da terra, culpando os senhores de engenho que não queriam dispendir gastos com a defesa. O autor, espanhol, isenta a responsabilidade de Madri:

“Mathias de Albuquerque veio de Madri a 19 de setembro de 1629 ao Recife de Pernambuco, achou só para defender aquela Província 139 soldados pagos... e arruinadas as fortificações (...), ainda que é impossível sustentar-se da Real despesa a gente numerosa para as ocasiões que se podem oferecer.” (Mirales, 1726, p. 54)

De acordo com Mirales, a única forma de restituição de Pernambuco seria através das vias tradicionais utilizadas no século XVII, ou seja, através das operações militares navais de grande envergadura, a exemplo da restituição de Salvador. Cita a armada do Conde da Torre e sua fracassada missão de libertar Pernambuco: “no fim de 4 dias, por causa dos ventos e correntes de águas, foram as nossas naus para as Índias de Castela.” (pp. 142-143)

É relevante para o nosso estudo compreender, novamente, que o pensamento ibérico do século XVIII não tinha em bom conceito a força militar irregular da colônia, composta de portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil, negros e índios. Ilustramos esse raciocínio com a transcrição de duas passagens:

“...É incrível a repugnância que têm os filhos do Brasil à ocupação e exercício de Soldado, sem nenhuma outra coisa mais que a deverem guardada a grande liberdade com que vivem, e para que parecesse e fosse menos violenta a diligência de recrutar os Regimentos...” (Mirales, 1726, p. 209, grifo nosso)

“Pois é certo que paisanos e negros não servem para semelhante e perigosa defesa, ainda quando podem ser atacados pelos lados, e pelas costas, como descreve Antônio da Villa no seu tratado de Governador das Praças (pág. 347); pois sem dúvida parece que os paisanos só servem para emboscadas, e cortaduras de estradas em partes onde se pode

disputar o passo ao inimigo, como bem mostrou a experiência nas ocasiões em que os holandeses vieram a insultar esta Capitania e a de Pernambuco, motivo porque se introduziu naquele tempo a chamarem-se “Capitães de Emboscada” aos cabos que em semelhante emprego se distinguiam no valor, como assevera Francisco de Brito Freire a pág 185 da Guerra Brasílica; e confirma D. Thomas Tamayo de Vargas, cronista de El Rey Felipe IV À f. 48 da Restauração da cidade de Salvador... (Mirales, 1726, p. 211, grifo nosso)

Mirales não faz alusão às vitórias das milícias rebeldes de Pernambuco, deixando de fora de sua narrativa qualquer citação a Tabocas e Guararapes. Mesmo na descrição cronológica que faz de todos os Governadores e das atividades militares que ocorreram durante a invasão holandesa, o autor ignora os eventos referentes ao período no qual Antônio Telles de Menezes foi Governador do Estado. Entre 1647 e 1650 ocorreram as batalhas de Guararapes.

João Fernandes Vieira, que os Padres panegiristas portugueses do século XVI - Frei Manoel Calado de Salvador e Frei Manoel chamam de Governador da Liberdade, Valoroso Lucideno e Castrioto Lusitano, não é citado; O Capitão André Vidal de Negreiros, que conduziu as vitórias de Guararapes, é citado somente em uma passagem ocorrida três anos após a definitiva expulsão dos holandeses (1657), por deixar de cumprir uma ordem do Governador e seguir preso para a Bahia. O General Francisco Barreto de Menezes, que comandou as tropas terrestres que derrotaram os holandeses, somente é citado como o 23º Governador do Estado, função que assumiu em junho de 1657, quase uma década após os conflitos de Guararapes. Menezes é elogiado pela “notória demonstração de lealdade” ao conduzir negociação com os senadores e nobreza da Bahia para o pagamento de 5 milhões de cruzados que o Estado português devia à Companhia Ocidental holandesa, bem como por levantar o valor de 600 cruzados “que faltavam para inteirar os 2 milhões que a sobredita Rainha tinha dado em dote à Sra Infanta D. Catharina, desposada com Carlos II, Rei da Grã-Bretanha.”

Dom Felipe Camarão, Governador dos Índios, também não consta da obra de Mirales. Exceção na descrição dos futuros “heróis brasileiros” é a presença na obra do Governador preto Henrique Dias. Todavia, a narrativa é tem mais caráter contábil do que militar: cita o autor que os negros no cargo de Capitão-mor do Terço dos Henriques, apesar do recebimento da mercê do título de Capitão-Mor, nos noventa anos seguintes à expulsão dos holandeses, não fizeram jus ao respectivo soldo:

“O 1º Governador, e Cabo dos pretos, e mulatos do Exército do Brasil, foi Henrique Dias, por patente do Conde da Torre de 4 de setembro de 1639... , do 1º Terço de Regimentos que se acham nessa Vedoria, com 40 cruzeiros de soldo por mês... porém, os demais cabos que até o presente lhe sucederam no posto, foram só com o título de capitães-mores, e sem soldo, até 16 de abril de 1744, que na Freguesia de Pernambuco principiaram a receber 5\$000 reis de soldo, em provisão a observância de Sua Majestade de 20 de outubro de 1743.” (Mirales, 1726, pp. 79-80)

As apresentações contábeis de Mirales, presentes das páginas 109 a 177, trazem as informações referentes aos soldos dos integrantes dos diferentes terços sediados na Bahia e em Pernambuco. Há nesses documentos indícios de ausência de uma “isonomia salarial” entre os terços de negros e os demais. Podemos verificar, que enquanto o soldo de um sargento-mor de qualquer outro terço (Salvador, Pirajá, Itaparica) era de 26.000 reis mensais, o soldo do Sargento-Mor do terço dos Henriques era de 6.000 reis; assim também discrepante o soldo de outros membros do Terço, de tal forma que a despesa anual deste era de 130 mil reis, contra 744 mil reis dos outros Terços Auxiliares...”

Difícilmente encontraremos análise melhor do pensamento hispânico-português expresso na 1ª história militar brasileira, de José Mirales do que a feita pelo General Cidade, historiador militar dos anos 1960 e que estudaremos ainda neste capítulo:

“A literatura militar brasileira confunde-se, em seus primórdios, com a literatura militar portuguesa, de que é um ramo. Não podia ser de outro modo, uma vez que as primeiras obras relativas à defesa armada do país apareceram no século XVII e foram escritas, principalmente, por portugueses e espanhóis, explicada a intervenção destes últimos pela união das duas coroas ibéricas. Iniciada em Portugal, quando uma parte do povo português havia por direito de descobrimento e conquista, se transportando para terras da América, prolonga, através do Oceano Atlântico, o pensamento militar da Metrópole.” (Cidade, 1960, p. 16)

“As lutas que se travaram ao norte do Brasil entre 1624 e 1654, as quais passaram à história sob o nome de Guerra Holandesa, revelam, como é natural, apenas o pensamento militar português; no caso, concordante com o pensamento militar espanhol... Não esqueçamos, porém, que os homens que se bateram na Guerra Holandesa não podiam sequer pensar nas transformações mentais que os tempos vindouros iam impor às sucessivas gerações de nativos... O seu apego à terra brasileira não mirava o futuro como hoje se apresenta. Basta ver que o apelativo “brasileiro” era mais ou menos pejorativo, pois todos se davam como bons portugueses e assim queriam ser tratados. Brasis eram os índios, era a classe íntima.” (Cidade, 1960, p. 17, grifo nosso)

4.1.3. Robert Southey

Não há de se falar em historiografia do Brasil sem citar a importância do autor inglês Roberto Southey, que em 1807, antes mesmo da vinda da família real portuguesa ao Brasil, escreveu *History of Brasil*. Southey influenciou muito as narrativas posteriores do século XIX sobre a América portuguesa, que como veremos em seguida.

History of Brazil foi publicada em português em 1862. Southey cita como fontes uma copiosa coleção de manuscritos, de propriedade de seu tio, o Reverendo Herbert Hill, que as teria adquirido nos trinta anos em que residiu em Portugal.

Muitas das críticas ao autor vêm da diferença religiosa entre o mesmo e o povo que descreve em sua obra. O autor também é criticado em sua aversão aos portugueses: “os colonos não menos cruéis eram eles do que os índios que guerreavam” (Southey, 1807, p. 6)

History of Brasil segue uma ordem cronológica dos acontecimentos, sem uma preocupação maior do autor em relacionar os eventos. O livro é composto por 44 capítulos, divididos em III tomos. Interessante para o nosso estudo é a reprodução de teorias das raças hierarquizadas, muito em voga na Europa do século XIX. Segue o autor: “Os antropólogos (índios nativos) perderam o respeito e veneração de uma raça superior... (os portugueses)” (Southey, 1807, Tomo I, p. 48, grifo nosso). Ainda dentro de seus dogmas religiosos, Southey acrescenta à hierarquização da raça dois pecados capitais que “rebaixariam”, a superioridade portuguesa - a luxúria e a avareza: “Indelével estigma marca os europeus com todas as raças que reputam inferiores - a luxúria e a avareza perpetuamente se contradizem. O fazendeiro hoje toma uma escrava por concubina e amanhã a vende como uma besta de trabalho. Se ela é em verdade um animal inferior, que diremos da primeira ação?” (grifo nosso) Em contrapartida, elogia os jesuítas em seu ofício puramente religioso: “Nóbrega e seus companheiros nobremente recusaram administrar os sacramentos da Igreja aos que retinham índias por meretrizes e índios por escravos.” (Southey, 1807, Tomo I, p. 362) Mas o elogio se reverte na página seguinte, quando o autor descreve a cúpula da instituição religiosa: “Poderosa como é a religião católica, mais potente ainda é a avareza. A ordem jesuítica, a despeito dos esforços de alguns dos melhores homens, continuou a escravizar os naturais.” (Southey, 1807, Tomo I, p. 363)

Prossegue o autor citando o comportamento indígena, incitado pelos europeus: Apesar da doutrina dos jesuítas, “A religião, o orgulho e a alegria dos selvagens brasileiros eram as suas festas antropófagas... Já se viu como um intérprete francês aconselhava os Tupinambás, a que comessem Hans (Staden) como português; e os portugueses permitiam da mesma forma que seus aliados olhassem os inimigos como feras, que cumpria destruir e devorar... Sacerdotes, guerreiros, mulheres e crianças, todos olhavam essa prática abominável com igual deleite.” (Southey, 1807, Tomo I, p. 307)

Em relação às invasões francesas, o autor salienta sua aversão também aos franceses: “Com a costumada arrogância olharam os franceses logo como próprio todo o continente, dando-lhe por isso o nome de França Antártica.” (Southey, 1807, Tomo I, p. 381) “Sempre têm sido os franceses um povo cruel; e é certo que em 1526 alguns piratas tomando uma nau portuguesa, que vinha da Índia, saquearam-na e lhe puseram fogo com quanta gente tinha a bordo, umas mil pessoas, das quais não escapou nenhuma.” (Southey, 1807, Tomo I, p. 387)

A investida dos franceses do Rio de Janeiro falhou pelo mau planejamento da ação religiosa: “Suscitou-se agora uma questão... na falta de mulheres europeias, queriam alguns aventureiros contentar-se com tupinambás... Mas Villegagnon declarou que quem formasse conexão ilícita seria punido de morte.” (Southey, 1807, Tomo I, p. 389)

O tratamento que os portugueses deram aos seus próprios aliados é tratado por Southey: “Dos onze aldeamentos que os Jesuítas haviam formado, seis extinguiram-se (por conta da bexiga). Os portugueses, com verdadeiro espírito de quem trafica em carne humana, aproveitando-se da miséria dos vizinhos, a troco de comestíveis compravam escravos. Uns se vendiam a si mesmos, outros os próprios filhos, outros os filhos alheios furtados.” (Southey, 1807, Tomo I, p. 413)

Em 1595, a Jornada do Maranhão, empreendida para a conquista do nordeste e norte do país, tem como motor a apreensão e a venda de indígenas. Felipe II decreta que só os índios tomados em Guerra Justa poderiam ser escravizados. Segundo Southey, “a caça de gente tomava o nome de guerra legítima, e instigavam-se as hordas a recíprocas hostilidades, para fazerem prisioneiros que se pudessem vender.” (Southey, 1807, Tomo II, p. 38)

Em relação aos motivos para a invasão holandesa no nordeste brasileiro, Southey volta a criticar o cristianismo: “Também como é de costume, se perverteu o cristianismo, fazendo-o servir aos fins da ambição e da avareza... uma religião pura iria por este meio assentar-se na América.” (Southey, 1807, Tomo II, p.147)

Descreve também a atitude dos defensores e da coroa espanhola: “Descuidavam-se os brasileiros a si próprios quase tanto, como a corte de Madri se esquecia deles.” (Southey, 1807, Tomo II, p.148, grifo nosso)

Southey, de certa forma, concede à invasão holandesa de Salvador a razão para o renascimento dos brios nacionais dos portugueses. (grifo nosso):

“Quando viram que o inimigo, em lugar de carregar os navios e embarcar com o roubo, andava fortificando os muros e preparando-se para assentar-se como senhor no Brasil, renasceram-lhe os brios nacionais e principiaram a ver como recuperar a honra própria e a do seu país.” (Southey, 1807, pp. 156-157)

Na retomada de Salvador, o autor cita a partilha dos despojos, que não foram restituídos à cidade: “o saque que se havia retomado do inimigo foi dividido pela tropa segundo o posto de cada um, primeira distribuição deste gênero feita a um exército espanhol. Também os índios tiveram seu quinhão.” (Southey, 1807, Tomo II, p.178, grifo nosso)

Por ocasião da invasão holandesa em Pernambuco, e na fuga que faziam os pernambucanos de Recife, Southey volta a acusar os portugueses: “Alguns atiraram-se a roubar as mulheres e as crianças chegando-se a dizer que os portugueses sofreram mais da sua própria canalha do que do inimigo.” O autor acrescenta o elemento negro nessa atuação: Muitos escravos aproveitaram o ensejo de se emanciparem, e estes como fossem homens ou brutais por natureza, ou sedentos de vingança pelos maus tratos recebidos, dobravam a confusão, saqueando as casas e deitando-lhes fogo.” (Southey, 1807, Tomo II, p.197, grifo nosso). Coube ao invasor holandês refrear os ânimos: “No meio desta confusão salvou Wandenburch a cidade de ser queimada pelos escravos, que desta forma queriam expressar a alegria que sentiam, recuperada a natural liberdade.” Segundo o autor, a maioria desses escravos foi expulsa da cidade pelos holandeses, uma vez que “maior mal do que bem lhes resultaria dos serviços desta gente.” (Southey, 1807, Tomo II, p.200)

Se a poderosa armada viesse novamente defender o Brasil, segue o autor, deixaria desguarnecido o litoral do reino e as possessões nas Índias, e os cem navios franceses tirariam proveito dessa situação. Não se fizeram maiores esforços, prossegue o autor, “porque a corte preferia deixar os pernambucanos libertarem-se por si mesmos como pudessem, e esperava que a vexatória guerra que eles faziam, frustrando o principal fim dos holandeses (o lucro com o açúcar), os induziria por fim a desistirem da empresa.” (Southey, 1807, Tomo II, p. 219, grifo nosso)

Sobre as alianças dos holandeses com os índios, cita o autor: “Também os holandeses acharam aliados entre os naturais, e os portugueses sofriam dos índios dez vezes maior dano do que causavam.” (Southey, 1807, Tomo II, p. 254)

Referente à descrição das atividades dos negros africanos durante a invasão holandesa, Southey nos traz o seguinte texto: “Ao mesmo tempo tinham os portugueses outro inimigo incômodo. Obra de 30 léguas pelo sertão dentro ficavam extensas florestas de palmeiras chamadas os Palmares. Era ali o refúgio dos negros que se evadiam à escravidão. (Southey, 1807, Tomo II, p. 262) Prossegue o autor: “eles tinham se multiplicado; constantes deserções lhe engrossavam o número, que nesta época se orçava em trinta mil.” Southey, 1807, (Southey, 1807, Tomo II, p. 263) “a vizinhança de Palmares com estabelecimentos portugueses facilitava a fuga dos irmãos e oferecia pasto a essa incessante guerra de pilhagem, em que parece consistir as maiores delícias do homem nos degraus semi-bárbaros do seu progresso.” (Southey, 1807, Tomo II, p. 264, grifo nosso)

Quanto ao tratamento dado aos escravos, “irmãos de outras raças”, segue o autor: “Tinham os portugueses um anexo brutal que dizia que quem quiser tirar proveito dos seus negros há de mantê-los, fazê-los trabalhar bem e surrá-los melhor.” (Southey, 1807, Tomo II, p. 284)

Southey volta ao assunto da inconstância dos índios ao trabalho. Segundo o autor, em 1639, os holandeses contavam com um apoio de dois mil combatentes indígenas, que, no entanto, não eram adequados ao trabalho: “A única coisa que os podia induzir a trabalhar um pouco, eram os gêneros europeus, agora mais fáceis de conseguirem... Nada podia persuadir os selvagens a contratar os seus serviços por mais de vinte dias; em cada aldeia residia um inspetor holandês para obrigá-los a dar conta do seu trabalho. Antes do

prazo costumavam pedir eles o seu salário; e uma vez pagos, não raro fugiam, deixando por acabar a tarefa.” (Southey, 1807, Tomo II, p. 382)

E os compara aos negros: “Os negros eram escassos e mais raros, tendo alguns acompanhado o exílio de seus bons senhores, outros passando-se para os holandeses para conseguirem a liberdade, e ainda outros mais avisados indo reunir-se aos seus irmãos em Palmares.” (Southey, 1807, Tomo II, p. 382, grifo nosso)

João Fernandes Vieira, cumprindo a sua promessa, após a vitória emancipou cinquenta de seus escravos, promovendo-os a classe de soldados livres.” (idem) Todavia, os escravos tomados dos holandeses tinham destinos diferentes: “Grande parte da presa que os portugueses fizeram consistiu em escravos... Para animar as tropas, costumavam os generais distribuí-los pelos apesadores. Se tinham pertencido a algum português, eram restituídos ao dono, pagando-se certa soma a título de salvado, e os que haviam sido propriedade holandesa eram vendidos para as despesas da guerra.” (Southey, 1807, Tomo III, p. 198, grifo nosso)

Em uma alusão a tropa de Camarão, ainda na Paraíba, em 1645: “Infalíveis atiradores e perfeitamente disciplinados eram estes índios em tudo, exceto na arte da guerra, na cobiça do saque e na usança religiosa, tão selvagens como sempre.” (Southey, 1807, Tomo III, p. 209, grifo nosso)

Ao referir-se à tropa de Henrique Dias, nas proximidades de Recife, em 1646: “Foram as ribeiras do Potengi assoladas por Henrique Dias, com sua habitual boa fortuna e costumada crueldade, consumindo o fogo tudo o que tinha valor, a espada tudo que tinha vida. Os mesmos assoladores ficaram horrorizados, salteando de noite um posto fortificado, viram de manhã que na sua indiscriminada ferocidade tinham imolado não só os homens, mas também mulheres e crianças da sua própria cor. Serviam estes fossados de ocupar a parte desalmada dos insurgentes, para quem a guerra era profissão e passatempo...” (Southey, 1807, Tomo III, p. 268)

Até mesmo nas alegações finais, após a segunda vitória nos montes Guararapes, Southey volta a narrar as atrocidades de negros e índios “portugueses”: Ainda por muitos dias depois batiam os índios e os negros as matas, passando a espada os extraviados que

encontravam... Sendo mais felizes os holandeses que se fingiam mortos do que os que pediam misericórdia.” (Southey, 1807, Tomo III, p. 313)

Em relação aos aliados dos holandeses: “Geral teria sido agora a deserção dos índios, a não ser a lembrança da injustiça atroz que dos portugueses haviam recebido; além deste sentimento contra o inimigo comum, nada existia que os ligasse aos holandeses, que eram os mais desumanos senhores, e cuja causa caía visivelmente.” (Southey, 1807, Tomo III, p. 240)

Southey então refere-se a Guararapes como: “até agora o mais memorável na história militar do Brasil.” (Southey, 1807, Tomo III, p. 275, grifo nosso) Prossegue o autor: “Passa um único caminho por uma tira de terra firme, situação notavelmente semelhante ao passo das Termópilas.” (p. 276). E conclui: “Ainda por alguns anos se prolongou a guerra, mas foi esta vitória que decidiu a sorte do Brasil.” (Southey, 1807, p. 277) Em seguida, passa a descrever uma página de elogios a Felipe Camarão – (Southey, 1807, Tomo III, p. 279)

A importância de *History of Brazil*, de Southey, vem do fato do autor inglês ser relativamente imparcial na narrativa dos eventos militares, quando comparado à narrativa portuguesa. Também era imparcial quando comparado a uma nascente xenofobia brasileira. Southey falava mal de todos que não lhe inspirassem os pudores da religião. Nem os invasores franceses e os holandeses passaram imunes às críticas do inglês. Dessa forma, portugueses eram cruéis, os índios eram selvagens, os negros eram pagãos. Constitui-se assim, de certa forma, a origem racial do povo brasileiro para Southey: todos nivelados por baixo. Um fator importante para a história militar brasileira e para a nascente narrativa nacionalista do século XIX, é o fato do autor inglês ter dado a Guararapes a importância militar que representou, comparando-a à mitológica defesa dos 300 espartanos contra os persas nas Termópilas. (Southey, p. 276) Ainda referindo-se à luta pela expulsão dos holandeses do território brasileiro, Southey também elucidou a participação do índio Camarão e sua tropa (“selvagens como sempre”, Southey, 1807, p. 209) e do negro Henrique Dias (“com sua costumada crueldade”, p. 268) na aliança com os portugueses. Estava estampada, nessa obra inglesa de 1807, uma primeira semente do que seria, quase dois séculos depois, a fraternidade brasileira pactuada pelo sangue.

Importante, todavia, é ressaltar que o autor cita esses personagens sem romancear ou subverter outros aspectos das relações raciais. Ao contrário da maioria dos autores do

Brasil colonial – tanto portugueses quanto brasileiros – Southey cita o refúgio dos negros fugidos à escravidão em Palmares. E vai além, dando agência aos negros, quando diz que “os negros mais avisados” preferiam se juntar aos seus irmãos em Palmares, ao invés de acompanhar seus senhores na luta ou buscar a liberdade passando-se para o lado holandês. (Southey, 1807, Tomo II, p. 382) O autor também cita como os escravos negros capturados em batalha pelos pernambucanos eram distribuídos como mercadorias ou vendidos para o pagamento de despesas de guerra (Southey, 1807, Tomo III, p. 198) Ao referir-se aos índios, o autor salienta primeiro seu aspecto antropofágico; depois, denuncia como eles eram vendidos por seus algozes portugueses em troca de comestíveis, que, por sua vez, detinham “verdadeiro espírito de quem trafica em carne humana.” (Southey, 1807, Tomo I, p. 413)

4.2 Arcabouço teórico da Nacionalidade - Benedict Anderson

O fim da América portuguesa traz uma ruptura nas narrativas militares do início do século XIX. No 2º reinado brasileiro, um grupo de intelectuais se reúne com a missão de criar a história brasileira. Antes de prosseguirmos com a análise da narrativa militar brasileira criada neste contexto, temos que fazer uma pausa para entender as teorias nacionalistas que lhe deram causa. Buscamos na obra *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson (1983) o arcabouço teórico para o entendimento do surgimento das nações ao longo do século XIX, especialmente as nações americanas, dentre as quais o Brasil.

Lilia Schwarcz, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, em seu prefácio à Edição brasileira de 1991 de *Comunidades Imaginadas*, resumindo a teoria, nos explica que mais que “inventadas”, as nações são “imaginadas, no sentido de que fazem sentido para a alma”, ou seja, o nacionalismo é fruto de um processo de seleção consciente do passado que, extrapolando conceitos como localidade e temporalidade, serve para justificar uma legitimidade emocional profunda, equiparando a Nação quase a uma questão de parentesco ou religião. A comunidade imaginada não se opõe a uma “comunidade verdadeira”, pois todas são imaginadas; o que se distingue é o “estilo” como são imaginadas e os recursos que lançam mão. Os discursos da nacionalidade, continua a autora, “estabelecem regimes de temporalidade que jogam para a esfera do mito o passado e os momentos de fundação”. (Anderson, 1983, p. 12) O processo que

constrói as solidariedades se baseia no “apego que os povos têm às suas imaginações e como são capazes de morrer por suas invenções.” (Anderson, 1983, p. 14)

Anderson nos ensina que “os primeiros movimentos latino-americanos pela independência eram de pouca espessura social.” Por esse motivo trataram de ganhar tal espessura. “Foi assim que nos transformamos, a partir dos anos 1930, no país do samba e do futebol, num “milagre de redenção” da mestiçagem. Afinal, a exclusão social nunca fez parte de nossa “imaginação nacional”. Enquanto imaginário, Deus continua brasileiro e gosta de cachaça e caipirinha.” (Anderson, 1983, pp. 16-17)

Benedict Anderson explica que uma Nação é imaginada “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.” (Anderson, 1983, p. 32) Outra característica importante vem de Ernest Renan, citada por Anderson: “A essência de uma Nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e, também, que todos tenham esquecido muitas coisas.” (Anderson, 1983, p. 32) Por fim, outra característica importante de uma comunidade imaginada vem do fato dela “sempre ser concebida como uma profunda camaradagem horizontal, independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela” (Anderson, 1983, p. 34, grifo nosso), salienta Anderson. Essa fraternidade que tornou possível que tantos milhões de pessoas “a morrer por essas criações imaginárias limitadas.” (Anderson, 1983, p. 34) Por esse motivo, estritamente ligado às raízes culturais, “não existem símbolos mais impressionantes da cultura moderna do nacionalismo do que os cenotáfios e túmulos dos heróis desconhecidos. Justamente porque estão vazios ou porque ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra nenhum paralelo verdadeiro no passado.” (Anderson, 1983, p. 35)

Anderson explica o interesse extraordinário que os novos estados americanos do final do século XVIII e começo do século XIX representaram no estudo sobre o surgimento do nacionalismo. A língua e o antepassado comum – dois dos símbolos amalgamadores mais importantes do nacionalismo – não representaram para esses novos estados um diferencial, uma vez que revolucionários tinham a mesma língua e a mesma ascendência do adversário a ser combatido. Não havia também na formação desses estados uma elite intelectual ou uma liderança que canalizasse os anseios de uma “classe média”, uma vez

que tal classe era numericamente insignificante na época. O que existia – prossegue o autor – era o medo da mobilização das “classes baixas”, ou seja, as revoltas dos índios e dos escravos negros. San Martim chegou a decretar, em 1821, que “no futuro, os aborígenes não serão chamados índios ou nativos; eles são filhos e cidadãos do Peru e serão conhecidos como peruanos.” (Anderson, 1983, p. 87, grifo nosso) A resposta para o enigma da precocidade do desenvolvimento da condição nacional das comunidades crioulas bem antes que a maior parte da Europa, explica Anderson, vem do fato de que “essas colônias, com grandes populações oprimidas, geraram crioulos que redefiniram conscientemente essas populações como integrantes da mesma nacionalidade.” (Anderson, 1983, p. 88) Tal conscientização cresceu particularmente por duas razões: o aumento do controle das metrópoles sobre as colônias, bem como a difusão das ideias liberalizantes do iluminismo na segunda metade do século XVIII. Com o correr do tempo, unidades administrativas que moldaram desde o século XVI seus limites espaciais, através de conquistas militares específicas, adquiriram uma realidade mais firme sob a influência de fatores geográficos, político e econômicos. Essas unidades administrativas transformaram-se em “pátrias” ao encarnar o significado das jornadas específicas de cada localidade. Uma dessas “jornadas” pode ser representada pela exclusão que os crioulos – filhos dos europeus nascidos nas américas – representaram para as metrópoles. Com o passar do tempo, o crescimento populacional desses indivíduos e o enraizamento local maior a cada geração, tornou-se o que Anderson classificou como um “problema político historicamente único”:

“Se os indígenas poderiam ser derrotados por armas e doenças e controlados pelo cristianismo e por uma cultura totalmente estranha, o mesmo não valia para os crioulos... que dispunham dos meios políticos, culturais e militares para se fazerem valer.” (Anderson, 1983, p. 98)

Em outras palavras, o aumento das comunidades crioulas das Américas levou ao surgimento de euro-americanos como “grupos sociais visíveis”. Esse pensamento favoreceu um estilo de pensamento que prefigura o racismo moderno. Os textos de Rousseau e Herder sustentavam que o clima e a ecologia tinham um impacto decisivo sobre a formação da cultura e do caráter, Logo, os crioulos nascidos num hemisfério selvagem eram inferiores aos metropolitanos, desqualificados, dessa forma, por exemplo, para exercerem os cargos

mais elevados. Quebrar os vínculos com a metrópole foi a natural forma de emancipação dessa classe nas Américas.

Anderson explica que a formação do nacionalismo ensejava a manutenção da “memória da independência”. Tal evento seria possível através da criação da história montada em determinados enredos. Por esse motivo, “uma quantidade maior de nacionalistas de segunda geração aprendeu a falar pelos mortos”, a exemplo de Michelet. Reviver batalhas comuns e exaltar o derramamento de sangue pela conquista e manutenção do território era manter viva a memória da independência. Essas batalhas trazem outra característica importantíssima na criação e manutenção da comunidade imaginada nacional: a ideia de um fratricídio tranquilizador (Anderson, 1983, p. 275, grifo nosso). Anderson prossegue:

“As sociedades americanas, em que os colonos brancos eram contrapostos aos escravos negros e aos nativos semi-exterminados, estavam internamente divididas de uma maneira sem nenhum paralelo na Europa. Mas a criação de imagens daquela fraternidade, sem a qual não pode nascer a ideia de um fratricídio tranquilizador, aparece muito cedo, e com uma curiosidade autêntica.” (Anderson, 1983, p. 276)

Anderson cita dois exemplos da fraternidade “nascida” nos Estados Unidos: Em 1840, em meio a uma guerra brutal de oito anos contra os indígenas norte-americanos na Flórida, *James Cooper* publicou *The Pathfinder*. O cenário dessa irmandade não é a década de 1830, mas os últimos anos do império britânico nos EUA. O mateiro branco *Natty Bamppo* e o cacique *Chingachgooh* são apresentados como “americanos” lutando pela sobrevivência contra os franceses. Uma versão atualizada foi lançada nas telas de cinema em 1992, no filme norte-americano *The Last of the Mohicans* (O último dos Moicanos), do diretor Michael Mann. (Anderson, 1983, p. 276) *Mark Twain*, em 1881, cria a primeira imagem indelével do negro com o branco como “irmãos” norte-americanos: Jim e Huck amistosamente à deriva pelo vasto Mississipi. “Mas o cenário é um antebellum lembrado/esquecido em que o negro ainda é escravo.” (Anderson, 1983, p. 277) Prossegue Anderson:

“Essas notáveis criações imaginárias oitocentistas da fraternidade, surgindo “naturalmente” numa sociedade fraturada pelos mais violentos antagonismos raciais, classistas e regionais, mostram da maneira mais clara possível que o nacionalismo na época de Michelet e Renan representava uma forma de consciência – que brotou quando

não era mais possível vivenciar a nação como novidade, como o momento supremo da ruptura.” (Anderson, 1983, p. 277)

Conclui Anderson:

“O que ocorre com as pessoas modernas ocorre também com as nações. A consciência de estarem inseridas no tempo secular e serial, com todas as implicações de continuidade... gera a necessidade de uma narrativa de “identidade”. Como não existe um criador original da Nação... sua biografia é moldada “recuando no tempo”. Essa modelagem é marcada por mortes que, numa curiosa inversão de genealogia convencional, começam num presente imaginário... Para servir à finalidade narrativa, essas mortes violentas precisam ser lembradas / esquecidas como “nossas mortes.” (Anderson, 1983, p. 280)

Lilia Schwarcz, lembrando as nacionalidades latino-americanas, lembra exemplos de processos de criação imaginária, a autora cita...

“Os mexicanos retornam a um passado asteca, ainda que não falem mais a língua; os uruguaios selecionam um herói indígena e os suíços recorrem sempre a seu tradicional multilinguismo, quando essa realidade é recente e data dos finais do século XIX.” (Anderson, 1983, p. 14)

Em seguida, voltando-se ao caso brasileiro, prossegue a autora referindo-se à democracia racial, ou o processo de fraternidade desigual explicitado por Anderson:

“É interessante pensar como, em meados do século XIX, em pleno Império, nos entendíamos como europeus ou no máximo indígenas (tupis de preferência), isso quando mais de 80% da população era constituída de negros e mestiços. Além disso, na representação oficial “esquecemos” a instituição escravocrata – espalhada por todo país - e exaltamos a natureza provedora dos trópicos, como se o país fosse feito basicamente da imagem de sua flora exuberante.” (Anderson, 1983, p. 16)

Podemos concluir, da obra de Anderson, que a Nação “Brasil” foi imaginada – ainda que não inventada – através da seleção consciente de assuntos de um passado mítico. O caso brasileiro relativo ao rompimento dos laços europeus monárquicos constituiu exceção a algumas das sínteses efetuadas por Anderson válidas no continente americano. Primeiro, como cita o próprio autor, o Brasil, ao contrário de todas as outras nações americanas, como os EUA e as nações oriundas da colonização espanhola, que se tornaram republicanas como uma forma mais rápida e óbvia de romper os vínculos com as dinastias europeias que lhes deram origem; Em seguida, passaram a criar um imaginário que lhes dessem um sentido

próprio e distinto de seus ancestrais europeus, daí a busca dos mexicanos e uruguaios, por exemplo, por seus anacrônicos heróis indígenas. Tal rompimento com os colonizadores não se deu dessa forma no Brasil; ao contrário, a manutenção da monarquia “herdeira dos Bragança” na nova nação, sem que o processo de ruptura se tornasse traumático (com exceção talvez de alguns conflitos pontuais com as tropas portuguesas em alguns pontos do nordeste brasileiro) mantém, naturalmente, as sementes portuguesas na alma brasileira. D Pedro II (ou D. Pedro IV, em Portugal), filho de El Rei, rompe com o Reino, mas permanece como ícone dinástico no Brasil. Pouco tempo depois retorna a Portugal, a brigar pela sucessão do trono português. Deixa em seu lugar seu filho menor de idade, D. Pedro II. As duas principais bases da amálgama portuguesa na conquista e manutenção de seu território nas Américas, o Brasil, se mantém intactas: a Monarquia e a Religião católica. Excetuando-se dos outros países recentes da América, o Brasil mantém intacto o seu componente europeu; nosso D. Pedro II era neto de D. João VI. Todavia, para que nossa Nação fizesse mais sentido aos seus membros – afinal, grande parte da população era constituída de negros, índios e mestiços, faltava na descrição identitária da nascente nação um elemento aglutinador com um argumento sólido o suficiente para ser validado pela elite intelectual portuguesa oriunda de Coimbra e aceita pelo povo brasileiro.

4.3. O Mito da Fundação Nacional do Brasil no Século XIX

4.3.1. Von Martius

“Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem... tendo convergido de um modo particular as três raças, a saber: a de cor cobro ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.” (Von Martius, 1845, grifo nosso)

A busca por um argumento amalgamador da recém-criada Nação brasileira gerou bases das mais ecléticas. Seu berço foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, e que aglutinava boa parte dos intelectuais portugueses que vieram ao Brasil em 1808 acompanhando a família real. Parte dessa elite intelectual optou em não acompanhar D. João VI no seu retorno à Europa, fazendo do Brasil sua nova morada. O

discurso inaugural do IHGB, proferido por seu Secretário Januário da Costa, proclamou que a tarefa de escrever a “tão desejada história do Brasil” seria possível pela “coadjuvação de muitos brasileiros esclarecidos que, atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, trariam seus trabalhos e observações.” (Silva, 2021) A pergunta fundamental a ser respondida por seus membros era norteadora: Como se deve escrever a história do Brasil? Orbitando os debates travados naquele instituto, em 1840, seu citado secretário decide tornar essa questão pública e premiar a resposta: O IHGB ofereceria 300 mil reis ao autor que criasse os fundamentos da história da nova Nação. O autor premiado é o alemão Karl Friedrich Phillip Von Martius. A obra vencedora do concurso, *Como se deve escrever a história do Brasil*, foi assinada pelo autor em 1843, e publicada em 1845 na Revista daquele Instituto. Von Martius era um naturalista que chegara ao Brasil em 1817, em um convite para integrar a comitiva científica da futura imperatriz Leopoldina, filha do imperador Habsburgo da Áustria, Francisco I. Seria o encarregado de estudar a fauna e a flora brasileiras, as riquezas do subsolo e as populações primitivas do novo mundo. (Ganzer, 2012)

Von Martius representava a visão de mundo do “iluminismo católico” que resumia a perspectiva enciclopédica e a vocação para abarcar o conjunto dos conhecimentos disponíveis, sem, todavia, abranger uma perspectiva mais crítica à Igreja. No âmbito da história, Von Martius tinha uma visão providencialista, mas embasada no tripé do livre arbítrio: a percepção do ser humano como um conjunto único (a humanidade); a capacidade do ser humano em se aperfeiçoar (progresso) e a “cultura como o lugar de realização do que na época, na Alemanha, se chamava “volksgeist”, ou espírito do povo, que se manifestava por meio de traços culturais comuns e particulares a ele, distinguindo-o dos demais povos. Oriunda de Herder, esta concepção elegia a cultura de um povo e suas manifestações – arte, direito, história, língua – como os traços identitários fundamentais. (Silva, 2021) De acordo com Silva, “por extensão destas ideias, a cultura englobava o conceito de raça.” (Silva, 2021, grifo nosso)

Julio de Walleinsten foi o principal concorrente de Von Martius no concurso do IHGB. Todavia, nos relata Silva (2021), o trabalho de Walleisten não tinha originalidade, sugeria tratar a história do Brasil catalogando-a em décadas. Por outro lado, a “genialidade” de Von Martius, tão conveniente a uma narrativa buscada pelo segundo reinado, vem da narrativa de um povo unido: Vendo nós um povo nascer e desenvolver-se da reunião e

contato de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais.” (Von Martius, 1845, p. 31, grifo nosso)

O que pouco se questiona na teoria de Von Martius, de forma geral, é que as “três raças humanas, que neste país são colocadas uma ao lado da outra” (Von Martius, 1845, p. 32), não se reuniram amistosamente. Na visão desse autor, que nortearia toda a narrativa do século XIX, o branco português é o elemento superior. Negros e índios teriam que se esforçar muito, abdicando de suas características “bárbaras e selvagens”, para serem dignos dessa união. Tal união racial está, dessa forma, baseada na hierarquização das raças, segundo as teorias em voga na Europa no século XIX. Para exemplificarmos esse pensamento europeu, citamos o Conde Gobineau, francês recebido por D. Pedro II no Brasil em 1869, em missão diplomática: “Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se sem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos.” O referido conde é autor da obra “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, de 1853, cuja tese principal é que uma raça essencialmente pura, aos misturar-se com outras se tornava degenerada, levando essa civilização ao declínio. (Souza, 2013)

Segundo Von Martius, “O português que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português apresenta como mais poderoso e essencial motor; mas seria um erro desprezar as forças dos indígenas e dos negros importados...” (Von Martius, 1845, p. 31) E até me inclino a supor que as relações particulares, pelas quais o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do país, em preferência de outros estados do novo mundo onde aquelas duas raças inferiores são excluídas do movimento geral...” (Von Martius, 1845, p. 32, grifo nosso)

Silva (2021), analisando a obra de von Martius, acrescenta à essa observação da etnia da formação do nosso povo, mais duas premissas que o autor alemão adotou na construção do seu conceito de Nação, que tanto foram importantes no posicionamento da historiografia do IHGB: a importância da integridade territorial e o papel do sistema político, ou seja, a importância da monarquia constitucional. (Silva, 2021)

Se levarmos em consideração que a manutenção da integridade territorial representava o maior desafio político do segundo reinado, e conseqüentemente, a sua própria sobrevivência, as ideias de Von Martius em torno da FRATERNIDADE, ou a ideia de uma união racial, conforme descrita por Benedict Anderson, se encaixaram como uma luva nos anseios do Império. Interessante para o nosso estudo é o paradoxo da mescla das três raças e a defesa do sistema escravista na obra de Von Martius:

“O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de ideias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores e ideólogos de todas as qualidades. Eles devem ser convencidos da inexecutabilidade de seus projetos utópicos... e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um número tão grande de escravos.” (Von Martius, 1845, p. 54, grifo nosso)

Conclui Von Martius que “uma obra histórica sobre o Brasil deve ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas.” (Von Martius, 1845, p. 54) Seus habitantes, prossegue o autor, têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro... Não podemos duvidar que o Brasil é digno de uma história verdadeiramente popular.” (Von Martius, 1845, p. 55)

Von Martius, além desse artigo que norteou o pensamento histórico da nação brasileira no século XIX, produziu um vasto acervo literário. Em 1855, esse acervo, ao qual se denominou “Biblioteca Americana”, constava de 366 títulos referentes a história, geografia e etnografia das três Américas, foi adquirido pelo IHGB.

Em relação à História Militar, a integridade territorial, citada por Von Martius e assumida pelo IHGB como o aspecto político-militar mais importante do século XIX, continuou a ser uma das prioridades da monarquia. Era importantíssimo, naquela altura, que o território fosse defendido por um povo unido em torno desse objetivo.

Fundamental, também, parafraseando Benedict Anderson, seria que esse povo tivesse nascido de uma fraternidade cujo derramamento de sangue o validasse. Era natural, para a validação dessa fraternidade, que se buscasse, na breve história nacional, algum momento fatídico em que os elementos brancos portugueses, índios nativos e negros africanos tivessem se unido por um bem comum. Afinal, a importância da manutenção da

ordem e da integridade territorial “só seriam conseguidos por meio de um esforço efetivo de se criar um passado comum para a nação que despontava.” (Callari, 2001)

4.3.2. Varnhagen

“O perigo comum fez aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo... Ao Camarão e a Henrique Dias, libertos aquele da barbárie, este da servidão, se honraram todos os Índios e todos os Africanos, na ideia de que certo desfavor, em que se julgavam, não provinham de suas cores, mas sim da falta de méritos para serem melhor atendidos... O perigo comum... estabeleceu maior fraternidade; de modo que quase se pode assegurar que desta guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil.” (História Geral do Brasil (1854) Tomo II, pp. 678-679)

Varnhagen Nasceu em Ipanema (vila de Sorocaba), no interior da então Capitania de São Paulo, onde seu pai, engenheiro militar alemão, prestava serviços na construção de altos fornos na Real Fábrica de Ferro. Aos sete anos mudou-se para Portugal, onde nasceu sua mãe. Ingressou na Academia Real na Marinha e posteriormente na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho. Em Lisboa interessou-se pelo estudo de história, valendo-se da proximidade das fontes portuguesas para a pesquisa de aspectos históricos de sua terra natal, o Brasil. Escreveu, em 1838, Notícia do Brasil. Localizou o túmulo de Pedro Álvares Cabral, em Santarém. Naquele mesmo ano ingressou na Academia de Ciências de Lisboa, ao descobrir o manuscrito “Notícias do Brasil”, cujo autoria ele atribuiu a Gabriel Soares de Souza. Tal feito lhe valeu o convite para ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1840. Em 1851 foi eleito primeiro-secretário daquele Instituto. Em 1859 tornou-se sócio honorário. Sua profissão de diplomata valeu-lhe vários cargos na Europa e, mais tarde, em 1872 e 1874, os títulos nobiliárquicos de Barão e Visconde de Porto Seguro, respectivamente. Em 1854 lançou História Geral do Brasil, “Marco determinante da identidade nacional”, segundo Evandro Santos (2018). Suas contribuições para a historiografia nacional são as do próprio IHGB, baseadas em seus valores monárquicos, católicos, nacionalistas, eurocêntricos de herança portuguesa, civilizatórios. Outra característica dos valores do autor era seu anti-indianismo.

Na análise de História Geral do Brasil, de 1854, é imprescindível levarmos em consideração o apoio de D. Pedro II para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, por sua vez, estabeleceu as bases do pensamento historiográfico do século XIX e grande

parte do século seguinte. Na dedicatória da 2ª edição, datada de 1872, o Visconde de Porto Seguro ressalta a importância da figura de D. Pedro II: “Primeiro estadista brasileiro que reconheceu e sancionou a importância do estudo da História da Nação...” Em seguida, o autor justifica a confecção dessa história nacional: “Para fortificar os vínculos da unidade nacional, aviventar e exaltar o patriotismo e enaltecer o espírito público...” Prossegue citando o instrumento pela qual a história foi criada: “Com tais miras, levantou (o Imperador) o Instituto Histórico Brasileiro...” E por fim, a importância dada ao Instituto pelo Imperador: “instalando-o no próprio Palácio Imperial”.

Varnhagen cita Southey como uma de suas preciosas fontes, todavia, tece críticas ao autor inglês: “Deste modo, se já a nossa primeira edição, enriquecida de grande número de fatos inéditos, e não conhecidos de Southey, lhe levava nesta parte as vantagens por ele próprio previstas (o acesso aos arquivos, etc)” (Varnhagen, 1854, p. 20) E prossegue: “(Southey) se viu obrigado a reimprimir em 1822, para introduzir adições e correções que julgou essenciais, em vista de novos documentos... Por isso se nota nesses volumes a falta de nexos, e a cansada repetição de insensatas descrições (sobretudo acerca dos índios) que são a sua falta de popularidade. Também nos devemos lamentar que se mostre tão intolerante com os brasileiros nos assuntos religiosos, motivo por que o original da obra nunca se fez popular no Brasil. Mr Southey (que era protestante) tinha um usual rancor contra a fé católica...” (Varnhagen, 1854, p. 1177)

No prólogo à 2ª edição, que estamos utilizando neste estudo, Varnhagen cita o autor francês *Toqueville*, segundo o qual “se todas as nações pudessem remontar à origem de sua história... poderiam descobrir a causa de tudo o que se chama de caráter nacional”. Cita em seguida “outro escritor francês”, segundo o qual “Uma Nação é um grupo mais ou menos considerável de famílias, provindas às vezes de sangue muito diferente, mas todas unidas pela identidade do espírito público: tem no passado uma só história, não duas.” (Varnhagen, 1854, p. 5, grifo nosso)

Fica nítida, a esta altura, a influência de Southey na narrativa de três raças na formação da nacionalidade brasileira. Segue Varnhagen: “a história pátria colonial custara, mesmo antes da Independência, a vida e o trabalho de um grande número de gerações.” (p. 6, grifo nosso) Nesse sentido, o autor incorpora em sua história nacional vários dos elementos da comunidade imaginada de Anderson: a mesma origem, que é sucedida pelo

surgimento de uma fraternidade (apesar da diferença de sangues) e a morte legitimadora dessa luta fraterna. Prossegue o autor descrevendo essa luta, incluindo negros e índios, ao lado dos portugueses, na formação do território brasileiro: “Podemos ter uma ideia do muito que a este respeito sofriam os colonos, tanto senhores, quanto escravos africanos... E que diremos da luta, tantas vezes inevitável, que tiveram que travar com os índios, e na qual não poucos pereceram e foram por eles devorados? Descreve a peculiaridade das alianças: “Em todo o território atual do Brasil, ainda quando os colonos, brancos ou pretos, conseguiram a amizade daqueles do lugar onde desembarcavam (os índios), tinham logo por inimigos os inimigos destes novos aliados. (Varnhagen, 1854, p. 9, grifo nosso) Interessante a romantização do autor ao se referir aos “colonos negros”, desembarcando no Brasil como se viessem convidados a colonizar a terra, como acontecia a famílias brancas açorianas, por exemplo.

Uma característica importante da narrativa das três raças que formaram o povo brasileiro é a desigualdade de condições e do papel que cada “raça” desempenhou nessa “união”. Seguindo a narrativa de Southey, o autor explicita em sua obra as teorias europeias do século XIX sobre a hierarquização das raças: “Insistimos, porém, na verdadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonizadores, do de barbárie dos colonos escravos trazidos impiamente da África, e do de selvageria dos povos, últimos invasores nômades, que ocupavam em geral o território que hoje chamamos Brasil. – No tratar dos colonizadores portugueses, dos bárbaros africanos, e dos selvagens índios procuramos ser tão justos como nos ditaram a razão, o coração e a consciência.” (Varnhagen, 1854, p. 29, grifo nosso) O autor, seguindo sua tradição anti-indigenista, classifica os índios na retaguarda hierárquica dos povos formadores:

“Pelo que respeita a quanto dissemos dos colonizadores e dos colonos africanos, cremos que em geral apenas haverá discordância de opiniões. Outro tanto não sucede, porém respectivamente aos índios... e quem não falta quem seja de voto que se devem de todo reabilitar... Estamos persuadidos que, se por figuradas ideias de brasileirismo, os quiséssemos indevidamente exaltar, concluiríamos que por ser injustos por eles, com os colonizadores, com a humanidade em geral, que toda constitui uma só raça, e portanto, com a nação atual brasileira, a que nos gloriamos de pertencer.” (Varnhagen, 1854, p. 30)

Varnhagen desenvolve seu raciocínio anti-indigenista: “As guerras de extermínio, que mantinham entre si, eram causa de que as tribos se debilitassem cada vez mais em

número, em vez de crescerem.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 14) Nos selvagens não existe o sublime desvelo que chamamos patriotismo... que nem sequer como nômades tinham bairro... nem poderiam possuir instintos de amor à pátria... Essas gentes vagabundas, que guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é do Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça...” (Varnhagen, 1854, Tomo I, pp. 14 e 15, grifo nosso) Prossegue o autor no mesmo tema: “Para fazermos melhor ideia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos da notícia da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia do seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e atraso.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 22, grifo nosso)

O autor, sempre em defesa dos portugueses, justifica os excessos que cometeram na colonização, comparando-os aos heróis greco-romanos: “A glória que Portugal adquiriu na Ásia custou-lhe, entretanto, a perda de muito de sua população, e o perverter vem de parte da índole de seus habitantes, com tantas piratarías e crueldades... Esses heróis da antiguidade que em geral só contemplamos pelo aspecto maravilhoso, também praticaram muitas crueldades e muitas injustiças... mas, se todas as conquistas dos gregos e dos romanos tivessem sido escritas por seus rivais, talvez não admirasse o mundo tantas proezas e tantos heróis.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 103)

Descreve o sistema de mercês, que tão bem funcionou no Brasil colonial:

“El Rei D. Manuel regularizou as recompensas do altos feitos e deu disciplina à ordem hierárquica da nação, estabelecendo pensões aos descendentes das três classes de servidores do estado que requeriam tais assentamentos: os filhos dos grandes, os dos simples fidalgos e os dos simples plebeus. “Essas honras da Casa Real vieram a ser muito empregadas para recompensar também serviços no Brasil... quando a natural aspiração de cada um a passar a classe superior serviu de estímulo a praticarem grandes feitos e trabalhos, e contribuiu para dar ao poder central força e unidade.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 154)

Ao referir-se à fusão das raças de brancos e índios, Varnhagen salienta que a mulher indígena se unia ao português por sua opção: “Um dos elementos que mais aqui concorreu para a fusão das nacionalidades tupi e portuguesa foi a mulher... elas tinham muita disposição para se unirem aos europeus, não só por causas fisiológicas, que nos não pertence individuar, como por se livrarem assim do mais duro cativo que lhe davam os

seus maridos.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, pp. 206-207) E defende a ideia da miscigenação pacífica: “A abundância de mestiços e mamelucos vem em auxílio do que cremos que o tipo índio desapareceu mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro e cruel extermínio.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 207, grifo nosso)

Segundo o autor, não era só a mulher índia que optava em juntar-se ao português. Os índios também faziam a livre opção, semelhante ao que “faziam todos os países atrasados que começam a ceder passo à nacionalidade, que nele se introduz coma superioridade e encantos da civilização sobre a barbárie”. Dessa maneira, diz o autor, “Os selvagens prestavam-se gostosos a trabalhar nas roças... a troco de um enfeite de vidro, que reputavam de grande valor, só porque mediam este pela impossibilidade que teriam de produzir tais artigos.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 208, grifo nosso) Uma vez que o índio era o agente de seu próprio destino, logicamente os portugueses não teriam nenhuma culpa por excessos: “Quanto a nós, tem-se aclamado demasiado injustamente contra a tendencia dos primeiros colonos de levarem a ferro e fogo os bárbaros da terra, agrilhoando-os, matando-os ou escravizando-os. Não sejamos tão injustos com nossos antepassados... Houve sim, quem abusasse... Mas tais monstros da sociedade eram a exceção, e muitos deles tiveram o merecido castigo.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 210) Prossegue em sua tese: “Foi a experiência, não a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os bárbaros, impondo-lhes à força necessária a necessária tutela para aceitarem o cristianismo e adotarem hábitos civilizados.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 213, grifo nosso)

Varnhagen, seguindo um pouco a filosofia do padre Antônio Vieira, culpa a filantropia adotada para os indígenas pela necessidade dos colonos em recorrer ao tráfico africano: “A dependência dos braços africanos tornou-se indispensável quando as providências filantrópicas foram adotadas em favor dos indígenas. (Tomo I, p. 214) Se o uso e as leis tivessem continuado a permitir que a cobiça dos colonos bem encaminhada arrebanhasse os selvagens do Brasil, sujeitando-os primeiro, não se teria ido aquela exercitar, além dos mares, buscando nos porões dos navios e entre os ferros do mais atroz cativo, colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes... Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinham a unir esses infelizes.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 216) Se o autor achava os índios “gente vagabunda”, também não tem o menor apreço pelos negros africanos.

Da junção da “gente vagabunda”, com a outra gente “igualmente bárbara” e com os portugueses, nasce o povo brasileiro: “Como a colonização africana, distinta principalmente pela sua cor, veio para o diante a ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos três elementos de sua população, julgamos do nosso dever consagrar algumas linhas a tratar da origem desta gente...

A frase seguinte, ademais, demonstra que a formação desse povo deveria ser provisória. Se os índios já haviam basicamente desaparecido pela miscigenação voluntária, haveria de se seguir de igual modo com os negros. A eugenia – outra teoria europeia que ganhou força nas décadas seguintes, faria o seu papel definitivo nessa união racial: “Mas fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 220, grifo nosso) Prossegue o autor a desfilas suas teorias racistas: “Não é nosso intento entrar aqui em explicações anatômicas sobre a aparência física dos povos da África, nem nos interessa agora indagar como a pele parece preta, como o cabelo se apresenta em forma de carapinha... tudo o que se vê deve ainda ser submetido a novas observações para dar resultados seguros e simples, capazes de serem aproveitados em uma história civil.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 220) ou ainda, segundo o autor: “A fecundidade dessas raças, em seus países, era tal que permitiria até povoar o orbe todo de negreria.” Varnhagen, 1854, 221) E outra: “Se os colonos escravos africanos concorriam a aumentar a riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos, seu pouco pudor, e sua tenaz audácia.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 223). Afinal, segundo Varnhagen, os negros deveriam agradecer por serem arrastados de sua terra natal: “E o certo é que, passando à América, ainda em cativeiro, não só melhoravam de sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida, e com a civilização do cristianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos, e até notáveis, do que no continente de onde é oriunda.” (Tomo I, p. 221, grifo nosso)

Voltando à sua tese sobre o aprisionamento indígena, Varnhagen descreve como se desenvolveu a legislação portuguesa sobre o assunto: O Regimento de 17 de dezembro de 1548, que acompanha o Governo Geral de Tomé de Souza recomenda o bom tratamento dos gentios e impõe pena de morte aos colonos que fossem buscar índios para os

escravizar. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 231) E acrescenta que o combate aos indígenas fomenta a formação das milícias: “O Governo de Duarte da Costa, com o intento de dar combate aos selvagens da Bahia, solicitou recursos ao Reino para o pagamento de uma tropa permanente composta por oitenta homens de armas – “Eis a origem de um primeiro contingente de Exército no Brasil.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 270, grifo nosso). Segue o autor sobre o assunto: “Impõe-se a espécie e quantidade de armamento que seriam obrigatórios para a defesa das capitanias, tanto aos donatários, quanto aos senhores de engenho e aos próprios moradores. “Tal foi o começo da milícia regular de segunda linha no Brasil.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 235)

Desse embate entre portugueses e índios valem-se os inimigos europeus: em 1556, quando da posse de Mem de Sá, os indígenas assolavam a Bahia e outras capitanias. Muitos se aliavam aos franceses no Rio de Janeiro. O Governador perdeu seu próprio filho, morto a flechadas no embate contra os selvagens no Espírito Santo. Varnhagen revela ainda o tratamento infantilizado que defendia contra os mesmos: “Fácil era ver que os índios, crianças por entendimento, só podiam ser conduzidos à civilização, tendo sobre eles os chefes a mesma autoridade e supremacia carinhosa que sobre os filhos e pupilos concede a nossa legislação aos pais e tutores.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 283) A rainha-Regente D. Catarina recomenda que o problema com os indígenas se resolveria com a conversão religiosa, tarefa da qual se incumbiam os jesuítas: “Os gentios que se fizerem cristãos, tratais bem; e não os avexeis, nem lhes tomeis as suas terras.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 286)

Em relação à descrição da 1ª invasão francesa, Varnhagen contou 74 franceses, adicionados por mais uns quarenta, que se encontravam em um navio, além dos escravos; estimou em mil indígenas os aliados de Villegagnon no Rio de Janeiro: “Tudo gente escolhida, e tão bons espingardeiros como os franceses”. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 289) A Tomada da Ilha teria se dado sem muitas dificuldades, uma vez que acabara a pólvora do inimigo francês.

Em Porto Seguro, os aimorés aterrorizavam aos colonos pela antropofagia. Possuíam linguagem e costumes distintos aos dos tupis. Estácio de Sá expulsou o chefe Araribóia do Rio de Janeiro. Os tamoios aterrorizavam o litoral paulista e fluminense.

Se Varnhagen já havia decretado que a união das três raças havia formado o povo brasileiro, é na união de armas desse povo contra os inimigos comuns, para a defesa de seu território – os indígenas não aliados, os franceses e os holandeses – que teria se forjado, segundo o autor, a “União brasileira”. (Varnhagen, 1854, Tomo I, pp. 297-298) Segue o texto do autor: “Para combatê-los... a Capitania de São Vicente se prestou, para o bem de todos, para o Brasil não ser dilacerado... Tudo se sacrificou a boa gente para o bem da nova pátria comum.” Para tanto, prossegue o autor, foi “tanta gente quanto podia combater, casados e solteiros, anciãos e adolescentes, muitos escravos da Guiné e até os Índios em quem se depositavam maior confiança. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 297, grifo nosso)

“Os esforços simultâneos que ora se faziam, não só nesta (São Vicente), como em outras capitanias, contra o inimigo comum, eram novos elementos que iriam estreitar, pelos laços do coração, a futura união brasileira, que os holandeses contribuíram depois a fazer apertar muito”. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 298, grifo nosso)

Conclui o autor, sobre Mem de Sá: “Pode-se dizer que aos seus esforços deveu o Brasil o começar a viver independente de socorro.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 324)

Varnhagen nos conta que sujeitar os gentios foi apenas parte da missão de Mem de Sá. Faltava, a respeito deles, “a mais importante: a de ver como se deveriam governar de modo que pudessem ser mais úteis a si e ao Estado.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 312) Os colonos, prossegue o autor, “julgavam-se no direito à servidão dos prisioneiros feitos em guerra justa, recompensa equivalente à *encomienda* de guerra da América espanhola.” Todavia, com a pressão dos jesuítas e com a deliberação da Mesa da Consciência (tribunal criado na Corte), “os moradores, vexados pelas dúvidas que nasciam sobre as provas que se exigiam da legitimidade da posse dos índios, começavam a preferir braços cuja legitimidade fosse mais fácil justificar... Para abonar escravos pretos, então que não havia africanos livres, bastava a cor do rosto... Daqui data, verdadeiramente, o maior incremento da importação de escravos africanos.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 316)

O autor comenta ainda como os jesuítas se aproveitaram de sua influência, para tornarem-se exclusivos na exploração dos índios em nome de uma pretensa filantropia. “A corte, sem conhecimento do caráter dos índios, julgou a princípio dever libertar aqueles completamente.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 313)

O autor Frei Thomas de Mercado é citado por Varnhagen, como exemplo do pensamento vigente em 1569 em relação à escravidão. “Apesar de tratar-se de um negócio lícito e *jure gentium*, no dizer dos teólogos”, os povos não cristãos da terra encontravam na escravidão “o castigo por certos crimes.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 317) Aos abusos que eram infligidos aos escravos, descritos pelo Frei Mercado, no transporte, por exemplo, onde costumavam morrer 20%, Varnhagen acrescenta seu parecer: “Assim, em vez de servidão provisória, necessária, experimentada em muitos outros países, admitida pelos publicistas mais liberais, se perpetuou outra servidão que nos abstermos de qualificar, e que já agora não podemos dispensar por uma geração mais, sem grandes males para o país.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, pp. 318, 319, grifo nosso)

“Notou-se que à medida que os índios se viam mais protegidos e mimados, mais insolentes se tornavam. Em 1568 se amotinaram muitos deles meio-convertidos, e fizeram bastante mortes.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 319)

Em 1595, o Governo de D. Francisco ordenou a liberação de todos os índios cativos que não tivessem sido apreendidos nas guerras justas. Os engenhos dos jesuítas, enriquecidos, continuam intocados por tais leis. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 399, grifo nosso)

Varnhagen não se cala sobre Palmares, mas sua visão, comum na historiografia colonial, era a eurocêntrica: os negros fugidos atrapalhavam a meta colonizadora portuguesa. É interessante notar que o autor atribui ao índio Camarão uma função incompatível com o herói indígena romantizado mais tarde: a de capitão do mato: Na conquista do Rio Grande do Norte, durante a superintendência de Alexandre de Moura, os pretos fugidos dos engenhos da Bahia e das fazendas do Sergipe, e que haviam se agrupado nos Palmares, assolavam os colonos. Os próprios potiguares foram encarregados de “limparem o distrito”, com a promessa de receberem a propriedade dos pretos que conseguissem aprisionar. Em Sergipe, algumas centenas de prisioneiros foram repartidos entre os conquistadores. “Um dos que mais se distinguiram e foram bem aquinhoados foi Camarão, ao depois célebre na guerra contra os holandeses”. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 408, grifo nosso)

O Governador D. Diogo de Menezes transpareceu ao Rei, em carta de 1608, suas ideias acerca das questões indígenas. Era de parecer que o índio pouco ganhava com a

religião dos padres, ao passo que as culturas perdiam braços; que “só as grandes povoações dariam ao gentio hábitos de civilização, polícia e pudor.” Insistia na ideia de que os índios deveriam ser declarados livres, dando-lhes um regulamento pelo qual pudessem as aldeias ficarem mais diretamente sujeitas ao Governo do Estado; pondo-lhes um capitão, um meirinho e um sacerdote. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 427) Cabe a esse governador, prossegue Varnhagen, a providência tomada pela metrópole de que os serviços prestados no Brasil viessem aqui mesmo a ser recompensados, o que contribuiu para estabelecer certa unidade colonial, que depois se aumentou com a guerra holandesa.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 430, grifo nosso) O livro Razão do Estado do Brasil, de Diogo de Campos (1612), que traz muitas estatísticas econômicas de oito capitanias do norte e nordeste, foi empreendido por iniciativa desse governador

Varnhagen volta à importância da guerra para o valor nacionalista: “Uma guerra de tempo em tempos pode erguer um país do seu torpor... Quando a costa brasileira acabava de ser ocupada na totalidade, poderia estabelecer, como estabeleceu, mais união e fraternidade, em toda a família já brasileira... Não há vínculos mais firmes que os sancionados pelos sofrimentos; e tanto que ao estrangeiro que peleja ao nosso lado e que derrama o seu sangue pela nossa causa, lhe conferimos pelo batismo de sangue a mais valiosa carta de naturalização.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 464) Com essa frase, Varnhagen justifica a fraternidade racial e o fratricídio explicado por Benedict Anderson: negros e índios, como vimos incessantemente na narrativa do autor, eram desqualificados perante os portugueses. Estavam à margem da civilização, e dessa forma, “estrangeiros”. Todavia, a parcela de negros e índios representados pelos terços de Henrique Dias e Felipe Camarão, ao adquirirem hábitos cristãos, ao declararem sua lealdade ao Rei e finalmente, derramarem o seu sangue pela causa, recebem do autor “a mais valiosa carta de naturalização.”

Bento Maciel, capitão-Mor do Maranhão, em 1624 apresentou uma petição ao Rei em favor do sistema de *encomiendas* utilizado na América espanhola. Segundo a proposta, cada índio ficaria obrigado a pagar anualmente, três ducados: um para a Igreja, um para o Rei; e outro para o comendador (proprietário da *encomienda*). Tal sistema seria, segundo o redator, conveniente para os índios: “tendo os índios donos próprios, são defendidos e conservados, e curados em suas enfermidades, e exercitados nas guerras; para que com

suas armas ajudem a defender a terra e a conquistar outras, e de todo se segue aumento dessa conquista, o serviço de Deus e de Vossa Majestade.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 494)

Varnhagen descreve brevemente a perda e a recuperação de Salvador aos holandeses. Na invasão holandesa a Pernambuco, começa por descrever o sucesso das guerrilhas e emboscadas: “Se, em semelhantes ataques, o inimigo apreciava melhor o valor dos nossos, era isso uma desvantagem, porque melhor se prevenia.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 508) Varnhagen cita um ofício do Comandante holandês Weerdenburgh: “Acho este um povo de soldados vivos e impetuosos, aos quais falta nada mais que boa direção.” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 508) Todavia, o mesmo ofício contém perigosa observação: “É esta uma paragem da qual todo o Brasil se pode conquistar.” Varnhagen alega que uma nova Armada não foi aprestada, como em 1624, pela má vontade contra a dinastia espanhola e o aumento dos tributos. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 510) Varnhagen refere-se a Henrique Dias como importante aquisição dos pernambucanos: “Um corpo de valentes pretos, mandados por Henrique Dias, da mesma cor, e que logo ali a dois meses começou a derramar o seu sangue pela causa que abraçara...” (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 522)

A expulsão dos holandeses do Maranhão se deu após revolta dos seus moradores com os invasores. Varnhagen relembra a absurda reação do donatário de Tapuitapera, no Maranhão, que ao invés de enviar recompensas ao seu libertador, Antônio Teixeira de Melo, passou a acusá-lo ante os tribunais, cobrando quatro mil cruzados de prejuízos por “haver obrigado os colonos aos trabalhos de guerra... Um tribunal de Lisboa, em 1646, o condenou a realizar tal pagamento”. (Varnhagen, 1854, Tomo I, p. 604)

Segundo Varnhagen, Fernandes Vieira negociou com a Bahia sua participação na sublevação, exigindo a promessa de ser nomeado Capitão-Mor e Governador de Guerra: “Força é reconhecer que mais fidalga e cavalheirosa se houvera apresentado a restauração de Pernambuco, se tivesse rebentado no seio da própria província, não no Rio Real, três meses antes, como em virtude das exigências de Fernandes Vieira, veio a suceder.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 608) Em 30 de junho se dá o primeiro embate vitorioso aos sublevados, no Monte das Tabocas. Os holandeses encurralaram Fernandes Vieira, que, atemorizado, “mandou a pelejar a todos os escravos que tinha junto de si, prometendo-lhes alforria.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 619)

O autor cita mais uma vez a união de negros e índios aos portugueses e a sua importância: “A entrada das forças destes dois cabos de guerra (400 índios do Camarão e 50 pretos de Henrique Dias) fora o que mais alarmara aos mandantes de Recife.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 620)

O autor volta a elogiar o “já naturalizado” índio Camarão, mostrando sua influência frente aos outros bárbaros: “Quanto ao Camarão, desde que ele se apresentou como vencedor, grande número de índios que estavam com o inimigo, com essa fidelidade flutuante comum a todo povo bárbaro, prestou obediência ao mesmo Camarão, que, com seu auxílio conseguiu dominar todo o sertão do norte, chegando aos confins do Ceará.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 638, grifo nosso)

Varnhagen, a exemplo do que já havia feito Southey, atribuiu a importância do combate de Guararapes: “Sem essa vitória é mais provável que parte do Brasil haveria sido entregue aos holandeses pela Côrte, nas aflições em que se via. Eram inclinados a favor da cessão de Pernambuco, em troca de paz...” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 656)

Após duas páginas louvando Camarão (Varnhagen, 1854, Tomo II, 659 e 660), o autor descreve “com imparcialidade histórica”, o feito heroico de cada um dos principais envolvidos: “Francisco Barreto era um grande cabo de guerra...” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 675) “Estudando bem os fatos, João Fernandes Vieira não aparece decididamente tão grande, como, em detrimento de seus camaradas, lhe quiseram apresentar os panegiristas.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 676) “André Vidal era homem tão superior que necessitará um Plutarco para apreciá-lo...” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 676) “O Governador Henrique Dias foi agraciado com o aumento de dois escuros mensais... e as casas e terrenos onde, durante o sítio, tivera a sua estância.... Foi, porém, somente depois de morto, que os seus serviços receberam no Brasil a mais gloriosa recompensa, ordenando-se que, para perpétua memória, se organizassem, em várias capitâneas, corpos de soldados e oficiais todos pretos, com o nome de Regimentos dos Henriques.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, pp. 676-677) “Antônio Dias Cardoso foi feito Mestre de Campo...” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 677) Uma provisão de 29 de abril de 1654 ordenou que aos oficiais do exército restaurador de Pernambuco se confiassem os melhores cargos da Capitania, e aos soldados se dessem terras de sesmarias.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 675)

Nas frases seguintes Varnhagen lança a semente da união racial em Guararapes, dentro da lógica que os negros e índios, inferiores, teriam que passar por um “rito de purificação”, banhado a sangue, para serem dignos de se juntarem aos brancos e civilizados portugueses: “Não passaremos adiante sem observar que, nas capitanias do norte, a guerra estranha produziu resultados benéficos”:

“O perigo comum fez aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo. Com as honras e condecorações concedidas mediante o beneplácito da Cúria Romana, ao Camarão e a Henrique Dias, libertos aquele da barbárie, este da servidão, se honraram todos os Índios e todos os Africanos, na ideia de que certo desfavor, em que se julgavam, não provinham de suas cores, mas sim da falta de méritos para serem melhor atendidos.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, pp. 678-679, grifo nosso)

“Por outro lado, também o perigo comum aumentou muito a tolerância dos povos de umas capitanias para as outras, e estabeleceu maior fraternidade; de modo que quase se pode assegurar que desta guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil.” (Varnhagen, 1854, grifo nosso, Tomo II, p. 679)

“É um axioma comprovado pela história que às vezes estas (as guerras) são civilizadoras, e que trazem energia e atividade a povos entorpecidos pela incúria, pela preguiça e o ilhamento”. Durante a guerra foram devassados, pela primeira vez por gente civilizada, muitos matos e campos, fundindo-se por vontade ou por força os próprios índios seus moradores nessa civilização guerreira... e quando menos o pensavam se viam absorvidos pela civilização daqueles a cujo lado combatiam.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 680)

Varnhagen volta a citar Palmares e a importância que as reais mercês desempenharam na conquista e manutenção do território brasileiro: “Palmares só foi efetivamente derrotada em 1687, pelo paulista bandeirante Domingos Jorge Velho. Como prêmio, os bandeirantes receberam “como sesmarias todas as terras conquistadas, a quem pertenceria também a propriedade de todos os pretos que se iriam aprisionando...” Aos chefes militares e oficiais foram prometidos quatro hábitos das três ordens militares. “Travou-se uma encarniçada campanha, da qual infelizmente não nos conta que houvesse um cronista que perpetuasse mais estes atos heroicos dos paulistas.” (Varnhagen, 1854, Tomo II, p. 786, grifo nosso)

Em outra obra, *História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*, Varnhagen volta a lembrarmos dos ensinamentos de Benedict Anderson:

“Nem sequer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá e éramos testemunhas dos desfalecimentos de alguns, quando nos pareceu que não deixaria de acoroçar quem se queixava de uma guerra que já passava de dois anos. o avivar-lhes a esperança, apresentando-lhes, de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado por vinte e quatro anos sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa.” (prefácio à *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, Varnhagen, 1871)

Varnhagen, como um dos maiores expoentes da nova narrativa nacional, se vê na messiânica missão de “Reviver batalhas comuns e exaltar o derramamento de sangue pela conquista e manutenção do território como forma de manter viva a memória da independência – o fratricídio tranquilizador (Anderson, 1991, p. 275, grifo nosso)

Obviamente a história da guerra holandesa já havia sido escrita por Varnhagen e constava em sua *História Geral do Brasil*. Todavia, foram dois os motivos, segundo o próprio autor, que o fizeram reescrever a própria história, acrescentando “apreciações mais justas e exatas”: o primeiro motivo teria sido a inspiradora viagem que o autor empreendeu por Pernambuco - “Ver com nossos próprios olhos o teatro dessa prolongada guerra... e percorrer todos os caminhos onde, por seus patrióticos feitos, se imortalizaram aos quatro heróis brasileiros, anti-holandeses: Vidal, Barbalho, Camarão e Dias.” O segundo motivo, tem a citada inspiração nacionalista: servir de inspiração aos brasileiros que combatiam, em 1871, a “titânica luta que o Brasil sustentou no Paraguai”. A Guerra da Tríplice Aliança foi um momento importantíssimo para a fortificação da nascente identidade nacional. Se as lutas contra os franceses e holandeses moldaram a rigidez do “povo brasileiro” no passado colonial, o presente se dava, naquela ocasião, com uma luta viva em defesa dos moldes do império, ou como já ventilamos, da integração territorial, contra os vizinhos espanhóis.

Varnhagen acrescenta nesta obra detalhes que não constavam em sua *História Geral*: “Descrevemos melhor as duas ações dos Guararapes, graças ao conhecimento pessoal do campo de batalha, e à leitura bem compreendida; à vista do terreno, das

participações dos chefes; determinamos a verdadeira paragem onde se deu a ação dos Tabocas, bem como a dos dois arraiais, chamados de Bom Jesus.”

Com mais detalhes, Varnhagen descreve o sucesso também das primeiras ações de emboscadas, após a invasão de Salvador, nas quais os portugueses mataram, à degola, o comandante holandês Van Dorth, e posteriormente Albert Schott, seu sucessor. Descreve também como os negros aumentavam a força do inimigo, em uma versão holandesa do terço de Henrique Dias: “Notou-se que a favor dos holandeses combatiam já muitos pretos, havendo até sido organizado, dentro da cidade (Salvador), um regimento de escravos que se apresentavam. Os nossos denominavam esses soldados Tapanunhos.” (Varnhagen, 1872, pp. 27-28)

A mudança mais significativa entre as duas obras do autor é o acréscimo da narrativa comparando heróis e vilões, índios e negros, na guerra holandesa. É interessante como cita, em um mesmo texto, o negro Calabar e Henrique Dias. Cita inicialmente como a traição de Calabar gerou desprezo até mesmo no comandante holandês, Weerdenburgh, que a tal respeito deixou expediente escrito em 9 de maio de 1632: “Em todos estes perigos estávamos pendentes da fidelidade ou infidelidade de um negro, que nos servia de guia, e não devíamos por muita confiança nessa gente estúpida.” (Varnhagen, 1872, p. 86, grifo nosso) Em seguida, contrapõe a figura de Calabar com a de Henrique Dias: “Encontramos escrito, em papel não bastante autorizado, que estes (negros de Henrique Dias) saíram, por pacto precedentemente com Mathias de Albuquerque, vinte apenas do mocambo dos Palmares, onde se achavam” e prossegue citando como foi providencial o surgimento do chefe negro: “Contrastou a ação que um preto chamado Henrique Dias praticou nesta ocasião, e foi parecer-lhe que necessitaríamos da sua pessoa, pois veio oferece-la ao general, e este aceitou-a para servir com alguns da sua cor.” (Varnhagen, 1872, p. 92) E conclui: “Não cremos que teria o cronista que dar mais satisfações, por maiores que fossem as prevenções contra os descendentes de africanos, prevenções aliás que os serviços de Henrique Duas e dos seus vieram a amortecer...” Varnhagen, 1872, (p. 93, grifo nosso) Calabar, pelo lado holandês, também se desvencilhou dessa “prevenção” contra os africanos. Algum tempo depois foi Calabar o Capitão comandante de uma divisão de mil homens (a maior das tropas de desembarque) em um ataque ao Cabo de Santo Agostinho. (Varnhagen, 1872, p. 111) No final das contas, Calabar é que foi traído pelos holandeses,

que o entregaram aos portugueses na capitulação de Porto Calvo (Varnhagen, 1872, p. 131) Seu merecido castigo, cita o autor, haveria de ser em sua terra natal, em pago dos males que havia causado a tanto de seus compatriotas e ao muito sangue que tinha derramado por todo o Brasil.” (p. 131) A inflexível história, prossegue, lhe chamará infiel, desertor e traidor por todos os séculos e séculos.” (Varnhagen, 1872, p. 133)

Em relação aos heróis e traidores indígenas, Varnhagen contrapõe, também em um mesmo texto, o chefe indígena Janduy e o chefe indígena Camarão. Interessante também como o autor une na narrativa os traidores negros e índios: Calabar fez ao chefe indígena Janduy, “que vivia nos sertões”, um convite para juntar-se aos holandeses na assolação aos portugueses no Rio Grande do Norte: “Baixou Janduy com seus índios e, caindo inesperadamente no Engenho de Francisco Coelho, assassinaram e este, bem como a mulher e a cinco filhos, e a uns sessenta moradores. Depois passou Janduy ao forte, onde foi mui agasalhado por Calabar, em pago de suas atrozidades selvagerias. O terror e o medo dos gentios começavam a fazer cada dia mais suportável a ideia do jugo dos hereges.” (Varnhagen, 1872, p. 108) Cita ainda o principal Simão Soares Jaguarary, “depois de estar preso e cruelmente metido em ferros, apesar da proverbial volubilidade dos bárbaros, não se passou aos holandeses”. Já entre os nossos, prossegue o autor, se encontrava seu sobrinho Poty ou Camarão, já agraciado com brasão de armas e feito capitão-mor de todos os índios do Brasil.” (Varnhagen, 1872, pp. 108-109)

Relevante também é que os holandeses nomearam, durante o Governo de Nassau e a conquista de várias capitanias do norte-nordeste, o “Coronel dos Índios de Nassau” (p. 394), Guilherme Doncker, que chegou a conduzir “3 mil selvagens com suas famílias, incluídos nessa conta o principal Janduí”. (Varnhagen, 1872, p. 214) Essa passagem, assim como a citação dos tapanunhos da Bahia, mostra como índios e negros eram numerosos dos dois lados da disputa. As tropas de Camarão e de Henrique Dias, obviamente, representavam uma pequena parcela de negros e índios envolvidos na guerra holandesa.

Refere-se mais tarde a João Fernandes Vieira, acrescentando textos ao que já aludiu em sua História Geral: Vieira merecia às galés: pois não tinha tido com e revolução outro intento senão o de libertar-se de muitas dívidas da companhia.” (Varnhagen, 1872, p. 239) E prossegue o autor: “Que a abnegação lhe não era a virtude mais saliente, se confirmou logo depois da insurreição, quando, dono de muitos canaviais, se opôs a que eles fossem

incendiados.” (Varnhagen, 1872, p. 241) “Vieira não chegou nunca a ser o condutor da insurreição, como depois nunca foi o diretor da guerra. O seu papel restringiu-se antes ao que em linguagem vulgar chamamos de testa de ferro.” (Varnhagen, 1872, p. 242)

Varnhagen cita as mercês para se referir ao verdadeiro condutor da insurreição: “O paraibano André Vidal recebeu pessoalmente a promessa de D. João de Ihe dar, quando se restaurasse, o governo do Maranhão. Veio a Recife com o pretexto de tratar com Nassau sobre assuntos de Angola, mas com o verdadeiro intuito de fomentar ali a insurreição... Vinha autorizado pelo próprio Rei para distribuir para este fim em Pernambuco até seis hábitos de Cristo.” (Varnhagen, 1872, p. 243)

Vidal marcou reforços com Henrique Dias e Camarão. Prossegue a narrativa: “Em 25 de março, o Governador dos Pretos Henrique Dias, com a sua tropa, bastante diminuída no mocambo dos Palmares, onde havia sido antes mandada, devassava a fronteira do Rio Real, e era seguida pelo capitão-mor dos índios, Camarão, com a sua.” (Varnhagen, 1872, p. 262, grifo nosso) O autor não menciona se a diminuição da tropa de Henrique Dias em Palmares se dá por mortes no conflito ou por deserção dos negros ao quilombo. Prossegue o autor: Vidal levou tais tropas para Recife, sob o pretexto de levar Henrique Dias e Camarão como prisioneiros, uma vez que haviam “se levantado e fugido.”

A fraternidade racial em armas é citada mais uma vez por Varnhagen: Os pernambucanos já estavam em grande número, mas preferiu o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, “verdadeiro diretor da guerra” (Varnhagen, 1872, p. 268) a “evitar ação até que se unissem as tropas de Henrique Dias e Camarão”. (Varnhagen, 1872, p. 271, grifo nosso)

Chegaram enfim as tropas esperadas: “400 índios de Camarão, 50 pretos de Henrique Dias e um número considerável de brasileiros mandados por um irmão de Antônio Cavalcanti.” (Varnhagen, 1872, p. 281)

Na narrativa de Guararapes, segue a nova narrativa da fraternidade racial: Ordenou Barreto o ataque em três corpos: “confiando o de um dos flancos ao Camarão, o do outro a Henrique Dias e o centro a João Fernandes Vieira. Interessante notar como a divisão das três “raças” em três flancos, sendo a do meio ocupada pelos brancos, parece a descrição do quadro Batalha dos Guararapes, de Victor Meirelles, também “patrocinado” por D. Pedro II (1875). Dada a primeira descarga, acometeram todos a arma branca... A ação durou

apenas de três a quatro horas, por se acharem os dois contendores extenuados.” (Varnhagen, 1872, pp. 330-331)

Prossegue Varnhagen descrevendo o efetivo do inimigo e sua disposição após a derrota em Guararapes: “ficou mais prudente, apesar de ter ainda 6.630 praças, incluindo quinhentos índios e 48 pretos”. (Varnhagen, 1872, p. 341) É interessante notar a similaridade de números entre negros e índios que apoiavam os dois lados.

Na capitulação dos holandeses, o autor cita que “os índios e os pretos que haviam estado em serviço deles, foram mandados incorporar-se nas respectivas fileiras dos nossos.” (Varnhagen, 1872, p. 377)

CAPÍTULO IV – A HISTORIOGRAFIA MILITAR BRASILEIRA

“Finalmente, é preciso libertar a história, sem desprezar os grandes vultos nacionais, do homem-prodígio, substituindo-o pelo homem-irmão-dos-outros-homens, a quem um conjunto de circunstâncias favoráveis colocou no primeiro plano de uma época. Isso importa em considerar os grandes vultos da nacionalidade como simples porta-vozes do agrupamento social a que pertenciam, sem esquecer que ao lado deles viveram tantos e tantos batalhadores anônimos, que imperceptivelmente contribuíram para atitudes e êxitos daqueles que se imortalizaram. Esses desconhecidos chamam-se – povo.” (Cidade, 1960, p. 27)

Vimos no capítulo anterior que a primeira *História Militar do Brasil*, do espanhol José Mirales (1762) é também a única escrita durante o período colonial. Foram necessários mais de dois séculos e meio após o descobrimento para que o Brasil tivesse uma nova narrativa com a temática militar.

O século XIX testemunhou uma intensa atividade militar no Brasil. A vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808 trouxe profundas alterações nessas atividades. Dois anos após a sua chegada ao Brasil, D. João criou a Academia Real Militar, destinada a formar oficiais do Exército de Portugal para todo o Reino. Nesta Academia estudaram os oficiais que lutaram nas guerras de Independência, que se estenderam de 1822 a 1824. Após a Independência os militares foram muito requisitados nas guerras que definiriam o atual contorno das fronteiras do Brasil, especialmente na conturbada região sul: os oficiais formados naquela Academia Real Militar lutaram na Guerra Cisplatina (1825/27); na Guerra contra Oribe e Rosas (1851/1852); na Guerra contra Aguirre (1864) e na Guerra do Paraguai (1865/70).

A busca da identidade nacional brasileira ocorrida no século XIX, após a Independência, norteou toda a historiografia militar dos séculos seguintes.

É importante ressaltar que essa identidade brasileira é toda amparada na política imperialista de D. Pedro II. A versão nacional criada por Varnhagen e outros autores do IHGB buscavam a defesa da monarquia, que, por sua vez, via na defesa da integridade do grande território nacional o seu maior desafio. Daí a necessidade de se juntar em um mesmo sentimento de pertencimento: brancos, negros e índios. Versão um tanto paradoxal para um regime que dependia da escravidão como mola econômica. Tanto que o Império

não resistiu à abolição da escravatura. Seis meses após a libertação oficial dos escravos, um militar proclamou a República no Brasil.

Se os intelectuais civis monarquistas criaram a versão nacionalista brasileira amparada na união racial em torno da expulsão dos invasores europeus dos séculos XVI e XVII, a narrativa militar que nasceu no início do século XIX foi amparada na primeira guerra do Brasil independente: a Guerra do Paraguai. É na Guerra do Paraguai que nasceu a narrativa militar brasileira de fato, tradicionalista, amparada nos novos heróis nacionais, Caxias e Osório, entre outros que vão se tornando patronos das armas ao longo do século XX. Afinal, os militares, proclamando a República, assumem também o protagonismo da história nacional.

O historiador Celso Castro, em 2002, escreveu *A Invenção do Exército Brasileiro*. Castro nos consta a disputa de protagonismo nas homenagens militares entre os dois maiores heróis da Guerra do Paraguai, Caxias e Osório, durante a velha República. O General Manuel Luís Osório, Marquês de Herval, foi cultuado por quatro décadas como o principal herói militar brasileiro. Sua maior atuação deu-se na Batalha de Tuiuti (24 de Maio de 1866), tida como uma das maiores batalhas campais em solo brasileiro. A instituição oficial de uma comemoração a Osório, nos conta Castro (2002), deu-se em 15 de novembro de 1901. A partir de então, em todas as Unidades Militares do país, dava-se anualmente essa comemoração. “Os jornais se referiam a essa data como o Dia do Exército”, prossegue o autor. Osório era marcado por seu carisma, seu arrojo, seu ímpeto.

Em 1922 dá-se a Revolta Tenentista. A Escola Militar de Realengo, em 1923, está esvaziada, pela expulsão dos alunos que haviam se envolvido na manifestação político-militar. A referida escola encontra-se na área de influência da Missão Militar Francesa, que havia chegado no Brasil em 1920. É o Coronel francês Pierre La Fosse, integrante dessa missão, quem sugere aos novos alunos que escolhessem um patrono (patron), nos moldes tradicionais do exército francês. O nome escolhido foi o de Caxias. Os professores de história da Escola, Genserico Vasconcelos, que é o autor da 3ª História Militar do Brasil (1921) e Pedro Cordolino de Azevedo, que mais tarde seria o autor da 9ª História Militar do Brasil (1952), louvavam Duque de Caxias, frente aos alunos, pelos seus vários atributos militares; um desses atributos, todavia, interessava muito aos ânimos militares no início dos anos 1920: o de pacificador. Ao contrário de Osório, Caxias tinha espírito reservado, não se metia diretamente na política e foi o grande responsável pela integridade do

território nacional. Partiu de um historiador membro do IHGB – Eugenio Vilhena de Moraes –, ainda em 1923, a sugestão para a homenagem oficial a Caxias, no dia 25 de agosto, sua data de nascimento. Com a anuência do então Ministro do Exército, general Setembrino de Carvalho, desde 25 de agosto de 1923, o Exército Brasileiro comemora oficialmente o “Dia do Soldado.” Conclui Castro que o caráter de Caxias eternizado no Dia do Soldado “teria o objetivo funcionar simbolicamente, no plano interno à instituição, como um antídoto à indisciplina e a politização dos militares (Castro, 2002, p. 20) A partir de 1930, prossegue Castro, as mensagens anuais sobre Caxias enfatizam a fusão do Exército com a Nação. Após a Revolução de 1930, assumiu o Comando da Escola Militar o coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Deve-se a esse oficial a criação do estandarte, do brasão e dos uniformes históricos dos cadetes. Castro lembra que “o processo de criação de novas tradições é justamente a tentativa de estabelecer continuidade com um passado histórico considerado apropriado”. O ideal era um Império afastado das rupturas políticas, representado por Caxias. “Daí a coerência de todos os símbolos inventados: uniformes, espadim...” (Castro, 2002, p. 48) ao mesmo tempo em que um regulamento mais rigoroso controlava a vida dos alunos. Deve-se ainda a Pessoa o “rebaixamento” de Osório na memória militar, “da posição de maior soldado brasileiro para a posição subordinada, ainda que honrosa, de Patrono da Cavalaria.” (Castro, 2002, p. 28)

Castro nos traz uma analogia da representatividade que os dois heróis da Guerra no Paraguai exerceram no imaginário militar, desde os primeiros anos da República: ambos ganharam, antes de qualquer outra figura republicana, suas estátuas equestres em praças públicas do Rio de Janeiro, onde permanecem até hoje. Ambas foram executadas pelo escultor Rodolfo Bernardelli. Em 1899 foi inaugurada a estátua de Caxias, no Largo do Machado. Caxias segura um binóculo e monta um cavalo estático. É acima de tudo, prossegue o autor, “um aristocrata e um estrategista”. Em 1894, inaugurou-se a estátua de Osório, na Praça XV de Novembro. Osório segura uma espada em um cavalo em movimento.” Tal estátua, feita com canhões derretidos que haviam sido utilizados na guerra do Paraguai, “consagra um guerreiro”, conclui o autor.

Em 1935, dá-se a Intentona Comunista, tentativa frustrada da esquerda extremista em assumir o comando político do país. O combate à subversão ganha em Caxias o seu maior símbolo. Tanto que Barroso, que foi o autor da 4ª História Militar do Brasil (1936), profere uma série de conferências sobre Caxias. Em 1937, seguindo as mudanças ditadas

pelo Estado Novo, as mensagens sobre Caxias destacam “sua autoridade e suas características de chefe militar a serviço de um estado forte”. (Castro, 2002, p. 22) No final do Estado Novo, Caxias consagra-se definitivamente, quando seu nome foi dado ao novo prédio do Ministério da Guerra. (Castro, 2002, p. 28)

Nos propomos a analisar neste capítulo como as narrativas sob perspectivas militares em épocas diferentes se alternam aos ventos das reações político-sociais e constituem, dessa maneira, a história militar do Brasil. Identificamos em nossa pesquisa sobre a historiografia militar brasileira o culto aos fidalgos nas grandes armadas (a visão ibérica colonial); a união racial das milícias em torno de Guararapes (criação identitária do segundo reinado), o culto à Osório (criação da República Velha), o culto a Caxias (criação da República Nova ampliada pelo Estado Novo e pela ditadura de 1964) e o retorno ao culto de Guararapes (após a reabertura política no fim da ditadura militar)

O hiato entre as datas de publicação da primeira História Militar do Brasil, de José Mirales (1762) e da segunda História Militar do Brasil, de Leopoldo de Freitas, (1911) é o próprio hiato da historiografia e dos eventos ocorridos no século XIX. Talvez uma das mudanças mais significativas para explicar as diferentes narrativas esteja no que *Michael Foucault* chama de *o lugar de fala* (A Ordem do Discurso, 1987), ou na posição e a situação dos dois sujeitos discursivos: enquanto Mirales representava a visão militar luso-hispânica, sobre uma colônia geograficamente afastada do centro das decisões metropolitanas, tinha por base de sua descrição as forças regulares e navais luso-espanholas; Freitas representa a então nova visão brasileira, independente e baseada na construção da nacionalidade do século XIX, mas, sobretudo, nos valores e heróis militares surgidos na “nossa guerra”, a Guerra do Paraguai.

5.1. Leopoldo de Freitas (1911)

Essa 2ª obra com a temática História Militar do Brasil, de Leopoldo de Freitas, de 1911, tem sob o título *História Militar do Brasil: Esboços*. Leopoldo de Freitas, apesar de civil, professor, jurista e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi ex-

aluno da Escola Militar, conforme apresentação na própria capa da obra, e parece representar bem o pensamento dos primeiros militares republicanos. *História Militar do Brasil: Esboços* é um livro raro, esgotado, indisponível na rede mundial de computadores, e cujas informações públicas são escassas, assim como as informações sobre seu autor.

Uma vez que Mirales traz raras citações dos séculos XVI e XVII, alegando falta de documentação; *Esboços da História Militar* de Leopoldo de Freitas é a primeira História com a temática militar a trazer informações mais elaboradas sobre esse período, sobretudo sobre as invasões francesas e holandesas. Para entendermos a mudança discursiva entre as duas obras, é muito relevante atentarmos para a citação das suas fontes. Enquanto Mirales ignorou os escritores religiosos portugueses do século XVII e a excelente narrativa seiscentista de D. Luiz de Menezes, que descreveram o sucesso da atuação das tropas irregulares brasileiras na expulsão dos holandeses, Freitas, ao tratar do mesmo assunto, vale-se explicitamente de versões escritas no século XIX, duas delas de autores estrangeiros: do inglês Robert Southey (*History of Brazil* – 1807, traduzida para o português em 1862), do francês Pieter Marinus Netscher (*Os Holandeses no Brasil: notícias históricas dos Países Baixos*, publicado originalmente em francês, em 1853) e de Francisco Adolfo Varnhagen (*História Geral do Brasil* - 1854).

O 1º capítulo, intitulado *Vista Geral sobre as guerras do regime colonial: invasões francesa e holandesa no Norte do Brasil e operações no sul contra os espanhóis* é relevante para a nossa pesquisa.

Freitas começa sua obra citando José Mirales, com a informação que a história militar brasileira começou com a chegada dos seiscentos soldados que acompanharam Thomé de Souza à Bahia, em 1549. Com a chegada anual de uma frota de Lisboa trazendo víveres e munições, “se continuou o zelo do real serviço no marcial exercício da conquista dos índios selvagens.” (Freitas, 1911, p. 12) Para auxiliar nesta conquista, em 1544 se fundou na Baía de Todos os Santos “uma cidade forte bastante, não só para impor respeito aos indígenas, mas para poder resistir aos ataques de qualquer inimigo mais formidável.” (Freitas, 1911, p. 12)

O autor prossegue com as invasões francesas: “o 3º Governador geral, Mem de Sá, teve de combater a invasão francesa capitaneada por Nicolau Durand de Villegaignon, que em 1557 (sic) veio estabelecer-se no Rio de Janeiro.” Salienta que, com a aliança com os índios, o francês permaneceu nesta colônia durante quatro anos sem hostilidade de

Portugal, “até que o Padre Nóbrega despertou a atenção do Governo de Lisboa”. (Freitas, 1911, p. 13) A esquadra portuguesa comandada por Mem de Sá aportou no Rio de Janeiro em 1560 e encontrou o contingente de oitocentos arqueiros tamoios reforçando os franceses: “a peleja prolongou-se por dois dias e duas noites...” O apoio indígena aos portugueses valeu ao seu chefe, Arariboia, que foi batizado como Martim Afonso, a condecoração da Ordem de Cristo. (Freitas, 1911, p. 14)

Expulsos os franceses do Rio de Janeiro, voltam esses inimigos em uma nova tentativa de invasão no Maranhão. Jeronimo de Albuquerque comandou uma expedição cuja ordem era povoar o Pará e o Amazonas. Foi, todavia, a expedição comandada por Albuquerque e Diogo de Campos, composta de índios e portugueses que logrou êxito, após ter sofrido “as maiores dificuldades para chegar ao Maranhão, tendo feito fortificações em diversos pontos para que pudessem se defender.” (Freitas, 1911, p. 18)

Encontra-se na narrativa das invasões francesas um certo distanciamento por parte do autor, quase beirando a imparcialidade; descreve as ações sem adjetivá-las. Só muda essa forma quando narra as batalhas: “curto, mas sanguinoso, foi o combate” (Freitas, 1911, p. 18). Destaca o ímpeto dos portugueses, a força dos tamoios inimigos e a bravura dos franceses: “bateram-se com grande denodo, preferindo morrer com seu comandante a entregarem-se.” (Freitas, 1911, p.19)

Freitas passa à narrativa das invasões holandesas: “Em 1622 incorporou-se a Companhia das Índias Ocidentais, cujo fim principal devia ser as conquistas do Brasil.” (Freitas, 1911, p. 20) “A capital da Bahia não dispunha quase de meios de defesa... Desembarcaram mil e duzentas praças e duzentos e quarenta marinheiros, comandados pelo Sargento-Mor Alberto Schoothens, que tomaram a cidade.” (pp. 20-21) Na ausência de outro chefe, assumiu o comando de mil e quatrocentos portugueses e de duzentos e cinquenta índios o Bispo D. Marcos Teixeira.” (p. 21)

Freitas cita a utilização das forças regulares metropolitanas no conflito: “Foram equipadas novas esquadras da Metrópole para socorrerem as possessões ameaçadas na América” (Freitas, 1911, p. 21) Freitas cita ainda a importância da captura de uma esquadra espanhola que vinha do México, pelo almirante holandês Heyn, cuja apreensão de “extraordinários recursos” teria compensado as perdas anteriores da Companhia, bem como estimulado novos investimentos. Em consequência, “em 1629 os holandeses

organizaram nova expedição, sendo desta vez contra Pernambuco... Compunha-se de cento e cinquenta navios...” (Freitas, 1911, p. 23)

A fragilidade do sistema defensivo colonial é exposta mais uma vez: “Os moradores de Olinda, alarmados, fugiram para o campo, em atropelo; para resistência os invasores encontraram apenas o Rio Doce que estava crescendo... A tropa holandesa tomou Olinda e saqueou-a...” (Freitas, 1911, p. 24) Freitas cita então uma ação dos escravos, que aparentemente não era associada com a causa portuguesa: “Olinda só não foi queimada pelos escravos insurgidos porque o chefe Wanderbuck impediu.” (Freitas, 1911, p. 24)

Freitas faz críticas ao defensor português General Mathias de Albuquerque, por não ter logo concentrado na sua defesa no Recife contra as forças holandesas... Vendo-se sem um bom porto, inquietado por frequentes emboscadas, não conhecendo o país, talvez fatigado, se retirasse...” (Freitas, 1911, p. 25)

Freitas alega que a defesa da terra se valeu em privar o inimigo de seus lucros: “empreenderam desde logo hostilidade contra o inimigo por meio de emboscadas e guerrilhas...” Freitas narra também uma proposta para se reestabelecerem as rédeas da guerra europeia, contra aquela guerra “bárbara, cruel e devastadora” que se fazia no Brasil: “O Conde de Banholo propôs que se fizesse termo a esse sistema que levava à tantos atos de barbaridade e que se fizesse a guerra segundo os princípios seguidos na Holanda... Com prazer foi aceita a proposta...”

Freitas acrescenta todas as personagens da heroica restauração do nordeste brasileiro: “Combatendo porfiadamente contra a invasão holandesa citam-se entre os heróis pernambucanos (grifo nosso) o preto Henrique Dias, capitão de um terço de soldados da sua cor; André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Felipe Camarão, chefe dos índios aliados aos portugueses.” (Freitas, 1911, p. 35)

Freitas detalha as ações após as vitórias holandesas que encurralaram as forças de Banholo em Porto Calvo e a retomada dos processos da Guerra Brasílica: “Recomeçou a triste guerra de depredação. Os Chefes Souto, Henrique Dias e Camarão foram os que se assinalaram nestas correrias assoladoras.” (Freitas, 1911, p. 38, grifo nosso)

O autor relata a reação dos pernambucanos após a exoneração do Conde Nassau: “Fernandes Vieira projeta então livrar o país do domínio holandês e principiou a dispor o ânimo dos Pernambucanos; Felipe Camarão e Henrique Dias foram convidados a tomar novamente às armas.” (Freitas, 1911, p. 42)

Segue a descrição da batalha das Tabocas, amparada nas citações à Southey: “João Fernandes Vieira acampou neste monte e os holandeses o atacaram com mil e quinhentos soldados e um contingente de índios. (Freitas, 1911, p. 43) Fernandes Vieira fez avançar a sua retaguarda de reserva, composta quase toda de escravos do seu engenho de açúcar... Mal conheciam os vencedores toda a extensão de sua vitória...” (Freitas, 1911, p. 44, grifo nosso)

Freitas narra novo reforço recebido pelos holandeses, que lhes dá grande superioridade numérica, e as operações que empreenderam contra a posição dos Guararapes. É relevante aqui a narrativa sobre o Teatro de Operações da principal campanha da expulsão dos holandeses, bem como o reconhecimento de sua importância pelo autor: “Guararapes é até agora o lugar mais memorável na História militar do Brasil” (Freitas, 1911, p. 45, citando Southey, grifo nosso)

Encerra o autor a epopeia da expulsão dos holandeses: “Em comemoração deste triunfo militar que ultimou o domínio dos holandeses no Brasil o General Francisco Barreto mandou edificar, no lugar da Batalha dos Guararapes, uma capela com invocação a Nossa Senhora dos Prazeres.” (Freitas, 1911, p. 49)

São características dessa obra de Freitas o fato de apoiar-se em Southey e Varnhagen, que (re)escreveram a história do Brasil no século XIX. Vem desses autores a reprodução das personagens heroicas da insurreição pernambucana (João Fernandes Vieira, Henrique Dias, Felipe Camarão), e até do anti-herói Calabar; não entra, todavia, em uma narrativa apaixonada, como descreveram Calado e Freitas no século XVI. O autor mostra a consciência da insuficiência da ajuda regular e naval da metrópole como solução única da defesa territorial do Brasil. Sem o auxílio das forças irregulares, incluídos os índios e os moradores de outras capitanias, mesmo a expulsão dos franceses, que demonstrava um porte bem menos avantajado que as invasões holandesas, não teria sido viável. Essa composição das forças irregulares na narrativa de Freitas, todavia, não se configura uma irmandade racial, nem tão pouco um berço da nacionalidade ou de um Exército nacional. Longe disso, o autor corrobora o idealismo europeu em menosprezar as técnicas de guerrilha e emboscada, caracterizando-a de “guerra de depredação”. A “guerra realizada dentro dos princípios da Holanda” era a guerra a ser travada entre nobres, como assim propôs o fidalgo italiano Banholo e concordaram “com prazer” os comissários holandeses Van Ceulen e Sijsselingh (Freitas, 1911, p. 30). A guerra cruel e bárbara, segundo Freitas,

eram as “correrias assoladoras” típicas dos negros e índios, Henrique Dias e Camarão. Nesse sentido, alinha-se com o pensamento português expresso por Mirales quase três séculos antes: “paisanos e negros só servem para emboscadas”. Podemos concluir que, em 1911, quase às vésperas da comemoração do centenário da Independência do Brasil, a identificação da gênese militar brasileira com Guararapes ainda não existia na narrativa militar brasileira. Lembrando que as narrativas de Southey, Von Martius e Varnhagen em torno dos heróis nacionais que expulsaram os holandeses eram narrativas que o Império se valeu para criar a identidade brasileira. A Proclamação da República parece não ter acompanhado essa narrativa.

A atividade intelectual dos militares se reflete nas publicações que começam a crescer em número nos primeiros anos do século XX. Essas publicações têm a preocupação de manter o público interno informado sobre o estado da arte dos processos e procedimentos bélicos europeus, bem como propagar a necessidade, entre os militares, de diminuir a defasagem que tínhamos em relação aos Exércitos mais preparados.

Em 1913, foi fundada a Revista *A Defesa Nacional*, cujo objetivo era a propagação da modernização da técnica e da tática militares, sobretudo aquelas de origem alemã. A Defesa Nacional foi inspirada na revista militar alemã *Militär Wochenblatt*. (Cidade, 1960, p. 413) “Uma das mais importantes campanhas levadas a efeito pela revista é a do contrato de uma missão estrangeira para modernizar a nossa técnica operativa.” (Cidade, 1960, p. 423)

No período que antecedeu a Grande Guerra, militares brasileiros dividiam-se entre a escola alemã e a escola francesa, no intuito de contratar, junto a essas nações, consultoria e materiais militares. Apesar de não ter sido a doutrina alemã a escolhida, a Missão Militar Francesa servia ao propósito da modernização. Outra conquista da Revista é a influência que teve para a criação do Serviço Militar Obrigatório, que ajudou a completar os quadros defasados das Organizações Militares. O poeta Olavo Bilac participou da propaganda nacional que culminou com esse regulamento nacional.

É interessante que, dentre as reformas de instrução adotadas pelo Exército Brasileiro no início do século XX, uma delas, constituída em 1919 e que vigorou até 1922, e que visava utilizar-se de instrutores nacionais e a busca de uma cultura militar própria no Brasil, ganhou o nome de “missão indígena”. (Roesler, 2014)

“A Missão Militar Francesa (que se estendeu de 1920 a 1940), deu grande impulso à bibliografia militar brasileira, pois difundia uma doutrina de guerra que seria a nossa e nas quais se recolhiam as lições dadas aos alunos das duas principais escolas. Essa doutrina de guerra se ajustava ao tradicional pensamento militar brasileiro.” (Cidade, 1960, p. 437) Além de instruir os quadros militares brasileiros para as modernas ideias e equipamentos de última geração utilizadas na Europa, o sentimento de um exacerbado nacionalismo francês, que crescia para combater o Estado alemão que se agigantava. O enaltecimento de Napoleão e suas táticas geniais nas instruções militares francesas aos militares brasileiros suscitou a busca pelos nossos próprios heróis e nossas próprias táticas. Nos primeiros anos da Missão Militar Francesa no Brasil, o Capitão Genserico de Vasconcelos ocupava a função de adjunto de estratégia e História Militar do Brasil junto àquela missão. Sobre essa obra de Vasconcelos, comenta Cidade: “uma injustiça chegou a constituir a mais famosa obra da coletânea dos auxiliares brasileiros da Missão francesa... Sua invejável fama provém do fato de ninguém se haver dado ao trabalho de lê-la, antes de elogiá-la.” (Cidade, 1960, p. 444) É o Capitão Vasconcelos o autor da 3ª História Militar do Brasil.

5. 2. Genserico Vasconcelos (1921)

Em 1921 o Capitão Genserico de Vasconcelos publicou sua História Militar do Brasil, a 3ª sobre a temática militar no país. Se levarmos em consideração que a primeira História Militar geral é de um escritor espanhol (José de Mirales) no Brasil colonial (1761); e a 2ª História Militar geral é de um escritor civil, em que pese a influência da sua instrução recebida em Colégio Militar, essa 3ª História Militar geral do Brasil é inédita por ser desenvolvida por um militar brasileiro. A importância dessa obra na historiografia militar vem do fato dela ter nascido sob a influência do “renascimento militar brasileiro.” (Cidade, p. 496) Como reflexo do movimento tenentista, que eclodiu definitivamente no ano seguinte (1922), a concepção desse “renascimento” militar consistia em conduzir a História Militar brasileira para o terreno técnico, relegando a um plano secundário o enaltecimento de heróis, fruto da influência do positivismo. É, de uma forma genérica, a atitude adotada nas Histórias Militares gerais escritas pelos militares no século XX. Cidade cita uma outra característica da obra de Vasconcelos, que reflete o método adotado pelos componentes

da Missão Militar Francesa em suas conferências: “o professor não se preocupava em indicar a fonte utilizada... nas aulas destinadas ao círculo estreito da Escola, os professores copiavam aqui e acolá, com prejuízo da verdadeira autoria.” (p. 497) Infelizmente, em muitas das História Militares gerais desenvolvidas ao longo do século XX, encontramos essa deficiência de metodologia, como veremos mais adiante. Cidade ainda cita (P. 498) que Vasconcelos enfrentou um processo de plágio, uma vez que teria se valido, para compor sua obra, de um livro do Coronel argentino Juan Baverina (*Caseros – Estudio Histórico Militar de Las Campañas de 1851-1852*, 1911), bem como “sofreu influência” da obra do Marechal Bormann (*A Campanha do Uruguai*, 1907).

O livro de Genserico Vasconcelos é a coletânea de uma série de onze conferências realizadas para as Escolas de Estado-Maior e de Aperfeiçoamento do Exército, sob o tema “Campanha de 1851-1852”. Tais conferências foram realizadas no ano de 1920. O fato da narrativa se fixar na campanha platina não se dá ao acaso. “Estava em foco”, conforme nos esclarece Cidade, “o debate com os sofistas platinos preocupados em obscurecer o valor de nossas intervenções no Prata. Era-nos doloroso calar diante de tanta estultícia. Genserico aceitou rebatê-las.” (Cidade, 1960, p. 444) Um dos maiores orgulhos da história militar argentina é a sua vitória sobre os brasileiros na Batalha de Ituzaingó, em 1827, durante a disputa sobre o domínio da Província de Cisplatina. Dentro daquela descabida disputa de narrativas entre os vizinhos sul-americanos, um ano antes da obra de Genserico, José Carlos de Macedo Soares publicou *Os Falsos Troféus de Ituzaingó* (1920), desmentindo que as cinco bandeiras brasileiras que se encontravam no Museu Nacional de Buenos Aires haviam sido tomadas aos brasileiros naquela batalha; uma vez que, de acordo com o autor, “nenhum corpo brasileiro naquela ocasião perdeu a sua bandeira.” (Cidade, 1960, p. 443) Sobre as diferenças de narrativas entre brasileiros e platinos, Cidade lançaria, mais tarde, um argumento desafiador:

“Por uma questão de coerência... eu devia concordar com os historiadores de outros países, que fazem de seus líderes super-homens. Teríamos a mesma conjuntura descrita de modos diametralmente diferentes, por exemplo, aqui e no Prata. Sendo a história uma ciência, como admitir essa diferença de resultados, se os elementos utilizados são os mesmos, aqui e lá?” (Cidade, 1960, pp. 13-14)

Na introdução da História Militar do capitão Vasconcelos, embalado pela história militar francesa nacionalista contra os alemães, e de um certo nacionalismo brasileiro que

se despontava em uma guerra de narrativas contra nossos vizinhos argentinos, cita o autor que “A nossa história militar ainda não foi escrita, nem estudada, à luz da filosofia da guerra... A nossa história militar é um desenrolar constante através de quatro séculos, de quadros de heroísmo, abnegação e vitória... Lendo-a, adquiri um culto extremado dos nossos antepassados...” (Vasconcelos, 1921, p. 25)

Apesar da História Militar de Vasconcelos restringir-se a apenas dois anos da Campanha do Prata, a introdução que faz da nossa História Militar, em sua 1ª Conferência, e que intitulou “Da Influência do Fator Militar na Organização da Nacionalidade”, demonstra um cabedal maduro de conhecimentos apoiados numa sequência racional e lógica de causas e efeitos que extrapolam uma simples visão apaixonada da nossa ancestralidade.

Vasconcelos inicia seus argumentos com a ideia de que a descoberta do Brasil não foi acaso, como diziam os livros didáticos de seu tempo. Em 1498, Mestre João, astrônomo e navegador português, já mostrava a D. Manoel que havia grande quantidade de terra em torno da latitude 17º S, de acordo com o mapa-múndi de Pero Vaz Bisagudo. A expedição de Américo Vespúcio, de 1501, constatou a dificuldade no comércio com os nativos primitivos e incultos, além da inexistência de vestígio de ouro ou de alguma especiaria. Essa foi a razão do descaso com a nova terra, que só recebeu mais três expedições em trinta anos: a de Gonçalo Coelho (1503), a de D. Nuno Manoel (1513) e da Nau Bretoa (1519), além da fundação de três feitorias, São Vicente, Piratininga e Pernambuco. O autor cita três dificuldades para a ocupação da terra: a preferência que os portugueses mostravam pelas Índias; a vastidão da costa, que tornava muito difícil a sua defesa; e a pequena população de Portugal. A solução temporária, da doação de sesmarias, não deu certo pela falta de recursos de seus donatários para a exploração e defesa de suas posses. Somente em 1549, com a chegada do 1º Governador Geral, dá-se a unidade nacional.

O autor cita o Art. 33 do Regimento de ElRey de 1548, que transcreveu da obra *Como se deve escrever a História do Brasil*, do escritor alemão Von Martius (1843), como a 1ª Lei Orgânica da força armada no Brasil:

“Para defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil é necessário haver nelas artilharia, munições e armas ofensivas e defensivas, e por bem mando que os capitães das capitanias, senhorios dos engenhos e moradores da terra tenham artilharia e as seguintes armas a saber...” (Vasconcelos, 1921, p. 32)

Em 1570, D. Sebastião completou o Regimento de 1843, instituindo a obrigatoriedade do Serviço Militar para a defesa comum e organizando as milícias: “Cada companhia será de duzentos e cinquenta homens e terá um Capitão, um Alferes, um Sargento, um escrivão, um meirinho e dez cabos.”

O autor cita Von Martius, ao salientar que as milícias se tornaram fundamentais para o sucesso da colônia, por dois motivos: *“além de conservar o espírito das empresas aventureiras e extensão do domínio português, favoreciam o desenvolvimento das instituições municipais.”* (Vasconcelos, 1921, pp. 33-34)

Em relação às invasões francesas, Vasconcelos aponta as causas: a pirataria francesa, protegida pelo Governo francês, assaltava em grande escala o comércio português na África, Índias e Brasil. Valeu-se ainda Villegaignon em 1555, da ideia de criar uma comunidade calvinista protegida das dissensões religiosas na França, e para tal escolheu a abandonada terra do Rio de Janeiro. A disputa ganhou status de questão religiosa, quando os jesuítas portugueses resolveram apoiar seus compatriotas na expulsão dos calvinistas franceses. Todos os franceses e seus nativos aliados foram trucidados pelos portugueses. A principal consequência desses eventos foi a fundação da cidade do Rio de Janeiro pelos portugueses, para garantir a efetiva posse da terra.

Os franceses voltaram com intuito semelhante entre 1594 e 1614, nas abandonadas terras do Maranhão. Jerônimo de Albuquerque, com uma expedição de 500 homens, expulsou o invasor francês. Como consequência, em 1672, fundou-se o Estado do Maranhão, na área em que hoje estão os estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. *“As tentativas francesas, foram deste modo, incentivos para o progresso da civilização.”* (Vasconcelos, 1921, p. 36)

Em relação às invasões holandesas, Vasconcelos aponta como causa a criação da Companhia das Índias Ocidentais, cuja principal missão era destruir o odioso monopólio espanhol, arrebatando-lhe os tesouros que vinham de suas colônias. Cita a primeira expedição à Salvador com a conquista de Salvador, em 1624, e o contra-ataque de Dom Fradique Coutinho e a expulsão do inimigo, no ano seguinte; a companhia holandesa preparou então uma esquadra mais poderosa para apossar-se de Recife, em 1630.

“A capitania de Pernambuco pertencia ao fidalgo e guerreiro português Mathias de Albuquerque... que organizou milícias, guerrilhas e emboscadas, e lutou, de 1630 até 1635, contra a conquista. O herói foi finalmente batido. Desanimado, anuncia sua

retirada, fazendo um apelo para acompanhá-lo aos que desejassem ser fiéis à pátria e à religião. A sua voz foi escutada. Uma grande multidão de homens, mulheres e crianças seguiu o guerreiro em seu êxodo do sertão bravo até Alagoas.” (Vasconcelos, 1921, p. 39)

Vasconcelos então salienta a boa Administração do Conde Maurício de Nassau, que, abrandando os ânimos através da tolerância religiosa, da prosperidade do comércio e dos investimentos que aplicou em Recife, transformando-a em uma Veneza brasileira, atraiu à causa holandesa muitos portugueses e brasileiros. Em 1640 dá-se a restauração portuguesa ao jugo espanhol. O armistício firmado entre a Holanda e Portugal não é respeitado por Nassau. De acordo com o autor, em 1644, desgostoso com a Companhia, Nassau regressou a Holanda. Vasconcelos cita, então, a rebelião de Pernambuco, que irrompeu em 1645 contra a dominação batava:

“Os inconfidentes, com a divisa “Deus e Liberdade”, batem os holandeses, logo no início das hostilidades, no Monte das Tabocas. Surge então, com grande força, o sentimento nacional. Consagram-se a raça conquistadora e as sub-raças que haviam surgido das ligações dos primitivos povoadores: o branco, o índio e o negro. O General português Barreto de Menezes, os brancos Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, o índio Camarão e o negro Henrique Dias são os heróis da cruzada da libertação. As duas grandes vitórias dos Guararapes têm por epílogo a rendição da Companhia da Taborda, em 26 de janeiro de 1654. Estava salva a unidade brasileira pelo esforço dos próprios brasileiros e de suas milícias improvisadas.” (Vasconcelos, 1921, pp. 39-40)

Vasconcelos cita ainda que a paz de Haia só foi assinada em 1661, com o pagamento “indenizatório” que Portugal fez à Holanda, de cinco milhões de cruzados. Conclui que Portugal não podia reclamar das condições, uma vez que a esquadra holandesa era senhora dos mares; e que Portugal que se preocupasse em reaver a Administração da colônia, abalada pelo domínio espanhol e “pela consciência de sua própria força tão brilhantemente provada na expulsão dos holandeses.” (Vasconcelos, 1921, p. 40)

A 1ª Conferência de Vasconcelos segue citando a epopeia bandeirante, que alargou as fronteiras brasileiras e os respectivos tratados com os espanhóis com o objetivo de uma configuração fronteiriça aceitável.

Em suma, a História Militar de Vasconcelos, que é composta de onze conferências, utiliza apenas a 1ª conferência para a descrição dos primeiros trezentos e cinquenta anos da história militar do Brasil. Dada, porém, a citação de alguns aspectos econômicos e sociais com que trata as invasões francesa e holandesa, sua introdução é mais completa que as

histórias militares dos seus dois antecessores. Mirales, que se escusou a aprofundar-se no assunto alegando falta de documentação, e de Freitas, que se fixou na história-batalha, ocultando-lhe importantes aspectos econômicos, ou rareando ações de causa e efeito sobre esses eventos.

Para a nossa pesquisa, é muito relevante, novamente citando *Foucault, o lugar de fala*, ou os diferentes posicionamentos entre os discursos da 2ª e da 3ª Histórias militares em relação à gênese militar brasileira. Freitas era civil, e em 1911, embasado em autores estrangeiros do século XIX, incorporou na História Militar brasileira a importância das forças irregulares na defesa do território brasileiro. Nomeia os heróis, nativos e moradores, e aponta Guararapes como o palco mais importante da nossa história militar. É Vasconcelos, porém - o primeiro militar brasileiro a escrever sobre a temática militar - dez anos mais tarde, que vai incorporar na História Militar brasileira todos os aspectos que identificamos hoje como o “mito de formação do Exército Brasileiro”: Essas forças irregulares, irmanadas nas diferentes raças, criaram, contra o invasor holandês, o sentimento de nacionalidade e amor à Pátria: *“Surge então, com grande força, o sentimento nacional. Consagram-se a raça conquistadora e as sub-raças que haviam surgido das ligações dos primitivos povoadores: o branco, o índio e o negro.”* (Vasconcelos, 1921, p. 39)

A citação acima, aliás, apresenta muita semelhança com a Ordem do Dia 19 de abril de 2022, do Comando do Exército Brasileiro, com cujo texto iniciamos a nossa tese. Na síntese das palestras, na última página do livro, o autor declara a missão das Forças Armadas: *“A missão do Exército e da Marinha resume-se, pois, a manter a inviolabilidade e a segurança das nossas definitivas fronteiras, e em argamassar a nacionalidade dentro da sua tradição e da sua continuidade histórica.”* (Vasconcelos, 1921, p. 312)

Fica claro na descrição que Vasconcelos faz da rebelião pernambucana contra o holandês, que todos os elementos da união racial contra o invasor, nomeando o teatro de operações e os respectivos heróis nacionais, incluindo o surgimento da nacionalidade brasileira, já se fazem presentes no pensamento militar vigente em 1920, ano na qual foram ministradas, a um seletor público militar, as conferências que foram transformadas no livro publicado em 1921. O que mudou nesses dez anos, entre as duas obras? Um ponto importante para reflexão é o fato de Vasconcelos ser militar e descrever um pensamento dominante entre os militares que talvez o civil Freitas não tivesse acesso; os sentimentos nacionalistas europeus que se exacerbaram com a 1ª guerra Mundial, em especial o

francês, influenciaram o pensamento militar brasileiro; a Missão Militar Francesa, iniciada em 1920 para a profissionalização do Exército Brasileiro, teve influência sobre essa mudança de pensamento.

É incrível como a narrativa de Vasconcelos, de 1921, é tão atual e tão consoante com o discurso militar um século a sua frente. O autor sintetiza: “O Exército, como sempre, esteve ao lado do povo e das ideias liberais.” (Vasconcelos, 1921, p. 53) Em relação ao futuro do Exército, cita o autor: “Desde os primórdios da Independência, a força armada tem sido poderosa auxiliar em nossas aspirações de liberdade e progresso.” (Vasconcelos, 1921, p. 54) “Confunde-se, em nossa história, o soldado e o cidadão;” (Vasconcelos, 1921, p. 55) “Outras obrigações nos são agora impostas... É a força de coesão que manterá, uno e indivisível, o Brasil grandioso, dissociado por fatores vários... antagonismos econômicos, sub-raças oriundas de correntes migratórias de gentes de língua, religião, mentalidade e influências ancestrais discordantes.” (Vasconcelos, 1921, p. 55, grifo nosso)

A partir de 1922 aumenta a agitação política no Brasil. “Foram os quartéis do Exército e os navios da esquadra os melhores alvos para os agitadores profissionais (Cidade, 1960, p. 445) Uniram-se nessa ocasião, segundo o citado autor, duas correntes: “a dos aproveitadores, que só tinham em vista seus interesses pessoais e a dos militares idealistas (não isenta de infiltrações suspeitíssimas), na convicção ingênua de que a História pudesse dar saltos e produzir novos Cincinatos.” (Cidade, 1960, p. 445) Nesse contexto ocorrem a Revolução Paulista de 1924, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. “A Revolução de 1930 apresenta-se para o Brasil como o início de uma nova fase de nossa história, principalmente pelos abalos que de início produziu na velha estrutura da organização nacional.” (Cidade, 1960, p. 477) No campo da historiografia militar, um olhar ao passado, mais especificamente sobre a Guerra do Paraguai, gera uma guerra de narrativas para a escolha do maior líder militar brasileiro, entre os defensores do Duque de Caxias e os do General Osório.

Vimos, na pesquisa de Castro, como em 1923, após o levante tenentista do ano anterior, Caxias substitui Osório na memória militar. E como o Coronel João Pessoa cria na Academia Militar das Agulhas Negras, entre 1930 e 1934, todo o cerimonial militar que envolve o recebimento do espadim de Caxias pelos cadetes.

É interessante notar que, em meio ao enaltecimento da composição étnica na gênese militar do Brasil, como temos acompanhado, a Escola Militar de Realengo, cujo curso dava acesso à formação da elite do Exército Brasileiro, veda, no período compreendido entre 1931 e 1934, a entrada de negros, juntamente com comunistas, judeus e islâmicos (Rodrigues e Conceição, 2015).

5.3. Danton Teixeira (1934)

Em 1934 é publicada a História militar do Brasil do Major Danton Teixeira. A apresentação da 1ª edição, feita pelo então diretor da Biblioteca de Cultura Militar, capitão João Ribeiro Pinheiro, afirma que, de maneira diferente dos “vários autores nacionais que produziram histórias militares que fizeram um trabalho de mera cronologia, sendo o primeiro deles José de Mirales”, o autor “compendia a evolução do mecanismo dos exércitos, de cada época, do seu armamento, fazendo sobressair os problemas táticos e estratégicos.” Afirma ainda o autor da apresentação, numa clara alusão às bandeiras:

“A necessidade de defesa contra o assalto dos aborígenes, no Brasil-capitania, impôs a criação de um exército de mestiços – dele gerando o “ciclo de indiada” e do “ouro de lavagem” e, conseqüentemente, a magnífica expansão das fronteiras brasileiras.”

É interessante notar a percepção do capitão Pinheiro em relação ao paradoxo daquelas instituições militares: ao mesmo tempo em que eram formadas por mestiços, eram responsáveis pelo apresamento da “indiada”. A comparação entre o ciclo do apresamento e o ciclo do ouro não passa despercebida. Em todas as listas acadêmicas contendo os ciclos econômicos do Brasil (do pau-brasil, da cana de açúcar, do ouro, do café, da borracha), parece inédita ao leitor a inclusão do ciclo do apresamento indígena. Não menos estranha, todavia, se levarmos em consideração a quantidade de riqueza que representava essa atividade aos seus exploradores. Prossegue a apresentação com a citação da substituição do “mito monárquico” pelo “mito nacional”, que “catalisa para as forças armadas todo o poder de onde surge o fenômeno de se militarizarem as organizações políticas brasileiras.” – Análise madura para um pensamento dos anos 1930, e quase

profética, se levarmos em consideração a atuação política que os militares se envolveram nas décadas seguintes.

No prefácio da obra, Teixeira elogia o nível do ensino militar brasileiro, influenciado pela Missão Militar Francesa. E acrescenta que sua obra nasceu das dificuldades para expor aos oficiais e sargentos de seu Grupo de Artilharia, durante o ano de instrução 1933/1934, “os lances principais da nossa atividade militar do passado.” Cita ainda o autor suas fontes: Mirales, Varnhagen, Rodolfo Garcia e Torres Homem. Ao longo do texto cita ainda o escritor inglês Southey.

No capítulo referente ao Regime Colonial, Teixeira afirma que “a primeira organização militar no Brasil foi a frota de Cristóvão Jacques, composta de 6 naus, a qual teve por missão patrulhar a costa contra os piratas estrangeiros.” (Teixeira, 1934, p. 9) Cita as armas que deveriam possuir os donatários e moradores das capitanias hereditárias, criadas em 1534. Parte então para as invasões francesas. Teixeira cita duas causas para o malogro da expedição: a falta das mulheres na composição de uma expedição colonizadora e o escorbuto que veio com os franceses e se alastrou pelos seus aliados tamoios. Enaltece o feito do índio Arariboia, que “consegue arditosamente ir até o paiol de pólvora dos franceses que estava localizado num penedo e nele lança fogo.” (Teixeira, 1934, p. 12) Prossegue o autor com a colônia francesa fundada no Maranhão, em 1594 e a chegada de La Touche em 1612 com um reforço de 3 naus e 1000 homens. Coube a Jerônimo de Albuquerque, auxiliado por Diogo Campos a expulsão dos franceses. (Teixeira, 1934, p. 15)

Teixeira descreve com brevidade a 1ª e a 2ª invasões holandesas. Cita os historiadores Southey e Varnhagen como suas fontes. Cita as personagens dos conflitos: “Nos encontros de terra distinguem-se Luiz Barbalho, Henrique Dias, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e sua esposa Clara.” (Teixeira, 1934, p. 23); Cita o início da insurreição: “Alguns pernambucanos instigados por João Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros preparam uma insurreição contra os holandeses...” (Teixeira, 1934, p. 23) Descreve a 1ª Batalha de Guararapes: “Durou a luta 4 horas e cessou pelo esgotamento físico dos combatentes. O campo de batalha ficou juncado de feridos e mortos.” (Teixeira, 1934, p. 23) E cita o ânimo dos inimigos: “Os soldados de Schkoppe eram quase todos mercenários: flamengos, italianos, franceses... A tropa fraquejou desde o começo dado o arrojo e o entusiasmo dos nossos no primeiro choque. Além disso havia o desgosto pelo atraso dos vencimentos.” (Teixeira, 1934, p. 26) Descreve a 2ª batalha: “A derrota foi completa... Os

holandeses fizeram a mesma retirada da vez anterior. Lavrou então desânimo nas forças invasoras.” E o desfecho: “O cerco do Recife foi mantido até que Francisco Barreto conseguiu a rendição a 26 de janeiro de 1654. Estava assim livre o Brasil dos holandeses.” (Teixeira, 1934, p. 28)

Essa obra de Teixeira se diferencia das demais por um aspecto não necessariamente ligado ao autor. É na apresentação da obra, que o então diretor da Biblioteca de Cultura Militar, um capitão, mostra sua preocupação nas narrativas das ações oficiais contra os indígenas e denuncia um “ciclo do apresamento”, bem como insere sua constatação da crescente participação militar na política brasileira. A obra de Teixeira, propriamente dita, traduz o aspecto que mais representa a tradicional história militar brasileira, escrita por militares: foi escrita para suprir a necessidade didática para a formação de novos militares. Trata-se basicamente de notas de aulas, carregadas de datas, efetivos, ações sucintamente descritas e mapas. É meramente descritiva, sem muitos adjetivos e despojada, em quase sua totalidade, de impressões pessoais do autor. Guararapes é para o autor uma passagem de rápida descrição, como as demais. Não dá Teixeira qualquer conotação nacionalista ou de gênese militar a esse evento.

5.4. Gustavo Barroso (1935)

A 5ª História Militar do Brasil, cuja autoria é de Gustavo Barroso, viria a ser escrita e publicada em 1935. O autor, desconhecendo as obras de Leopoldo Freitas, Genserico de Vasconcelos e Danton Teixeira, proclama-se autor da 2ª obra sobre o tema no Brasil: “Preencho, outrossim, a sensível falha da nossa bibliografia. A única História Militar do Brasil existente foi escrita, em 1762, por José de Miralles!”

O autor foi nomeado pelo Presidente Epitácio Pessoa para organizar o Museu Histórico Nacional, local onde passou a ministrar um curso de extensão universitária. As “lições sobre a História Militar do Brasil”, cujas anotações viriam a constituir a obra militar de Barroso, foram utilizadas pelo autor na Escola de Oficiais da Milícia Integralista do Distrito Federal, em 1934. É relevante posicionar que Gustavo Barroso era civil, mas apaixonado pela causa nacionalista. Foi membro da Ação Integralista Brasileira, movimento de extrema-direita inspirado no fascismo italiano; e um antisemita declarado. É relevante

observar que sua obra e suas ideias totalitaristas são contemporâneas e simpatizantes ao fascismo italiano e não tão distantes do nazismo alemão. Aliás, é interessante uma dissertação de mestrado de Dantas (2014) que estuda o discurso barrosiano entre 1933 e 1937, identificando o integralista como “O Führer Brasileiro.” Segundo levantou Dantas na dialética de Barroso, a nação “maçônico-judaica” pretendia afastar a Igreja e o Exército da política. Os “desmandos judaicos”, ao conduzir pela liberal democracia as “massas ignorantes”, tinham por objetivo a destruição da “civilização cristã”. Daí a ideia de Barroso de enaltecer os militares, que, juntamente com os padres, constituíam a “gente qualificada” para uma organização social ideal. A “massa ignorante” seria instruída por uma ideologia integralista através do que Barroso chamou de “a verdade sobre o assunto”. (Dantas, 2014, p. 97)

Barroso tem ainda uma obra interessante, intitulada *História Secreta do Brasil* (1939). Nesse livro Gustavo culpa os judeus por exercerem secretamente todos os desvios econômicos, desde o descobrimento do Brasil: apossaram-se secretamente do pau Brasil, do açúcar e do ouro: “Toda a história do Brasil é assim: uma aparência. O idealismo construtor do português, do mameluco e do brasileiro, cristãos; uma realidade – o utilitarismo oculto do judeu, explorando as obras do idealismo alheio.” (Barroso, 1939, p. 37) Até o “tráfico de carne humana” foi atribuída aos judeus: “Os senhores de engenho viviam endividados, presos à usura judaica. O judaísmo os manobrava e forçava a lançar mão do operário africano, que os negreiros, também enfeudados a Israel, iam buscar do outro lado do Atlântico.” (Barroso, 1939, p. 48) Nessa obra, Barroso atribui aos “abomináveis protestantes-judeus” a invasão holandesa de Pernambuco, e “a grande insurreição dos naturais”, cuja conjura resultara na guerra de independência, sairia “talvez a mais bela página da nossa história, em que um pugilo de heróis apagaria com os altos feitos das Tabocas e dos Guararapes a derrota da Mata Redonda e o incêndio de Olinda”. (Barroso, 1939, p. 72) Conclui o autor: “A perda do Brasil holandês obrigou os filhos de Israel a uma diáspora na América.” (Barroso, 1939, p. 74) Barroso atribui a maçonaria aos judeus e toda a força que tal instituição secreta fez para derrubar a monarquia, a partir de Tiradentes, com o intuito de livrarem-se dos altos impostos sobre o ouro. (Barroso, 1939, p. 157) Compara a bandeira da Inconfidência mineira, cujo triângulo “pode ser visto em uma das colunas do templo de Salomão (Barroso, 1939, p. 162), ou simplesmente, o triângulo “judaico-maçônico-cabalístico”. (Barroso, 1939, p. 163) Segundo Barroso, coube

à Maçonaria a Independência do Brasil (Barroso, 1939, p. 252) e a falência de D. Pedro I, cuja ligação amorosa com a Marquesa de Santos teria sido estimulada com o fim de derrubá-lo: “O povo maçônico envenenou o coração do verdadeiro povo e com ele derrubou o Imperador.” (Barroso, 1939, p. 301 e 355) Interessante também é uma frase da obra, que parece sintetizar o rumo histórico alegado pelo autor: “Numa história secreta, nem sempre é possível achar a documentação concludente do que se afirma.” (Barroso, 1939, p. 102)

A História Militar de Barroso tem 346 páginas (utilizamos nesta pesquisa a 2ª edição, de 1938), e dedica apenas quatro páginas aos séculos XVI e XVII, restringindo-se, basicamente, à composição dos efetivos militares. Sobre a invasão dos franceses no Rio de Janeiro, se furta à narrativa, parodiando Mirales, alegando a inexistência de documentos seguros; nada cita sobre a invasão francesa do Maranhão. Sobre as Guerras Holandesas, dedica um único parágrafo: “Imagine-se, pois, o valor dos chefes dessa época que escreveram a epopeia da guerra holandesa coroada pelas esplêndidas vitórias das Tabocas e dos Guararapes”. Cita em seguida a glória de Henrique Dias na condução de “seu terço de pretos” e a tradição que se seguiu para a composição dos terços compostos unicamente de pretos “com fardas brancas paramentadas de vermelho” (Barroso, 1938, p. 12).

Barroso, seguindo a linha de Mirales, atualiza as organizações militares com seus respectivos efetivos, numa descrição quase contábil; interessante é o seu comentário acerca do recrutamento em meados do século XVIII, para aparelhar essas organizações: “Violento e curioso o sistema de recrutamento. A certa hora, prendiam-se todos os homens que se encontravam na cidade. Depois, entre eles, as autoridades escolhiam os que deviam assentar praça.” (Barroso, 1938, p. 25)

Barroso justifica a pouca atenção que dá ao Exército colonial: “A verdadeira história militar do Brasil começou com a Nação e a Nação surge no dia em que a coroa da Metrópole vem para o continente americano. Até então, éramos simples colônia. Depois, somos um reino.” (Barroso, 1938, p. 117). Salienta então, as alterações promovidas pelo príncipe-regente em 1808, como a criação do 1º Regimento de Cavalaria do Exército, a criação da Guarda do Príncipe e o Regimento de Artilharia da Marinha, de cujo corpo se originaram os nossos fuzileiros navais. (Barroso, 1938, p. 27). Barroso era um estudante fervoroso dos uniformes militares. Em 1922, lançou o álbum *Uniformes do Exército*, em co-autoria com Washt Rodrigues. (Cidade, 1960, p. 444) É interessante citar que em 1926 ele mesmo

propôs a restauração do uniforme histórico do 1º Regimento de Cavalaria. Por ocasião da narrativa da Independência, cita que *“o exagero das cores nacionais nos uniformes exprimia o desejo de mostrar a todos que o domínio do além-mar fora definitivamente abolido.”* (Barroso, 1938, p. 37)

A conclusão da obra revela o espírito integralista do autor: critica os regionalismos dos estados, permitidos pela República, desunindo “a alma dos brasileiros”. E salienta como a coesão da força dos brasileiros “varreu do Prata” seus inimigos. Expressa, em seguida, uma das “lições” a serem propagadas pela sua história militar, congruente com uma possível intenção de expandir o fascismo no Brasil: “A força dessa coesão dum grande povo continua latente. É necessário despertá-la para novos prodígios”.

Barroso era civil, apaixonado pela causa militar e estudioso sobre o tema. Todavia, sua obra é muito mais próxima do pensamento militar colonial português expresso por Mirales – do qual se considera o primeiro sucessor no tema – do que de qualquer outro escritor da mesma temática, que tenha sido seu contemporâneo. Ignora não só as obras de Freitas e Vasconcelos, mas de todas as contribuições que tiveram alguma influência sobre o pensamento militar brasileiro que foram incorporadas ao longo do século XIX, como, por exemplo, das fontes estrangeiras da qual Freitas se valeu para escrever a sua obra: Soulthey, Von Martius, Netscher, Varnhagen... Por esse motivo, a gênese militar brasileira, para Barroso, se dá somente com a vinda da família real para o Brasil.

Barroso conclui seu livro e a descrição da vitória no Paraguai como um pretexto para suas ambições políticas: “Essa obra demandara grandes sacrifícios, mas plasmara numa só alma os brasileiros de todas as províncias... A força, porém, dessa coesão dum grande povo continua latente. É necessário despertá-la para novos prodígios!” (Barroso, 1938, p. 255)

Apesar da temática militar, Barroso parecia estar mais ligado a um pensamento político alinhado com as doutrinas autoritárias europeias dos anos 1930, como o nazismo e o fascismo, do que propriamente com um pensamento militar brasileiro. Não se atém aos esforços populares ou mesmo aos esforços militares do Brasil colonial na expulsão dos estrangeiros; mas busca essa força nacionalista popular nas batalhas seguintes pela definição fronteiriça contra os vizinhos espanhóis. Uma força que poderia muito bem lutar em defesa de seus anseios fascistas. Daí a preocupação didática da sua obra. Todavia, os rumos tomados pelos estados totalitários na Europa nos anos 1940 arrefeceram seus

defensores após o término da 2ª Grande Guerra. Barroso morreu em 1959, e nos últimos 25 anos de sua vida foi o Diretor do Museu Histórico Nacional, função já havia ocupado em 1922.

Em 1937 é criada a Biblioteca Militar. Cidade nos conta que a Biblioteca Militar “abriu ao pensamento militar novas veredas, “facilitando aos militares, sem exclusão dos escritores civis, a publicação de suas obras assegurando-lhes paga modesta, mas certa... Animou muitas inteligências de escol a tomarem da pena e a abandonarem o retiro em que se conservavam, por não ter como publicarem seus livros.” (Cidade, 1960, p. 474) A editora da Biblioteca Militar publicou e distribuiu em poucos anos dois milhões de livros. Cidade comenta: “Todos bons? ... a resposta é sabidamente negativa. Poucos são os que transpõem os umbrais da fama. Entre nós, até hoje, em prosa, só estão certos de sua sobrevivência dois ou três livros, como a Retirada de Laguna, de Taunay, Os Sertões, de Euclides da Cunha, e Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire.” (Cidade, 1960, p. 477)

Para essa vasta produção, valeu-se a Biblioteca Militar da criação de concursos e premiações. É muito relevante para o nosso estudo o regulamento de um desses concursos, que estabelece a ideologia das publicações militares do período, em consonância com o pensamento militar:

“A obra deve, como é óbvio, ser de fundo nacionalista brasileiro e ter em vista o fato de nossa premente ascendência portuguesa... deve prestar as devidas homenagens aos heróis nacionais... não ter cunho ideológico contrário aos princípios em que se desenvolveu a civilização brasileira.”

(Concurso comemorativo do tricentenário da 2ª Batalha de Guararapes, maio de 1948, in Souza Junior, 1949, grifo nosso)

Tal concurso foi decidido pela Comissão Julgadora, que tinha entre seus membros os acadêmicos Gustavo Barroso e Pedro Calmon. O vencedor que teve sua obra publicada – *Do Recôncavo aos Guararapes* (1949), foi o major Antônio de Souza Junior. A ata do concurso, contida na abertura do livro, contém a seguinte menção: “A comissão decidiu desprezar os argumentos do relator que se opunha à classificação daquela obra como trabalho histórico perfeito.” (Souza Junior, 1949)

A década de 40 traz também intensas atividades aos militares; a busca de novos elementos para constituírem o nacionalismo, anteriormente patrocinada por D. Pedro II,

ganha força novamente com a política totalitária do Estado Novo. A identificação de uma origem racial comum brasileira fazia parte desse nacionalismo. A Segunda Guerra Mundial é assunto para dezenas de livros que narram a participação brasileira naquele conflito. A experiência adquirida com o recrutamento da FEB para mobilizar os efetivos das pracinhas que foram encaminhados ao Teatro de Operações da Itália evidenciaram também a necessidade de um estudo sobre essa identificação racial; O Exército norte-americano sob o qual o Brasil esteve subordinado nas operações militares da 2ª Guerra, apresentava um batalhão de negros totalmente segregado dos demais. Esses teriam sido alguns dos motivos que influenciaram as duas histórias militares do Brasil publicadas na década de 40 a procurarem a origem e a descrição da composição racial das nossas tropas: *A História militar do Brasil – Regime Colonial*, de 1945, do Tenente-Coronel Aurélio Alves de Souza Ferreira; e *Capítulos de História Militar do Brasil (Colônia-Reino)*, de 1946, de Aliatar Loreto.

5.5. Aurélio Alves de Souza Ferreira (1945)

Em 1945, o Tenente-Coronel Aurélio Alves de Souza Ferreira escreveu *A História militar do Brasil – Regime Colonial*. O autor foi professor da Escola Militar de Realengo, de 1934 a 1937, e declara no prefácio à 1ª edição que a obra foi composta por notas de aula “extraídas das obras mais importantes sobre a história do Brasil.”

A capa da 1ª edição chama a atenção pelo ineditismo da figura de um índio, armado com tacape, flechas e lanças, cuja figura é acompanhada pela frase em tupi *CO IVI OGUERECÓ YARA!* Não há na obra nenhuma citação aludindo à capa. Trata-se, todavia, segundo Celso Deucher (*História do sentimento emancipatório do povo sulista*, 2017) da imagem do cacique Guairacá, lendário índio guarani que liderava seu povo contra a escravização pelos espanhóis no século XVII, onde hoje é a região sul do Brasil. A tradução da frase tupi: “Esta terra tem dono!”

O prefácio da edição original dessa obra foi escrito por Danton Teixeira, onde lê-se: “Muito em breve festejaremos o tricentenário das Batalhas dos Montes Guararapes, por certo o feito mais transcendente da nossa história militar.”

Ferreira começa sua *História Militar do Brasil* descrevendo “os povos que habitavam o Brasil na época de seu descobrimento e orçavam em perto de um milhão de almas.”

Essencialmente didático (afinal, sua obra é a reunião de notas de aula), segue o seguinte esquema para analisar a força militar indígena: a) Organização Militar: “Não possuíam, verdadeiramente, uma Organização Militar”; b) Armas: tacapes, uiraparas, flechas de guerra, lanças de arremesso, munacús, varapaus, esgaravatanas e dardos; c) Processos de combate: “traíçoeiros e desleais (para nós)”; d) Conduta de guerra: “o fim principal era fazer prisioneiros para matar (prática da antropofagia) ou escravizar... Participavam das campanhas os escravos e, muitas vezes, as suas próprias mulheres.”; e e) Aproveitamentos: utilizavam “a chamada farinha de guerra.” (Ferreira, 1945, pp. 7 a 11)

Em seguir, passa a citar todos os eventos importantes para a história militar do Brasil de acordo com a ordem cronológica de seus governantes: as expedições de reconhecimento enviadas pelo Rei D. Manuel I - as viagens de Gonçalves Coelho (1502) e de D. Nuno Manoel (1513), cujas informações apenas “concorreram para o abandono de Brasil por Portugal, mais interessados nas Índias, que lhe davam maiores proveitos.” (Ferreira, 1945, p. 12)

Narra as providências de D. João III – a expedição “guarda-costas” de Cristóvão Jaques (1526), que travou luta na baía de Todos os Santos, com três naus francesas e fez 300 prisioneiros; a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza (1530), que partiu de Portugal com 400 pessoas, inclusive famílias; e após explorar a costa brasileira, do Maranhão ao Rio da Prata, e aprisionar três naus francesas na altura do Cabo de Santo Agostinho, fundou, com o auxílio de João Ramalho, a cidade de São Vicente, e logo depois a de Piratininga (Atual São Paulo). (Ferreira, 1945, pp. 13-14) O francês Jean Duprat, comandante da nau La Pelèrine, se apoderou de uma pequena fortaleza construída em Pernambuco, que foi em seguida retomada por Pero Lopes; finalmente, a expedição de D. Tomé de Souza (1549), que chegou à Bahia, como 1º Governador do Brasil, após a tentativa fracassada das capitanias hereditárias. Tomé de Souza trouxe, além de 600 homens de armas, o regulamento de El Rei, de 17 de dezembro de 1548, composta por 48 artigos. Interessa-nos o Art. 33, cuja ordem cria a primeira milícia regular do Brasil:

“Cada donatário, para a segurança das terras doadas, devia ter, além da pólvora necessária, dois falcões (peças de artilharia naval), seis berços (peças de artilharia terrestre), seis meios berços, vinte arcabuzes ou espingardas, vinte bestas, vinte lanças ou chuços, quarenta espadas e quarenta gibões darmas (colete para amortecer as flechadas).” (Ferreira, 1945, p. 17)

O citado regulamento cria também uma milícia de reserva, ou de segunda linha:

“Também os donos de engenhos e das fazendas ficavam obrigados, sob pena de castigo, a terem: quatro berços, dez espingardas, vinte espadas, dez lanças e vinte gibões darma.” (p. 18)

Disponha ainda o regimento que “cada morador, dentro de um ano, adquirisse arma.” (p. 18) Além disso, Tomé de Souza iniciou o serviço militar obrigatório, que foi mais tarde completado com o regimento de 1570. Organizaram-se, assim, “duas armas: a Infantaria, armada a besta, lanças e arcabuzes (depois substituídos pelos mosquetes) e a Artilharia, dispondo de falcões, berços e meios berços.” (Ferreira, 1945, p. 18) Para a defesa dos selvagens, organizou o Governador a primeira obra de fortificação da cidade, conhecida como Trincheira do Mar (foi construída no pequeno ilhéu e inicialmente chamada Santa Maria del Popolo, foi substituída em 1630 pelo atual Forte de São Marcelo, dentro do Porto – Ferreira, pp 87-88). Anteriormente, “o Forte de Santos, levantado em 1513 por Braz Cubas, e a Trincheira de Santiago, construída por Martim Afonso em 1532 constituem os primeiros trabalhos de organização defensiva do Brasil.” (Ferreira, 1945, p. 19)

É importante realçar que a organização militar trazida para o Brasil não tinha nada de novo: era em tudo semelhante à que então vigorava em Portugal”. (Ferreira, 1945, p. 19) O Governo de Tomé de Souza foi marcado pelas “lutas contra os nossos índios.” (Ferreira, 1945, p. 20)

Ferreira segue a cronologia descrevendo as ações de Duarte da Costa que assumiu o Governo Geral do Brasil em 1554. Uma das grandes contribuições de Ferreira é a narrativa da luta contra os indígenas, “negligenciada” nas obras dos outros autores sobre a história militar do Brasil. Cita a responsabilidade de D. Álvaro da Costa, filho do Governador, e cujos “desvarios” teriam aumentado a tensão com os indígenas:

“Não experimentando uma ação forte da parte dos colonizadores... os nossos selvagens mais se animavam, fazendo contínuos ataques às propriedades dos colonos, principalmente nos territórios atuais de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.” (Ferreira, 1945, p. 21)

Segue o autor na defesa dos índios: “Naturalmente, como legítimos donos dessas terras, não podemos deixar de reconhecer o direito que lhes assistia na defesa do rico

patrimônio dado pela Providência.” (Ferreira, 1945, p. 22) Todavia, Ferreira não tira a razão e enaltece o *modus operandi* dos “povos já civilizados” (grifos nossos):

“Rudes, incultos e por isso mesmo, incapazes de se aperfeiçoarem, era natural que, povos já civilizados, procurassem, para o próprio bem desses, catequizá-los, lançando mão de recursos violentos, medidas extremas para a obtenção da obediência necessária. Sem dúvida, muitos abusos foram praticados contra eles, provocando justas reivindicações, mas não se infere daí que a responsabilidade desses desmandos venha a cair sobre todos aqueles que tentavam melhorar as suas condições, mesmo forçando-os pelas armas a uma completa submissão.” (Ferreira, 1945, pp. 22-23)

Como consequência das disputas das terras da Bahia com seus nativos ancestrais, D. Duarte pediu recursos à Metrópole para manter, a soldo de Portugal, uns 80 homens de milícia. “Era, sem dúvida, a criação do primeiro elemento, ou núcleo do Exército, no Brasil.” (Ferreira, 1945, p. 26, grifo nosso)

Em Pernambuco, após a morte de Duarte Coelho, sua esposa, D. Brites de Albuquerque – “a primeira mulher que governou uma parte do Brasil” (Ferreira, 1945, p. 26) – encarregou seu irmão, Jerônimo de Albuquerque, de submetê-los. Em uma carta para o reino, de 25 de agosto de 1555, “já os julgava completamente atemorizados e submissos.” (Ferreira, 1945, p. 26) Diferente era a situação, todavia, no litoral de Cabo Frio até Bertioga, que era assolada pela “formidável esquadrilha de canoas” do índio Cunhambebe, que atacava até os navios portugueses, “que se viam impotentes para vencê-lo. Isso contribuiu, sem dúvida, para maior facilidade no estabelecimento dos franceses na baía da Guanabara.” (Ferreira, 1945, p. 27)

Ferreira narra a 1ª invasão francesa e a tropa de reforço contra os franceses que chegou em novembro de 1559. (Ferreira, 1945, p. 40) O autor cita Arthur Jaceguai, no seu livro *Centenário*, (1900), que afirma que “este foi o primeiro corpo regular enviado para o Brasil, e era então chamado o terço velho.” (Ferreira, 1945, p. 47, grifo nosso)

Em março de 1560 teve início a luta: 120 portugueses e 140 indígenas aliados contra 150 franceses e avultado número de índios tamoios (mil, segundo o Governador; oitocentos, segundo Manoel da Nóbrega). Na noite de 16 para 17, os portugueses desembarcam na ilha defendida pelos franceses. “O chefe Araribóia, batizado pelos portugueses como Martim Afonso, pôs fogo ao paiol de pólvora francês. Sem munição, franceses e tamoios trataram de fugir.” (Ferreira, 1945, p. 40)

Descreve que “a cavalaria só apareceu mais tarde, com a chegada de cavalos mandados vir por Tomé de Souza nas lutas contra os indígenas na Bahia”. Mesmo assim foi pouco empregada, “dada a circunstância de quase todas as lutas se desenvolverem no litoral.” (Ferreira, 1945, p. 46)

Descreve o autor que “o recrutamento dos oficiais subalternos era feito atendendo-se mais à bravura e ao arrojo, do que a capacidade intelectual, o mesmo acontecendo aos cabos e sargentos. Tais oficiais e praças eram nomeados pelos capitães, ouvidos os capitães-mores.” (Ferreira, 1945, p. 46) (capitão-mor equivale ao atual tenente-coronel – p. 47). Por sua vez, os capitães eram nomeados pelas câmaras com aprovação dos capitães-mores; e esses pelas câmaras com aprovação do governo da Metrópole.” (Ferreira, 1945, p. 47)

Com o regimento de 1570 apareceram os sargentos-mores (posto equivalente a major) e os ajudantes. E estabeleceu-se em definitivo o serviço militar obrigatório a que ficavam sujeitos todos os homens válidos maiores de 18 anos e menores de 60 anos. Era o Serviço das Ordenanças.” (Ferreira, 1945, p. 47) “Os terços foram organizados nas várias capitanias do Brasil a partir de 1575, à proporção em que elas iam se desenvolvendo.” (Ferreira, 1945, p. 47)

A citação de indígenas, aliados e inimigos, percorre todos os embates das primeiras décadas. A citação dos pretos em combate, no entanto, só se dá explicitamente quando Ferreira narra as atividades militares do Governo de Manoel Teles Barreto, em 1583, mais especificamente na tentativa da conquista da Paraíba. Não há menção sobre a situação desses negros. Chama-nos a atenção o fato de Ferreira denominá-los “africanos”, ou seja, não são brasileiros, na visão do autor. Teriam participado na campanha como escravos coagidos, sob a promessa da alforria ou previamente alforriados? Segue a citação: “Diogo Valdez seguiria por mar e D. Felipe de Moura por terra, com Frutuoso Barbosa e cerca de mil homens (200 infantes, 100 cavalarianos, 130 africanos e 500 índios – grifo nosso)”. Atingindo Cabedelo, foram para a região de Mamanguape, onde levantou-se o Forte São Felipe, que ficou sob o Comando do espanhol Francisco Castijon e 110 soldados. No ano seguinte os selvagens sitiaram a feitoria, com o auxílio de alguns franceses. Os portugueses receberam então um reforço de mais de mil homens, entre brancos, africanos e índios, sob o comando de Martim Leitão. Encontrando o forte já desfogado, voltaram para Olinda. “Os do forte, cansados de esperar, em junho de 1584, esmoreceram e destruíram-no,

regressando todos a Itamaracá. “Assim, todo o esforço, todo o sacrifício, estavam perdidos e a Paraíba voltava às mãos dos adversários.” (Ferreira, 1945, p. 57)

Segue o autor narrando sangrentos embates contra os Corsários franceses, ingleses e holandeses, bem como aos indígenas. Cita o ataque do corsário inglês Robert Withrington ao Recôncavo, em 1587; Em 1589, na luta pela conquista de Sergipe, os portugueses reuniram três mil homens para atacarem as hostes do Chefe Ubapeba. “Mas foram cercados e seriam derrotados se o Governador (Cristóvão de Barros) não os acudisse com outra coluna, detendo os selvagens... Passaram os gentis para o Rio Vasa Barris... A vitória definitiva se deu em 1590, após mortífero combate.” (Ferreira, 1945, p. 58) Em 1591, os índios hostis ocuparam o Forte Santa Catarina, na atual cidade do Cabedelo. Os portugueses só conseguiram retomar o forte no ano seguinte, com tropas enviadas de Olinda. (Ferreira, 1945, p. 59). Em 1591, o pirata inglês Thomas Cavendish, com cinco navios, saqueou Santos e São Vicente; Em 1595, o corsário inglês James Lancaster com sete navios, ocupou Recife por 30 dias; em 1579, uma frota francesa com 13 navios tentou tomar o Forte de Santa Catarina, em Cabedelo. “A guarnição de 20 homens e cinco canhões conseguiu repelir o ataque, com grandes perdas.” (Ferreira, 1945, p. 61) Essa frota francesa seguiu então para o desocupado Rio Grande do Norte. Esse evento demanda a necessidade da ocupação daquele território. Em 1597, os portugueses, com uma esquadra de seis barcos, cinco caravelões e 390 homens, constroem o Forte dos Reis Magos, na futura cidade de Natal. O autor, nas páginas seguintes a essas narrativas, mostra quadros com dados das expedições corsárias e com a população do Brasil em 1584, tudo baseado em dados retirados na História Geral do Brasil de Varnhagen. (Ferreira, 1945, pp. 62-63)

Segue o autor citando as lutas contra antigos inimigos (corsários e indígenas), agora travadas no século XVII. Cita a tentativa frustrada da conquista do Ceará: “Em 1603, uma expedição com três barcos, 65 soldados e 200 índios amigos, sob o comando de Pero Coelho, ocupa o litoral. Em janeiro de 1604, porém, sete franceses auxiliados por numerosos índios, no litoral e na serra do Ibiapaba. A expedição chegou a levantar o forte de Santiago (atual Camocim), onde deixou 45 homens, que tiveram, em pouco tempo, que abandonar o posto. (p. 66) Ferreira alega que os franceses “Jacques Rifault e Charles de Vaux, que haviam naufragado na ilha de Santana, no litoral do Maranhão, já em 1594 já dispunham de alguns estabelecimentos na região.” (p. 68) Em 1604, a expedição de van

Caarden, com sete navios holandeses, tentou entrar na cidade de Salvador, mas foi repelida (Ferreira, 1945, p. 67).

Entra Ferreira na narrativa da expedição francesa ao Maranhão, comandada por Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardiere. Chega a expedição a 26 de julho de 1612. Com o auxílio de Rifaul e índios aliados, constrói o Forte de São Luís, em homenagem ao Rei da França. Jerônimo de Albuquerque foi encarregado da expulsão dos franceses. Lançou um contingente comandado por Martins Soares Moreno. Sem o devido reconhecimento e sem conhecer a força do adversário, foi obrigado a retirar-se. Uma nova expedição, dessa vez mais preparada, com 250 homens, levantou o Forte de Santa Maria na região de Guaxinduba (atual Icatú). Pesieux, comandando 200 franceses e 1500 índios, entrincheirou-se próximo ao Forte. Jerônimo resolveu passar ao ataque, e dividiu sua tropa em três colunas para cercar o inimigo... “O choque foi violento; registraram-se 29 baixas dos nossos, enquanto o número de perdas dos contrários elevou-se a mais de 100, inclusive seu comandante Pesieux, que foi morto.” (Ferreira, 1945, pp. 71-72)

Em 1615, a expedição holandesa de Joris van Spilberg, de seis navios, após ser hostilizada por portugueses e índios na Ilha Grande, saqueou e depredou São Vicente. (Ferreira, 1945, p. 73)

Em 1616 uma frota de três navios, sob as ordens do Capitão-Mor Alexandre de Moura, que se apossou do Maranhão, fundou o Forte do Presépio, dando início à ocupação do Pará. Com o apoio da frota portuguesa de Manuel de Souza Sá, em julho de 1617, os portugueses reforçados por índios flecheiros, desalojaram 300 holandeses que haviam feito uma benfeitoria um pouco ao norte de Belém. (Ferreira, 1945, p. 74) Em janeiro de 1619 os indígenas sob a direção do Chefe Guaimiaba (cabelo de velha) investiram contra Belém. Veio Jerônimo de Albuquerque com 4 barcos bater os indígenas. Nesses embates, foi morto envenenado. (Ferreira, 1945, p. 75)

Em 1623 o Capitão Luiz Aranha de Vasconcelos, com ordem de reconhecer o Rio Amazonas, travou um combate no Rio Xingu contra alguns holandeses que se haviam estabelecido nas proximidades de sua foz; “depois de duas horas, tomava-lhes os fortes de Maturú ou de Orange e o de Nassau. Daí passou a atacar o forte de Guarupá que tomou, prendendo 30 homens da guarnição e apossando-se de todo o armamento.” (Ferreira, 1945, p. 76)

Após toda essa narrativa das lutas contra os indígenas pela ocupação da região norte e nordeste, bem como do combate aos corsários e contrabandistas estrangeiros, passa Ferreira a narrar as invasões holandesas no Brasil: “Iniciada com todo vigor em 1624, mas donde foram expulsos no ano seguinte, foi renovada, em 1630, contra Pernambuco.” (Ferreira, 1945, p. 79)

A narrativa de Ferreira contém quase todos os elementos da construção da gênese do Exército Brasileiro: irmandade de raças, Guararapes, unidade nacional, patriotismo e heroísmo:

“Uma forte reação, porém, não se deixou de fazer sentir a partir de 1645; empenharam-se os brancos, índios e negros, filhos ou moradores do Brasil, numa verdadeira guerra de libertação que, através das brilhantes vitórias dos montes de Tabocas e dos Guararapes, conduziram à expulsão definitiva do inimigo.... No ponto de vista militar, assumiu grande importância, pela natureza das lutas então travadas, onde se revelaram chefes de grande valor e nas quais se empenharam efetivos bem apreciáveis para a época e onde se comprovou o patriotismo, a dedicação, a bravura e o destemor da nossa gente. As consequências foram de molde a já se fazer sentir que, do caldeamento das três raças – branca, vermelha, preta – surgiria uma nova, pujante e forte, capaz de defender o vasto patrimônio que, em breve, se estenderia do Oiapoque ao Chuí.” (Ferreira, 1945, p. 80 – grifo nosso)

Sempre didático, Ferreira divide a invasão holandesa em quatro fases (p. 81):

- 1) O da ocupação e expulsão dos holandeses da Bahia (1624-1625);
- 2) O da ocupação de Pernambuco (1630-1636);
- 3) O da verdadeira dominação holandesa (1637-1654);
- 4) O da Guerra de Libertação, dando lugar à expulsão definitiva dos holandeses do Brasil (1645-1654).

Narra a ocupação da Bahia em 1624: “as forças encarregadas da defesa, acostumadas apenas à luta contra os selvagens, estavam mal preparadas material e moralmente para se oporem a um adversário que em tudo lhes era superior... Cederam ao ímpeto dos invasores, levando o pânico aos demais moradores, que também trataram de fugir.” (Ferreira, 1945, p. 88)

A Espanha e Estados subordinados (Portugal e Nápoles) armaram uma expedição, comandada por D. Fradique de Toledo, que chegou à Bahia em 29 de março de 1625, fechando de imediato a barra, encurralando a esquadra holandesa no porto. (Ferreira, 1945, p. 92) O contingente de 4 mil homens desembarcou em terra (2000 espanhóis, 1500

portugueses e 500 napolitanos – Ferreira, 1945, p. 93) A 6 de abril chocaram-se as esquadras, dentro da Bahia de Todos os Santos. A instalação de uma bateria do lado da terra, pelos nossos, logo destroçou a frota inimiga. A esquadra holandesa de reforço, composta por 34 navios, chegou atrasada, quando seus compatriotas já haviam deposto as armas. O vice-almirante holandês Bondervig Hendrikszoon entrou na baía, desafiando a esquadra luso-espanhola, mas não houve combate. Tal esquadra se retirou para a Paraíba, ocupando a baía da Traição com 600 homens. Mathias de Albuquerque juntou sete companhias com milícias de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte e 300 índios. Sentindo a aproximação das nossas forças, os holandeses abandonaram o local e os índios, seus aliados, que foram completamente batidos. Dessa traição dos holandeses aos índios aliados, segundo uma das teorias, vem o nome daquela localidade. (Ferreira, 1945, p. 96)

Em relação a ocupação de Pernambuco, entre 1630 e 1636, Ferreira descreve a chegada da frota holandesa, em 14 de fevereiro de 1630, e o desembarque tranquilo de 3000 homens na praia do Pau Amarelo. O inimigo tomou o Forte de São Jorge, a 2 de março, e o de São Francisco, no dia seguinte. Construíram o Forte de Brum. (Ferreira, 1945, pp. 109-110) Mathias de Albuquerque organizou o Arraial do Bom Jesus, de onde saía para combater o inimigo em guerrilhas e emboscadas. Os holandeses progridem muito pouco nos primeiros dois anos, até que surge a figura de Calabar, “o mameluco ousado, valente, perfeito conhecedor de toda a região e de nossos processos de combate e que para eles passou, temendo ser castigado por crimes que praticara. A atuação de Calabar junto aos holandeses, pode se dizer, foi decisiva.” (Ferreira, 1945, p. 114)

Os holandeses se apoderam de várias localidades em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba. Em 1636, Vincenzo Sanfelice, o Conde de Banholo, foi investido no cargo de Capitão General da Cavalaria (que não havia) e da Artilharia (havia apenas 22 peças) (Ferreira, 1945, p. 120). A 1ª citação aos comandantes dos terços de negros e índios vem ainda na descrição dos acontecimentos de 1635: “O bravo índio Antônio Felipe Camarão recebeu o título de Dom e o valente preto Henrique Dias, tantas vezes ferido, revê o título de capitão-mor dos pretos.” (Ferreira, 1945, p. 120)

Ferreira passa a descrever o 3º período – a Administração de Nassau. “Sua atuação como chefe militar ou Governador da colônia holandesa do Brasil, no período de 1637 a 1645, atestou o seu valor e mesmo reconhecemos hoje, uma série de benefícios por ele prestados.” (Ferreira, 1945, pp. 127-128)

O autor cita a presença dos africanos na composição do Exército de Nassau: “Logo reuniu um exército de mais de 4000 homens (3000 soldados, 800 marinheiros, e 600 índios e africanos).” (p. 128) Nos embates por Porto Calvo, o Conde de Banholo, que detinha um exército de 2000 homens, abdicou do sistema de guerrilhas. Informado dos avanços do inimigo, o Conde de Banholo retirou-se para Alagoas, sem avisar Gilberton. (p. 130)

Nassau expandiu sua fronteira sul até o nosso grande rio. (p. 131) Ao norte, conquistou o Ceará, a Paraíba e o Sergipe: “Seguiu van Schkoppe com seus 3000 homens, só encontrando resistências oferecidas por Camarão e Henrique Dias. O Conde de Banholo retirou-se para a Bahia.” (Ferreira, 1945, p. 132)

A ocupação do Maranhão pelas tropas de Nassau após a restauração do trono português e a quebra do armistício firmado entre Portugal e Holanda, numa “ação francamente desleal de Nassau, provocou logo o desejo de reação dos nossos, cuja indignação tocou ao auge.” (Ferreira, 1945, p. 140) Relevante para a nossa pesquisa é o autor intelectual da rebelião, segundo Ferreira: “começou Vidal de Negreiros a tramar a rebelião que nos livraria dos flamengos. O grande patriota paraibano, verdadeira encarnação da reivindicação, ia inflar colonos e moradores na reconquista do norte do Brasil.” (Ferreira, 1945, p. 141) Essa citação, embora não referenciada no texto, está de acordo com o pensamento de Varnhagen, que afirmava em sua *História do Brasil* que era Vidal de Negreiros, e não Antônio Fernandes Vieira, o líder da revolta pernambucana contra o invasor holandês.

Ferreira narra então a última parte da ação contra os holandeses, ou os 10 anos da guerra de libertação (1644-1654). “Vidal de Negreiros, conferenciando com João Fernandes Vieira, Antônio Camarão, Amador de Araújo e outros, formaram o primeiro núcleo de conspiradores...” (Ferreira, 1945, p. 149)

De início, os rebeldes contavam 150 homens. Dando começo às hostilidades, rapidamente o efetivo se levou a 1500. (p. 150). “Dias Cardoso, então o verdadeiro chefe, repartiu cerca de 1000 homens em quatro companhias, no monte das Tabocas, para aguardar o tenente-coronel Hauss, que vinha ao seu encontro”. (Ferreira, 1945, p. 151) O autor cita a participação de Vieira: “descendo então de onde estava, veio colocar o adversário entre dois fogos, passando à luta corpo a corpo, a qual só terminou à noite, com a vitória dos nossos.” (Ferreira, 1945, p. 152) Cita também a chegada de Camarão e Henrique Dias: “Após esse brilhante sucesso, foi Antônio Cavalcanti destacado para o norte

de Pernambuco, ao passo que o grosso, rumando para o sul, reuniu os contingentes de Camarão (400 índios), de Rodelas (300 índios) e de Henrique Dias (50 pretos), que há cerca de quatro meses vinham marchando.” (Ferreira, 1945, pp. 152-153)

A revolução não se restringiu a Pernambuco. “Se alastrava por todo o território ocupado pelos holandeses.” (Ferreira, 1945, p. 155). Na Paraíba, Paulo de Linge, com o apoio dos índios de Pero Poty, derrotou os holandeses no Arraial de Santo André e no Tibagí; No Rio Grande do Norte, os independentes foram derrotados, após a chegada do reforço holandês, e entregues aos índios, que os massacraram.” (Ferreira, 1945, p. 155) Vidal de Negreiros chegou para retomar as posses perdidas, enquanto “Camarão dominou todo o sertão até o Ceará.” (Ferreira, 1945, p. 156) Porto Calvo, em Alagoas, e Sergipe também foram retomados pelos rebeldes.

O autor narra a 1ª batalha de Guararapes... “Repelidos do desfiladeiro e ameaçados de flanco nos montes, à esquerda, os holandeses tiveram que se retirar, às duas da tarde, deixando o corpo juncado de cadáveres. Foram 515 mortos e 523 feridos. Tivemos 84 mortos e 400 feridos.” (Ferreira, 1945, pp. 162-163)

A 19 de fevereiro de 1649 dá-se a 2ª Batalha dos Guararapes: às 5 horas da tarde os holandeses abandonam o campo de batalha. Tiveram eles 1045 baixas, entre eles seu chefe Brinck. Tivemos 47 mortos e 247 feridos, entre eles, Henrique Dias. (Ferreira, 1945, pp. 164 a 167)

Derrotados, os holandeses restringiram-se a defesa de Recife. Após vários ataques, a 28 de janeiro de 1654 entraram as nossas tropas em Recife. Conclusão de Ferreira:

“Terminou o domínio temporário dos holandeses e surgiam agora os benefícios pela maior aproximação do branco, do mulato, do índio e do preto, cujos laços de fraternidade salvava a nossa unidade nacional.” (Ferreira, 1945, p. 169, grifo nosso)

Dois eventos ocorridos ainda no século XVII, descritos por Ferreira, colocam em xeque esses benefícios da aproximação racial proposta pelo autor:

“Enquanto na Bahia para o norte os colonizadores e moradores se empenharam em livrar o território brasileiro da cobiça holandesa, o resto do Brasil continuou sacudido por lutas provocadas pelos gentios, ainda não de todo submetidos à obediência, ou ainda pela disputa do braço indígena ou pela procura de riquezas. Dois pronunciamentos tiveram lugar: um com Manuel Beckman, no Maranhão, outro nos Palmares, em Alagoas, os quais, se não foram fatos militares dignos de estudo, tiveram sua importância por mostrarem o começo de uma reação, fruto de puro sentimento de nativismo.” (Ferreira, 1945, p. 173, grifo nosso)

Segue a narrativa de Ferreira sobre Palmares: “Assim ficou conhecida a rebelião dos pretos africanos que, reunidos em Alagoas, trouxeram em sobressaltos, por mais de 20 anos, a população da então capitania de Pernambuco.” (Ferreira, 1945, p. 182) Prossegue o autor:

“A organização dos mocambos começou em 1675, sendo o foco da revolta os fortes de N. S. de Brotas e de São Caetano, justamente construídos para presídio de escravos foragidos.” (pp. 182-183) O número de rebeldes, em pouco tempo, “elevou-se a mais de dez mil, e muito trabalho deu aos colonizadores e às tropas que procuravam compeli-los à rendição... Foram organizadas contra eles mais de 20 expedições, que pouco ou nada conseguiram.” (Ferreira, 1945, p. 183)

A “rebelião” só seria encerrada com a atuação dos bandeirantes paulistas. Ferreira atribui a organização das bandeiras ao serviço militar obrigatório. As bandeiras organizadas em São Paulo foram “logo imitadas em outras capitanias, *interessadas na procura do índio para a lavoura ou em busca das ricas minas existentes, uma vez que os jesuítas monopolizavam os que catequizavam.*” (Ferreira, 1945, p. 182, grifo nosso)

“Em 1687 os bandeirantes paulistas se ofereceram a exterminá-los a troco de certas vantagens. Mesmo assim, mais de dez anos se passaram antes de acabar a rebelião. No ano de 1695 se registraram os combates mais violentos, quando as forças regulares, compostas por 7000 homens com alguma artilharia, comandadas por Domingos Jorge Velho, Bernardo Vieira de Melo e Sebastião Dias, os atacaram com mais impetuosidade. Somente em 1697 os escravos negros foram completamente batidos.” (Ferreira, 1945, p. 183)

Prossegue o autor narrando a Revolta de Beckman: “Revolução ocorrida no Maranhão, em 1684... não se pode dizer que foi motivada por um sentimento de brasilidade.” (Ferreira, 1945, p. 184) Cita o autor as causas da revolução: “No Maranhão, os colonizadores privados pelos jesuítas do concurso indígena, intensificaram a escravatura africana. Cedo, porém, viram-se também privados do braço do negro... Formou-se o partido anti-jesuíta. Na noite de fevereiro de 1624 os irmãos Manuel e Tomaz Beckman e outros conspiradores deram o grito de revolta na cidade. Depuseram o governo e trataram de expulsar os jesuítas. A expedição chefiada por Gomes Freire, mitar íntegro, restabeleceu a paz. Os líderes da revolução foram decapitados.” (Ferreira, 1945, p. 185-186)

Ferreira corrobora Southey, Von Martius, Varnhagem e os historiadores militares que narraram a irmandade racial em Guararapes, bem como a descrição dos heróis

nacionais que surgiram naquele episódio: Com a expulsão dos holandeses, diz o autor, surgem “os benefícios pela maior aproximação do branco, do mulato, do índio e do preto, cujos laços de fraternidade salvava a nossa unidade nacional.” (Ferreira, 1945, p. 169) Essa irmandade e o sentimento nacional de Guararapes, todavia, sofrem uma ruptura na obra. A descrição de outros episódios, que se seguem na cronologia histórica, mostra valores contraditórios. Afinal, essa obra de Ferreira já demonstra em sua capa que traria elementos diferentes à narrativa militar tradicional. Um índio com as armas em punho e os dizeres em tupi – “*esta terra tem dono*”, mostra que a ideia da participação passiva indígena na composição racial brasileira não era compactuada pelo autor. Tampouco a dos negros. O autor refere-se a eles como “africanos”, ou seja, estrangeiros e alheios aos destinos nacionais. O autor vai além: denuncia a mortandade dos índios nas bandeiras e o extermínio dos negros em Palmares. Que outra história militar tradicional incorpora esses elementos? O autor não explica a razão da ruptura e dessa contradição em sua narrativa. Antes de Guararapes os índios eram hostis porque brigavam pelos seus direitos, e os negros eram denominados “africanos”. Após Guararapes, os índios foram perseguidos pelos próprios militares nas bandeiras; e os negros, foram exterminados nos quilombos. Guararapes parece na obra, dessa forma, como um palco mítico. Em nenhum outro momento da história militar brasileira, narrada por Ferreira, a irmandade racial fez sentido.

5.6. Aliatar Loreto (1946)

Em 1946, Aliatar Loreto escreveu *Capítulos de História Militar do Brasil (Colônia-Reino)*. No prefácio, o autor salienta a escassez dos estudos sobre a temática militar:

“Salvo alguns escritores militares dedicados à nossa história, poucos civis dela trataram, e, ainda assim superficialmente... Narrativa coordenada, sem solução de continuidade ao relatar sucessos de ordem moral, política, social e militar, nenhuma existe, queremos crer.” (Loreto, 1946, p. 8)

“O Serviço Militar no Brasil, narra Loreto, vem da confluência de duas correntes – uma que se originou dos seiscentos soldados portugueses, de que fala o tenente-coronel Mirales, os quais vieram de Tomé de Souza à Bahia em 1549, e a outra das milícias que se organizaram em terras brasileiras.” (Loreto, 1946, pp. 12-13)

Além das milícias pagas, criam-se os Terços de Ordenanças, ambas com a missão de manter a ordem interna das capitanias. Os terços correspondiam à terça parte de um Regimento, que em Portugal abrangia 2500 homens. (Loreto, 1946, p. 11) O berço da legislação militar é o Regimento de 1548, particularmente seu Art. 33. A Carta-Régia de 20 de janeiro de 1699 cria os Terços de Ordenanças, no interior (sertão), bem como o “Terço Novo”, no Rio de Janeiro. Complementa essa legislação o Regimento de 1570, que organizou as milícias. Loreto transcreve alguns textos da legislação, cuja fonte atribui à História Militar de Vasconcelos. Cita ainda que em 1700, outra Carta-Régia dá a patente de Mestre de Campo aos comandantes dos Corpos Auxiliares, Cita ainda a criação de novas unidades, através da Carta-Régia de 16 de Abril de 1736, para fazer frente ao desenvolvimento econômico da colônia, bem como aumentos de efetivos advindos com as ordens de 17 de julho de 1747 e 29 de outubro de 1749. (Loreto, 1946, p. 15).

Assim como Ferreira, Loreto se preocupa com a interação racial da “força embrionária” das forças milicianas no Brasil. A narrativa da formação do Exército Brasileiro amparado nas três raças formadoras do nosso povo parece ter ganhado muita força com a formação dos pracinhas na 2ª Guerra Mundial.

“No determinismo histórico de sua função, garantidora da unidade nacional, ascendia em poderio e, três raças se fundiam, lentamente, numa luta tenaz, heroica, contra franceses, espanhóis e holandeses...” (Loreto, 1946, p. 13, grifo nosso)

“Nos Corpos Auxiliares eram alistados todos os indivíduos válidos da Colônia, sem distinção de classe ou categoria social: foram, ainda, criadas unidades de infantaria e cavalaria, onde se encontravam de permeio, nobres e plebeus (brancos, índios, negros e mestiços), todos sob o comando de oficiais de valor e competência; para disciplina de cada corpo, um sargento-mor das tropas pagas.” (Loreto, 1946, p. 16, grifo nosso)

“Não obstante as medidas prudentes e sábias do governo português, quanto à igualdade do tratamento e direitos das gentes havia, sempre, o preconceito de raça, a influência da casta, que urgia fazer cessar, até desaparecer de todo. Talvez por isso, o aviso de 30 de maio de 1767 determinasse ao Capitão Geral de Pernambuco, o preparo dos melhores oficiais dos regimentos dos Henriques e Pardos, para instrutores desses mesmos regimentos. Os sargentos-mores e os seus ajudantes, desses corpos, percebiam igual soldo, tendo a mesma graduação e honras, conferidas aos das outras unidades de linha, “visto que Henrique Dias e Antônio Felipe Camarão, na guerra contra os holandeses, rolaram com todos os oficiais brancos, sem que ninguém lhes disputasse a igualdade.” (p. 16, grifo nosso. Em relação à isonomia salarial alegada pelo autor, vimos, na nossa análise de Mirales, argumentos que tornam essa afirmação questionável)

“No Exército do Reino sabia-se perfeitamente, repousava a defesa da colônia e a preservação de sua unidade geográfica. Era ele, e não ignoravam os dirigentes lusos, a

única força coletiva, fosse da Milícia ou Ordenança, capaz de defendê-la contra as agressões externas e os dissídios internos: já terçara em armas em defesa da terra; nele, brancos, e mestiços, afros e ameríndios, irmanados pelos mesmos sentimentos nativistas, nivelados pelas mesmas vicissitudes passadas, tinha pago à jovem terra americana o seu imposto de sangue; já criara uma tradição, conquistara os forais da glória, em pugnas memoráveis: escrevera com a ponta das espadas de seus bravos, os feitos imortais dos tabocas, Casa Fortes e dos Montes Guararapes: foi ele, em suma, no passado, o formador da consciência nacional, que nos levaria ao 7 de setembro e ao 7 de abril de 1831...” (Loreto, 1946, p. 17, grifo nosso)

Após enaltecer as forças locais de defesa, Loreto passa a descrever as armas utilizadas na defesa colonial, bem como as fortificações construídas pelos portugueses desde os primeiros anos de ocupação da terra. Reconhece o conhecimento da “arte da guerra” utilizado pelo português para as edificações de defesa do território:

“Quando estudamos o sistema defensivo das costas do Brasil, no período colonial, domina-nos uma profunda admiração pela obra realizada... Surpreende-nos também, a visão estratégica que não faltou ao português na escolha dos pontos a fortificar.” (p. 20) Os portugueses jamais as levantaram onde não houvesse necessidade imediata de defesa, ou a estratégia não exigisse... Quando mais tarde, adquirimos a independência política, contraímos também dívidas valiosíssimas com os lusos – a unidade geográfica, a continuidade histórica e o cinturão de defesa da imensa costa norte-sul. Negar esses legados hoje, seria mais que estultice, um atentado à justiça, no rigorismo da verdade histórica.” (Loreto, 1946, p. 22)

Segue-se à descrição dos elementos de defesa, o seu efetivo uso. Loreto passa a descrever as invasões estrangeiras. Alega a expansão ao interior se dá com as entradas na busca de ouro e prata e pelos índios que, “fugindo do domínio do branco, se afunda no sertão bravo”. (Loreto, 1946, p. 48)

Descreve também como a guerra vai se modificando, ficando mais cruel, à medida em que aumentam com os recursos bélicos que vinham de fora e o novo emprego que advém da cultura indígena: “A luta pelo mar assume formas bizarras e curiosas, com o emprego, para assalto e abordagem, de canoas chamadas “pirogas”, leves e mobilíssimas.” (Loreto, 1946, p. 48)

Ao descrever a expulsão dos franceses, é enfático: “com a expulsão dos franceses começa, verdadeiramente, a nossa história militar.” (grifo nosso) Em relação à França Antártica, o autor descreve que a falta do “senso de construção social” do líder francês levou a empresa ao fracasso. (Loreto, 1946, p. 49) Em breve, “a colônia transformar-se-ia num centro de discussão religiosa e de dissensões pessoais, que muito lhe reduziria a capacidade produtiva.” (Loreto, 1946, p. 51)

No combate que travou em 1560, Mem de Sá tinha conhecimento que seria uma luta cruenta e desigual, dado o elevado número de tamoios aliados dos franceses. “Mas toma a ofensiva, após receber reforços de São Vicente, compostos de lusos, mamelucos e índios catequisados, todos em numerosas canoas de guerra, rápidas, esguias, péssimo alvo para a artilharia contrária.”

Os franceses que restaram após a derrota na Baía da Guanabara logo voltaram a utilizar o Rio de Janeiro como base de suas operações mercantis e de pilhagem a povoações de Cananéia até Porto Seguro. Só em 1563, Estácio de Sá, sobrinho do Governador, chega com dois galeões de guerra, mas percebe sua inferioridade numérica. Vai para São Vicente, e onde “demora muito; custou o recrutamento do pessoal e muitas dificuldades para convencer os tupiniquins de que precisavam ajudar.” (Loreto, 1946, p. 58) Em 1º de março chega na Guanabara, fortificando o local. Eram os alicerces da futura cidade do Rio de Janeiro. (Loreto, 1946, p. 59) Para essa narrativa, o autor cita Serafim Leite (Páginas de História do Brasil, 1937)

Loreto mais uma vez sugere a irmandade racial; o autor, todavia, alega a irmandade constituída contra a invasão francesa, adiantando esse evento em relação aos outros autores militares que atribuem a irmandade durante a invasão holandesa.

“Com a queda da França Antártica, fora escrito, com o sangue dos portugueses e ameríndios, afros e mamelucos, unidos pelo mesmo sentido de nativismo, o primeiro capítulo de nossa História Militar.” (Loreto, 1946, p. 65, grifo nosso)

Em 1610, nova invasão funda a França Equinocial; la Ravardiére, com aporte de recursos do Rei francês Henrique IV, organiza uma expedição com destino ao Maranhão. A expedição, em 1614, sob o comando do Sargento-Mor Diogo de Campos, aliando-se a Jerônimo de Albuquerque, tem por inovação o “recrutamento forçado”. “A caça ao homem se fez impiedosamente, pois o voluntariado falhara”. (p. 68) Ao chegar Na Baía do Maranhão, constrói o Forte de Santa Maria. O Comandante militar francês Du Pratz ataca a guarnição portuguesa com duzentos franceses e mais de dois mil índios das adjacências; no mar, la Ravardiére aguardava com duzentos franceses e índios tupinambás. Na primeira trincheira a mortandade é enorme; “Como os índios amigos do inimigo que era multidão grande, como neles não se perdia um tiro”, derrotados, debandaram. A mortandade de inimigos é enorme. Assim encerra Loreto a narrativa da invasão francesa: “Mais uma vez,

o heroísmo e a constância lusas, de permeio com o sentimento nativista dos filhos da terra, salvaram o Brasil do domínio estrangeiro.” (Loreto, 1946, p. 76, grifo nosso)

Loreto narra também a luta contra as incursões corsárias inglesas, cujo foco principal era a pirataria em torno do pau-Brasil. O pirata inglês Edward Fenton tentou ocupar a Vila de Santos em 24 de janeiro de 1583, mas para sua falta de sorte, foi combatido pela armada de Diogo Flores de Valdez, que “andava à caça do célebre flibusteiro Francis Drake”. (Loreto, 1946, pp. 78-79) O inglês saqueou ainda a costa por quarenta dias, até os colonos armarem embarcações ligeiras e canoas de guerra, “em ações terríveis, onde o heroísmo e o desprezo pela vida assumem aspectos bizarros.” (Loreto, 1946, p. 80) Em 1591, é a vez de Tomaz Cavendish investir o litoral. Em 1588, este corsário havia feito a volta ao mundo com Francis Drake. Saindo da Ilha de São Sebastião, onde aportou, uma chalupa guarnecida por cem homens vai para a Vila de Santos. A pilhagem durou todo o dia de Natal. Em seguida vêm mais duzentos homens, e “completam a obra de destruição”. (Loreto, 1946, p. 81) Após dois meses, não tendo mais o que saquear, “suspende ferros, não sem antes, como mais uma demonstração de crueldade, incendiar os engenhos e destruir a vila de São Vicente.” (Loreto, 1946, p. 81) Após uma incursão no infrutífera na bacia da Prata, pelo mau tempo, retorna à Santos em busca de víveres. Alguns de seus homens avançam demais para o interior, e “são surpreendidos por uma força de colonos e índios. Apenas um consegue escapar e retornar ao navio. (Loreto, 1946, p. 81) Em represália, o corsário tenta novamente ocupar a cidade, mas desta vez é rechaçado por colonos e índios.” (Loreto, 1946, p. 82) Dirige-se então para o Espírito Santo, em busca de pilhagens. Encontra, porém, “em atitude hostil, colonos e índios prontos à reação, no desespero de suas vidas e propriedades ameaçadas; “pereceu ali a maior parte dos ingleses. E dos quarenta ingleses que desembarcaram, não havia só um que não estivesse ferido por flecha.” (Loreto, 1946, p. 83)

Segue Loreto a narrar as invasões holandesas, com a fórmula utilizada desde o início: “A expulsão dos holandeses do Brasil constitui um dos maiores feitos da história colonial. É obra quase exclusiva do mestiço...” (Loreto, 1946, p. 87, grifo nosso)

Loreto extravasa a simples narrativa da história-batalha. Busca em um economista renomado a transcrição das causas das invasões (Roberto Simonsen na História Econômica do Brasil, 1937): “o monopólio dos mares exercido em condomínio por portugueses e

espanhóis e o desejo exclusivo do pau-Brasil e do açúcar, então intenso e lucrativo na região subtropical.” (Loreto, 1946, p. 87)

Sentindo-se forte no mar, a Holanda se joga contra a Espanha, atacando as riquezas provenientes da África, Índia e Américas, “ao mesmo tempo que inaugura sua política de expansionismo.” (Loreto, 1946, p. 88)

Narra o autor a invasão de Salvador, a 9 de maio de 1624. “O Bispo D. Marcos Teixeira, com as santas vestes de penitente, exorta o povo à resistência, insufla-lhe coragem e, com ele, pega em armas contra os conquistadores. Dispondo já de dois mil homens, põe cerco à cidade de Salvador.” (Loreto, 1946, p. 92) A luta ia começar, mas sua alma de santo se desprende da matéria... Em outubro de 1624 morre o grande Bispo.” (Loreto, 1946, p. 93)

Após oito meses a esquadra libertadora, comandada por D. Fradique de Toledo Osório, alcança as águas baianas. Ocupa a barra, completando o cerco da cidade. “Após um mês de resistência, os holandeses entregam a cidade, a 30 de abril de 1625, com todas as armas, navios, dinheiro e preciosidades.” (Loreto, 1946, p. 94) Algumas semanas depois chega uma esquadra holandesa de reforço com trinta naus, mas se retira prudentemente.

Uma nova esquadra, poderosíssima, se prepara em 1629 na Holanda, com 150 navios, 1200 bocas de fogo e 7200 homens. O Governo espanhol recebe informações seguras da formidável expedição: Por isso recebe Mathias de Albuquerque o auxílio de 3 caravelas e 27 soldados!” (Loreto, 1946, p. 95)

Em 14 de fevereiro de 1630 surge a poderosa frota holandesa defronte de Olinda. Em Recife, onde a defesa era quase nula, os habitantes a abandonam. Loreto comenta a personagem Calabar, que surge para auxiliar os holandeses: “A aquisição de Calabar lhes foi útil, é verdade. Mas não teve a importância excepcional que alguns historiadores lhe atribuem, a ponto de ser o pivô das vitórias holandesas subsequentes. Não fora ele o único a passar-se; também outros, brasileiros e índios, como Pero Poti, parente de Camarão. A missão de Calabar foi mais de simples guia que de comandante de sortidas.” (Loreto, 1946, p. 99) Loreto cita, para esse parecer sobre Calabar, a História do Brasil de Rocha Pombo, segundo o qual a importância de Calabar se deve ao fato de que “os holandeses, munidos de força numerosa, só precisavam de um guia desta ordem para se colocarem em ação. É simples de ver, pois, como tudo, com o concurso daquele homem, vai mudar para os holandeses.” (Loreto, 1946, p. 100) Tal citação de Rocha Pombo, somando-se ao desenrolar

da narrativa, torna contraditório esse argumento da falta de importância de Calabar: “Daí por diante, começaram a bater os portugueses em todos os reencontros. Para o norte, atingindo o Rio Grande do Norte; para o sul, o Rio São Francisco. (Loreto, 1946, p. 99)

Para Mathias de Albuquerque só restava a retirada para o sul. Prossegue o autor na “unificação nacional”: “Na coluna, misturavam-se ricos e pobres, levando tudo o que possuíam: os pobres os parcos “trens” que lhe supria as necessidades diárias; os ricos, os escravos, o gado, os animais domésticos e o que mais pudera escapar à pilhagem.” (Loreto, 1946, p. 101) É interessante notar na narrativa que os escravos, como em várias das narrativas coloniais, são comumente descritos como propriedade dos ricos, equiparando-os a gado ou mobiliário, a despeito da “integração racial” que se queria fazer supor existir.”

Para a História Militar do Brasil, todavia, a constatação óbvia, mas crucial, resume a causa daqueles padecimentos: “A falta do Exército regular foi o motivo essencial dos contínuos desastres dos luso-pernambucanos.” (Loreto, 1946, p. 101) E complementa: “O fato é que ele não existe e a corte espanhola não encara a sério o problema holandês no Brasil. Por isso, portugueses e mestiços voltaram ao sistema de guerrilhas.” Neste momento em que são descritas as causas do infortúnio, entram em cena os “heróis nacionais” que mudariam a situação: “Surgem, então, os que em breve se imortalizariam em terras brasileiras: Camarão, Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Fernandes Vieira...” (p.102)

Cita o autor, todavia, uma contraindicação das guerrilhas. É relevante o fato de não poupar da culpa os componentes militares luso-brasileiros: “Era mais pretexto para depredações e pilhagens, de parte a parte, que meio regular de vencer o invasor, impondo-lhe a paz. Foram nefastas, pelas atividades perniciosas, e o mal que fizeram à terra, despovoando-a e talhando-lhe os campos.” (Loreto, 1946, p. 102)

Narra a chegada de Nassau, em 1637, “mais pacificador que guerreiro... Foi enérgico sem excessos, justiceiro, e sobretudo, honesto.” (Loreto, 1946, p. 102) Sete anos mais tarde, seus sucessores inauguram uma época de intolerância religiosa e desvios pecuniários, asfixiando a vida em Pernambuco. Loreto vai buscar a causa da revolta pernambucana na História do Brasil de João Ribeiro (1935): Os senhores de engenhos, endividados pelos dinheiros e compras de escravos importados pela Companhia, encontravam ameaças de duras penas judiciais: “Pegaram em armas e assim nasceu a insurreição Pernambucana.” (Loreto, 1946, p. 106, grifo nosso)

Para a descrição das batalhas das Tabocas (3 de agosto de 1645), da Casa Forte (14 de agosto de 1645) e dos Guararapes (18 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649), vale-se o autor das citações da História das Lutas Holandesas no Brasil (Varnhagen, 1872); História do Brasil de Rocha Pombo (1935); da Expulsão dos Holandeses de Pernambuco, do Marechal Joaquim de Sales Torres Homem (Instituto Histórico do rio de Janeiro); da História do Brasil de João Ribeiro (1935) e da História do Brasil de Robert Southey e das Duas Batalhas de Guararapes, do General Lobato Filho (1939).

Em relação a Guararapes, a narrativa segue parelha a todas as obras que temos elencado neste trabalho. É digna de nota, todavia, a reação do autor à ordem de que os cem auxiliares indígenas que atuaram ao lado dos holandeses fossem imolados pelos portugueses, diferentemente do destino permitido (retorno à Europa) ao Comandante Hous e aos outros holandeses derrotados por ocasião da tomada da Casa Forte:

“O que o juízo da história não pôde do seu lado deixar sem condenação, é, semelhante procedimento bárbaro com uma mísera gente, que se tivesse voz no conselho poderia alegar, com maioria de razão, serem mais antigos seus direitos de soberania sobre o mesmo continente americano, bem assim a legitimidade de seu anterior culto fetichista perante as magnificências da natureza do Brasil.” (Loreta cita o Marechal Joaquim de Sales Torre Homem, p. 110)

Como conclusão, Loreto atribui ao heroísmo e ao esforço indomáveis dos pernambucanos a manutenção da nossa unidade geográfica, bem como a “influência profunda na formação da nossa consciência nacional...” Sobre Guararapes, afirma que “as vitórias evidenciam as grandes qualidades e as excelsas virtudes da raça que aqui se caldeava.... Que se erguem de armas na mão, mesmo contra os desejos inconfessáveis dos lusos da Metrópole em transigir com o invasor.” (Loreto, 1946, pp. 126-127)

Loreto alega que a irmandade racial e o sentimento de nacionalismo na formação das milícias portuguesas se deram já nos primeiros conflitos com os franceses. Difere das narrativas militares tradicionais ao acrescentar a vil motivação econômica aos líderes pernambucanos na expulsão dos holandeses. Inova também ao criticar a Guerra Brasília, não pela falta de honradez contra o inimigo, mas pela falta de honra contra o próprio povo, que é vítima tanto das milícias luso-brasileiras quanto das invasoras.

5.7 Pedro Cordolino (1952)

Em 1952, Pedro Cordolino de Azevedo escreveu *História Militar, II Volume, – História Militar do Brasil, Campanha da Cisplatina*. Na capa da 1ª edição, após o nome do autor, lê-se “General Professor”; após o título do livro, a referência: “Notas organizadas para os Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras”. Dois anos antes o autor publicou o I Volume de *História Militar – História Geral*, seguido da citação: “Coronel Professor”. A exemplo de Vasconcelos, era professor da academia militar e utilizou-se de suas notas de aula para a publicação de sua *História Militar do Brasil*, cujo tema restringe-se às Campanhas contra os espanhóis. Diferente de Vasconcelos, todavia, que na introdução de sua obra cita as lutas contra os franceses e o heroísmo militar e o sentimento de nacionalismo que surgiram com a união racial colonial para expulsar o invasor holandês, Azevedo omite completamente tais assuntos. A *História Militar do Brasil* de Azevedo começa em 1680, quando os portugueses fundam a Colônia do Sacramento, em plena bacia do Prata.

É fato relevante constatar que esta importante obra militar, escrita por um professor militar, despreza toda a história militar do Brasil colonial, corroborando a ideia de que não era uníssona entre os militares, em plenos anos 1950, a importância da gênese do Exército Brasileiro em Guararapes, evento tão citado por tantos outros autores do gênero. No primeiro capítulo, referente às conquistas portuguesas, chega a citar *A História do Brasil*, de João Ribeiro: “A expansão portuguesa foi-se fazendo sem obstáculos: os Jesuítas, os colonos, sobretudo os paulistas, conquistam todo o ocidente... pelo Sul, desde logo, 1677-1680, chegou-se ao Rio da Prata.” (Cordolino, 1952, p. 7) Ou seja, os “obstáculos para a conquista – a resistência dos nativos e as invasões externas – são totalmente desprezados na obra do autor.

Sua obra, tão como apontamentos de aulas, é descritiva, com raros adjetivos, e constitui um exemplo da tradicional história militar brasileira voltada exclusivamente para a atividade didática, com o intuito de formação acadêmica de novas gerações de militares.

5.8. João Batista Magalhães (1958)

Em 1958 o Coronel João Batista Magalhães escreveu *Evolução Militar do Brasil*. Reconhecido como historiador militar, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A maioria de seus livros foi editada pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX). Essa obra de Magalhães não teve a intenção de constituir-se em uma História Militar do Brasil, mas, antes, procura descrever o desenvolvimento das armas, métodos e processos utilizados pelo Exército Brasileiro ao longo da história. No entanto, seus 36 capítulos percorrem cronologicamente essa história militar, das origens aborígenes pré-colombianas à 2ª Guerra Mundial, razão pela qual a incluímos em nosso estudo. É relevante ainda o fato de ter sido escrita por um historiador militar, ter sido publicada no veículo oficial da Força Terrestre, condensando assim o pensamento militar vigente.

Dedica os quatro primeiros capítulos aos aborígenes. “Na arte militar, foi considerável a ajuda deles obtida pelos portugueses. Basta consignar-se o que Southey registra, a propósito, do uso da paliçada, no primeiro volume de sua História do Brasil.” (Magalhães, 1958, p. 47) Alega o autor que os ódios e vinganças, que teriam sido a principal causa das guerras entre os indígenas, e que tanto impressionaram os europeus, tinham por fundo razões econômicas, “consubstanciadas em melhores terras por viver, épocas de peixe mais abundante em algumas regiões, e às vezes, obter as mulheres dos rivais”. (Magalhães, 1958, p. 53) Para a descrição dos costumes indígenas, o autor recorre a citações de Hans Staden e Jean Lery. Citou ainda Sumário das armas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba (1837): “Dada a superioridade numérica dos índios e sua capacidade de tirar partido do terreno, bem como sua peculiar argúcia, não bastaria para os dominar. O elemento que deu vitória aos portugueses foi a falta de unidade política, se assim podemos dizer, entre as nações indígenas, de um sentimento de amor à Pátria...” (Magalhães, 1958, p. 62) Cita ainda o valor guerreiro dos “nossos índios”: “Cunhambebe, na rusticidade de seu estado bárbaro, no século XVI, que conseguiu impor-se a todos os gentis desde Cabo Frio até Bertioga... e teve êxito nos seus ataques a São Vicente e Santos, e ainda depois que Bertioga foi fortificada.” E Felipe Camarão, no século XVII, representando a raça incorporada à civilização ocidental, o índio cristianizado.” Com eles Araribóia, Tibiriçá, Canibé, Arco Verde, Poti (contrário a Camarão), Jacaúna e muitos outros que merecem ser mencionados pelos serviços que prestaram à nossa civilização, ou

como magnífico representante de um dos elementos formadores do povo brasileiro.” (Magalhães, 1958, p. 63, grifo nosso)

Segue Vasconcelos narrando a ambição dos europeus: “de um lado, fazia-se preciso poder conquistar ou dominar os índios; de outro, repelir os civilizados que tentassem se intrometer e se instalar nas terras ou apenas servirem-se dos índios na sua rivalidade econômica e comercial.” (Magalhães, 1958, p. 9)

Para narrar a ocupação do litoral do país nos primeiros anos, Vasconcelos cita Varnhagen: a expedição de Gonçalo Coelho, em 1503, que “retorna a Portugal com bons carregamentos de pau Brasil.” (Magalhães, 1958, p. 106); a expedição de Cristóvão Jacques, em 1526, “para guardar as costas do Brasil.” (Magalhães, 1958, p. 107) e a expedição de “plenos poderes” de Martim Afonso de Souza, em 1531, que veio fixar-se em São Vicente e Piratininga. (Magalhães, 1958, p. 108) Nesses dois centros, “se estabeleceu a primeira colônia com elementos de fixação na sociedade e de prosperidade”, conforme citação de Varnhagen. Daí surge também a primeira autoridade militar aborígine: o título de guardamora do campo, cuja prerrogativa coube a João Ramalho. (Magalhães, 1958, p. 108)

As atividades portuguesas nas primeiras décadas restringiram-se à costa entre Laguna e o Maranhão, “deixando à mercê de aventureiros todo o norte do Brasil”. (p. 109) Disso valeram-se franceses, ingleses e holandeses, “que no século XVI já haviam construído os Fortes de Orange e de Nassau na zona do Xingu. Se eles fossem francamente apoiados por seus governos, o norte do Brasil talvez teria se perdido para o mundo lusitano.” (Magalhães, 1958, p. 109)

Em 1534 o governo português dividia o Brasil em quinze capitanias, cujos donatários eram capitães e governadores, com os direitos majestáticos, conforme relatava Varnhagen (História Geral do Brasil). “Do ponto de vista militar, a foral de 26 de junho de 1534, para a capitania da Bahia, obrigava os seus moradores a prestarem serviço militar em caso de necessidade. Esse dever, que constitui o germe das instituições militares no Brasil, era a mera aplicação, aqui, do princípio das obrigações afonsinas, com a aplicação das leis portuguesas no país.” (Magalhães, 1958, p. 110, grifo nosso)

A falta de meios dos donatários e “as sérias dificuldades com índios e piratas evidenciou a ineficácia do sistema de capitanias. Somente vingaram São Vicente e Pernambuco.” (Magalhães, 1958, p. 111)

Passa o autor a descrever a relação entre os brancos e os índios nas capitanias: “Tudo se agravou quando, para facilitar o povoamento, se decidiu considerar o Brasil lugar de degredo. Os degradados, sem nenhum controle da conduta, não raro, cometeram inomináveis abusos. Abusos nos quais incorriam também os outros colonos, inclusive sacerdotes e os da tropa militar.” Não se infere coincidência ao fato de que, as duas únicas capitanias que prosperaram, ao menos no início buscaram a convivência amistosa com os gentis da terra: Tais fatos são tanto mais lastimáveis quanto se vê como seria fácil incorporar os aborígenes à civilização, pelo que ocorreu com João Ramalho, Diogo Álvares e outros, notadamente, Duarte Coelho, em Olinda.” (Magalhães, 1958, p. 111)

Prossegue Magalhães na importância militar do índio: “A deficiência numérica foi compensada pelas alianças que souberam fazer com umas tribos contra outras e para combater os outros inimigos europeus, os quais também tinham suas tribos aliadas.” E acrescenta a contribuição da índole do português, corroborando as ideias de Gilberto Freire:

“Nessas ligações o papel da mulher índia foi considerável, fazendo surgir uma progênie mestiça, fundindo as raças, aspecto que muito favoreceu aos portugueses, de todos os brancos os que mais facilmente sentiam as suas seduções e menos podiam resistir aos impulsos do próprio instinto de reprodução.” (Magalhães, 1958, p. 115)

Passa o autor então a narrar a influência do negro nas atividades militares e na formação da própria nacionalidade brasileira:

“Tudo isto matiza bem o nascer das nossas instituições, de cujos elementos fundamentais influentes só falta referir um: o negro. Justamente a rebeldia do índio, seu espírito de independência e sua educação ou cultura permanentemente guerreira, forçaram os colonos a introduzir elemento mais dócil para os trabalhos da lavoura e os domésticos, que foram buscar em África.” (Magalhães, 1958, p. 116)

Magalhães cita constantemente a edição de 1931 da História do Brasil, de Handelman, cuja edição (e tradução) é do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A obra original de Handelman é de 1860. Mais tarde, o historiador e General Nelson Werneck Sodré teceria muitos elogios a Handelman, pela preocupação com os aspectos sociais da história do Brasil. A maior fonte de Magalhães, no entanto, é da História Geral do Brasil, de Varnhagen (1854).

Magalhães cita as instruções trazidas por Tomé de Souza em 1548 que importavam na criação de uma milícia colonial – uma guarda territorial de existência obrigatória

(Regimento de 17/12/1548), bem como as instruções régias de 07/01/1549, com a ordem para Tomé de Souza construir uma grande cidade fortificada: “criou-se assim na Bahia, de fato, a primeira base naval e militar portuguesa nesta região do Atlântico.” (Magalhães, 1958, p. 118)

Em 1541, o Governador do Rio da Prata, Álvaro Nunes Cabeça de Vaca, atravessou o território brasileiro para chegar em sua sede, Assunção. Numa tentativa de alterar os limites do Tratado de Tordesilhas, “considerou incorporadas ao domínio espanhol as terras que percorrera, ampliando os seus limites”. Contra tal medida, Tomé de Souza proibiu o trânsito de Assunção através do Brasil, e “fez vigiar a estrada por meio de povoações e guarnições. Fundou a Vila de Itanhaém e deu o comando da Borda do Campo a João Ramalho. Proibiu a navegação espanhola na costa do Brasil e construiu a fortaleza de Bertioaga, para melhor proteger São Vicente.” (Magalhães, 1958, p. 121)

Com o intuito de defender a Bahia contra os ataques dos indígenas, Duarte da Costa pede ao Reino recursos para pagar uns oitenta homens de armas. Segundo Varnhagen, “esta seria a origem de um primeiro contingente do Exército organizado no Brasil.” (p. 122) Concluiu Magalhães que “com a instituição de um Governo Geral, surgiu, logicamente, a criação do Exército Nacional Brasileiro. De um lado, há as forças de expedição de Tomé de Souza, nucleando as primeiras formações militares; de outro, há a sementes das milícias futuras.” (Magalhães, 1958, p. 122, grifo nosso)

Em seguida, Magalhães narra a luta contra os franceses: “Mem de Sá leva avante o ataque de expulsão dos franceses. Reúne tropas pagas da guarnição, reforça-as com colonos disponíveis e contingentes formados por índios amigos... Em 1560 ataca os franceses. Vence-os após dois dias de luta.” (Magalhães, 1958, p. 124) Tomé de Souza, em 1564, envia seu sobrinho Estácio de Sá para enfrentar o inimigo que voltou a importunar. Para essa expedição, cita uma frase de Varnhagen que inclui os escravos africanos em sua composição: “A expedição nela formada constituiu-se de quanta gente, afim, podia combater, casados, solteiros, anciões e adolescentes, muitos escravos da Guiné, e até os índios em que depositavam a maior confiança.” (Magalhães, 1958, p. 124, grifo nosso). Estácio de Sá encontra sérias dificuldades, “face às hostilidades dos índios que sabiam manejar as armas de fogo deixadas pelos franceses. Precisa de dois anos para dominar a situação.” (p. 124) Varnhagen atribui a Mem de Sá a devida importância militar: “Aos seus

esforços deveu o Brasil o começar a viver independente de socorro.” (Magalhães, 1958, p. 125)

O autor descreve a precariedade da situação militar do Brasil no início do século XVII. Cita Mirales, ao relatar que na Bahia, em 1624, só havia 80 soldados pagos (o mesmo efetivo que havia criado Tomé de Souza) (p. 130); o norte continuava desocupado pelos portugueses: somente em 1612, com a ajuda do cacique Jacaúna, foi possível a fundação da Fortaleza, no Ceará. Em 1612, o senhor la Ravardiére se instala no Maranhão, fundando São Luís, donde houve de expulsá-los, em 1615, Jerônimo de Albuquerque.

Narra então as ocupações holandesas. Cita a invasão de Salvador e a facilidade de Dom Fradique de Toledo em reconquistá-la. Ressalta então a última fase da luta – que é a que mais importa consignar, onde as forças nacionais, chefiadas por Camarão, Henrique Dias, Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e outros caudilhos, ao lado de tropas portuguesas, tudo sob o hábil comendo do General Barreto de Menezes, evidenciam já haver na colônia considerável vitalidade e um caráter próprio nitidamente nacionalista.” (Magalhães, 1958, p. 138, grifo nosso)

“Tudo isto revela terem um sentido peculiar as nossas instituições militares, imposto pelas condições próprias do país. Significativo exemplo disto, continua o autor, citando Varnhagen: “é o fato da glorificação de Henrique Dias, ordenando-se que, para perpetuar a sua memória, se organizassem corpos de soldados e oficiais todos pretos, com o nome de Regimento dos Henriques.” (Magalhães, 1958, p. 138)

As instituições militares no Brasil adquirem uma nova feição após a expulsão dos holandeses. Um grande contingente militar se encontra pronto. A sociedade brasileira, todavia, começa a reclamar dos ônus da manutenção da força. Em 1650 existiam três terços organizados na Bahia. Em 1652, D João IV reduz essas tropas a duas. (Magalhães, 1958, p.142) Em 1670, os moradores da Bahia pedem a redução de suas tropas a apenas uma, com 800 homens. (Magalhães, 1958, p. 145)

Na conclusão das lutas coloniais do século XVII, o autor cita Handelman: “a guerra pela posse do Brasil estava extinta; durara cento e cinquenta anos... defendera a nacionalidade portuguesa com honra o seu império sul-americano; e finalmente a conservara com felicidade.” (p. 146)

Há no texto uma relevante menção de Varnhagen sobre os hábitos indígenas: “Havia entre eles, indubitavelmente, uma moral, não tão pura como pretendem alguns modernos,

pois certos maus hábitos, como o homossexualismo... dá disto testemunho.” (p. 47)

Ainda sobre os indígenas, compara o grau de “evolução mental” entre os povos: “A superioridade daí consequente para os europeus era tal que não havia uma multidão de índios que pudessem resistir à ação de 40 ou 80 homens europeus bem providos de arcabuzes.” (Magalhães, 1958, p. 62)

O relevante desta obra de Magalhães é a narrativa da construção da nacionalidade brasileira em torno dos efetivos militares que vão se formando através da união das raças que se unem na defesa da terra, desde os primeiros anos de povoamento. Afirma o autor que a guerra holandesa demonstrou a existência de um caráter próprio nacionalista. O autor, todavia, não situa a gênese do exército brasileiro na expulsão dos holandeses. Aliás, ao referir-se aos combates contra os holandeses, o autor usa apenas um parágrafo para a citação das personalidades envolvidas, e outro parágrafo para justificar que a criação dos Terços dos Henriques é um exemplo significativo das peculiaridades do nosso Exército. O vocábulo Guararapes sequer é citado. No mesmo capítulo, ao referir-se às consequências da guerra holandesa para a evolução do Exército, o autor põe em xeque o caráter racial da união em torno da expulsão do invasor: “Havia, além do mais, um processo espontâneo de evolução, caracterizado no aumento da população branca colonizadora. Vê-se o bem neste registro de Southey relativo ao Maranhão: E, 1648 orçava-se a população de todo o estado em torno de quatrocentos colonos portugueses e oitenta soldados; no fim de dez anos tinha esse número elevado a setecentos e em 1685 havia mais de mil portugueses só na cidade de São Luiz. Muitos destes eram fidalgos.” (Magalhães, 1958, p. 139, grifo nosso)

1960 e 1965 são as datas de publicação de duas obras *sui generis* para a historiografia militar brasileira. Justamente às vésperas do golpe militar brasileiro, e no ano seguinte àqueles acontecimentos, dá-se o lampejo das publicações mais despojadas de misticismo e de panegirismo em relação à narrativa militar. Nesse período, dois autores – ambos generais – publicaram suas histórias militares apartadas das tradicionais descrições dos campos de batalha. Em 1959 o General progressista Francisco de Paula Cidade escreveu Síntese de três séculos de literatura militar brasileira. Trata-se de uma obra dotada de visão mais holística que as tradicionais, na qual o autor busca “desvincular a divindade dos heróis nacionais” através da associação entre a história militar e a história política. “Dos seus heróis, nem o negro Henrique Dias tinha alma brasileira”, alega Cidade, lembrando que

ainda não existia naquele momento da história uma nação “brasileira”. Por sua vez, a História Militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré, de 1965, inova completamente a narrativa sobre temática militar no Brasil. O autor, general comunista, introduz em suas análises a dialética marxista, com suas preocupações inerentes, como a luta de classes e o materialismo histórico. Vamos a essas obras.

5.9. Francisco de Paula Cidade (1960)

Paula Cidade foi um dos fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Foi também professor de História Militar na Escola Militar em Realengo e na Escola de Estado-Maior, além de Diretor de presidente da Biblioteca do Exército.

Cidade, em que pese figurar entre os historiadores militares, mostra uma preocupação constante sobre a mistificação e o romantismo nas narrativas militares. Na declaração “ao leitor”, no início da obra, Cidade revela sua preocupação com a técnica histórico-geográfica e com a tendência de se falsear a história romaneando-a. E acrescenta:

“No campo de ação que tem sido reservado à História Militar (inseparável da história política), verifiquei que em dezenas de estudos sobre as altas personalidades, em regra, se confundiu história com apologética. O resultado dessa confusão é que os problemas da História passam a ser resolvidos sob a influência de fatores emocionais, o que, de certo dá razão a Voltaire.” (Cidade, 1960, p. 13)

Cidade argumenta sobre a dificuldade humana da proporcional compreensão entre os fatos e o ambiente ideológico em que se produziram, daí a necessidade “histórica” de “se criarem semideuses ou semidemônios para explicar acontecimentos humanos”, ou a necessidade de o “mito literário ser transladado ao mundo da história”. Finalmente, propõe o autor, é preciso libertar a história descaracterizando a divindade dos grandes vultos nacionais, situando-os como porta-vozes dos “batalhadores anônimos” (o povo) que tanto contribuíram para o êxito de sua imortalidade”. (pp. 26-27)

Cidade apresenta seu livro como um guia para acompanhar a evolução do pensamento militar brasileiro através do resumo e estudo crítico de algumas obras de

época, escusando a ausência das demais obras alegando que não tem a presunção de ser um repertório bibliográfico. Salienta, inclusive, a natureza intelectual da literatura militar:

“A literatura militar é o conjunto das produções do espírito, escritas para a divulgação, inspiradas por um pensamento militar... Assim encarada, é parte das atividades intelectuais, em regra, exercidas por militares; e só excepcionalmente por escritores civis, enamorados das glórias militares de sua terra.” (Cidade, 1960, p. 15)

O autor analisa a guerra holandesa e outros aspectos militares do século XVII. Utiliza-se para esse capítulo quatro obras: *O Valoroso Lucideno e o Triunfo da liberdade*, do Padre Manuel do Salvador (ou Frei Manuel Calado), 1648; do *Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco*; dos *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira Barreto; e *História Militar do Brasil* de José Mirales (1762)

Na análise do *Valoroso Lucideno*, Cidade inicia com uma nota referente ao autor: “frequentou a roda dos invasores holandeses, para melhor desempenhar o seu ofício religioso; tornou-se um guerrilheiro da retaguarda, para melhor servir a Deus e à pátria.” (p. 36) Frei Manuel Calado faleceu em 1654; no ano seguinte sua obra foi apreendida e proibida por ter o autor criticado membros do clero: “Padre Gaspar Ferreira era um clérigo idiota...” Uma segunda edição, de 1668, aparece em Lisboa e foi licenciada pelas autoridades eclesiásticas, embora permanecesse no Index proibitivo. A edição de Pernambuco, com ortografia brasileira, dá-se somente em 1942.

O resumo da obra, feito por Cidade, descreve os horrores do saque holandês em Pernambuco, que teriam dado causa à rebelião dos nativos, com o comentário: “imagine o que não era isso no século XVII, quando os exércitos acolhiam em seu seio as escórias da sociedade...” (Cidade, 1960, p. 40)

Segue resumindo os cinco livros que compõem a obra. Da análise crítica, é relevante sua análise da motivação dos combatentes: “Ao examinar hoje essas ocorrências militares de três séculos passados, não se pode deixar de pôr em evidência o que vale o fator moral na guerra. As forças holandesas eram compostas por mercenários, recrutados sem a preocupação da nacionalidade...” Por outro lado, acrescenta Cidade a desproporcional motivação entre invasores e invadidos:

“O cidadão que toma armas para defesa do torrão natal e de um sistema de vida que escolheu, que tem sofrido violências que lhe tocaram no fundo da alma, atingindo seus mais caros afetos, este bate-se para matar o inimigo que tem pela frente, embora expondo a vida a cada passo... Os antigos não compreendiam que o homem não é máquina de guerra. Isso explica as vitórias dos insurgentes.” (Cidade, 1960, p. 54)

Prossegue Cidade explicando que o título da obra é uma homenagem ao chefe insurgente João Fernandes Vieira, cognominado *O Valoroso Lucideno*: Chama o autor a atenção para o fato de que tal herói nacional não era “nacional”: “Se aqui ninguém que se prezasse queria ser chamado de brasileiro, não podia o escritor deixar de chamar português o seu herói, aliás, nascido na Ilha da Madeira.” (Cidade, 1960, p. 69)

Cidade conclui a análise narrando a dificuldade que a guerra holandesa constituiu para a historiografia militar brasileira, uma vez que tal história ainda não era necessariamente brasileira: “Dos seus heróis, nem o negro Henrique Dias tinha alma brasileira, o que é justificável porque o Brasil era apenas uma expressão geográfica”. No entanto, prossegue o autor, “havia já o amor à terra e a solidariedade mental entre a gente portuguesa que nela vivia. Esse amor à terra é o laço espiritual que liga o Brasil de hoje àquela sociedade medieval, que no mesmo espaço político sucedeu à atual sociedade brasileira.”

Mercê de Deus, encerra o autor,

“Constituíram os combates da guerra holandesa uma semente que vem germinando a cada geração que surge no mesmo cenário, o que responde pelas nossas possibilidades de sobrevivência, num mundo conturbado pelas veleidades de hegemonia de povos tão ambiciosos como os holandeses do século XVII.” (Cidade, 1960, p. 69)

Cidade parte em seguida para a análise da 2ª obra selecionada sobre a época: *Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos Prédios Edificados e Reparados até 1654*. Trata-se de um inventário, em dois folhetos, publicado somente em 1838 pela Assembleia Legislativa de Pernambuco. Como o próprio título elucida, “é um livro de pequeno interesse para o leitor não especializado, pertinente à história da técnica armamentista... Quanto à parte do inventário relativa aos prédios, pouca importância terá para a nossa história militar.” (Cidade, 1960, pp. 75-76)

A 3ª obra da época – *Anais Históricos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o ano de 1718*, é de Bernardo Pereira Barreto. A importância da obra para a

história militar gira em torno das dificuldades da ocupação da terra disputada aos franceses e as disputas entre Jerônimo de Albuquerque e o francês Ravardière, num primeiro momento; e as invasões holandesas e a expulsão destes após a insurreição de um grupo de cinquenta moradores, sob o comando de Antônio Muniz. O Livro XVIII da obra nos traz alguns relatos raciais. Cita a proibição da escravidão dos índios e as respectivas agitações populares contra tal medida, tendo o Padre Antônio Vieira como defensor dos índios. (Cidade, 1960, p. 82)

A última obra analisada neste capítulo por Cidade é a História Militar do Brasil, de José Mirales (1762). Segundo Cidade, a obra conservou-se por muito tempo inédita nos arquivos da Biblioteca Nacional. Justifica a sua inclusão com as outras obras selecionadas: “Escrita um século e tanto depois da Guerra Holandesa, pertence, não obstante, ao mesmo ciclo épico.” (Cidade, 1960, p. 84)

Chama a atenção de Cidade a descrição de José Mirales sobre fatores relacionados com a diferença salarial entre as tropas (fator que discutimos no capítulo anterior): “Em 16 de Abril de 1744, passaram os chefes das unidades de gente de cor a vencer o soldo mensal de cinco mil réis... Veremos que os chefes dos Henriques, mesmo quando passaram a ser pagos, ganhavam pouco mais de um terço do soldo fixado para o herói da Guerra Holandesa.” (Cidade, 1960, pp. 88-89)

Na sua conclusão, alega que “esse livro mal escrito vale pelas informações interessantes que registra. É o repositório de uma documentação que hoje não pode mais ser consultada no original, por ter desaparecido.” Continua o autor: “Permite-nos verificar a falta que fazia a unidade do Governo, evidenciada pela ausência de reflexos dos acontecimentos de uma capitania na vida das outras. Pode-se dizer que a luta com os holandeses ao norte não interessava à opinião e aos governantes do Rio de Janeiro, que só esporadicamente prestaram seu concurso à restauração da Bahia.” (Cidade, 1960, p. 90) Ou seja, não havia, na opinião de Cidade, um sentimento nacionalista no Brasil colonial; os integrantes das diferentes regiões não se ajudavam militarmente como uma Unidade nacional.

A Síntese de três séculos de literatura militar brasileira do General Cidade inova totalmente por defender a narrativa da aproximação dos vultos nacionais como porta-vozes do povo, em detrimento dos protagonistas semideuses da clássica história militar. O autor não alude a ideia da gênese do Exército Brasileiro nascida em Guararapes. Todavia, faz

alusão que “os combatentes da Guerra Holandesa constituíram uma semente que vem germinando a cada geração, que responde pelas nossas necessidades de sobrevivência...” Desmistifica os heróis: “nem o negro Henrique Dias tinha alma brasileira...” (Cidade, 1960, p. 69) Todavia, como defende na introdução da sua obra, não se propõe a desmerecê-los: “Isso não lhes desmerece a glória, nem lhes mingua o mérito, pois como soldados da Guerra Holandesa amaram a terra brasileira com o mesmo ardor com que hoje nós amamos e por ela deram seu sangue e até a própria vida.” (Cidade, 1960, p. 17)

Relevante, em conclusão, é a motivação alegada por Cidade para a vitória daqueles insurgentes contra o poderoso exército holandês: “o amor à terra e a luta pela sobrevivência um mundo conturbado de povos tão ambiciosos...” (Cidade, 1960, p. 69)

Cidade segue sua síntese da literatura militar brasileira analisando algumas obras cronologicamente. Dessa forma, analisa uma passagem escrita por Varnhagen em 1871: *História das Lutas com os Holandeses, de 1624 a 1654*. Cidade explicita a visão de Varnhagen sobre Calabar, o traidor português: “Não se trata, evidentemente, de um idealista, mas de um homem que tinha contas a ajustar com as autoridades portuguesas... Atribuem ao inculto mestiço mentalidade que ele não podia possuir, dada a impossibilidade em que se encontrava de sonhar com o Brasil de nossos dias.” (Cidade, 1960, pp. 302-303). Sobre a destreza de gestão do Conde de Nassau, Cidade afirma que Varnhagen colocou a etnia lusitana acima da holandesa, a despeito de autores posteriores que criaram a ideologia das vantagens que nos adviriam de um Brasil holandês: “Apenas, como todos os insensatos, esqueceram que o povo brasileiro de que eles fazem parte, não existiria. Seria hoje outro, no sangue, na língua, na religião e em tudo mais.” (Cidade, 1960, p. 303) Cidade, baseado em Varnhagen, defende o Conde de Bagnoli: “sua retirada para a Bahia foi decisão acertada que salvou a sede do Governo Geral.” (p. 304) Em seguida Cidade descreve a citação de Varnhagen em relação a Antônio Teixeira de Melo, que liderou a revolta popular da qual resultou a expulsão dos holandeses do Maranhão:

“Assim que o donatário da capitania, Antônio Coelho de Carvalho, residente em Portugal, aliás, desembargador, teve conhecimento da expulsão dos holandeses, acusou o libertador do Maranhão, Antônio Teixeira de Melo, perante os tribunais, exigindo-lhe uma indenização de 4.000 cruzados, por ter empregado os colonos dele, querelante, em trabalhos de guerra. Houve mesmo um tribunal que lhe deu razão e condenou o querelado a pagar-lhe a soma pedida! Notemos que por atos como esse é que os povos preparam sua ruína.” (Varnhagen, in Cidade, 1959, p. 306)

Cidade, ao comentar tal citação, argumenta que tal “...episódio nos encheria de repugnância, se os altos figurões, que as quadras da decadência levam aos postos de mando, não fossem os mesmos em qualquer ponto da terra.” (p. 306). Em seguida, Cidade cita Varnhagen sobre a atitude adotada por Salvador Correia de Sá e Benevides, “que com uma importante frota partira do Rio de Janeiro para a Europa e que se recusa a tomar parte nas operações dos territórios ocupados pelos holandeses.” (Cidade, 1960, p. 307) Cidade argumenta expressamente sua conclusão a tal episódio:

“A atitude de Salvador Correia de Sá é uma prova de que ainda não havia uma mentalidade nacional brasileira (coisa que pretensos historiadores de nossos dias, em regra, ignoram), mas simples consciência localista, que retratava a organização fracionária das possessões portuguesas na América e no resto do mundo.” (Cidade, 1960, p. 308, grifo nosso)

Salvador Correia, aliás, não conseguiu seu intento: foi atacado por uma frota holandesa e caiu prisioneiro.

Cidade, ainda comentando a obra de Varnhagen, situa a atitude da burguesia pernambucana:

“Havia a burguesia comodista de todas as épocas, a qual, nas situações difíceis, cruza sempre os braços e não se defende. Essa adere sempre ao vencedor, junto ao qual, alegando mais tarde serviços que não prestou, espera encontrar seu lugar ao sol... Essas considerações, que nem sempre são de Varnhagen, surgem na mente de quem lê este capítulo.” (Cidade, 1960, p. 308)

O autor cita ainda a pressão que a Holanda faz sobre o Governo de Lisboa, ao exigir grandes indenizações pela perda de Pernambuco. “Os entreguistas portugueses são capitaneados pelo jesuíta Padre Antônio Vieira, que propunha se cedesse Pernambuco aos holandeses.” (p. 309)

“Passados três anos após sobre tais acontecimentos”, prossegue a citação de Cidade sobre a obra de Varnhagen, a Holanda enviou ao pequeno reino de Portugal uma grande esquadra, que bloqueou as costas portuguesas.

“Impunham os holandeses a entrega do Brasil, de Angola e de São Tomé, além de pesadas indenizações... O casamento de uma princesa de Portugal com o rei da Inglaterra trouxe para o pequeno reino a possibilidade da mediação inglesa no conflito. A Holanda tirou-lhe assim apenas a pele, mas deixou-lhe os ossos... (Cidade, 1960, pp. 311-312)

Termina Varnhagen narrando as vantagens que o Governo português concedeu aos militares que tomaram parte nesta guerra, como postos, comendas e vantagens pecuniárias. Cita os regimentos dos Henriques, “em homenagem ao herói preto de tantos anos de guerra.” (Cidade, 1960, p. 312)

Na conclusão de Cidade sobre essa obra de Varnhagen, os papéis de militar e historiador se invertem: o general critica o Visconde de Porto Seguro por prender-se aos aspectos militares do conflito com os holandeses, deixando de lado outros, como os políticos, sociais, econômicos e religiosos. Alega ainda que o aspecto econômico deste conflito é o mais atraente aos sociólogos brasileiros, uma vez que “os negócios do açúcar estariam entre os componentes das grandes forças do nascente capitalismo.” (Cidade, 1960, p. 313)

Em relação aos aspectos militares que ficaram fora do escantilhão de Varnhagen, cita o autor a disparidade na diferente motivação entre “os que se batem movidos por sentimentos superiores, como religião, pátria e família e os que só entram no campo de batalha porque estão sendo pagos para isso.” E, também, as diferentes táticas empregadas, como a mecânica formação de esquadrão holandesa contra formações leves e adaptadas ao terreno, utilizadas pelos insurgentes pernambucanos. (Cidade, 1960, p. 313)

Encerra Cidade sua visão sobre as narrativas da guerra holandesa:

“Dos pioneiros não são raros os que escreveram verdadeiros depoimentos como testemunhas de vista. Escapou-lhes muitas vezes o que ia por trás dos bastidores, o que só posteriormente pôde ser esclarecido. Alguns desses velhos escritores afastaram-se da verdade num ou noutro ponto. Nem sempre o fizeram intencionalmente.” (Cidade, 1960, p. 314)

Em sua conclusão, Cidade critica a visão positivista da República que não favorece a memória militar.” Alega que “somos o único povo do mundo que condena a ação de seus heróis... Nós nem sequer guardamos as relíquias do passado, banindo de nossos museus até os objetos de uso pessoal de nossos grandes soldados.” (Cidade, 1960, pp. 618-619) Em relação à importância que Cidade dá aos heróis e aos principais episódios nacionais, cita que, quando foi Diretor da Biblioteca Militar, tentou encomendar quatro quadros, sobre os temas militares brasileiros mais relevantes: “O primeiro quadro a ser pintado fixava aspectos da Guerra Holandesa; o segundo reproduzia o General Calado na Batalha do Passo

do Rosário; o terceiro seria uma cena da Guerra do Paraguai; e finalmente, um aspecto da Força Brasileira na Itália constituiria o último.” (Cidade, 1960, p. 619) O Secretário Geral da Guerra vedou sequer que Fragoso continuasse a cogitar o assunto. Trata-se, segundo Cidade, do positivismo que atacou até os intelectuais militares, ao extremo de “cobrir de ridículo os que haviam oferecido a própria vida em defesa do Brasil.” (Cidade, 1960, p. 620)

Esse trabalho tão lúcido é a publicação de um general, escritor e professor militar, no meio mais oficial existente para a publicação de um pensamento militar: a Editora da Biblioteca do Exército. Não é de se estranhar, todavia, que uma visão mais oficial da Força não corroborou abertamente essas ideias: no início da edição do mesmo livro, de 1988, uma nota do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Estilac alerta os leitores: “Trabalho de crítica bibliográfica, cobrindo apreciável número de fontes, embora contenha, às vezes, opiniões pessoais do autor, constitui valiosa contribuição para o estudo da História Militar do Brasil.” (Cidade, 1960, p. 13, grifo nosso)

5.10. Nelson Werneck Sodré (1965)

A História Militar do Brasil de Nelson Werneck Sodré, de 1965, pode ser considerada a obra escrita por militar, com as características mais originais e únicas sobre a temática militar. Em primeiro lugar, pelas peculiaridades de seu autor: Sodré era General do Exército e comunista, combinação inusitada no Brasil. É considerado pela Academia, particularmente na Universidade de São Paulo, como um dos principais intelectuais do Brasil. A carreira militar do autor seguia com sucesso na década de 50; o então Tenente-Coronel Sodré concluiu o Curso de Estado-Maior na Escola de Comando do Estado-maior do Exército, onde foi instrutor da cadeira de História Militar; um pouco mais tarde, foi membro da Comissão Diretora da Biblioteca do Exército; O comunista Sodré, concomitantemente às suas atividades militares, defendia ideias progressistas junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e foi professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que não contava com o apoio dos militares conservadores. Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em Agosto de 1961, apoiou publicamente a posse do vice-presidente João Goulart, contrariando as diretrizes militares que vetaram a sua

posse. Por esse motivo, foi preso; interrogado por dez dias e transferido para uma guarnição mais afastada dos grandes centros do país; contrariado, no ano seguinte passou para a reserva remunerada, no posto de General. Após a efetiva deposição de João Goulart, em 31 de março de 1964, teve seus direitos políticos cassados e ficou detido no Rio de Janeiro por 57 dias. Nesse contexto é que finalizou a sua obra História Militar do Brasil, que foi publicada no ano seguinte. Assim como outras obras do autor, História Militar do Brasil teve todos os exemplares apreendidos nas livrarias. Foi reeditado em 1968, e novamente seus exemplares foram apreendidos, e, por conta da reedição desautorizada, um Inquérito Policial Militar foi instaurado contra Sodré.

Uma das particularidades (e grande inovação para a temática no Brasil) da História Militar de Sodré é a influência do materialismo histórico e da dialética em torno da luta de classes como cerne de sua narrativa. O primeiro capítulo, sobre os “Fundamentos da Colonização”, tem início com a descrição da retomada do comércio da Europa trazendo uma fase de transição em que as velhas instituições começam a declinar, pondo fim na Europa medieval. Esse comércio, que tinha o Oriente como protagonista e os grandes oceanos por roteiro, encontrou Portugal como pioneiro. Sodré explica como a classe feudal, ligada à terra, vai perdendo espaço para a classe mercantil, detentora do capital; e de como as atividades mercantis ultramarinas não tratavam de produzir nada, apenas transportar e distribuir mercadorias ao consumidor europeu. Para as atividades mercantis no Brasil, Portugal via um problema: “Aqui, para preservar a posse, era indispensável ocupar; e para ocupar, era necessário produzir”. (Sodré, 1965, p. 16)

Para que essa produção fosse rentosa, o produto deveria reunir algumas condições essenciais: teria que ser largamente disponível sobre a terra; que tivesse grande aceitação na Europa; que os portugueses dominassem a experiência de sua produção; e o volume e o valor compensassem as distâncias, o frete e o investimento inicial para a produção, incluindo a mão-de-obra. “A história assinala que o gênero que atendia todas essas exigências foi o açúcar.” (Sodré, 1965, p. 16)

“Como não havia consumidores no Brasil, havia necessidade da produção em larga escala; para essa produção em larga escala, havia necessidade de força de trabalho abundante... e só a escravidão podia permitir que essa força de trabalho fosse subordinada às exigências da grande produção. E não a escravidão do indígena, que nem era numeroso nem acomodado ao trabalho obrigado e sedentário, mas a escravidão do africano,

deslocado de seu continente de origem e objeto de tráfico, convertido ele próprio em mercadoria, a mais cara do tempo.” (Sodré, 1965, p. 17)

Sodré cita ainda a aliança com os holandeses, que “detém o capital industrial para o refino do açúcar, bem como poderio marítimo para escoar e distribuir a produção para o mercado consumidor europeu”. (Sodré, 1965, p. 17)

As esferas de atuação para a montagem da empresa produtora de açúcar são repartidas: “o produtor é livre na área da produção, que a metrópole não interfere; mas esta última se reserva, sob o regime de monopólio, a área de circulação, em que o produtor não interfere.” Sodré, 1965, (p. 18) Os poderes transferidos pela metrópole não são apenas econômicos, mas também políticos, e conseqüentemente, os poderes militares. Nas disposições da Carta de Doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, de 1534, afirma-se que “todos os seus herdeiros e sucessores se possam chamar e chamem capitães e governadores”. Por essa razão, o Rei permitia o livre transporte e comércio de armas, artilharia, pólvora e quaisquer outras munições de guerra na dita capitania, “aos que forem cristãos e meus súditos. Em contrapartida, seguia a Foral: os moradores e povoadores e povo da dita capitania serão obrigados em tempo de guerra a servir nela com o Capitão se lhe necessário for.” (Sodré, 1965, pp. 18-19)

O Regimento do Governador Geral do Brasil, de 17/12/1548, destinado a Tomé de Souza, “é também uma diretriz militar: Eu, El Rei... ordenei ora de mandar nas ditas terras (Baia de Todos os Santos) fazer uma fortaleza e povoação grande e forte... e para isso vai uma armada com gente, artilharia, armas e munições... e vós haveis de ser Capitão.” (p. 19). Contém ainda a instrução para que Tomé de Souza devia chegar “fazendo guerra a quem quer vos resistir.” (Sodré, 1965, p. 20) Para isso, deveria o Governador utilizar as tribos amigas, acolhendo-as, mas com cuidado: “os gentios se agasalharão em partes onde não possam fazer o que não devem”. Ficava proibido o fornecimento de armas a quaisquer infiéis, particularmente aos indígenas. (Sodré, 1965, p. 20)

No tocante às invasões francesas, Sodré argumenta que a expulsão desse invasor é um exemplo típico de conjugação de forças regulares metropolitanas, particularmente as navais, com as forças irregulares coloniais, que constituíam o grosso nas operações terrestres, acrescidas pelos indígenas locais, que se dividiam, ficando alguns com os invasores e outros com os portugueses.” (Sodré, 1965, p. 22) Acrescenta o autor: “o inimigo mais poderoso com que teve de se defrontar foi a expedição francesa que se instalou na

Baía da Guanabara, em 1555, cuja expulsão coube a Mem de Sá, com o auxílio dos Paulistas. Para desalojá-los, foi necessário auxílio da metrópole, sob a forma da frota de Simão de Vasconcelos, que chegou ao Brasil em novembro de 1559, iniciou as operações em janeiro de 1560 e as encerrou em março.” Os franceses fixaram-se a partir de 1594 no Maranhão. As operações para a sua expulsão começaram em 1614 e terminaram no fim do ano seguinte, novamente com a conjugação de esforços da metrópole e dos colonizadores. Como consequência da necessidade de preservar as terras da investida externa, “se apressa a ocupação, o povoamento, a colonização e conseqüentemente o lançamento de uma estrutura militar que assegure a posse da terra e a tranquilidade do trabalho sobre ela exercido.” (Sodré, 1965, p. 23)

Sodré salienta que a inutilidade das armadas de policiamento demandava que todo o esforço militar deveria cair na própria gente colonial, embora pouca e dispersa. Dessa forma, explicita a composição das forças militares coloniais:

“Aparecem assim, três tipos de organização militar: as regulares, vindas do Reino; as semirregulares, constituídos pelas forças dos Serviços de Ordenanças (estas tinham a regularidade amparada na Legislação, mas eram irregulares na composição de seus efetivos, que não eram profissionais e baseavam-se nas necessidades militares); e as irregulares, que se organizavam à base de iniciativa dos próprios moradores, à margem da legislação, como as bandeiras’ . (Sodré, 1965, pp. 23-24)

Sodré salienta que a ocupação, o povoamento e a exploração do território revestiram-se de um caráter essencialmente guerreiro. Cita Frei Fernando Oros: um cronista do século II: “Não se pode tratar da fábrica ali, senão com uma foice na mão e uma espada na outra.” (Sodré, 1965, p. 24) Na continuação de sua análise sobre a influência desse caráter guerreiro sobre os meios de produção do Brasil, que nos primórdios coloniais assemelhavam-se ao sistema feudal, Sodré descreve que as propriedades rurais se assemelhavam a fortalezas:

“O engenho é quase sempre uma casa-forte, amuralhada, com grossas paredes protetoras, dominando a paisagem como um castelo... E as povoações parecem burgos medievais, com os seus muros, valos, cercados e fortificações.” (Oliveira Viana, 1938, in Sodré, p. 25)

Segue o autor acrescentando essa influência bélica sobre as relações de trabalho, que acabam por se manifestar também na constituição das tropas:

“E os povoadores se organizam em bandos armados, como no medievalismo, com o senhor das terras à frente: organizando-se no meio da selvageria, o domínio defende-se a si mesmo. Assediado por todos os lados, é obrigado a constituir-se militarmente. Forma, então, dentro de seus muros, um pequeno exército permanente – pronto, ágil, mobilíssimo, talhado à feição do inimigo.” (Oliveira Viana, 1938, in Sodré, p. 25)

Acrescenta ainda Sodré a participação do índio na constituição dessas tropas de defesa da terra:

“Nessa expressão talhado à feição do inimigo, espelha o historiador uma figura exata, pois o grosso da tropa é de índios, na maioria das vezes enquadrados apenas por uns poucos colonizadores, por eles ajudados por armas, e ajudando-os com sua técnica específica de combate, a sua agudeza no conhecimento das manhas do adversário, a sua experiência, o seu conhecimento da terra. São muitas vezes índios contra índios, dilacerando-se e destruindo-se em benefício dos dominadores portugueses.” (Sodré, 1965, p. 26)

Essa constituição militar, tão característica e própria da terra do Brasil, vai-se constituindo, por esse caráter complementar das forças de trabalho em forças militares, em valor agregado aos proprietários dos meios de produção: “E os senhores de terra não se distinguem apenas pela extensão de suas posses e pelo número de seus escravos, mas também, particularmente em São Paulo de Piratininga, pelo vulto de seus bandos guerreiros”. (Sodré, 1965, p. 26)

Numa citação de Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro* (1938, p. 96), Sodré fala sobre a heterogeneidade da constituição dessas tropas, cujo gênero atribui à estrutura social existente:

“Fuão é poderoso por tantas armas: neste número entram negros, mulatos, índios, mamelucos, carijós, e mais variedade de gente que há por aquele sertão.” É sobre essa organização militar improvisada sob a necessidade do meio e calcada na sua estrutura social e econômica que repousa a segurança e a obra de estabelecimento e de expansão do colonizador. (Sodré, 1965, p. 26)

Sodré avança cronologicamente, salientando que na medida em que a colonização conseguia dar um caráter permanente à conquista, a competição com outros europeus se aprofundava e as tentativas de assalto iam sendo substituídas por um estabelecimento concorrente. Nesse caso, no entanto, “não favorecem o colonizador as vantagens que leva na luta contra o indígena: a superioridade técnica das armas e o divisionismo das tribos.” (Sodré, 1965, p. 27) Desse contexto depreende-se que “a conjugação de dois tipos de organização militar, o europeu e o americano, justapondo-se e reagindo um sobre o outro”

foram essenciais no sentido de enfrentar os assaltos externos.” (Sodré, 1965, p. 27) Prossegue o autor nesse raciocínio, acrescentando que a Coroa, além de acudir com as primeiras tropas regulares, “as centenas de homens que chegam com a expedição de Tomé de Souza” - também contribui com um esboço de fortificações litorâneas, que ao longo do período colonial, “não cessará de se desenvolver, de se aperfeiçoar e de se expandir.” (Sodré, 1965, p. 27)

O caráter econômico e social que as bandeiras representam para o desenvolvimento da colônia é crescente. É, todavia, o seu caráter militar irregular, que é primordial para o seu sucesso. Sodré prossegue descrevendo a constituição das bandeiras: “É a Bandeira uma pequena nação de nômades, organizada solidamente sobre uma base autocrática guerreira, mesmo a de colonização. O bandeirante lhe é, ao mesmo tempo, o patriarca, o legislador, o juiz e o chefe militar.” (Oliveira Viana, Populações Meridionais do Brasil, 1938, in p. 28) Prossegue Sodré sobre essa instituição. Embora tenha em sua composição grande número de índios e negros, a caça a esses dois elementos para suprir a mão-de-obra escassa, via escravidão, é o seu principal objetivo. É ainda paradoxal, que a invasão holandesa, que teria “unido negros e índios” a favor dos portugueses para a defesa da terra, tenha influenciado tanto na necessidade da escravidão desses mesmos elementos:

“É duvidoso que a bandeira tenha tido qualquer sentido colonizador, por mais ampla que seja a significação da palavra: destinada ao apresamento de indígenas, para a atividade do tráfico humano – em crise com a invasão holandesa e a apropriação pelos holandeses das fontes africanas de escravos – ou para mineração, não tem nenhum sentido de povoamento, nem de conquista territorial que, no nosso tempo, lhe têm sido atribuídos.” (Sodré, 1965, p. 28, grifo nosso)

Sodré ainda descreve as missões militares “inequívocas” que as bandeiras assumiram:

“Expandir a base territorial e assegurar a sua defesa, ajudar nas operações de envergadura contra os invasores que se instalam no litoral, capturar o braço indígena destinado ao trabalho escravo, concorrer na defesa da costa, exercer tarefa policial, na defesa dos interesses dos grandes proprietários, visando destruir os redutos de escravos foragidos, os quilombos.” (Sodré, 1965, p. 29)

Prossegue descrevendo algumas das questões raciais da epopeia bandeirante:

“Cada caudilho é senhor de considerável corpo de negros, índios e mamelucos, em regra contando-se por centenas, às vezes por milhares. Manuel Preto dispõe de 999 índios flecheiros, não incluindo os negros e mestiços; Fernão Pais tem milhares de escravos. Só

Antônio Raposo comanda cerca de 3000 combatentes.” (Oliveira Viana, Populações, p. 99, in Sodré, p. 29)

É relevante também a descrição que faz das benfeitorias militares e sua contribuição para o desenvolvimento da colônia: “Cada esforço de povoamento, visando expulsar elementos invasores ou não, reveste-se de caráter militar e resulta sempre no estabelecimento de um forte, que será o núcleo de povoamento. Isto acontece em Vila Velha, na Guanabara, no Rio Grande do Norte (Forte dos três Reis Magos, 1597) no Ceará (Fortaleza, 1611), no Maranhão (Forte São Luís, 1612), no Pará (Forte do Presépio, 1616). A guarnição dessas fortificações será fornecida pela população local, dentro das prescrições do Regimento de 1548 e do disposto no Serviço das Ordenanças, de 1575.” (p. 30) Dentro do mesmo tema, complementa: “Por toda a parte, no interior como no litoral, a população estava organizada para a guerra, seja contra o indígena, seja contra o corsário... Do ponto de vista da própria rotina, de tal sorte que a contingência militar era constante e podia irromper a qualquer momento. Por isso, a morada mesmo se convertia em fortaleza, surgia com tal feição: nas fazendas estava-se como num campo de guerra.” (Sodré, 1965, p. 32)

Sodré ocupa-se também na descrição das organizações militares entre as diferentes regiões: “No essencial, as diversas regiões não ofereciam diferenças, do ponto de vista da organização militar, embora nas regiões de ocupação linear se caracterizasse mais claramente como idêntica aos tipos clássicos que o medievalismo gerara, com o tributo de sangue entre eles: os comandos eram constituídos pelos senhores, a tropa era constituída pelos servos.” (Sodré, 1965, pp. 30-31) Descreve também as mercês relacionadas com a distribuição de cargos na colônia: “Entre os cargos que cabiam ao donatário escolher, havia aqueles em que o provimento cabia aos sesmeiros, isto é, aos senhores de terras. Surgiam, nesse quadro, as câmaras locais, composta de vereadores e presididas pelos ordinários, estes e aqueles escolhidos pelos homens bons, confirmada a dos segundos pelo Rei. “Segundo Max Fleiuss (História Administrativa do Brasil, sem data), “Homens bons eram os indivíduos mais respeitáveis da vila, isto é, aqueles que já tinham exercido a governança... Só deixavam de ser homens bons os operários, os mecânicos, os degredados, os judeus e os estrangeiros. Aqui está: homens bons eram todos os que exploravam o trabalho alheio; os que do seu viviam eram livres ou escravos: nem os primeiros entravam naquele rol.” (Sodré, 1965, p. 31)

Refere-se mais uma vez à constituição das tropas, relacionando-as com o sistema de classes: “A hierarquia prevista no Serviço das Ordenanças teria de ser submetida à repartição em classes existente e seguir, portanto, o mesmo critério. Estava claro, pois, e não podia deixar de ser assim, que a tropa era constituída pela gente que trabalhava, fosse escrava, fosse livre submetida à servidão, ou livre, abrangendo o pequeno número dos produtores, representando a primeira, na área escravista, a esmagadora maioria. A hierarquia dos comandos era distribuída pelos senhores de terras e de escravos, ou de terras e de servos, permanecendo deles privativa. Os oficiais subalternos, sargentos e cabos eram nomeados pelos capitães, mediante aprovação pelos capitães-mores, os capitães eram nomeados pelas câmaras, com aprovação dos capitães-mores, os capitães-mores, pelas câmaras, mas da organização anterior, de 1548.” (Sodré, 1965, p.31)

“Realmente, as forças militares irregulares e semirregulares, isto é, as bandeiras e as Ordenanças, defendiam os interesses da classe dominante colonial e espelhavam a supremacia desses interesses, na fase em que a ordem privada era absoluta em sua influência, sendo restrita a ordem pública... Enquanto os interesses da classe dominante na metrópole e os interesses da classe dominante na colônia se conjugaram, este tipo de organização militar satisfaz perfeitamente as necessidades e sua vigência atendeu às condições reais da sociedade.” (Sodré, 1965, pp. 32-33)

Segue Sodré narrando as Guerras Holandesas. O autor pondera que, “do ponto de vista das operações militares, a conquista da área açucareira no Brasil teve três fases: a fase inicial, de conquista do território, de curta duração; a fase média de consolidação daquela conquista e ampliação dela, de longa duração; e a fase final, de declínio e expulsão, também relativamente rápida. Na primeira, os conquistadores deparam a resistência das forças locais, que conseguem vencer, pela superioridade militar que detinham, sendo a Holanda a maior potência do tempo. Na segunda, opera-se a acomodação da classe dominante produtora de açúcar e beneficiária dos lucros da produção, com os novos senhores. Na terceira, por motivos supervenientes, deterioram-se as condições de acomodação, e tem início a fase da luta, comandada pela classe dominante colonial, que resulta na expansão dos invasores.” (Sodré, 1965, p. 34)

Segue Sodré argumentando as causas da rebelião pernambucana contra o holandês: “A Holanda, quando se propõe, dentro dos seus critérios, apropriar-se dos bens da Coroa e dos bens da Igreja, começa a chocar-se com parcelas da classe dominante colonial. Quando leva a hasta pública os engenhos dos senhores que resistiram a ataques iniciais e

abandonaram suas terras, ou quando, mais adiante, encara a solução de movimentar os engenhos que lhe são entregues, por derrocada financeira de seus antigos proprietários, volta a chocar-se com aquela classe dominante colonial, e acaba por se incompatibilizar com ela.

Com a restabelecimento da monarquia portuguesa em 1640, as forças locais que ainda se mantinham em hostilidade ao invasor, apesar da acomodação dos senhores de terras, supuseram que isso traria uma alteração importante no quadro: a ajuda da metrópole. Não foi o que aconteceu: o Governador do Brasil, Jorge de Mascarenhas, Marques de Montalvão, estabeleceu entendimento com Nassau e, em junho de 1641, Portugal e Holanda concordam em estabelecer um armistício de dez anos, quanto às respectivas colônias. Nessa base, Nassau alargou o domínio holandês do Sergipe ao Maranhão. Entretanto, já em 1642, tinha início a resistência que terminaria com a expulsão dos holandeses. Que motivos teriam provocado tal mudança na situação?” (Sodré, 1965, p. 39) Sodré descreve a motivação da rebelião: “Pouco a pouco, numerosos elementos da classe dominante local passam a situação de devedores insolváveis da Companhia das Índias Ocidentais, particularmente em consequência da compra de escravos.” O autor cita Joaquim Ribeiro e João Alfredo Libânio Guedes (História Administrativa do Brasil, 1957):

“Justamente são os senhores de engenho, arruinados e endividados, que vão liderar o movimento insurrecional. Nesse ponto, os historiadores esclarecidos não se acham em atrito... A política de usura da Companhia e dos mercadores de Recife tornou-se de tal modo escorchante que não era possível tentar-se conciliação e só um caminho se divisava para a crise: a revolução.” (Sodré, 1965, p. 38)

Oliveira Lima concorda: “O motivo decisivo da revolução, era sabido ser mais que o sentimento patriótico, a pressão das dívidas dos agricultores brasileiros à companhia das Índias Ocidentais e aos traficantes batavos. Os chefes da revolução pernambucana são senhores de engenho arruinados ou em via de desastre total.” (Sodré, 1965, p. 38) “Handelmann vê, também, nos empréstimos feitos pelos mercadores recifenses aos proprietários de terras, o germe da insurreição, quando a situação deles se aproximou da insolvência.” (p. 38) Em seu *Relatório sobre as capitanias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses* (1639), Van Der Dussen já afirmava:

“Os portugueses, senhores de engenho, em consequência da guerra, perderam muitos dos seus bens, empobrecendo e incapacitando-se para restaurar os seus engenhos, mas graças aos créditos liberais facilitados pelos mercadores holandeses, puderam levantar-

se, com o que se beneficiou a Companhia; pagam sem pontualidade, sendo necessário que os comerciantes insistam no pagamento.” (Sodré, 1965, p. 39)

Segue o autor analisando o papel da coroa portuguesa no conflito:

“O poder público metropolitano jamais proporcionou à resistência os recursos necessários à luta, e a política portuguesa, após a restauração da autonomia, foi de acumplicimento com a dominação holandesa, só evoluindo dessa posição na fase final, quando as forças locais haviam alcançado vitórias decisivas.” (Sodré, 1965, p. 39)

Apesar das duras críticas à elite pernambucana e ao governo português, Sodré faz menção diferente ao povo, ligando a atitude com a organização militar:

“As classes que constituíam o povo jamais conciliaram com os invasores e lutaram, dentro de suas possibilidades, durante todo o tempo, constituindo-se o fundamento da resistência, do primeiro ao último instante... Em Pernambuco, pois, assiste-se ao espetáculo do povo em luta contra o invasor, mesmo contra a vontade da classe dominante local e contra os propósitos da metrópole, isto é, da classe dominante metropolitana. Este aspecto político essencial afeta o aspecto militar, da organização à tática.” (Sodré, 1965, p. 39, grifo nosso)

O inimigo holandês é submetido à análise de Sodré:

“A um exame superficial, no seco balanço das forças materiais, chega a surpreender que os invasores tenham sido derrotados. Eram eles mais ricos, mais organizados, mais desenvolvidos, e, portanto, mais fortes.” (Sodré, 1965, p. 40)

A análise de Sodré chega então ao combate propriamente dito. Entram na narrativa os processos que geraram a Guerra Brasílica: “Quando a insurreição toma impulso, assiste-se a uma curiosa conjugação e mistura de técnicas e de processos de combate... Surge em particular a guerrilha, com a sua fisionomia e o seu cortejo de consequências.” (Sodré, 1965, p. 41);

Entram os elementos constituintes:

“Confluem na luta os elementos mais heterogêneos: os organizados e tradicionais, de origem externa, do lado holandês como do lado espanhol e português, o militar profissional; o mercenário; os improvisados e internos, quer os fundados na fraca tradição dos Serviços das Ordenanças, com os senhores de terra à frente de suas companhias, constituídas com os elementos do trabalho do latifúndio, quer os que brotam das contingências da própria luta, com as frações comandadas pelo índio Camarão ou pelo negro Henrique Dias...” (Sodré, 1965, p. 41)

Entram os armamentos:

“No que diz respeito ao armamento, os contrastes não são menos estranhos. O holandês trazia os seus piques, chuços, lanças, pistolas, espadas, clavinas, arcabuzes flamengos e mosquetes; dispunha de peças de artilharia. Colocava esse armamento em uma ordem rígida. Lusos e espanhóis empregavam armamento idêntico, menos variado e menos abundante, todavia. E as forças irregulares fundaram suas lutas nos índios e na arma branca. Segundo Lopes Santiago, no combate da Tabocas, apenas 230 homens dos 900 da tropa colonial dispunham de armas de fogo. Os demais – e nos demais estavam os irregulares – eram armados de facões, dardos, espadas e paus.” (Sodré, 1965, p. 41)

Após as descrições dos elementos, equipamentos e processos da guerra holandesa, Sodré narra as particularidades que dariam causa à guerra brasílica, em particular a vantagem da experiência dos nativos que serviram aos propósitos bélicos portugueses:

“Diogo Santiago (*História da Guerra de Pernambuco*, 1943) registra que Barreto de Menezes, enviado a comandar os rebeldes, era obrigado a ouvir Camarão e Henrique Dias antes de suas decisões, por não ser prático na campanha, nem saber o modo com que nela pelejava a nossa gente, que é muito diferente do de Portugal. Impunha-se, no final das contas, a organização dos nativos.” (Sodré, 1965, p. 42)

Antônio de Souza Junior, *Do Recôncavo aos Guararapes* (1949, p. 146), transcreve o relatório do conselheiro Van Gogh aos Estados Gerais após a batalha dos Guararapes. Outros aspectos da guerra brasílica são evidenciados pelo autor, como a formação tropical dos nossos combatentes, incongruente com a formação europeia. Pedimos perdão ao leitor pelo tamanho da citação, mas sua importância no contexto sugere a reprodução integral:

“Em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo do mato e por detrás dos pântanos e de certos lugares, com a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e aplicam-se a romper diferentes quadrados. Em segundo lugar, as tropas do inimigo são ligeiras e ágeis de natureza, para correrem para adiante e não se afastarem, e por causa de sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país, e, também, de portugueses e italianos, que tem muita analogia com os naturais do país, quando a sua constituição, de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem tudo isso com uma agilidade e rapidez notáveis. Nós, pelo contrário, combatemos em batalhões formados, como se usa na mãe pátria, e nossos homens indolentes e fracos não são afeitos à constituição do país... Além disto, as peças de artilharia de campanha, não podendo ser apontadas sobre bandos ou grupos dispersos, tornam-se inteiramente inúteis, sem contar uma multidão de outros inconvenientes muito numerosos para serem aqui apontados.” (Sodré, 1965, p. 43)

Ao relatório do conselheiro holandês justificando a derrota em Guararapes, Sodré traz à discussão outro documento da época: Cita a carta na qual Henrique Dias responde a intimação do invasor:

“E não há documento mais eloquente da situação a que fora levada a população da área açucareira do que a carta com que Henrique Dias, em seu nome e no de Camarão, responde à intimidação que recebera dos dominadores: “Senhores holandeses. São tão manifestos e claros os embustes e enredos de vossas mercês, que até as pedras e os paus conhecem seus enganos, aleivosias e traições... e tivemos aviso dos moradores desta terra... se haviam rebelado e estavam com as armas nas mãos, deliberados, ou a ficarem livres de tão tirano jugo e deitar vossas mercês da terra, ou a perderem a vida na demanda...” (Sodré, 1965, p. 44)

Sodré termina sua narrativa da invasão holandesa voltando ao tema da guerrilha, principal triunfo da Guerra Brasileira, bem como enaltece “a tẽmpora dos guerrilheiros”:

“A tẽmpora dos guerrilheiros, sua constituição popular, o modo como seus chefes encaravam a guerra, são comprovantes de que alguma coisa muito profunda se havia forjado no calor dos embates. Nem poderiam os holandeses imitar os processos de combate que aqui encontraram e que tanto os surpreenderam. A guerrilha, essencialmente ideológica, não estava ao alcance do invasor, como não estará, em tempo algum, ao alcance de tirania alguma. Processo libertário que vive do apoio de populações locais insubmissas, peculiar aos que, falhos de recursos materiais, confiam em suas convicções e nelas encontram sua fortaleza, não pode traduzir a dominação.” (Sodré, 1965, p. 44)

E as palavras finais denotam sua empatia com a população desprotegida:

“O episódio da guerra holandesa, tão importante na história da colônia, mostraria como, em condições de liberdade, já com existência caracterizada, embora sem representação social e política, o povo brasileiro sabia defender a sua terra.” (Sodré, 1965, p. 44)

É interessante na obra do general socialista a descrição sociedade brasileira logo após a independência: “A classe dominante é a de senhores de terras e escravos... um em cada quatro habitantes do Brasil era escravo” (Sodré, 1965, pp 68-69); pela Constituição de 1824 (parágrafo primeiro de seu art. 5º), os escravos não eram considerados brasileiros. Mais adiante, através de emenda constitucional, passaram a ser considerados brasileiros, mas não cidadãos. Sodré alega que a classe dominante não precisava do aparelho militar para impor a sua dominação de classe, “daí a sua subestima pela atividade militar” (Sodré, 1965, p. 70) Para sossegar mais ainda a situação da classe dominante senhorial, a aliança externa com os ingleses garantia a defesa militar do litoral. Por esse motivo, quando foi necessário o emprego da Organização Militar, o Brasil “estava praticamente desprovido dela” (Sodré, 1965, p. 71) ou, como reforçou adiante, “Não dispunha dos meios materiais para montar o aparelho militar indispensável a solução dos problemas” (Sodré, 1965, p. 72)

Sodré trata dos aspectos políticos do país em sua História Militar do Brasil. É interessante como não cita uma batalha da Guerra do Paraguai nem comenta a participação do Brasil na 2ª Guerra mundial. Limita-se ao comentário político: “como íamos combater o nazismo tão longe se o tínhamos em nossa própria casa?” (Sodré, 1965, p. 285)

A particularidade que faz da História Militar do Brasil, do General Sodré, uma obra ímpar, é a análise sob o viés dialético-marxista da “história batalha” no Brasil. Aos elementos tradicionais da história militar, Sodré acrescenta a descrição e a relação entre os interesses das classes dominantes europeias e as locais na constituição social e política do Brasil colonial. Sodré desmitifica a motivação heroica da elite Pernambucana na expulsão do invasor holandês, argumentando que a mesma agiu preponderantemente na defesa de seus próprios interesses; desmitifica as iniciais amálgamas da constituição racial das milícias coloniais, argumentando que os índios, negros e mestiços, que já eram a mão-de-obra a serviço dessas elites, aumentavam seu valor agregado e o consequente patrimônio de seus senhores, quando pegavam em armas para defenderem o status quo da elite e da coroa portuguesa. Índios e negros confundem-se e alternam-se, deste modo, entre mão-de-obra e braço de manobra a serviço do desenvolvimento da elite agrária brasileira, em especial a arraigada no nordeste do país. Um fato específico, todavia, chama a atenção do leitor atento de Sodré sobre a expulsão do invasor holandês: o autor enaltece a atitude do povo, que desde o primeiro momento se posiciona contra o invasor; enaltece o índio Camarão e o negro Henrique Dias na defesa da terra; orgulha-se do caráter popular e da utilização das táticas de guerrilha, única alternativa contra um exército mais poderoso e numeroso, e que acabaram tornando Guararapes o palco de um espetáculo grandioso – mesmo desmitificado dos arcabouços materialistas que a história militar tradicionalista negligencia.

O período de 21 anos que marcou a presença do Exército Brasileiro no poder – entre o Golpe militar de 1964 e a abertura para a redemocratização, com a nomeação de um presidente civil em 1985, correspondeu ao período de maior afastamento da Academia e dos escritores civis em relação aos militares. A perseguição a opositores ou a críticos do regime foi presente nas instituições de ensino, e muito contribuiu para esse hiato. O general Sodré, em seu livro História da Nova História (1986), nos conta da perseguição ideológica que o regime fez aos historiadores que trabalhavam com ele no Instituto Superior de

Estudos Brasileiros (ISEB), bem como ao clima que se instaurou nas universidades após 1964:

“Não houve Universidade brasileira fora do alcance da fúria terrorista; não houve faculdade que escapasse. Mas não houve, também, nenhuma instituição cultural que permanecesse imune, nem mesmo as de pesquisa científica altamente especializada. O propósito, ao que parece, era arrasar a cultura brasileira, destruí-la, extirpá-la... O terror é o ar das Universidades brasileiras.” (Sodré, 1986 pp. 88-89)

Sodré narra inúmeros conflitos ideológicos nas universidades. Escolhemos um exemplo sobre as etnias, para não nos furtamos ao tema:

“Na Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, que tivera vários professores presos e demitidos, tendo as cadeiras sido entregues a leigos, o novo titular da Cultura Brasileira afirmara que “o índio brasileiro é mental e geneticamente retardado”. Como os alunos protestassem, o “professor” tentou agredi-los, afirmando que “ainda há comunistas na escola. Ficam admitidos os incautos: quem opinar contra o retado mental dos índios é comunista.” (Sodré, 1986, p. 102)

O referido período foi também marcado por ações materiais dos militares no resgate de sua história. O Governo Medici (1969-1974) ficou conhecido pelo “Milagre econômico Brasileiro”, coincidiu com o ápice dos projetos de desenvolvimento (Polamazônia, Prorural, Polonordeste, Projeto Rondon), bem como vivenciou a luta armada contra a ditadura militar, como a Guerrilha do Araguaia e o sequestros de embaixadores. No âmbito do resgate da “memória militar nacional”, em julho de 1970, o Estado-Maior do Exército criou a Comissão de História do Exército Brasileiro, com a missão de escrever a História Militar terrestre do Brasil. Em maio do ano seguinte, tal comissão elaborou o Plano da Obra, passando à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) a incumbência de sua realização, distribuindo a tarefa entre os 99 alunos do 2º ano daquela instituição de ensino militar. Para orientar a execução da obra, o Exército promoveu um Simpósio de história militar terrestre brasileira, que “reuniu 75 historiadores, escritores, jornalistas e professores civis e militares, que ofereceram excelentes sugestões, oportunamente atendidas.” (prefácio do livro História do Exército Brasileiro, ECEME, 1972) Assim foi escrita a “História do Exército Brasileiro”, na visão oficial da Instituição, em 1972.

É interessante notar, ainda no governo Medici, que em 19 de Abril de 1971, foi criado o Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG). O Presidente Médici era um entusiasta da ideia. Na cerimônia de inauguração do Parque foi lançado o livro *As Batalhas dos Guararapes, Descrição e Análise Militar*, do historiador militar e presidente da

Academia de História Militar Terrestre do Brasil, então major Cláudio Moreira Bento. Na introdução da 2ª edição, de 2004, afirmou esse autor: “Acreditamos tenha a obra contribuído para a vitoriosa ideia de consagrar o dia 19 de abril, aniversário da 1ª batalha, como o Dia do Exército.” Bento, no prefácio de seu livro, justifica a importância do evento: “Foi precisamente nas batalhas do Guararapes que, no passado, o Visconde de Porto Seguro (Varnhagen), buscou inspiração para, através de um livro sobre a Insurreição de Pernambuco, levantar o moral nacional, abatido ante as dificuldades encontradas nos dois primeiros anos da Guerra do Paraguai... As mensagens cívicas dos Guararapes, que inspiraram no passado o Brasil na guerra, deverão inspirá-la na “Batalha do Progresso”.

A inauguração do Parque Histórico dos Guararapes foi acompanhada do projeto “Rondon nos Guararapes”, que deu origem ao livro do mesmo título, datado de 1971. A execução do projeto, que chegou a ser chamado pelo seu coordenador, Estanislav de Oliveira, de “o maior movimento universitário do gênero do mundo” (Gondim, 2020, p. 194) teve também a participação de inúmeros institutos e empresas (Gondim, 2020). Milhares de estudantes participaram do projeto, cada um na sua área de atuação: estudantes de história elaboraram estudos para justificar a contribuição das batalhas de Guararapes para a formação da nacionalidade; estudantes de biblioteconomia fizeram o levantamento iconográfico das obras relacionadas às batalhas; estudantes de sociologia fizeram estudos para justificar a contribuição das batalhas para os fundamentos da democracia brasileira. O Governo Médici intencionava, com o lançamento do PHNG, “canalizar a agressividade natural e válida da juventude, no sentido de uma participação mais realista na construção do Brasil grande com que todos sonhamos e que à juventude pertencerá”. (Gondim, 2020, p. 194). Tratava-se de uma grande campanha ideológica do Governo militar para combater a “Guerrilha do Araguaia”, movimento subversivo que tentava convocar os jovens universitários para a luta contra a ditadura. Mais uma vez a narrativa oficial de governo apelava aos Guararapes para a afirmação de uma identidade nacional pautada na unidade dos povos que compuseram o Brasil.

O livro de Cláudio Moreira Bento, que é um dos mais proeminentes escritores militares, foi lançado no contexto do lançamento do citado Parque histórico (1971), e teve por título “As Batalhas dos Guararapes: descrição e Análise Militar”. Como o título sugere, Bento não fez nenhuma alusão política ou social aos acontecimentos. Limitou-se a contar a “história-batalha”, eminentemente técnica.

5.11. ECEME – Versão Oficial do Exército Brasileiro (1972)

Voltamos à análise de *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um Povo*. Esse livro (1972), composto de três volumes. Ainda de acordo com o prefácio obra, a *História do Exército Brasileiro*, de 1972,

“Lembramos que esta edição, em forma convencional, objetiva o grande público... Teríamos de usar, de preferência, as fontes primárias de nossa história militar... dado, porém, que as fontes da história militar ainda não estão dominadas, esta obra recorre, quase exclusivamente, para fundamentar suas conclusões, a trabalhos já publicados.” (ECEME, 1972)

Provavelmente parte dessa alusão às fontes primárias decorre do fato da falta de metodologia adotada em relação a quase total ausência de referências autorais em toda a obra. Podemos constatar nessa obra, a exemplo do que já vimos na primeira história militar do Brasil escrita por um militar brasileiro (Vasconcelos, 1921), a tendência de se reproduzirem os autores se dar-lhes o devido crédito. A justificativa daqueles primeiros escritos apócrifos era de que se tratava de “anotações didáticas para o público interno”, tal como consta no prefácio dessa obra de 1972. Mas claramente essa obra, como as anteriores, extrapolariam as casernas, e essa ausência de metodologia se torna latente.

O prefácio salienta ainda a “intenção” de Miralles de escrever a 1ª História Militar do Brasil em 1762 (“mais crédito teria a História do Brasil, do Frei Vicente Salvador”), a ausência de qualquer história militar do Brasil escrita no século XIX, apesar da fertilidade dos fatos militares; e a publicação de pequenos resumos ou estudos monográficos, como *Os Anais do Exército Brasileiro* (Coronel Torres Homem), *A Campanha de 1851-52* (Capitão Genserico de Vasconcelos), as obras do General Augusto Tasso Fragoso (*História da Revolução Farroupilha*, *Os Franceses no Rio de Janeiro e História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*), além de *Evolução Militar* (Coronel J.B. Magalhães) Os autores do prefácio parecem ignorar todas as histórias militares (escritas também por militares) às quais tratamos neste capítulo.

A despeito de ser direcionada para o público interno do Exército, a obra peca, como observamos, pela falta de referências bibliográficas. Um imenso trabalho de revisão

bibliográfica gera um texto abrangente, cronologicamente rico em descrições dos eventos de interesse militar do Brasil; o texto tem a preocupação de não ser panegírico, é mesmo contido à descrição de personagens que figuram entre os vultos importantes da nossa história; todavia, reconhece-se ao longo da obra textos de vários autores consagrados, sem o referido crédito. Quem se propõe a uma pesquisa mais aprofundada sobre os temas tratados na obra vê frustrada a sua pretensão. O próprio prefácio trata de escusar o fato: “produzida por equipe diversificada de duas centenas de pessoas, deve padecer de limitações inerentes a este tipo de trabalho intelectual... A primeira, reconhecemos, provém do fato de não se tratar de obra rigorosamente científica...” O mesmo prefácio manifesta o objetivo da obra: “Quer para informar, quer para contribuir para a formação do caráter do jovem brasileiro, ao evidenciar os melhores valores espirituais e morais da Nacionalidade, tradicionalmente cristã.”

Relevante para o nosso estudo é a identificação da gênese do Exército, conforme texto de abertura do então Chefe do Estado-maior do Exército, General Breno Borges Fortes:

“O Exército verdadeiramente nacional só teve organização institucional em 1824, dois anos após a independência. Suas origens, entretanto, segundo interpretação de muitos historiadores, remontam aos primeiros séculos que se seguiram ao descobrimento. Vinculam-se à chegada dos contingentes pioneiros das tropas lusitanas pagas, ou a criação de Ordenanças, expressão militar do povo, na época, ou ainda à formação de grupos de gente brasílica, que se armavam, às ordens dos comandantes portugueses, contra corsários ou conquistadores, para defesa da terra, a que já denominavam Pátria.” ECEME, 1972

Interessante notar, em 1972, que a origem do Exército nessa obra “oficial” não está em Guararapes. A citação acima ainda é acompanhada da seguinte frase: “Quaisquer que sejam os seus primórdios, o Exército tem sido fiel ao seu passado.”

A obra faz alusão genérica (lembrando da ausência de citações ou referências) a Tomé de Souza, “primeiro comandante de tropas – o efetivo era de 600 homens de tropa regular, entre os 1000 que totalizavam a expedição.” (ECEME, 1972, p. 33) Cita o Regimento de 1570, que “previa houvesse ordenança e exercícios das ramas.” (p. 26) Segue narrando as invasões francesas e a ocupação do norte e nordeste. Não há na obra muitas adjetivações ou comentários. Na descrição do ataque do corsário inglês Thomas Cavendish a Vila Velha há um interessante episódio sem referência de fonte:

“Diz a lenda que, no momento em que os piratas investiram contra o Convento, o céu abriu-se com um clarão, mostrando a imagem de Santa Clara e que um cavaleiro armado desceu dos céus para, guiando os defensores, derrotar os atacantes.” (ECEME, 1972, p. 69, sem referências)

Prossegue o mesmo texto, com um teor histórico bastante refutável:

“Já nessa época, os habitantes dos povoados e vilas do litoral brasileiro possuíam alto grau de sentimento nativista, e estavam organizados satisfatoriamente, com os próprios recursos, e os fornecidos pelo Governo-geral, para enfrentarem os piratas.” (ECEME, 1972, p. 69, sem referências)

Por ocasião da expulsão do “inimigo franco-indígena” (ECEME, 1972, p. 77) do Rio Grande do Norte, a atuação dos pernambucanos mais uma vez ficou evidenciada... Os potiguares foram reintegrados à nossa comunidade... Ia iniciar-se, daí para frente, a obra de colonização, tornando-a efetiva e indestrutível.” (ECEME, 1972, p. 77, sem referências)

Segue a descrição dos embates contra os índios em Porto Seguro: “Porto Seguro teve o privilégio de ser a primeira terra do Brasil a ser tocada por Pedro Álvares Cabral... Além dos inúmeros problemas que apresentavam, era infestada de índios aimorés, que infernizavam a vida dos habitantes.” (ECEME, 1972, p. 79, grifo nosso)

“A horda selvagem avançou dali para Ilhéus e só foi contida na Bahia. Travou-se operação decisiva, com muitas mortes de ambas as partes, até que Deus Nosso Senhor foi servido que os aimorés fizessem pazes com os portugueses.” (ECEME, 1972, p. 80, sem referências)

Em relação às invasões francesas, segue a obra alegando que...

“Os batavos avaliaram que obteriam muitos lucros com o controle do negócio de açúcar em Pernambuco, bem como atrairiam facilmente seus habitantes à mútua amizade e aliança. E esta foi a falsa ilusão do invasor, que lhe custou altíssimo preço. Este povo não era dado a tratados de mútua amizade e aliança com dominador, pois após um século de colonização portuguesa, já possuía acendrado amor à terra e aos seus símbolos. A grande maioria do povo pernambucano já comungava do ideal luso-espanhol – dilatação da fé e do império.” (p. 120, sem referências) ECEME, 1972

Prossegue a obra com a descrição da traição de Calabar: “Quando o desânimo começou a lavrar entre eles, desertou para suas fileiras e passou a auxiliá-los, o pernambucano Domingos Fernandes Calabar. Sua deserção mudou o curso da guerra. Hábil e astuto nas emboscadas, passou a guiar o inimigo. Ensinou-lhe a Guerra Brasília.” (ECEME, 1972, p. 132)

Para a descrição das causas da rebelião pernambucana contra o invasor holandês, a obra cita as medidas adotadas por Nassau para atrair à sua aliança 1200 índios: na aldeia de Tapessirica, no município de Goiana, prometeu Nassau a concessão de “ampla liberdade aos índios brasileiros”. Com este ato, prossegue o texto, os holandeses “conseguiram lançar as bases de um exército indígena, desferindo violento golpe político e militar na insurreição em marcha.” A medida, continua, “de alto alcance social para a época, embora ditada por motivos utilitários e não humanitários, constituiu marco importante na implantação da nova ordem”. (ECEME, 1972, p. 164) No mesmo conjunto de medidas, Nassau mandou os líderes Pedro Poti, Carapeba e Paraubaba para obterem instrução militar na Holanda. É interessante que os autores associam o fato do surgimento da captação indígena pelos holandeses à ausência do Chefe Índio aliado aos portugueses: “Ausente Felipe Camarão, o invasor conseguiu mobilizar, na área que ocupava, mais de 1200 índios, sob o comando de líderes que treinara na Europa” E acrescentam que tais índios, com seus aliados holandeses, “passaram a matar, sem condescendência, qualquer luso-brasileiro que lhe caísse em mãos, não poupando velhos, mulheres e crianças. Em Cunhaú, no RN, liderados por Jacó Rabe, massacraram moradores reunidos numa igreja, matando todos da forma mais bárbara. Algumas vítimas tiveram o coração arrancado pelas costas.” (ECEME, 1972, p. 164) (A edição de 1985, replica o mesmo texto, mas, dessa vez, acompanhada da referência: (José Antônio Gonsalves Neto – Restauradores de Pernambuco, 1967, p. 23)

Esse episódio teria sido o estopim da rebelião pernambucana. No texto intitulado Epopeia brasílica, prossegue o texto, relacionando essa rebelião à formação da nacionalidade brasileira e as origens do Exército:

“Com sacrifícios indescritíveis e usando processos de combate inusitados, genuinamente brasileiros, criaram condições para a recuperação de Pernambuco e de Angola para Portugal, além de preservarem a unidade física e cultural do Brasil. A Insurreição Pernambucana é, portanto, episódio da maior relevância para a formação da nacionalidade brasileira e as origens do Exército (ECEME, 1972, p. 165, grifo nosso)

Prossegue o texto:

“Em 1945, a Força Expedicionária Brasileira, ao retornar vitoriosa da Itália, depositou os louros da vitória no campo da batalha dos Guararapes, e seu comandante, o General Mascarenhas de Moraes, proferir estas palavras: “Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a

nação brasileira.” (p. 165) A edição seguinte, de 1985, dá o referido crédito a essa citação: Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, 1969, p. 415)

No texto intitulado *Surge o ideal de Pátria*, descrevem os autores:

“Os insurgentes adotaram como termo para designá-los Independentes, como senha a palavra *açúcar*, e como lema: Restauração da Liberdade Divina e da Pátria... que aglutinava diversas gerações de brasileiros, brancos, pretos, índios, mulatos, caboclos e de muitos portugueses que vieram para ficar. A maioria já considerava Pernambuco como Pátria, como o Brasil de hoje.” (ECEME, 1972 p. 170)

No texto intitulado *Compromisso imortal*, a obra faz menção à carta que os insurretos assinaram em 23 de maio de 1645: “Nós abaixo assinados nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda a ajuda de fazendas e pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa pátria...” (A edição de 1988 dá o crédito a essa citação: Antônio de Souza Junior, *Do Recôncavo aos Guararapes*, 1949) “Surgia assim pela primeira vez, no Brasil, a palavra pátria, e a firme disposição de instaurá-la... “Muito merecido, foi, portanto, o epíteto de patriotas com que os insurgentes passaram à história, através de lutas memoráveis que por longos anos tiveram que sustentar com um inimigo forte e poderoso.” (ECEME, 1972, pp. 172 a 174)

Na descrição da 1ª batalha de Guararapes, o texto *A batalha, confronto enaltecedor* cita a sua relevância. É interessante notar, todavia, que a citação faz alusão à técnica militar utilizada, e não aos episódios heroicos ou sociais:

“Guararapes é notável feito das armas brasileiras que muito bem justifica o relevo que se procura dar à sua periódica comemoração. Estudada no quadro de sua época e guardadas as proporções, é acontecimento militar digno de figurar com realce entre os que deram renome de insignes capitães a Gustavo Adolfo, Turenne e outros chefes militares do século XVII... é necessário ressaltar que a firme determinação daqueles homens de travar batalha decisiva, era ideia revolucionária na época.” (ECEME, 1972, p. 186)

“Não parece absurdo concluir que, respeitadas as proporções, nas pugnas do Recôncavo dos Guararapes existe bem nítido um esboço do quadro da guerra moderna, total.” (ECEME, 1972, p. 192)

Como consequência da expulsão dos holandeses, a obra argumenta que a guerra acarretou o aumento das guarnições militares dos principais núcleos populacionais brasileiros, como já descrevia Miralles em 1762. E que “o povo, muito particularmente o da

Bahia para o norte, passou a encarar a força terrestre com mais simpatia, admitindo-a, realmente, como um meio para a sua defesa e a dos seus bens.” (pp. 194-195)

A obra segue citando os principais eventos militares do Brasil. Ao referir-se à formação do Exército oficial, em 1824 citam os autores: “Nasceu o Exército Brasileiro, após a proclamação da nossa independência, da organização portuguesa, integrada, em grande parte, por elementos nacionais...” (ECEME, 1972, p. 433)

É interessante o fato dessa obra oficial do Exército referir-se à Guerra do Paraguai nos mesmos moldes a que se refere à Guerra Holandesa. Entre as consequências da Guerra do Paraguai, antes mesmo de enunciar a liberdade de navegação do Rio da Prata e a definição das fronteiras com argentinos e paraguaios, seguem as questões de identidade racial:

“O esforço durante a guerra, na qual o povo e o Exército se identificaram em torno de um objetivo comum, amalgamou de vez o sentimento nacional e amadureceu a consciência cívica da nacionalidade... Os ideais de liberdade pelos quais juntos brancos e pretos derramaram suor e sangue em terras guaranis, sem distinção de raças, contribuiu sobremodo para a abolição da escravatura e implantação da República do Brasil.” (ECEME, 1972, p. 661)

Coincidindo com o ano da reabertura democrática brasileira, após o fim da ditadura militar que durou 21 anos, é (re)lançado o livro *O Exército na História do Brasil* (1985). Trata-se de uma reedição da obra anterior, de 1972, “submetida a reformulação geral, iconográfica e textual; atualizada e enriquecida por trechos julgados imprescindíveis”, como justifica seu prefácio. De fato, à grande obra anterior foram acrescentadas referências bibliográficas, notas explicativas e algumas alterações ao longo do texto. Segue texto do prefácio, que entra em contradição com o prefácio da 1ª edição, que alegava ser a obra voltada para o público externo, bem como um texto das páginas oficiais, que entra mais uma vez em contradição com o prefácio:

“Surgiu como obra de cunho mais didático para o *público interno*... Este trabalho constitui importante acréscimo à mobilização de meios para concretizar a ideia setecentista, *calcado em fontes primárias*, sujeito a imposições heurísticas e incorporando todas as magníficas achegas, de Mirales até aqui.” (prefácio da obra de 1985)

“Ao grande público, com vista a preencher lacuna na historiografia brasileira, carente de fontes de pesquisa idôneas, a fim de ampliar a justa compreensão do papel institucional

atribuído à Força Terrestre. O público interno, por força de razão de ser soldado, encontrará também em seus capítulos, estímulo ao culto dos valores próprios e legitimamente corporativos.” (ECEME, 1985, p. 14)

A nova edição, patrocinada pela Organização Odebrecht, tem acabamento impecável; abundam as belíssimas ilustrações; mantém a divisão em três volumes: *Colônia; República e Reino Unido e Império.*”

No primeiro parágrafo da *parte I – A Nova Terra*, o texto referente à gênese do exército sofre uma importante alteração: O texto original da obra de 1972 relacionava as origens do Exército com “a chegada dos contingentes pioneiros das tropas lusitanas pagas ou a criação de ordenanças”. É na reedição dessa obra, em 1998, que a importante citação de Guararapes como gênese do Exército brasileiro é acrescentada em nota de rodapé, constituindo-se em uma das importantes alterações em relação à edição anterior:

“O Exército Brasileiro nasce com a Independência Nacional. Não existe oficialmente antes de 1824. Segue a nota de rodapé: “Não obstante, o Dia do Exército ser comemorado a 19 de abril, data da primeira Batalha de Guararapes, travada em 1648. Há nisto o reconhecimento que o Exército Brasileiro, como unidade histórica, existia antes mesmo de sua fundação oficial. Guararapes marca precisamente o momento em que essa unidade se torna autoconsciente.” (ECEME, 1985, p. 26 da reedição de 1998, grifo nosso)

Outro acréscimo ao texto anterior Prossegue o texto citando a contribuição militar dos índios e sua participação na composição étnica do exército:

“Três séculos de combates sangrentos testemunharão a prodigiosa resistência dos índios ao colonizador e acumularão uma densa herança de conhecimentos estratégicos, táticos, geográficos e psicológicos... que se transmitirá às milícias da independência e ao futuro exército, em cujas fileiras hão de formar índios, brancos e negros, não só lado a lado, mas mesclados e fundidos na vasta população mestiça.” (ECEME, 1985, p. 26, grifo nosso)

É latente, nessa História Militar do Brasil reeditada após a redemocratização, a ideologia militar que pretendia aproximar o Exército Brasileiro do povo. No início do II volume (Reino Unido e Império), lê-se: “A Força Terrestre, plasmada pelo espírito miliciano em suas origens... caracterizava-se pela índole nativista e popular, em consonância com os sentimentos nacionais. Ela tem sido elemento catalisador em nossas aspirações de liberdade e democracia.” (vol. II, p. 10) No final do III volume, sob o título *A Vocação Democrática do Exército*, os autores salientam que o Exército tem suas raízes remotas nas primeiras lutas contra os franceses. Todavia, “foi na guerra contra o invasor holandês... que

o Exército começou a florescer, junto com a própria consciência da nacionalidade.” (vol. III, p. 200). Sob o título de *O Exército, Consagração de raças e classes sociais*, os autores declaram que “Foi a condição de soldado que recuperou o negro para a Nação, dando-lhe instrução, educação e certa parcela de autoridade muito antes da abolição, reconhecendo-o como pessoa, e não máquina.” (idem, grifo nosso) O quartel, concluem os autores, “vem representando no Brasil até hoje o papel de verdadeiro cadinho de conagração e fusão social das raças formadoras do nosso povo.” (idem)

Em conclusão ao presente capítulo, podemos afirmar que a História Militar do Brasil nasceu, obviamente, como uma ramificação da História Militar Portuguesa. Os 322 anos de dominação portuguesa em sua possessão sul-americana foram, desde o início, marcados por características que, pouco a pouco, foram distinguindo as forças portuguesas no Brasil das forças portuguesas de qualquer outra parte do grande Império português no mundo dos séculos XVI e XVII: diferente da maioria de seus outros territórios, a exploração da América portuguesa só foi possível através da efetiva povoação da terra. Os índios representavam ao mesmo tempo vários papéis contraditórios nos primeiros anos do Brasil: inimigos, aliados, mão-de-obra. A catequese, os grilhões e as mercês eram os processos utilizados pelos portugueses nessa relação. Uma vez que os colonizadores vinham desacompanhados das mulheres europeias, as índias nativas foram as primeiras mães dos filhos brasileiros. Desse modo, em algumas décadas se deu a assimilação de parte desses povos indígenas; daquela parte que não sucumbiu à morte pelas doenças europeias e ao genocídio que foi imposto aos não aliados. A Guerra Brasília, que se utilizou do conhecimento dos índios sobre o terreno e de algumas práticas que os indígenas utilizavam em suas batalhas pré-europeias, como os ataques de surpresa, a emboscada e a utilização de ardis para confundir e vencer o inimigo, tornou peculiar o Exército que aqui se formava. Com a economia de plantation, os negros vindos da África para a escravidão nos engenhos engrossaram o caldo étnico na composição da população brasileira e na conseqüente formação de suas milícias. Tal qual acontecia com os nativos, desempenharam também os negros os conflitantes papéis de mão-de-obra, e quando a necessidade exigia, de aliados em conflitos e inimigos. Os escravos negros lutaram lado a lado com os portugueses e brasileiros, na expulsão dos franceses, na expulsão dos holandeses e, posteriormente, na Guerra do Paraguai.

Com o passar dos anos, aumentava naturalmente a identificação desses filhos de portugueses que aqui nasciam com a terra onde foram gerados. À herança da língua, da religião e de outros aspectos da cultura portuguesa foram sendo acrescentadas na formação da nacionalidade brasileira a amálgama dos outros povos que aqui se encontraram, mesclando-a e transformando-a a cada geração. A criação da identidade nacional do Brasil se dá no século XIX, através de escritores como Varnhagen. Ele se inspirou em historiadores estrangeiros, como Southey e Von Martius, para fixar a narrativa da formação do povo brasileiro em torno das três raças formadoras, o branco, o negro e o índio. Fazia parte dessa identidade nacional a ligação de sangue que tais raças fizeram para a defesa e manutenção do nosso imenso território. Lançou-se, ainda no século XIX, a semente do nascimento do Exército Brasileiro na batalha de expulsão dos holandeses, em Guararapes, em 19 de maio de 1648. Afinal, a formação desse povo “multifacetado e único” era um aspecto importantíssimo para a obtenção do maior objetivo do Império, a manutenção da integridade de suas fronteiras frente as rebeliões internas.

Todavia, a queda da monarquia e de D. Pedro II deu-se com a Proclamação da República, justamente pelos militares. E dois aspectos foram cruciais para os rumos da historiografia militar: primeiro, a Guerra do Paraguai vem a se constituir a principal fonte dos heróis militares nacionais. Nesse momento, surgem os vultos de Osório e Caxias, bem como dos patronos das maiorias das armas; Segundo, que a implantação de uma narrativa positivista na cúpula da Instituição gera uma aversão aos conflitos em prol do lema “Ordem e Progresso”: em determinado momento, o culto aos “heróis” que derrubaram seu sangue nas causas brasileiras foi substituído pelas descrições mais técnicas dos combates, dando à História Militar o seu papel primordial e didático de formar novos militares.

O decreto de 1994 que tornou oficial a data da Batalha de Guararapes se baseou na narrativa de jesuítas do século XVII que buscavam o enaltecimento dos filhos dos portugueses que aqui defendiam o Império português; na narrativa de historiadores estrangeiros dos séculos XVIII e XIX que foram pioneiros na construção de uma História do Brasil, principalmente aqueles influenciados pelos sentimentos nacionalistas europeus e o romantismo; e em outros autores do século XX, sobretudo os militares, que corroboraram o pensamento. Mas talvez mais importante, é a constatação que nenhum dos autores pesquisados, nem mesmo os holandeses, diminuem a importância da revolta popular que propiciou a vitória em Guararapes. E a (quase) unanimidade dos historiadores se centra na

constatação de que a forma de lutar e a motivação utilizadas por aquele Exército nativo-lusitano foi fundamental para a manutenção do território da América portuguesa. A exceção a este ponto vem da narrativa luso-espanhola de Mirales, cuja obra escrita no século XVIII, sob um viés eurocêntrico, menospreza as forças irregulares nativas do Brasil em detrimento à narrativa das forças navais regulares das metrópoles ibéricas. A narrativa de Gustavo Barroso enalteceu a força popular de Guararapes ligando-a com a velada sugestão que essa união era um exemplo aos seus anseios fascistas dos anos 1930; a história militar sob o viés socialista de Sodré engrandece a união popular em Guararapes, alegando que as táticas de guerrilha eram a solução de um povo oprimido contra um inimigo poderoso, numa velada citação à revolução russa de 1917 (embora sabia Sodré, pela erudição e pelo conhecimento profundo dos problemas brasileiros, do qual foi professor, que um movimento socialista apoiado em armas nunca contou com o necessário respaldo popular no Brasil, ou teve quaisquer outros setores que o escorassem, como ficou demonstrado na intentona comunista de 1935).

O receio desses movimentos socialistas culminou com a tomada do poder pelos militares em 1964, amparados por uma vasta ideologia - e os meios materiais norte-americanos, que se espalharam pela América do Sul, cujo objetivo principal era que o exemplo de Cuba não encontrasse eco nesses países. A História Militar do Brasil (1972) escrita pelos militares como uma versão oficial da História, durante esse período, procurou ser grandiosa. Uma centena de alunos da Escola de Comando e Estado-Maior escreveram essa obra de três volumes. Centrada na história-batalha, sem muito rigor acadêmico, a narrativa enalteceu Guararapes pelos seus aspectos técnico-militares. A versão de 1985 dessa obra corrigiu alguns dos aspectos metodológicos da anterior, e lhe ampliou a dimensão editorial com o acréscimo de imagens riquíssimas envolvendo cenários e documentos militares. Foi essa versão a última história militar escrita pelos militares. A partir de 1990, com a retomada do processo democrático, inicia-se um movimento da Nova História Militar. Embora ainda sem apresentar uma “história total”, envolvendo os mais de 500 anos da nossa história militar, episódios de historiadores “atualizados” com o pensamento do século XXI vêm sendo organizados em obras que acrescem à história-batalha os aspectos sociais, econômicos, culturais e outros, notadamente os de inclusão social e racial, grande bandeira dos nossos tempos.

O ponto de desacordo entre as diversas correntes de historiadores, sobretudo às defensoras de uma metodológica revisão da nossa história, ou aos escritores de uma Nova História Militar, é a união racial em torno da expulsão holandesa. Embora representados na rebelião popular que expulsou os invasores batavos do território brasileiro do século XVII, como a inegável participação de Henrique Dias e Felipe Camarão, a união racial em torno de negros e índios não sobreviveu à desmobilização das tropas de Guararapes. A própria constituição das tropas coloniais, que tinham em sua formação índios e negros que tinham como uma de suas funções a caça aos índios e negros, constituiu um paradoxo nessa questão racial.

Há fortes indícios para aceitarmos que o pensamento racial propagado pela história militar tradicional era completamente diferente da secreta história documental oficial, sobretudo nos anos 1930 e 1940. A se julgar por aquele período, negros e índios, a exemplo de Guararapes e da Força Expedicionária Brasileira que lutou na Itália, são irmãos de armas aptos para morrerem pelos anseios da nossa sociedade. Mas não são suficientemente aptos para constituírem o oficialato ou a nossa elite militar. Parafraseando o escritor boliviano Roberto Canqui:

“Los blancos y mestizos que se encontraban em la zona de operaciones se quedaban generalmente em la retaguardia; los oficiales del ejército nunca iban adelante y se ocupaban de empujar a la tropa india ante el enemigo.” (in Rodrigues e Conceição, 2015)

Por isso a necessidade de se incluir nesse trabalho um último capítulo, com o aprofundamento dessa questão.

CAPÍTULO V – A NOVA HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA

Trouxemos no primeiro capítulo deste trabalho a notória influência que os *Annales* trouxeram na tendência revisional da historiografia do mundo ocidental a partir dos anos 1930. Gradativamente, a partir desse período, a história passou a ser questionada e complementada com questões relacionadas com as vertentes sociológicas, antropológicas e tantas outras trazidas às chamadas ciências sociais.

Interessa ao nosso trabalho a premissa de analisar as narrativas da Nova História Militar brasileira sobre os dois primeiros séculos da América portuguesa. Antes de entrarmos na narrativa militar propriamente dita, vamos trazer à nossa discussão uma das obras do período que tiveram grande influência ao estudo dos conceitos raciais, tão relacionados com a formação da nacionalidade e da gênese militar brasileira.

6.1. Narrativas revisionistas

6.1.1. Gilberto Freyre

Descrevendo a estrutura patriarcal latifundiária e escravista dos engenhos do século XVII, em 1933, Gilberto Freyre escreveu *Casa-Grande e Senzala*. Através da analogia das instalações dos senhores de engenho e dos escravos, o autor estabeleceu sua teoria racial baseada no sucesso português em estabelecer uma sociedade permanente nos trópicos. Conhecida como tese luso-tropicalista, o pensamento de Gilberto Freyre sobre as relações raciais entre portugueses e escravos africanos apoia-se em eufemismos, na qual a sociedade “plurirracial” criada no Brasil foi propiciada pelo “colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores, e o menos cruel nas relações com os escravos... (Freyre, 1933, p. 140). Ao descrever a falta de mulher branca na empresa colonizadora, alega que o patriarca lusitano “sempre pendeu para os contatos voluptuosos com a mulher exótica... tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu.” (Freyre, 1933, p. 140)

Argumenta Freyre que o português, “forçado à imediata miscigenação... pelo intercurso com mulher negra ou índia, multiplicou-se em vigorosa e dúctil população mestiça, mais adaptável do que ele ao clima tropical.” Contra essa miscigenação, prossegue

o autor, o colonizador lusitano não apresentava quaisquer “escrúpulos de raça”, apenas preconceitos religiosos” (Freyre, 1933, p. 38) O autor defende a consequência da iniciativa de colonização da América portuguesa, nos primeiros 50 anos, utilizando-se dos degradados: “para cá expatriados por irregularidades ou excessos na sua vida sexual... A ermos tão mal povoados, salpicados apenas, de gente branca, convinham superexcitados sexuais que aqui exercessem uma atividade genésica acima do comum, proveitosa talvez, nos seus resultados, aos interesses políticos e econômicos de Portugal no Brasil.” (Freyre, 1933, p. 41) Dessa forma, prossegue o autor, o Brasil se formou “despreocupados os seus colonizadores na unidade ou da pureza da raça” (Freyre, 1933, p. 45); explica que o português, distinguindo-se dos demais colonizadores europeus, “esquece raça e considera seu igual aquele que tem religião igual à que professa.” (Freyre, 1933, 45) De onde concluiu que o catolicismo foi “o cimento da nossa unidade” (Freyre, 1933, 46)

Gilberto Freyre tem ao menos, ao nosso ver, o protagonismo em desmitificar as teses eugênicas, defendidas no início do século XX por Miguel Pereira e Belisário Pena, entre muitos outros, que sentenciavam à morte “toda essa quase inútil população de caboclos...” acusando-os dessa condição por não terem pureza de raça. Tais eugenistas, segundo Freyre, não levaram em consideração a alimentação da qual se utilizavam os extremos nos engenhos: os brancos das casas grandes e os escravos das senzalas. (Freyre, 1933, p. 48) Argumenta o autor que os negros eram bem alimentados como uma condição necessária ao árduo trabalho: “bem ou mal os senhores de engenho tiveram no Brasil seu arremedo de taylorismo, procurando obter, de seu escravo negro, comprado caro, o máximo de esforço útil”. (Freyre, 1933, p. 53). E replica a influência da alimentação: “Natural que dos escravos descendam elementos dos mais fortes e sadios da nossa população... e que da população média, livre, mas miserável, provenham muitos dos piores elementos; dos mais débeis e incapazes.” (Freyre, 1933, p. 48) Mais tarde, atribui a esse regime alimentar equilibrado o fato de os negros possuírem “superioridade de eficiência econômica e eugênica” sobre os indígenas, “povos ainda nômades, sem agricultura regular nem criação de gado.” (Freyre, 1933, p. 194)

Ao descrever os componentes da união racial no Brasil, cita o autor: “a cultura europeia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana.” (Freyre, 1933, p. 57, grifo nosso)

Em capítulo específico sobre o indígena na formação brasileira, Freire salienta como os primeiros escravos indígenas eram eficazes no sustento de seus patrões portugueses, providenciando caça e pesca; mas como tornaram-se desraigados pelo sedentarismo do engenho, tão contrário aos seus hábitos: “o açúcar matou o índio.” (Freyre, 1933, p. 122)

Freyre absolve o português quanto à escravidão: “No caso brasileiro, parece-nos injusto acusar o português... O meio e as circunstâncias exigiam o escravo... Nenhum (publicista) nos disse até hoje que método de suprir as necessidades de trabalho poderia ter adotado o colonizador português no Brasil.” (Freyre, 1933, p. 169) “Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram a civilização do Brasil pelo Europeu. Só a casa Grande e senzala.” (Freyre, 1933, p. 169)

O autor traz os efeitos que a amamentação exercida pelas “amas de leite” trazia na formação da libido sexual brancos aristocratas; comenta a importação específica de negras para a função de concubinas: “a proximidade da Bahia e de Pernambuco com a costa da África atuou no sentido de dar às relações entre o Brasil e o continente negro um caráter todo especial de intimidade.” (Freyre, 1933, p. 203). Cita ainda o “companheiro de brinquedo ou leva-pancadas”, menino negro que era dado ao menino branco, da mesma idade; e cuja função era se tornar um objeto sobre o qual o menino branco exercia seus caprichos, sem censura e sem punição.” (Freyre, 1933, p. 217) E mesmo após tantas “denúncias”, conclui Freire: não somos, como no caso anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta... “Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas.” (Freyre, 1933, p. 217, grifo nosso) E termina esse argumento citando como a alegria do negro modificou a vida doméstica do brasileiro: “a risada do negro é que apagou a apagada e vil tristeza... Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa... os negros trabalhavam sempre cantando.” (Freyre, 1933, p 291).

Na descrição da irmandade de armas, Freyre cita as primeiras crônicas coloniais que faziam referência a uma união de raças em torno de disputas entre famílias no nordeste brasileiro, desde o século XVII até a república: “... E os escravos sempre fiéis e valentes ao lado dos senhores. Brigando. Morrendo por eles.” Revela o autor que nas brigas políticas e

seculares entre as famílias seiscentistas “combateram índios de arco e flecha; e negros escravos... Conclui o autor:

“Foi nelas que se desenvolveram os nossos bravi de cor: os cabras, negros, caboclos que a princípio defenderam as casas grandes dos seus senhores dos ataques dos índios; que depois serviram nas guerras contra a Holanda; nas expedições contra os quilombos; na Guerra do Paraguai... Ao espírito de independência brasileira contra as pretensões dos portugueses de administrarem o Brasil como simples colônia de plantação.” (Freyre, 1933, p. 221)

Ao final da obra, Freyre sintetiza seu pensamento:

“O grande problema da colonização portuguesa do Brasil – o de gente – fez que entre nós se atenuassem escrúpulos contra irregularidades de moral ou conduta sexual. Talvez em nenhum país católico tenham até hoje filhos ilegítimos, particularmente os de padre, recebido tratamento tão doce; ou crescido, em circunstâncias tão favoráveis.” (Freyre, 1933, p. 281)

Mas arremeda, enfim, na página final de sua obra: “Mas não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos dos ioiôs e das iaiás brancos. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros.” (Freyre, 1933, p 292)

Em meio a essa tendência revisionista sobre a composição do povo brasileiro na América portuguesa, um escritor britânico nos trouxe um pensamento bastante diverso, e configurou-se um grande crítico às ideias de Gilberto Freyre.

6.1.2. Charles Boxer

O escritor britânico Charles Boxer era major do Exército inglês, com experiência no *front* chinês na 2ª guerra mundial, após a qual trilhou sua carreira acadêmica no Kings College, em Londres, na cadeira de Português. Em 1963, no auge das discussões acerca da descolonização africana, escreveu *Relações Raciais no Império Colonial Português – 1415-1825*. O livro é uma compilação de três conferências proferidas na Universidade da Virgínia, nos EUA, em 1962: *Marrocos e a África ocidental; Moçambique e Índia; e Brasil e Maranhão*, que nos interessa diretamente.

O autor situa suas denúncias contra as práticas raciais no Império português, em moldes bem distantes das teses freirianas. Por esse motivo, o livro de Boxer foi interdito em Portugal por Salazar, e só inserido na historiografia portuguesa após a Revolução dos Cravos, em 1974. Ramada Curto, em *O Império Marítimo Português – 1415 - 1825* (2011) faz um balanço da obra de Boxer. (Schneider, 2013)

Boxer cita os três grupos principais componentes da colonização no Brasil e no Maranhão: os aborígenes – ameríndios habitantes da terra; os negros escravos de origem africana ocidental, que os portugueses introduziram como força de trabalho; e os sangues misturados, mamelucos, mestiços, mulatos e caboclos, que descenderam da mistura dessas três raças em graus variados.

O autor estudou a rivalidade e o preconceito racial na igreja católica. Cita como a morte cruel do primeiro bispo da Bahia, D. Pedro Fernandes Sardinha, devorado pelos Caetés, influenciou o pensamento do Padre Manoel da Nóbrega. O mesmo padre que havia divulgado a facilidade na conversão dos pagãos, como vimos no 2º capítulo deste trabalho, expõe a dificuldade no relacionamento com “selvagens completamente bestiais e indignos de confiança.” (Boxer, 1963, p. 3); e passou a advogar o uso da força para compelir os pagãos às missões. O padre Anchieta seguindo o mesmo argumento, escreveu em 1512: “...Para esse gênero de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro.” (Boxer, 1963, p. 3) Todavia, ambos se opunham firmemente à escravização dos ameríndios pelos moradores.

O autor narra a atuação dos bandeirantes, que, partindo do planalto de Piratininga, chegaram até os Andes e o Amazonas, nas suas expedições em busca de escravos ameríndios e metais preciosos. O autor transcreve uma carta do primeiro caçador de índios, Domingos Jorge Velho, explicando seu intento à coroa, em 1694:

“Primeiramente nossas tropas servirão à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão... depois nos serviremos deles para nossas lavouras, e isto bem longe de os cativar, antes lhes fazer um irremunerável serviço de os ensinar a lavrar, plantar, colher e trabalhar para o seu sustento, coisa que eles não sabem fazer.” (Boxer, 1963, p. 6)

Mais tarde, o bandeirante deu exemplo que o seu próprio regimento era formado por oitocentos índios e cinquenta brancos, e a “maioria dos brancos provavelmente tinham algum sangue índio.” (Boxer, 1963, p. 6)

Conclui o autor sobre a incredibilidade dos colonos, após quase dois séculos de convívio, ainda tratarem os ameríndios como animais de trabalho. Em defesa de uma assimilação menos lenta, Pombal, “que nunca estivera no Brasil”, promulgou um decreto real em 1775, incentivando o casamento entre brancos e índios, e proibindo o tratamento pejorativo de “caboclos” aos seus filhos. Da mesma forma, os soldados brancos das diversas guarnições do Brasil e do Maranhão-Pará eram induzidos a casar-se com índias.

Para o dissabor de Pombal, a política não prosperou: “privados de seus mentores jesuítas, os ameríndios das aldeias, voltaram rapidamente à selvageria. Gomes Freyre de Andrade, Governador do Sul do Brasil, relatou em 1761, que...

“Os índios emancipados vendiam seus rebanhos, negligenciavam a agricultura, deixando arruinar tudo o que havia no campo e na fazenda. As únicas coisas que pareciam interessá-los eram bebedeiras e orgias... Muitos dos índios que obtiveram sua liberdade foram incapazes de ajustar-se às novas responsabilidades para as quais estavam totalmente despreparados. Algumas comunidades sumiram, outras foram assimiladas pela população luso-brasileira” (Boxer, 1963, p. 8)

A abolição de Pombal da barreira de cor contra os índios e a concessão de direitos não foram extensivos aos negros. A média de vida de um escravo nas plantações ou minas era estimada de sete a dez anos, dada a precariedade de condições. Os escravos livres e seus descendentes sofriam discriminação da lei. Conclui Boxer: “uma das curiosidades – e tragédias – da história colonial é a lógica distinção que houve durante muitos séculos de escravidão entre o negro e o vermelho.”

Narra, em seguida, as práticas raciais adotadas pelos portugueses contra seus escravos: em 1775, o Conselho da cidade de Mariana, em Minas Gerais, sugeriu que os escravos fujões recapturados tivessem o tendão de Aquiles de um dos pés cortado, para não voltarem a fugir. Em 1758, o livro do padre lisboeta residente na Bahia Manuel Ribeiro Rocha – Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado – devotou o 5º capítulo a descrever os castigos aplicados aos escravos. Citou que a lei portuguesa restringia o castigo a 40 chibatadas, mas os senhores chegavam a punir os escravos com 400. Havia ainda os que picavam os fundilhos das vítimas com faca, para cauterizar as feridas com cera quente. (Boxer, 1963, pp. 15-16, grifo nosso)

Boxer cita ainda *Notícias Soteropolitanas e brasílicas* (1787/1799), escrito por um professor de grego residente na Bahia, que denunciava doze anos de abusos e atrocidades sofridos pelos escravos. Finalmente, Boxer cita o preconceito. Em 1680, os pardos da Bahia protestaram à Coroa contra sua exclusão das escolas dirigidas pelos jesuítas. O próprio Padre Antônio Vieira explicou que “os cidadãos brancos das classes superiores não toleravam ver seus filhos sentar-se ao lado desse meia-castas.” (Boxer, 1963, p. 18)

Um professor da Universidade de Harvard lançou na década de 1980 um interessante trabalho sobre as questões raciais. Ainda que não ligada diretamente à Nova História Militar, interessa-nos a obra de Patterson principalmente por tratar da controversa figura da história representada pelos escravos-soldados.

6.1.3. Orlando Patterson

Orlando Patterson, ao estudar 66 sociedades que empregaram o trabalho escravo em diferentes épocas e lugares, nos traz uma teoria interessante sobre a relação escravista. Teoriza o autor de *Escravidão e Morte Social: Um Estudo Comparativo* (1982) que a escravidão é um evento que substitui a morte; exemplifica a conclusão com o caso do escravo que recebeu esse status quando sua tribo, vencida pelo inimigo, vê o invasor fazer a opção entre matar o subjugado ou mantê-lo vivo, condicionando sua nova existência a uma relação de servidão e domínio completo. É importante notar que essa escravização não constitui um perdão, mas, antes, uma “comutação condicional”. O senhor, ao se apossar da vida do escravo, é o único que pode dar cabo dela. Por sua vez, o escravo, que não detém mais a sua própria vida, perde qualquer existência social fora dessa relação escravista. Uma vez arrancado da localidade e sociedade em que nasceu e inserido nessa relação parasitária, o escravo encara sua “morte social”, que perdura em sua condição impotente.

O autor enumerou oito meios pelos quais os proprietários adquirem escravos: captura em guerras; rapto; pagamento de tributos e impostos; dívida; punição por crimes; abandono e venda de crianças; auto escravização; e nascimento. (Patterson, 1982, p. 157) Em seguida, o autor teorizou as duas concepções da morte social: primeiro, o escravo é

violentamente arrancado de seu meio, dessocializado e despersonalizado; depois, é envolvido na comunidade de seu senhor, como um não ser. (Patterson, 1982, p. 69) O autor identificou quatro aspectos básicos de desenraizamento do escravo incorporados em um ritual de escravização: “primeiro, a rejeição simbólica, pelo escravo, de seu passado e dos ascendentes; segundo, uma mudança de nome; terceiro, a imposição de alguma marca visível de servidão; e por fim, a adoção de uma nova condição na casa ou na organização econômica do senhor.” (Patterson, 1982, p. 87) O autor nos mostra que, em sistemas escravistas de larga escala (como ocorria no nordeste brasileiro do século XVII), a função do ritual iniciatório da escravização era feita pela religião. (Patterson, 1982, p. 90) De fato, ainda no embarque dos escravos nos navios negreiros na África, padres abençoavam os escravos em um ritual coletivo. Sem opção, os negros africanos eram convertidos ao cristianismo. A segunda característica do ritual de escravização é a mudança de nome, derivada da necessidade de se despir o escravo de sua identidade anterior; “o nome anterior do escravo morria com sua antiga pessoa”, alega Patterson (Patterson, 1982, p. 91) No Brasil, a exemplo de outras localidades da América Latina, o escravo era comumente rebatizado com um nome cristão. O autor cita um censo colombiano do século XVIII onde se contatava que 40% dos escravos tinham o mesmo nome. (Patterson, 1982, p. 93) O sobrenome, conforme o autor apurou no México, referia-se a alguma característica física do escravo (velho, caolho) ou era simplesmente o nome do senhor. Em relação a terceira característica da escravização, Patterson cita que nas Américas, até a segunda metade do século XVIII, os escravos eram rotineiramente marcados com fogo, como o gado; O autor cita uma passagem retirada de Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1696-1750* (1969), na qual os escravos fugitivos em Minas Gerais recebiam a marca “F” após a sua recaptura. Ao perceber, todavia, que tal símbolo gerava status aos seus portadores, os senhores trocaram essa prática por uma punição mais repulsiva: tinham seus tendões de Aquiles cortados. (Patterson, 1982, p. 97) Os cabelos raspados constituíam outra marca da submissão e perda da honra em quase todas as localidades que contiveram escravos. Em relação à última característica da servidão, a adoção de uma nova condição na casa do senhor, Patterson nos lembra a prática de se incorporar o escravo como um parente fictício, como uma adoção. “Por todo o mundo encontramos o senhor sendo chamado de “pai” e o escravo de “filho”” (Patterson, 1982, p. 102).

Patterson cita a dialética de Hegel e sua importância para tentar explicar algumas questões como “Porque o escravo obedece?” Hegel definiu a escravidão como um “julgamento de morte” (Patterson, 1982, p. 152) Se sobrevivesse, a pessoa renascida no papel de escravo tornava-se “inflamada pela necessidade de dignidade e honra.” Patterson então, partindo desse princípio, explica que a manipulação desse desejo de liberdade, dignidade e honra do escravo pelo seu senhor é uma das características mais importantes da escravidão: “Ao deter a promessa de redenção, o senhor se assegura de uma força mais motivadora do que o chicote”. A escravidão, conclui Patterson, “era uma instituição autocorretora: o que ela negava ao escravo, utilizava como o principal meio de motivá-lo.” (Patterson, 1982, p. 153) Ou, em outras palavras, como um processo social permanente, “A escravidão ao mesmo tempo opunha-se e exigia a manumissão como um pré-requisito essencial.” Por essa razão, uma cultura escravista “verdadeiramente vibrante” deveria ter uma população livre substancial. Essa cultura não sobreviveria apenas com senhores e escravos. (Patterson, 1982, p. 152)

A manumissão é tratada por Patterson em um capítulo específico. Alega o autor que nos modernos sistemas escravistas capitalistas, e cita o caso do Brasil, a liberdade era considerada uma dádiva, ou caridade, conferida pelo senhor, ainda que o escravo pagasse caro por sua liberdade. (Patterson, 1982, p. 311) Em outro capítulo específico, Patterson nos fala sobre a condição social das pessoas libertadas. E salienta o caso da assimilação do ex-escravo nas sociedades baseadas em parentesco, como no caso do nordeste brasileiro, onde estes eram assimilados na família do senhor em uma condição inferior; o escravo liberto, sem opção, “continuava a agir dentro do mesmo contexto econômico que antes.” (Patterson, 1982, p. 342) O autor cita o exemplo da libertação “seletiva”, como a de mulheres que tinham ligações sexuais com o seu senhor, no sul dos Estados Unidos, ou dos libertos nas grandes lides agrícolas que permaneciam à mercê de seu senhor, “num grande ciclo vicioso de dívida e de eterna servidão.” (Patterson, 1982, p. 349) Conclui Patterson que “quaisquer que fossem as razões primárias para a escravização original, estas continuavam a valer após a manumissão... o liberto juntava-se à casa de seu ex-senhor, aumentando ainda mais sua dignidade e honra.” (Patterson, 1982, pp. 349-350)

O autor também cita a situação dos libertos nos estados escravistas do sul dos Estados Unidos (situação análoga aos libertos no Brasil): “uma vez livres, os negros

geralmente permaneciam no sopé da pirâmide social, desprezados pelos brancos, sofrendo proscricções raciais cada vez abusos físicos e verbais. Os negros livres ficavam fora do controle direto do seu senhor, mas aos olhos de muitos brancos seu lugar na sociedade não tinha sido significativamente alterado. Eram escravos sem senhores.” (p. 363) Derivou dessa situação, descreve o autor, um “medo totalmente irracional diante dos libertos, vistos como indivíduos marginais e perigosos.” (Patterson, 1982, p. 365) Nesse mesmo contexto, a grande população branca de classe baixa, acrescida pelos imigrantes do século XIX, viam os libertos como concorrentes econômicos. Sem condições financeiras de buscarem qualificação, as atividades semiqualficadas de menor remuneração passaram a ser identificadas como “trabalho de negro”. Nesta disputa, conclui o autor, “o racismo se tornou uma arma fácil nas mãos dos artesãos brancos.” (Patterson, 1982, p. 366) E acrescenta: “O grupo de libertos, com seu número desproporcional de mestiços, era uma vívida reprovação, uma casta vergonhosa... tornava-se imperativo que os libertos fossem expurgados de seu meio – ou, se não tanto, pelo menos punidos, vitimizados e apresentados como bode expiatórios. Nada semelhante a isto ocorrera anteriormente nos longos anais da escravidão humana.” (Patterson, 1982, p. 368)

Podemos concluir, dessa exposição de Patterson, que nas condições apresentadas, a morte social do escravo (particularmente no Brasil) não se desfazia com a manumissão. A liberdade, a honra e a dignidade que o motivaram em uma triste vida de atribulações não foram atingidas na sua libertação. Patterson, no entanto avança em novo tópico que interessa muito ao nosso estudo: a escravidão nos “distúrbios militares”. O autor salienta que quase todas as sociedades, em algum momento, recorreram à manumissão como motivação dos escravos na ajuda da defesa do território do senhor. E como as guerras civis foram importantes na história da manumissão em massa. (Patterson, 1982, p. 401)

Patterson, ao pesquisar as origens do tema, nos conta sobre a manumissão de todos os escravos selecionados para o serviço militar na Grécia e Roma antigas, assim como na Europa medieval. Cita os exemplos de grande número de escravos que ganharam a liberdade nas guerras médicas, do Peloponeso e púnicas, bem como no conflito entre a Espanha romana e os invasores visigodos. Cita também a importância da instituição da escravidão militar para a ascensão e expansão do Islã, no qual o corpo de oficiais, normalmente recrutado como escravo, ganhava a manumissão após os conflitos; e a massa

de escravos que formava os corpos regulares concorria para a manumissão distinguindo-se em batalha. (Patterson, 1982, p. 402)

Patterson, citando Carl Degler (*Neither Black nor White*, 1971), nos traz a alegação que o período colonial brasileiro é rico em exemplos dos escravos aproveitarem oportunidades para lutarem nos dois lados dos conflitos em defesa da coroa portuguesa, seja contra os franceses, seja com os holandeses; essa disposição dos portugueses em armar seus escravos, segundo Degler, é um dos fatores que diferenciam a escravidão norte-americana da brasileira. Esse autor ainda cita as participações dos escravos negros brasileiros na guerra de Independência de Portugal em 1823-1824, na Guerra dos Emboabas do século XVIII, na Guerra dos Farrapos, entre 1835 e 1845 e a participação na Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870. (Patterson, 1982, p. 404)

Patterson também cita Kley (*Slavery in the Americas*, 1967), que afirma que 84 escravos sediados em Buenos Aires ganharam a liberdade defendendo a Argentina das invasões britânicas de 1806 e 1807. (p. 405); além de citar um número considerável de escravos que ganharam a sua liberdade nos conflitos de Independência de quase toda a América espanhola. Patterson cita ainda Buckley (*Slaves in Red Coats*, 1979), que afirma existirem na Jamaica e demais ilhas britânicas, em 1795, dois regimentos de soldados escravos, “que deveriam estar permanentemente estacionados na área e ser tratados como parte do sistema militar britânico.” (Patterson, 1982, pp. 406-407) Buckley afirma que havia uma grande confusão no status legal dos soldados negros, uma vez que os oficiais, embora considerando os soldados negros como escravos, na realidade, “tratavam-nos da mesma forma que os soldados brancos.” Essa confusão dissipou-se, conforme aquele autor, quando o governo (*whitehall*) decidiu que todos os negros a serviço do Rei eram livres. Dessa forma, “cerca de dez mil soldados foram emancipados no que certamente pode ter sido um dos maiores números de escravos libertos por um único ato de manumissão numa sociedade pré-emancipação do Caribe.” (Patterson, 1982, p. 407) Patterson cita também Benjamin Quarles (*The Negro in the American Revolution*, 1960), que nos traz uma história interessante: “é uma das ironias da história norte-americana que a primeira pessoa a morrer nas mãos dos ingleses, nos eventos que levaram à Independência, fosse um escravo fugitivo, Crispus Attucks, que tombou na noite de 5 de agosto de 1770. Cinco anos depois a ironia foi retomada num dos momentos mais infames da Nação, quando o Comitê de

Segurança de Massachussetts proibiu o recrutamento de escravos alegando que tal ação era inconsistente com os princípios que devem ser apoiados, e reflete a desonra neste país.” (Patterson, 1982, pp. 407-408) A situação se reverteu quando os ingleses começaram a prometer liberdade aos escravos que lutassem com as casacas vermelhas: “todos os estados do norte passaram, então, a recrutar ativamente os escravos, com a promessa de liberdade à medida que a guerra continuava, mas apenas um estado do sul, Maryland, cumpriu sua promessa.” (Patterson, 1982, p. 408) Prossegue o autor afirmando que cinco mil escravos serviram no lado americano da guerra e mil lutaram com os ingleses. Em relação às promessas de liberdade, houve muita frustração: “A Virgínia, por exemplo, vendeu todos os escravos públicos que serviram na Marinha, e muitos senhores tentaram reescravizar os veteranos.” Os ingleses, segundo o autor, honraram seus compromissos, liberando muitos dos quinze mil escravos que levaram consigo. (Patterson, 1982, p. 408) Segundo Foner (Blacks and the military, 1974), também citado por Patterson, cerca de duzentos mil escravos que lutaram ao lado da União, na Guerra Civil americana, ganharam a liberdade nesse processo. Contudo, prossegue Foner, “como a guerra resultou na abolição da escravidão, esses números não integram a ação militar como meio de manumissão pré-abolição”. (p. 408)

Quase todas as sociedades pré-modernas que conviveram com a instituição da escravidão utilizaram os escravos como defensores de seus territórios e de suas causas. Vimos como os soldados negros pagaram com seu sangue o tributo que lhes foi exigido nas guerras de libertação das nações das Américas, por exemplo, incluídos nesses eventos os Estados Unidos, a América espanhola e o Brasil.

6.2. A Nova História Militar Brasileira

O revisionismo da história militar brasileira, que já apresentava uma produção insipiente, sofreu uma grande ruptura a partir dos anos 1960. A produção de várias obras de História Geral do Brasil, a partir desse período, tendem a minimizar os aspectos militares de nossa história. Tal fenômeno constitui, de acordo com Castro, Kraay e Izeckson (2004),

“um termômetro do interesse da profissão histórica no Brasil pelos assuntos militares e uma medida clara da dificuldade para estudar as Forças Armadas durante a ditadura.” Os autores citam as importantes obras produzidas no período e sua relação com as narrativas militares, como exemplo, citam que a *História Geral da Civilização Brasileira*, obra de 10 volumes publicada entre 1960 e 1981, revela a presença limitada de assuntos militares na historiografia brasileira... Quanto mais a coleção se aproximava do período contemporâneo, mais escassas eram as menções às instituições militares.” Mesmo o capítulo intitulado “*Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales*, pouco traz sobre os militares.”

Após o processo de redemocratização do Brasil, e particularmente após os anos 1990, acentuou-se a influência da História Social e outras disciplinas das ciências humanas e sociais no desenvolvimento de uma Nova História Militar no Brasil. Castro, Kraay e Izeckson (2004) alegam que o “o fim do regime militar removeu alguns dos estigmas relacionados à história militar que limitavam a pesquisa acadêmica e permitiu o acesso a fontes militares até então inacessíveis.” Obviamente, para esses autores, a dificuldade da trajetória militar acadêmica no Brasil teve como principal causa o regime militar de 1964:

“A expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão (a partir da segunda metade do século XX), coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e, acima de tudo, com o regime militar de 1964-1985, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as forças armadas. A academia dedicou pouca atenção à história militar para além do estudo do desenvolvimento militar na política – ponto problemático num regime autoritário. (Castro, Kraay e Izeckson, 2004, p. 13)

Vem crescendo o número de pesquisadores acadêmicos, após esse período, que passaram a se dedicar a uma “reconstrução” da história militar do Brasil sob a perspectiva da “Nova História”, acrescentando aos estudos dos *campos de batalha* fenômenos sociais de outra ordem, que revelam uma interação mais ampla entre as Forças Armadas e a sociedade.

Embora não tenha sido publicada no Brasil, até a presente data, uma “Nova História Militar” que abrangesse os mais de quinhentos anos de história do Brasil, muitas obras abordando aspectos específicos dessa história foram rescritos através da nova ótica.

Em 1990 o antropólogo Celso Castro publicou o resultado de sua pesquisa de campo sobre a formação dos cadetes do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras; (a Editora FGV publicou esse estudo em 2009) em seguida estudou alguns dos símbolos e rituais do Exército surgidos no século XX”; no mesmo ano (1990), Ricardo Salles escreveu sobre as consequências na escravidão e na cidadania oriundas com a guerra do Paraguai; Francisco Doratioto, em *Maldita Guerra, nova história da Guerra do Paraguai*, oferece novas interpretações sobre aquele conflito.

Em 2002, Celso Castro escreveu *A Invenção do Exército Brasileiro*. Embora não trate a obra de ser uma história militar abrangente, dentro dos critérios que temos adotado, a relevância do tema para nosso estudo vale a inclusão da obra neste capítulo. Na introdução, o autor explica sua intenção: “Este livro é sobre a invenção e institucionalização de três importantes tradições do Exército: o culto a Caxias como seu patrono, as comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e o Dia do Exército, comemorado em 19 de Abril, data da 1ª Batalha dos Guararapes.” É necessário precisar desde logo, prossegue o autor, o sentido em que uso a palavra “invenção”. Não se trata, em absoluto, de uma aceção do termo que trate de algo supostamente falso ou mentiroso, em oposição a algo autêntico ou verdadeiro... Minha perspectiva é parcialmente inspirada pela noção de “invenção das tradições”, de Hobsbawm... ou seja, “uma tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico.”

Nos concentramos aqui, ainda em cumprimento à hipótese do nosso trabalho, em focalizar as questões de irmandade racial e o surgimento da nacionalidade brasileira na historiografia militar que trata da América portuguesa dos séculos XVI e XVII. Por isso, nos concentramos no capítulo que mais interessa à nossa pesquisa, *O Espírito de Guararapes*. Castro salienta que “o imaginário operou através do tempo diferentes seleções e leituras dos elementos históricos”, como, por exemplo, “a variação a respeito de quais seriam os principais heróis a serem lembrados, mas sempre esteve presente a ideia de que matrizes raciais formadoras da população colonial brasileira estiveram representadas nos diferentes grupos de combatentes.” Prossegue o autor: “A realidade demográfica da mestiçagem

também é frequentemente esquecida, como se as três raças vivessem segregadas – não há, por exemplo, um herói mestiço, mas um traidor mestiço: Calabar.”

Castro afirma que quatro ideias se destacam nesse mito de criação do Exército: 1) o vínculo indissolúvel entre o Exército e a nacionalidade brasileira; 2) o Exército é formado pelas três raças formadoras da essência do povo brasileiro; 3) Guararapes é uma luta contra estrangeiros; e 4) a vitória foi obtida contra um inimigo considerado militarmente mais poderoso.

Na conclusão, Castro afirma a necessidade dos rituais para a existência de qualquer grupo. A comemoração, que se trata de “lembrar em conjunto”, reforça nos participantes do grupo o sentimento de participarem de algo em comum, e estabelece uma relação presente com o passado. “O caráter cíclico e repetitivo das comemorações reforça as narrativas, dotando-as de uma aura de verdade histórica.” A existência de vínculos indissolúveis entre o Exército e a nação brasileira, finaliza o autor, é o elemento que se procura reafirmar no plano simbólico na criação do Dia do Exército ligado a Guararapes.

Em 2004, três importantes pesquisadores (civis) sobre a temática, Celso Castro, Hendrick Kraay e Vitor Izecksohn, publicaram o livro *Nova História Militar Brasileira*. Trata-se da organização de 17 textos episódicos sobre a temática militar, sob um olhar da interação entre a sociedade e os militares. No prefácio da obra, os autores revelam seu objetivo:

“Divulgar novas perspectivas da pesquisa histórica sobre o tema. Fruto de amplos debates entre uma nova geração de historiadores, ele apresenta uma amostra do que é chamado de nova história militar nos meios acadêmicos norte-americanos.”
(Castro et ali, 2004, p. 9)

Celso Corrêa Pinto de Castro é coordenador do Laboratório de Estudos sobre Militares do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Hendrick Kraay e Vitor Izecksohn são brasilianistas, isto é, o termo que os acadêmicos se utilizam para designar autores estrangeiros que escrevem a história sobre o Brasil.

O prefácio da obra faz também alusão aos 40 anos do golpe de 1964: “este livro nos lembra que as instituições militares tiveram um papel bem amplo na sociedade brasileira”.

E complementa a característica comum aos textos: “todos têm em comum a característica de serem resultado de pesquisa histórica original, muitas vezes com o recurso a fontes documentais inéditas ou pouco exploradas.”

A introdução traz ainda um dos argumentos que temos explorado em nossa pesquisa:

“A história militar acadêmica tem tido uma trajetória difícil no Brasil. A expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão (a partir da segunda metade do século XX) coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política, e, acima de tudo, com o regime militar de 1964-85, que desencorajou a pesquisa acadêmica nas Forças Armadas.” (Castro et ali, 2004, p. 4)

A maior contribuição dessa obra para nosso estudo está na revisão historiográfica que os autores apresentam na sua introdução. Alegam os mesmos que a história militar brasileira, até o final dos anos 1810, ainda constituía um subcampo da vida militar portuguesa. E como já questionava Von Martius, em 1845, em *Como se deve escrever a história do Brasil*, no tocante a sua história militar, um espectro mais amplo das relações envolvendo as forças armadas e a sociedade: “Qual a maneira e modo empregados no recrutamento, instrução, comando e serviço do Exército, os princípios estratégicos, segundo os quais se devia proceder no Brasil, um país tão diferente da Europa?” (Castro et ali, 2004, p. 11)

Dos 17 capítulos da obra, o capítulo primeiro refere-se ao século XVII: *A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700)*, de Pedro Puntoni. O autor salienta a estratégia da Guerra Brasília, que passou a ser utilizada “com o fracasso da expedição das tropas regulares enviadas na armada espanhola de Oquendo.” Salienta a utilização dos “capitães de emboscada, cargos de liderança criados por Matias de Albuquerque.” Salienta também o autor a criação do posto de “Capitão de Aldeia, criado em 1611, que passou a ser concedido aos principais, (ou chefes) das tribos aliadas.” Puntoni narra também as entradas e bandeiras para a caça aos índios e os terços que foram criados para o combate ao quilombo dos Palmares e aos bárbaros. Essas guerras, prossegue o autor,

“previam contratos para remuneração dos serviços que ultrapassavam o simples pagamento dos soldos, com promessas de cativos e terras, e uma legislação especial que garantia a utilização de crueldade máxima para com os inimigos... Sejam bárbaros ou quilombolas, ambos tidos por infiéis e inimigos do Império português, e portanto, do orbe cristão.”

Entre os pilares tradicionais da narrativa militar histórica brasileira encontra-se o Eurocentrismo. Obviamente, o surgimento de uma história brasileira como a ramificação da história portuguesa, sobretudo após a independência oficial em 1822, é uma consequência natural daqueles acontecimentos. Todavia, a “versão portuguesa” da nossa história, tão declamada na historiografia oficial da Nação brasileira “nascida” no século XIX, como vimos no capítulo III, tem sido paulatinamente “revisitada”. A versão eurocêntrica da história nacional nos traz os portugueses e seus descendentes brancos como protagonistas de todos os acontecimentos que a influenciaram. Índios e negros entraram na constituição física dos brasileiros, mas sua influência sobre a história restringe-se a poucas personalidades que, em momentos cruciais, puseram-se a favor dos interesses portugueses. O negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão são dois dos maiores exemplos desses heróis nacionais convertidos ao cristianismo e à causa Real.

Coube à Nova História Militar buscar argumentos que enquadrassem uma maior representatividade dos índios e negros na agência da história nacional, ou, em última instância, proceder a um exame da socio gênese dos grupos sociais dos terços de pardos e negros, por exemplo, dentro da dinâmica de constituição e desenvolvimento das distintas configurações sociais da América Portuguesa, em detrimento do costumeiro foco dirigido aos indivíduos destes corpos militares. Luiz Geraldo Silva, em sua obra *Gênese das Milícias de Pardos e Pretos na América Portuguesa* (2013), é um dos precursores dessas análises. Na ausência, ao menos inicialmente, de um número substancial de acadêmicos brasileiros dedicados à temática militar, alguns autores estrangeiros, como o canadense Hendrik Kraay, assumiram esse papel. Relevante para o nosso trabalho, Kraay tem como objetos de sua pesquisa a cultura patriótica do Brasil e as relações escravistas na defesa do território e da integridade nacional.

O questionamento da falta de agência dos grupos sociais não ibéricos na versão eurocêntrica da história brasileira segue também em relação aos indígenas. Por muito tempo os jesuítas, letrados e protagonistas nas narrativas dos primeiros dois séculos do Brasil, nos quiseram fazer crer que os índios constituíam um quadro branco onde poderiam ser inseridos os valores cristãos e a consequente domesticação e adequação aos interesses econômicos portugueses. O Padre Manoel da Nóbrega afirmou que os gentios não

possuíam “nenhum conhecimento de Deus, nem ídolos”. Estava aberta a natural tarefa missionária da catequese. O fato é que os missionários, conscientes ou não dessa situação, viviam entre dois mundos: o espiritual, tarefa que desempenhavam com fé fervorosa, cuja missão papal lhes incumbia a salvação das almas indígenas; e o mundo físico, constituído pela coroa portuguesa e pela necessidade premente de que aqueles mesmos nativos constituíssem a mão-de-obra necessária à expansão do império português. Nesse mundo real, assim como para a validação de sua missão religiosa, não havia espaço para as narrativas contrárias; ou seja, na tradicional visão histórica luso-brasileira, o índio se constituía como um ser dócil – qualquer ação de resistência – espiritual ou armada, não encontrava espaço para reprodução. Da mesma forma que ocorria com os nativos, a economia de plantation demandava a importação de enormes quantidades de negros à África, gerou um paradoxo na ideologia jesuíta: como pregar a igualdade dos homens perante Deus e, ao mesmo tempo, aceitar o tráfico negreiro? Mais uma vez a saída oficial foi a omissão, ou a busca de argumentos baseados no ideário medieval: nas primeiras versões da história colonial, o fato do preto não ter alma o desclassificava como humano; mais tarde, como sugeriu o Padre Antônio Vieira, os horrores da escravidão convinham aos negros para a sua salvação divina. E, de novo, não houve espaço para as narrativas de resistência: por tal critério eurocêntrico, o índio Camarão e o Negro Henrique Dias foram incorporados ao rol dos heróis brasileiros por servirem exemplarmente aos interesses e Deus e da coroa portuguesa. Os milhares de indígenas que se rebelaram contra a colonização, assim como os negros debelados, a exemplo de Palmares, constituíam exemplos desastrosos: mais conveniente seria ignorá-los.

Interessante para o nosso estudo é a versão armada do escravo africano para defender seus senhores, em um aspecto da vida particular da colônia; bem como para defender o Estado português na defesa da América portuguesa, em um aspecto mais macro. Karasch (2000) salienta a utilização dos escravos nas rixas entre as famílias fidalgas no nordeste brasileiro; Raposo e Campos (1999) salientam como os senhores de engenho ostentavam seus escravos não só como poderio econômico, mas como representação de força: “Um renomado sertanista paulista, que tinha a alcunha de Jerônimo poderoso, por ter este também bastante escravos, saindo sempre com sua gente que se lhe tinha agregado a ele, todos armados.” Lima Jr (1957) já falava sobre a insolência de alguns

portugueses paulistas sem cultura, que “não tinham mais que armas, negros e ouro que lhes davam atrevimento e ocasião para as revoltas.” Costa (2008) nos lembra como possuir muitos escravos armados a serviço da Coroa portuguesa, além das esperadas mercês, era fator essencial para indicar a “legitimidade e o poder de mando destes indivíduos.” Lima (2002) salienta a “aliança entre Coroa e senhores para que a primeira recorresse à mobilização de escravos para a defesa do território nacional, ancorada na capacidade senhorial de instrumentalizar os seus cativos.” Por esse motivo, acrescentado da necessidade da defesa pessoal de seus senhores, prossegue o autor, como era “coisa eminentemente normal o escravo andar sozinho e armado.

Em 2015, Fernando da Silva Rodrigues, juntamente com Francisco Ferraz e debate Conde Sá Pinto, organizam o livro *História Militar – Novos Caminhos e Novas Abordagens*. Em 2018, o mesmo Fernando da Silva Rodrigues, desta vez com José Miguel Arias Neto, organiza *História Militar – Entre o Debate Local e o Nacional* (Volume 51). Trata-se, como o exemplo anterior, da organização de textos (dez) de diferentes autores sobre a temática militar, particularmente “um debate sobre a república no Brasil”. Na apresentação do livro, os organizadores alegam que essa “mudança da relação pesquisador/objeto”, referindo-se a interação entre acadêmicos e militares, deve-se ao “resultado dos novos tempos vividos” e a abertura de algumas “organizações arquivísticas das Forças Armadas, órgãos responsáveis pela guarda de riquíssimos acervos documentais acerca da trajetória dos militares e de suas instituições”, bem como a “entrada de historiadores e arquivistas com formação acadêmica no quadro dessas organizações militares.” “Outro fato que legitima essa publicação”, segue a apresentação, “é o próprio crescimento da investigação sobre o tema.” (Rodrigues e Arias Neto, 2018, p. 8) Fernando Rodrigues da Silva é coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e fronteiras, da Universidade Salgado Oliveira; José Miguel Arias Neto é coordenador do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais, Política e Mídia, da Universidade Estadual de Londrina.

O objetivo principal deste livro é, segundo os autores...

“Apresentar abordagens que contemplem novas visões relativas aos processos de formação e evolução das forças militares, e esses processos de formação e evolução das forças militares, e esses processos se articularam e se inseriram dentro de outras esferas, tais como a política e social.” (Souza in Rodrigues e Arias Neto, 2018, pp. 8-9)

Obviamente, uma vez que o intuito da obra é o regime republicano no Brasil, não aborda questões coloniais ou manifestações sobre as origens militares no Brasil. Relevante para o nosso estudo, todavia, é a manifestação sobre a nova visão acerca dos episódios militares e da citação historiográfica. Em um dos dez textos que compõem a obra, *Memória e Nação: o Museu Militar dos feitos da Guerra do Paraguai (1870-1922)*, Ana Beatriz Ramos de Souza ressalta o assunto:

“Não farei aqui uma análise historiográfica do percurso da história militar no Brasil. Essa introdução visa situar o leitor nesse momento onde a história militar, *tão criticada e quase posta no limbo, retorna com vigor e passa a figurar como campo de estudo acadêmico em expansão.*” (Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 58, grifo nosso)

No mesmo texto, a autora segue citando considerações sobre a ideia de nação e de identidade nacional surgidas no Brasil no século XIX. Cita Marcel Detienne, pai do nacionalismo francês: “Para se fazer uma nação, para se forjar a consciência nacional, é preciso cemitérios e um ensino de história.” (Souza, in Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 35) Cita ainda Durkheim, que evoca “uma comunidade de lembranças históricas e o laço afetivo que se forma na ideia de pátria. A nação precisa de um passado, o qual possa ser significado e partilhado a partir do que alguns contemporâneos chamaram de ensino de história.” (Souza, in Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 35) Ainda segundo Detienne, prossegue a autora, “uma boa mitologia nacional, apoiada no foco irradiador de identidade, deve ser muito bem configurada, conceitual e emocionalmente, para se autorreproduzir. (Souza, in Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 96)

Souza segue concluindo que a identidade nacional foi criada sob a influência do Instituto Histórico e Geográfico Nacional (IHGB) e do romantismo: “O romantismo brasileiro tinha como principal preocupação a busca de um elemento comum e que pudesse se dissociar da imagem do europeu. A autora cita Antônio Cândido, que afirma que “a preocupação dos românticos era, sobretudo, equiparar qualitativamente os índios aos colonizadores em termos de cavalheirismo, generosidade e força poética.” Nesse sentido (cita Morel, 2008, p. 127): “a tarefa dos construtores da nacionalidade brasileira oitocentista colocava-se na perspectiva de retirar os índios das pequenas nações: remetendo-os simbolicamente ao passado ou integrando-os concretamente na argamassa da grande nação, onde poderiam ser transformados em símbolos e alegorias nacionais.” (Souza in Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 61)

Ainda interessantes para a nossa pesquisa são a citação à gênese de uma identidade nacional, contida no texto de Souza, bem como os aspectos étnicos constantes no texto de Rodrigues e Conceição.

Em relação à gênese da identidade nacional, Souza afirma que a Guerra do Paraguai passou a representar a possibilidade de uma nova construção dessa identidade, que pudesse se afastar das raízes portuguesas ou europeias:

“A experiência e os sofrimentos comuns que a guerra viria a proporcionar.... produziria a nação, pautada agora em um evento coletivo que traria noção de unidade e de memória coletiva, visto que inúmeras pessoas viveram e conviveram nos campos de guerra e se tornariam os artífices dessa nova história nacional.” (Souza in Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 62-63).

O texto de Rodrigues e Conceição – *Discriminação, intolerância e alteridade: investigações sobre a exclusão social e étnica nos Exército brasileiro e boliviano na primeira metade do século XX*, constante no 2º volume da citada obra, traz a afirmação de que “as instituições militares não podem ser apreciadas enquanto organismos detentores de conduta e determinações próprias”, uma vez que expressam os procedimentos e interesses manifestos pelo Estado, que, por sua vez, tem suas ideias, pensamentos e teorias fundamentadas na sociedade. (Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 235) Em relação ao caso brasileiro, os autores citam o impedimento de “candidatos indisciplinados ou associados à política”, na admissão para a Escola Militar de Realengo, e a vedação de “comunistas, negros, judeus e islâmicos, grupos considerados subversivos ou inferiores racialmente para a formação de uma nova elite militar.” Ambos os casos se referem à década de 1930. (Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 237, grifo nosso)

Prosseguem os aurores salientando que a discriminação racial rondava os cursos de formação militar superior durante os anos do Estado Novo. A documentação de classificação secreta, de 22 de janeiro de 1941 do então Ministro da Guerra, general Dutra, revela que...

“O recrutamento de candidatos ao oficialato, deveria exigir o maior cuidado e a mais severa vigilância das autoridades por ele responsáveis, dadas as graves e, por vezes, irremediáveis consequências para o patrimônio moral do Exército, que um descuido, incompreensão ou fraqueza poderia acarretar... O recrutamento dos futuros oficiais deveria ser feito em meio homogêneo, a fim de que diversidades de raças, de mentalidade, de pigmento, ou quaisquer outras características não peculiaridades à

maioria da nossa gente, jamais pudesse transformar o quadro de nossos oficiais num amontoado amorfo de indivíduos sem uma sólida identidade de princípios morais, sociais, domésticos e religiosos, que os solidarizassem numa fraternal comunidade de ideias e sentimentos.” (Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 247)

Seguem os autores:

“Em relação à questão de cor, essa restrição de modo algum pode desmerecer os patrícios que a tenham, e cujas qualidades pessoais caberia reconhecer e abonar; porém, com o objetivo exclusivo de evitar, para o futuro e quando se formassem oficiais, situações de constrangimento para eles próprios e seus comandados, em face das convenções sociais que não poderiam ser contornadas ou abolidas, pois constituíam normas e praxes de uso corrente na sociedade, às quais teriam de se amoldar...” (Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 247)

“Em consequência, determinava o Ministro da Guerra que, na seleção preliminar dos concorrentes à matrícula na Escola Militar ou na Escola Preparatória de Cadetes, fossem rigorosamente observadas as condições fundamentais para qualquer candidato: 1) ser brasileiro nato; 2) pertencer à família organizada e de bom conceito; 3) ser física e mentalmente sadio; 4) não ser de cor; e 5) não ser – nem seus pais – judeu, maometano ou ateu confesso.” (Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 248, grifo nosso)

É muito relevante para o nosso estudo que essa proibição da admissão de alunos de cor na Escola Militar de Realengo estava vigente à época da publicação da História Militar do Brasil (1945), do Tenente-Coronel Aurélio Alves de Souza Ferreira, que coincidentemente, foi professor de história dessa Instituição militar. Verificamos, no capítulo anterior, que uma das características da citada obra foi a narrativa da consequência gerada pelas guerras de libertação ao invasor holandês no século XVII: do caldeamento das três raças – branca, vermelha, preta – surgiria uma nova, pujante e forte, capaz de defender o vasto patrimônio que, em breve, se estenderia do Oiapoque ao Chuí.” (p. 80 – grifo nosso) O corolário desse conceito é que o negro poderia – ou deveria - defender o vasto patrimônio nacional – mas não como oficial do Exército Brasileiro.

Segundo os autores, essas orientações perderam sustentação com a nova constituição brasileira de 1946. Todavia, o ofício circular reservado 359, do Diretor de Ensino do Exército, não simplifica os procedimentos a serem adotados:

“A pigmentação de pele em si e por si não tornaria inapto nenhum brasileiro a se candidatar a qualquer dos estabelecimentos militares de ensino. No entanto, nada impediria que o exame tocante aos postulantes fosse feito com atenção e máxima severidade, pois a experiência tinha demonstrado maiores e mais frequentes deslizes na

vida profissional e privada dos homens de cor e seus derivados próximos.” (Rodrigues e Aria Neto, 2018, p. 250)

Hendrik Kraay, em seu artigo *Arming Slaves in Brazil from the Seventeenth Century to the Nineteenth Century* (2006) – que compõe um capítulo do livro *Arming Slaves: from classical Times to the Modern Age, de Brown and Morgan* (2006), nos explica como a história brasileira está repleta de exemplos de escravos que se armam para defender interesses particulares de seus senhores ou interesses estatais da Coroa portuguesa. O autor cita o jurista brasileiro Antônio Marques Perdigão, que na sua obra *Tratado sobre escravidão*, do final do século XIX, discorre sobre a manumissão. Segundo o autor, a legislação brasileira nunca permitiu a intromissão do Estado sobre a “propriedade” escrava. Mesmo quando o Estado concordava com a liberdade do escravo como reconhecimento por seus serviços prestados, a exemplo do que acontecia na Lei romana, a manumissão requeria um ato voluntário de seus proprietários, que podiam ceder ao pleiteado por pressão, por incentivos fiscais, ou simplesmente, não acatavam as orientações. Kraay estimou em quatro milhões o número total de escravos africanos que foram utilizados no Brasil, desde as plantações de açúcar do nordeste, passando pelas plantações de café no sudeste até a mineração em Minas Gerais. Estimou também o número variável entre escravos e pretos livres: por volta de 1800, o número de afro-brasileiros livres e libertos era igual ao número de escravizados; o censo de 1872 revelou 5,75 milhões de negros e mulatos, dos quais apenas 1,5 milhão eram escravizados. Em relação ao recrutamento militar, Kraay afirma que o Exército do início do século XIX era formado por homens brancos (tal como observamos no quadro da Independência do Brasil, citado no início deste trabalho). Negros e mulatos serviam numa milícia de unidades segregadas. Essa segregação racial foi abolida entre 1817 e 1837; a partir daí, segundo o autor, “o Exército passou a ser um ímã de escravos fugitivos.”

Em relação aos escravos do século XVII, kraay cita um holandês, que em 1618 concluiu que “as forças de defesa locais do Rio de Janeiro eram indígenas escravos dos portugueses... tão obedientes que iam à guerra por seus senhores.” (p. 154) Os corsários franceses, em 1711, concluíram que os portugueses não conseguiram utilizar habilmente na defesa da cidade seus oito mil escravos; bem como os três mil e seiscentos escravos que vinham à defesa da cidade chegaram atrasados...

Matias de Albuquerque foi o comandante português a utilizar-se, em 1633, dos serviços de um negro liberto, Henrique Dias, que conduzia outros escravos fugitivos. O comandante português estipulou que Dias só aceitasse negros livres ou libertos em suas forças, indenizando pessoalmente os donos de escravos que já atuavam ao lado do líder negro. Durante a revolta dos pernambucanos contra os holandeses, João Fernandes Vieira e Antônio Cavalcanti Capibaribe prometeram liberdade aos negros que lutassem ao seu lado.

Em 1966 Edison Carneiro publicou *O Quilombo dos Palmares*, pautando da análise da organização política, econômica, cultural e militar e na descrição do fenômeno “contra-aculturativo” representado por aquela comunidade. Utilizamos nesse trabalho a 2ª edição dessa obra, lançada em 2011. O pioneirismo de Carneiro vem do fato de ser um dos primeiros a representar o quilombo longe de uma visão eurocêntrica, classificando os movimentos de fuga dos escravos como uma “negação da sociedade oficial”, bem como a sua fixação nos quilombos como uma “reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos.” O autor afirma que a organização das comunidades se aproximava tanto da organização dos estados africanos que sugeriu que seus responsáveis seriam em grande parte recém-chegados daquele continente, e não crioulos nascidos e criados no Brasil.

Carneiro salienta que a maioria dos quilombos – além de Palmares, o autor cita em sua pesquisa mais dez dos mais expressivos quilombos, distribuídos em seis Estados: Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão – foram formados sob duas condições comuns: primeiro, por alguma angústia econômica local que gerou um certo afrouxamento na disciplina da escravidão; segundo; que se constituíram nos períodos de maior intensidade do tráfico. (Carneiro, 1966, pp. 14-15)

Segundo o autor, ao contrário do que alegam a maioria dos historiadores brasileiros, que datam a origem do quilombo às invasões holandesas em Pernambuco, Palmares precedeu essas invasões – o Governador Diogo Botelho já havia aprestado uma expedição para tentar eliminá-lo entre 1602 e 1608. Com a guerra, todavia, o movimento cresceu extraordinariamente.

Um dos autores que contribuíram para expandir a visão não eurocêntrica da América portuguesa é o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Ronaldo Vainfas. Entre as obras que produziu, duas são relevantes diretamente para o

nosso estudo: No livro *Ideologia e Escravidão - Os letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*. (1986), o autor posiciona o pensamento historiográfico colonial em torno da questão da escravidão do negro. Em *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial* (1995), o autor traz o pensamento historiográfico em torno da questão da escravidão indígena.

Para uma análise de *Ideologia e Escravidão*, contamos com o auxílio da Profa. Laura de Mello e Souza (1986). Segundo a autora, que é do Departamento de História da USP e uma das maiores autoridades brasileiras em história moderna, a obra traz a discussão sobre o posicionamento da escravidão na historiografia: de um lado, o “Senhor Bondoso” descrito por Gilberto Freyre, contra a ideia do “Senho Algoz”, defendida por Clóvis Moura, Décio Freitas e tantos outros. Embora o autor se posicione contrário a qualquer das posições: “impossível pensar as práticas escravistas como exclusivamente paternalistas, quer como puramente coercitivas”, tende a combater mais os argumentos que dariam validade à segunda proposição, como: “acabam prisioneiros do paradigma que queriam combater: para explicar a rebeldia negra, precisam de um senhor cruel.” Alega, então, um certo “pacto social” necessário às relações escravistas: “que uma minoria de senhores fizesse uma larga maioria de africanos trabalhar de sol a sol pelo simples exercício da violência, eis algo difícil de supor com alguma seriedade.” (Vainfas, 1986, p. 42)

Vainfas descreve as diferentes percepções da escravidão, que vão se desenvolvendo entre os autores jesuítas nos dois primeiros séculos da nossa história colonial: “Ambrósio Fernandes Brandão vê o escravo como coisa, e o associa a “animais e demais insumos de produção.” (Vainfas, 1986, p. 69) Segundo o autor, a invasão holandesa e a rebelião dos negros em Palmares acirraram as contradições na narrativa colonial. Como consequência, a visão paradisíaca dos primeiros relatos dá lugar a um “sentimento de mal-estar, desconfiança e frieza quanto ao estado da colônia. (Vainfas, 1986, p. 85) Nesse momento de inflexão ideológica verifica-se a posição do Padre Vieira, que é pioneiro na visão do escravo como pessoa e na descrição da agência do negro cativo: “além de mercadoria, e de trabalhar para o senhor, era gente, sentia fome e emoções. Fugia e se revoltava contra a ordem senhorial que se lhe impunha.” (Vainfas, 1986, p. 91) Todavia, essa percepção não é perene: “o escravo é simultaneamente o inimigo social, execrado e legitimado, e o

adversário militar, louvado e admirado.” Souza, ao comentar Vainfas, cita que as crônicas de Palmares, de Rocha Pita ou Loreto Couto...

“Tratam o fato como episódio, procurando escondê-lo nos livros ou nos atos governamentais para, assim, “aliviar a tensão social causada pelo tema, ou seja, o medo senhorial da revolta.” (p. 118). Há, portanto, um recuo ideológico que reduz o pensamento à consciência real: eleger Palmares em objeto de narrativa e reflexão significaria admitir a contestação escrava e encarar a sociedade alternativa à escravista como algo possível. Palmares deveria, portanto, ficar fora do discurso escravista.” (Souza, 1987, p. 4, grifo nosso)

Um terceiro momento da narrativa dos letrados jesuítas, descreve Vainfas, é o projeto escravista-cristão, que promove “um amplo projeto preocupado em legitimar e normatizar a ordem escravista.” (Vainfas, 1986, p. 151) Este projeto descreve quatro visões que procuram legitimar a escravidão:

“Em Benci, é efeito do pecado original, é punição e remédio para os filhos de Caim, que são os escravos; em Vieira, parece cativo, mas é salvação, pois a alma permanece livre; em Antonil, que seculariza o pensamento, a escravidão é legítima porque constitui o único meio de caracterizar a riqueza no Brasil; em Ribeiro da Rocha é legítima, se estiver adequada às instituições do direito civil e canônico. Em todos, uma unanimidade: “negros herdeiros de Caim, etíopes eleitos por Deus, pretos bem apesados, ou simplesmente mãos e pés do senhor, os escravos legítimos são os africanos”. (Vainfas, p. 100, in Souza, 1987)

Prossegue o autor alegando que a diminuição do conflito de consciência no projeto escravista dos religiosos pressupunha a definição do papel dos negros:

“No projeto cristão, a escravidão pressupunha uma comunidade: o senhor era, antes de tudo, branco, cristão – e o escravo era, antes de tudo, negro, também cristão. Mas na consciência senhorial, supunha-se o contrário, ou seja, uma dualidade rígida entre o mundo dos senhores brancos e o mundo dos negros escravos, capaz de definir concretamente o lugar de classes na hierarquia social.” (Vainfas, 1986, p. 154)

A incorporação da família como suporte da cristandade no Brasil e, ao mesmo tempo, a descrição das práticas cotidianas entre os senhores e os escravos foi incorporada mais tarde por Gilberto Freyre, permitindo-lhe construir “o modelo clássico da escravidão patriarcal desprovida de preconceitos raciais.” (Vainfas, 1986, p. 155)

Em *A Heresia dos índios* (1995), Vainfas volta-se para a relação entre senhores, escravos e jesuítas, desta vez atendo-se ao elemento indígena da escravidão.

O autor nos explica a relação dos índios com a guerra e com a religião, comentando *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, de Florestan Fernandes:

“A guerra é o mecanismo central da reprodução social e manutenção do equilíbrio cosmológico dos tupinambás. Era por meio da guerra, e da captura de prisioneiros para o sacrifício antropofágico, que os nativos adquiriam o pleno status de membros do grupo, habilitando-se ao casamento e beneficiando-se do sistema de trocas e reciprocidades inter e intramalocas. Era por meio da guerra que se tornava possível a vingança antropofágica” (Vainfas, 1995, pp. 65-66)

“Ao decifrar o significado da guerra e do canibalismo tupinambá como forma de resolução de soluções internas à cosmologia e dos sentidos diante da morte, Florestan superou de vez a interpretação simplista do canibalismo como meio de incorporar as qualidades do inimigo do grupo, além de indicar a pertinência da guerra/vingança ao sistema religioso tupinambá.” (Vainfas, 1995, p. 66)

O autor faz ainda uma retrospectiva da relação entre indígenas e portugueses no Brasil, relacionando as gradativas alterações dos ciclos econômicos que se seguiam em nosso território e as consequências dessas alterações para os nativos. O precário equilíbrio entre índios e europeus em torno do extrativismo do Pau Brasil foi quebrado ainda no século XVI, com a montagem da empresa açucareira luso-brasileira:

“Desenvolveu-se a feroz e rendosa empresa de caça ao indígena, e com ela o tráfico de nativos “descidos” para os núcleos de colonização... Tornaram-se no vocabulário da época, “negros da terra”, negros brasis” fórmulas então utilizadas para diferenciar os índios dos “negros de Guiné”, uns e outros escravos.” (Vainfas, 1995, p. 47)

Com essa política, continua Vainfas, “multiplicaram-se as revoltas do gentio, os assaltos aos núcleos de colonização e conseqüentemente, a reação dos colonizadores”. No Regimento de Tomé de Souza, em 1548, “instruía-se o governo para submeter os índios hostis aos portugueses, destruindo suas aldeias, matando e cativando rebeldes como castigo e exemplo.” Tomé de Souza valendo-se da “Guerra Justa, torna cativos inúmeros tupinambás aliados dos franceses. Seu sucessor, Duarte da Costa, em 1555, ordenou massacres a aldeias vizinhas a Salvador. Em junho daquele ano, prossegue o autor, “treze aldeias foram destruídas nos arredores da capital no espaço de apenas uma semana, o que levou à morte, expulsão e cativeiro cerca de 3 mil ameríndios.” (Vainfas, 1995, p. 47) Na Guerra de Paraguaçu (1558-1559), o 3º Governador Geral, Mem de Sá, destruiu “cento e

trinta aldeias, na palavra do Governador, ou ao menos 60, conforme Frei Vicente.” No instrumento dos Serviços de Mem de Sá, de 1570, 12 dos 26 capítulos dizem respeito ao “combate ao gentio”, demonstrando a importância desses eventos na agenda governamental. O Tratado Descritivo de Gabriel Soares de Souza louvou o Governador: “que destruiu e desbaratou o gentio que vivia ao redor da Bahia... E os que escaparam de mortos e cativos fugiram para o sertão e se afastaram do mar.” (Vainfas, 1995, p. 48) O Padre Anchieta compôs o poema laudatório “*De Gestis Mendi de Saa*”, enaltecendo aquela autoridade.

Narra também o autor a aculturação imposta pela catequese e as infecções sanitárias europeias:

“Em matéria de flagelos, nada se pode comparar com os diversos surtos endêmicos que assolaram as aldeias, sobretudo as da Companhia, a ceifar as vidas de milhares de índios no século XVI. E dentre as moléstias, que não foram poucas, a pior foi a varíola, a “peste das bexigas”. (Vainfas, 1995, p. 49)

“A varíola chegou num navio de Lisboa, em 1562. Em três ou quatro meses extinguiu 30 mil índios, sobretudo os escravos e os reduzidos na missão.” (Vainfas, 1995, p. 49)

“No transcurso das décadas seguintes romperam novos surtos endêmicos, de modo de que dos 40 mil índios cristãos contabilizados pelos jesuítas em 1564, mal passavam de 10 mil, em 1585.” (Vainfas, 1995, p. 49)

Tal situação vai fomentando a necessidade de oposição entre os indígenas. É através da religiosidade, expressa o autor, que grande parte dessa reação se manifesta. Vainfas descreve a lenda tupi da busca da *Terra sem Mal*, segundo a qual ocorreu uma migração centenária dos nativos em direção ao mar do leste (oceano Atlântico). Ao deparar-se, todavia, com a colonização europeia, a fuga para os sertões alterou a sua rota... “Pois era no litoral, sem dúvida, que se achavam os males e campava a morte.” (Vainfas, 1995, p. 50) O autor liga essa tradição com a resistência ao colonizador: “Na documentação sobre a efervescência religiosa e as lutas dos tupi-guarani ao longo dos séculos XVI e XVII, o que se pode perceber é que é justamente a transformação do mito da Terra sem Mal, de suas cerimônias e do tradicional apelo dos caraíbas à guerra em cenário e instrumento de resistência ao colonizador, Caraíbas e guerreiros pareciam mesmo irmanados na consecução desse projeto.” (Vainfas, 1995, p. 66)

O autor descreve, para caracterizar a agência nativa, o fenômeno das santidades ameríndias, antagonizando a teoria da falta de religiosidade dos nativos da narrativa jesuíta.

Cita o autor:

“Desde Varnhagen, nossos historiadores se acostumaram a conceber o indígena principalmente como mão-de-obra, como objeto de catequese ou como bárbaro indômito que obstaculizava o avanço da colonização... Praticamente ignoraram a cultura indígena do ponto de vista etno-histórico, e quase nunca utilizaram o elemento tupinambá, por exemplo, para se referir à população nativa que predominava na costa brasileira no limiar do século XVI.” (Vainfas, 1995, p. 14)

O autor exemplifica a importância do estudo da religiosidade nativa descrevendo a Santidade de Jaguaripe, surgida no Recôncavo Baiano por volta de 1580. Essa seita herética, fartamente documentada em dezenas de processos da Inquisição, manuscritos e disponíveis para a consulta na Torre do Tombo, em Lisboa, conforme o autor,

“Desafiou o colonialismo, a obra missionária dos inicianos, incendiando engenhos, promovendo fugas em massa dos aldeamentos, pondo em xeque, enfim, o status quo da velha Bahia de Todos os Santos.” (Vainfas, 1995, p. 14)

Esta santidade, prossegue o autor, foi cooptada por Fernão Cabral de Ataíde, fidalgo português que descenderia de Pedro Álvares Cabral. Segue a narração do fato, que seria mais tarde retratada nos autos da Primeira Visitação da Inquisição Portuguesa no nordeste brasileiro, entre 1591 e 1595:

“Um rico senhor de engenho propôs aliança e proteção à seita que preconizava, no limite, a morte dos portugueses e o fim da escravidão, o que lhe valeu, no mínimo, o ódio dos demais senhores da região, desesperados por ver seus escravos índios fugir em massa para a fazenda do Jaguaripe.” (Vainfas, 1995, p. 15)

Em 1566 – descreveu ao Santo Ofício da Bahia em 1591, Luiza Barbosa, mulher branca: “Uma santidade indígena dizia aos índios que ninguém deveria trabalhar mais, pois os víveres nasceriam por si, e que a gente branca haveria de se converter em caça para ser comida.” (Vainfas, 1995, p. 67)

Baseado nas peças inquisitoriais e comparando-as aos relatos dos letrados religiosos do século XVI que analisamos no capítulo II, como Léry, Thévet e d’Évreux, o autor descreve os cultos indígenas e os seus “templos”; descreve os cânticos, as danças, a defumação com

ervas. Descreve o fumo da “erva santa” (cuja erva, “alguma espécie de petum”, o autor diferencia da cannabis sativa, ou o “fumo de angola” trazida pelos africanos) (Vainfas, 1995, p. 137) O fumo dessa erva foi proibido por dois papas ao longo do século XVI. Dessa maneira, descreve o autor, “o fumo dessa erva desafiava a colonização portuguesa no litoral do Brasil.” (Vainfas, 1995, p. 137) Descreve ainda a cruz cristã, fincada na porta da “igreja” nativa, em contraste com o ídolo de pano – o Tupanasu - postado ao centro da solenidade, e para o qual todos prestavam reverência, ajoelhando-se e baixando a cabeça. (Vainfas, 1995, p. 135)

Outra passagem relevante para o nosso estudo é a composição das tropas com a qual Fernão Cabral dirigiu-se ao sertão para atrair a santidade do caraíba Antônio: “A maioria esmagadora dos soldados era composta de mamelucos” e dos índios flecheiros. Vainfas, 1995, (p. 141) Os mamelucos, prossegue o autor, são: “esses homens culturalmente híbridos – meio brancos, meio índios.” Prossegue o autor buscando a origem do termo mameluco, que pode provir do termo tupi “maloca”, no qual os mamelucos buscavam suas vítimas para o apresamento; e a origem medieval do vocábulo, que representava a mestiçagem entre portugueses e mouros. “A opinião predominante é, contudo, a de que a palavra mameluco foi atribuída àqueles mestiços pela sua ferocidade na caça aos escravos”. (Vainfas, 1995, p. 141) O autor ressalta a importância dos mamelucos na colonização portuguesa:

“Foram eles, de fato, que alargaram as fronteiras lusas para além da linha de Tordesilhas, engrossando as bandeiras à cata de ouro, pedras preciosas e escravos índios, no que sempre despertaram a ira dos jesuítas... Na prática, foram eles que romperam o apego dos portugueses à costa, nostálgicos do reino que viviam – como disse Frei Vicente – arranhando a praia como caranguejos.” (Vainfas, 1995, p. 142)

“Criados por suas mães índias, os mamelucos herdaram dos nativos o *savoir faire* necessário às lides do chamado sertão... Herdaram o saber e as técnicas guerreiras, em especial o manuseio de arco e flecha, armas por vezes mais eficiente que a espingarda ou o arcabuz europeu.” (Vainfas, 1995, pp. 142-143)

O autor descreve o ritual das incisões, na qual o guerreiro nativo fazia sangrentas incisões em seu corpo, cada uma representando uma vítima que havia sacrificado com um tacape após vencê-lo em combate. Esse ritual, que terminava com antropofagia, tinha uma importância crucial para os Tupi, pois era nele que o guerreiro adquiria a consideração dos companheiros e o direito de trocar de nome. Quanto mais incisões e nomes possuísse o

nativo, maior era o seu status na aldeia e fazia jus a mais mulheres – e mais filhos. (Vainfas, 1995, p. 144)

Continua o autor a caracterizar as atitudes dos mamelucos em relação aos portugueses:

“Usavam dos saberes indígenas para servir aos portugueses, mas não hesitavam em fazer o contrário. Tudo dependia das circunstâncias, do lugar por onde passavam, do chefe a que obedeciam. A plasticidade e a aparente incoerência de suas atitudes acabavam por espelhar, no fundo, a própria fluidez da situação colonial, fronteira incerta entre as culturas europeia e ameríndia.” (Vainfas, 1995, pp. 145-146)

“Os mesmos mamelucos que viviam nus, a esposar índias e a comer brancos, possuíam também apreciável currículo de sertanistas. Participavam de várias expedições de resgate de índios – ora cativavam os nativos à força, invadindo aldeias, ora comerciavam com os principais do lugar, adquirindo prisioneiros de guerra ou mulheres.” (Vainfas, 1995, p. 147)

É interessante a descrição do movimento de mão dupla existente naquele processo de aculturação do indígena, conforme descreve o autor:

“Nessas ocasiões, forneciam em troca dos nativos, nada menos que éguas, pólvora, espingardas, pólvora, arcabuzes, espadas, facas, pistoletes, bandeiras, tambores... O movimento de aculturação – processo complexo e de mão dupla, acabava, no limite, por armar os índios contra a colonização escravocrata. (Vainfas, 1995, pp. 146-147)

Outra descrição interessante do autor é sobre o processo de “indianização”, no qual a aculturação funcionava “às avessas”, ou seja, alguns portugueses e franceses no Brasil, assim como espanhóis e ingleses em outras partes da América, assumiam para si aspectos da cultura indígena ao invés de impor sua cultura aos nativos, como aconteceu com João Ramalho e Caramuru. (Vainfas, 1995, p. 149)

Todavia, volta aos mamelucos e à narrativa da ambivalência cultural, “que já eram ambíguos por origem e vocação”:

“Ora lutavam junto ao índio contra seus inimigos, ora ajudavam os portugueses em seus resgates e massacres. E quando, a serviço dos portugueses, esposavam o sentido mercantil da colonização, em detrimento do sentido missionário, enfrentando sem a menor cerimônia os padres da Companhia de Jesus.” (Vainfas, 1995, p. 149)

Esse posicionamento contra a catequese não foi tomado pelos mamelucos para a defesa das tradições e liberdades indígenas, mas antes pelos interesses do colonialismo escravocrata: “Se os jesuítas passavam ao índio, em língua geral, que o bom gentil era gentil cristão, os mamelucos diziam o contrário, na mesma língua que conheciam muito bem.” (Vainfas, 1995, p. 151) Para essa anti-catequese, valiam-se os mamelucos da religiosa “santidade” que assolou a Bahia no século XVI. Aos poucos, “operou-se uma autêntica fusão de símbolos e crenças religiosas, a ponto de o ídolo Tupanasu por eles cultuado ser, ao mesmo tempo, um herói tupi e um deus cristão – o “deus grande”, que jesuítas e catecúmenos construíram juntos em língua geral. “Não foi por outra razão que chamei a santidade de catolicismo tupinambá.” (Vainfas, 1995, p. 158)

Interessante é o fato da descrição do infanticídio praticado pelos tupinambás, que, segundo o autor, nada tinha a ver com a santidade:

“O único infanticídio praticado pelo tupinambá dava-se com os filhos dos prisioneiros de guerra com mulheres da tribo. Eram considerados inimigos, e por isso, tão logo cresciam um pouco, eram devidamente devorados no repasto cerimonial coletivo.” (Vainfas, 1995, p. 245)

Na conclusão, Vainfas salienta no seu estudo da santidade, que denominou “síntese da máxima resistência Indígena ao colonialismo lusitano do século XVI”, a mal conhecida adesão dos negros da Guiné à santidade Tupi, bem como a adesão à mesma dita feita pelos brancos portugueses. Conclui que o estudo da santidade, além de demonstrar a tenacidade da resistência sociocultural indígena, a complexidade do processo de aculturação e o triunfo do colonialismo escravocrata, permitiu perceber, com nitidez: “a fluidez das fronteiras culturais de nosso primeiro século: os aldeamentos se misturavam com os engenhos; a floresta com a lavoura; os mamelucos com jesuítas e caraíbas...” (Vainfas, 1995, p. 228)

A história da santidade, que foi destruída em 1585 e devassada pela inquisição de 1591, segundo o autor, sobreviveu pela persistência dos levantes indígenas e graças a obras de dois jesuítas que mencionaram a seita na Ânua de 1585: o italiano Botero e o francês Du Jarric. A história foi retomada por Southey em 1819, cem anos antes da pesquisa de Capistrano de Abreu sobre o assunto.

“à margem da historiografia e da história, a santidade sobreviveu... nos catimbós e nas umbandas, onde nunca faltaram Tamandarés e Tupinambás entre os caboclos índio-afro-brasileiros... No conto da Piaga, de Gonçalves Dias... no Guarani de José de Alencar...” (Vainfas, 1995, p. 229)

Outra obra da Nova História muito relevante para este capítulo da Tese é *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil – estudos de história militar na Idade Moderna* (2012), obra cuja organização foi feita pelo professor Paulo Cesar Possamai. O autor, professor das Universidades do Rio Grande do Norte e de Pelotas, foi orientando em seu doutorado em História Social da Professora Lara de Mello e Souza.

A obra reúne vinte e sete artigos. Na apresentação da obra, Possamai corrobora a nossa tese: seria anacronismo qualquer exaltação de patriotismo nas sociedades do antigo regime. Continua o autor que, “antes de descrever batalhas, a maior parte dos capítulos tem como objeto de estudo aspectos ligados à vida dos homens que serviram nos exércitos modernos, por vontade própria ou não.” (Possamai, 2012, p. 9, grifo nosso)

Interessa particularmente ao nosso estudo o bloco relacionado com as escritas da guerra, que constam dos trabalhos de Moreira e Loureiro – *A Nova História Militar e a América Portuguesa: Balanço historiográfico, e de Acácio Catarino – Escritos a Serviço do Império*.

Moreira e Loureiro atribuem a marginalização da história militar à busca da história total proposta pelos Annales. Segundo os autores, a história militar foi criticada por ser factualista, e que “não relacionava a dimensão militar da sociedade com seus demais aspectos.” (Possamai, 2012, p. 14) Todavia, continuam, uma “nova história militar” foi surgindo, à medida em que se desenvolviam outros aspectos do conhecimento. Citam os autores, nesse sentido, a “cultura política” advinda nos anos 1970 com a Teoria Social e a Antropologia; a história econômica após as concepções do antropólogo Karl Polanyi, que trouxe noções como a “imperfeição” da aplicação de modelos matemáticos em um determinado mercado, bem como a existência de uma “hierarquia social” que influenciava privilégios de grupos na economia pré-industrial; e por fim, as transformações da história social, depois que o conceito de “classe” cedeu espaço aos sujeitos sociais, ampliando os aspectos das pesquisas. (Possamai, 2012, p. 15)

Citam ainda as principais críticas à história militar tradicional, como a narrativa memorialista baseada exclusivamente na descrição das batalhas, o culto incontestado aos grandes heróis e a naturalização do comportamento humano e das instituições militares, transformando-as em a-históricas, tudo “sem a busca de uma problematização analítica ou uma reflexão central”, ou seja, “não é possível examinar fenômenos bélicos por eles mesmos, de forma totalmente abstrata, como se a natureza não estivesse pautada em sujeitos sociais.” (Possamai, 2012, p. 16)

Os autores citam a obra portuguesa *Nova História Militar de Portugal*, que constitui um dos marcos da revisão historiográfica, evidenciando o mérito do autor na contextualização temporal da obra e da preocupação com o anacronismo:

“Antônio Manuel Hespanha evidencia que se procurou uma renovação da história militar lusa não apenas a partir da abordagem de novos temas, mas também a partir do enfoque de assuntos tradicionais submetidos a novas metodologias. Por exemplo, houve a preocupação de se introduzir conceitos da época analisada, que até então haviam sido negligenciados, como de a “guerra justa” contra os infiéis, o “serviço de mercês” e a necessidade de retribuição despe serviço por parte da coroa lusa; a presença de clientelas e de relações pessoais e hierárquicas da sociedade do antigo regime; dentre outros.” (Possamai, 2012, p. 17)

“O caminho a ser seguido, portanto, era o de fugir ao anacronismo, frequentemente presente em uma historiografia militar lusa anterior que inseria no passado conceitos que só surgiriam posteriormente na modernidade, como a ideia de “nação em armas”, “exército nacional”, ou “patriotismo”. Em síntese, termos ligados ao aparecimento do nacionalismo do século XIX.” (Possamai, 2012, p. 18)

Moreira e Loureiro argumentam ainda importantes características militares portuguesas que influenciaram completamente a construção do relacionamento da sociedade com suas obrigações militares nas possessões ultramarinas: a situação geográfica periférica de Portugal em relação ao continente europeu e a inexistência de um Exército expressivo em relação aos efetivos, dada a sua baixa densidade demográfica. Tais fatores condicionaram Portugal a priorizar as vias diplomáticas para a resolução de conflitos. A própria sociedade portuguesa era, de modo geral, avessa às obrigações militares, o que se demonstra pela dificuldade de recrutamento e pelos altos índices de deserção. A solução para essas questões achou sustento em um sistema baseado em clientela e privilégios, que atravessou também o Atlântico. Ao citar as dificuldades de recrutamento das milícias no Rio de Janeiro, os autores citam ainda os baixos salários, pagos irregularmente, e a

precariedade das instalações militares. Tais problemas só seriam solucionados com o apoio dos “homens bons”, através do fornecimento de escravos e de instalações de espaços em suas fazendas. Como, todavia, tais investimentos afetavam seus patrimônios, dá-se a função reativa das milícias em terras brasileiras: os proprietários de terras “não se negavam a contribuir, contudo, só o fariam em caso de conflito deliberado.” (Possamai, 2012, p. 20)

Prosseguem os autores:

“Por meio de um olhar militar, pode-se refinar a compreensão acerca das relações entre o centro e as periferias do Império português. Compreensão que não se viabiliza apenas no campo marcial, mas também a partir das estruturas de exercício de poder cotidiano e de seus limites... Desta maneira, a lógica que privilegia uma relação autoritária de Coroa sobre seus espaços periféricos teria de ser abandonada, sendo substituída por uma relação baseada na negociação entre aquelas partes.” (Possamai, 2012, p. 21)

Acrescenta-se a esses argumentos a importância dos militares no processo de colonização da terra, dada a necessidade de sua “conquista”; bem como o entendimento que “os ofícios militares eram um importante instrumento de hierarquização, promovendo a inserção das elites locais e de outros estratos sociais em uma ordem política pautada pela lógica do antigo regime luso, em que as desigualdades sociais cumpriam papel estruturante.” (Possamai, 2012, pp. 21-22).

A função da negociação no recrutamento interferiu na relação com outros segmentos sociais. A coroa, em relação aos índios, interferia em sua hierarquia social cooptando suas lideranças. Os autores citam o trabalho *Capitães-mores das ordenanças de índios: novos interlocutores nas vilas de índios da capitania do Rio Grande*, de Fátima Lopes (2009), trazendo à discussão que as lideranças dessas vilas eram escolhidas pela Coroa portuguesa, sob a contrapartida de serem submissos, além de uma série de privilégios sociais e econômicos. “O fator econômico mais importante”, prossegue a autora, “era a distribuição diferenciada de bens e terras que a coroa realizava entre os gentios”. Esse mecanismo, ainda segundo a autora, cooptava ou fabricava lideranças que “se apropriaram dos valores europeus em benefício próprio, constituíram-se em novos interlocutores entre o mundo colonial e o indígena, podendo ter contribuído para muitas redefinições culturais desses últimos (gentios) frente à colonização.” (Possamai, 2012, p. 23)

Ainda descrevendo o relacionamento entre a Coroa portuguesas e indígenas, os autores citam *Povos indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)*, de Gonçalves et ali (2009 in Possamai, 2012). O trabalho analisa as cartas trocadas entre Felipe Camarão e as lideranças potiguares Pedro Poty e Antônio Paraupaba. Camarão, através da escrita, tenta convencer os dois inimigos dos portugueses a trocarem de lado. Toda a correspondência, incluindo as respostas, é permeada por um “posicionamento político e militar por parte desses agentes no qual se reforçavam as alianças firmadas com os europeus.” (Possamai, 2012, p. 23) Além disso, reforça a autora, “é possível ver elementos de uma cultura europeia e novas formas de interação típicas da sociedade/cultura Tupi, que seria marcada pelo alto grau de receptividade ao outro.” Isso gerava a “inconstância” da relação, fator sempre criticado pelos portugueses. Conclui a autora que “Estas escolhas estavam ligadas ao papel de agentes sociais que liam o mundo e tomavam decisões que lhes pareciam melhores e que muitas vezes eram negociadas.” (Possamai, 2012, p. 23) Outra citação dos autores na mesma linha é *Da Controversa nobilitação de índios e pretos*, de Ronald Raminelli, que é uma resenha feita pelo próprio autor de seu livro *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar Hispânico, séculos XVII e XVIII* (2015). O autor compara comportamentos dos índios das capitanias do norte com os guaranis nas missões do Paraguai, que culminaram com o Tratado de Madri de 1750. Conclui o autor que os índios tinham consciência da premente necessidade do Reino na pactuação de alianças militares com eles, e negociavam esse apoio. Afinal, “A produção de lealdade em terras tão remotas era mais relevante do que a classificação social própria do Reino.” (Possamai, 2012, p. 24)

Moreira e Loureira enfatizam que além dos índios, “outros corpos sociais” são anexados pela Coroa através das questões militares. Os autores citam que na ocupação do Rio Grande e do Ceará, que tinham por base a expansão da sociedade açucareira, assim como na consolidação dos “homens bons” em Minas Gerais, todas essas então afastadas terras estavam “repletas de bandidos, marginais e violência.” A maneira que o Estado encontrou para lidar com esses “desajustados” foi incorporá-los à hierarquia militar e social daquela sociedade, colocando-os para trabalhar nas Forças Armadas. Ou seja,

“Por meio do serviço das armas, assim como na feitura de novos súditos, como negros, índios e pardos, representava a tentativa de reforçar as redes hierárquicas e o controle das tensões sociais conformadoras do domínio português na América, onde as marcações

e clivagens sociais e políticas estavam ordenadas segundo as regras do antigo regime lusitano.” (Possamai, 2012, p. 25)

Raminelli ainda explica como a negociação das mercês, “cuja gradação variava conforme as conjunturas”, já era suficiente para gerar motivação para a conquista e ocupação das áreas mais afastadas da zona do açúcar, como Belém e o Maranhão, em especial no combate aos franceses no século XVII. Acrescente-se a este argumento que estes processos eram, para muitos, a única maneira de ascensão social. (Possamai, 2012, p. 25)

Wolfgang Lenk, em sua dissertação de mestrado para a Unicamp – *A Idade de Ferro da Bahia: guerra, açúcar e comércio no tempo dos flamengos, 1624-1654* (2003), ainda citado no trabalho de Moreira e Loureira, argumenta que os efetivos na Bahia após a expulsão dos batavos cresceram assustadoramente, ameaçando colapsar a economia local. A solução adotada foi a transferência desses efetivos para o Senado da Câmara de Salvador, “que prontamente os aceitou, pois assim teriam mais controle sobre a tropa.” (p. 26) Trata-se, segundo o autor, de uma bem-sucedida negociação entre os interesses da Coroa metropolitana e da economia açucareira local. Uma série de mecanismos foi acionada para baratear e proporcionar a alimentação das tropas, como a proibição de exportação de alimentos da Bahia para além de seu recôncavo e outras medidas para baratear o acesso de arroz, feijão, trigo e mandioca do Rio de Janeiro e de São Vicente para aquela região.

Complementando o tema “negociações”, Moreira e Loureiro citam *A Arte da Guerra no Brasil*, de Pedro Puntoni (2004, in Possamai, 2012,). Ainda situada no período imediatamente posterior à Restauração Pernambucana em 1654, a necessidade de um enquadramento das tropas de ordenanças – as elites locais – assim como da insuficiência de recursos para a utilização de tropas vindas de Portugal, resultou na substituição das tropas existentes pela transformação das tropas irregulares de Bandeirantes em tropas regulares, para seguirem na chamada Guerra dos Bárbaros (1650-1720). As lideranças bandeirantes eram recompensadas por meio do sistema de mercês, “o que igualmente contribuía para desonerar os moradores do pagamento de impostos para a manutenção destas tropas.” (Possamai, 2012, p. 27) Ao mesmo tempo, acrescenta o autor, “Os paulistas

eram os únicos naquela conjuntura que ainda manejavam o estilo de “Guerra Brasília”, tão importante para combater os bárbaros do sertão.” (Possamai, 2012, p. 27)

Kalina Silva, em dois trabalhos: *Os Henriques nas Vilas Açucareiras do Estado do Brasil: Tropas de Homens Negros em Pernambuco: séculos XVII e XVIII* (2002) e *Nas Solidões Vastas e Assustadoras – a conquista do Sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII* (2010) enfatiza que as operações dos Bandeirantes foram executadas conjuntamente com as tropas regulares, ou seja, com as milícias dos terços de Henrique Dias e de Camarão, acrescentadas ainda com tropas particulares vindas das vilas açucareiras litorâneas. Todavia, prossegue a autora, “os bandeirantes foram extremamente eficazes na propaganda de seus serviços, posto que enfatizavam que as tropas eram compostas somente por eles. Todavia, como resultado da ação dos bandeirantes, e o consequente deslocamento das camadas marginais para o sertão, dá-se a formação de uma sociedade com características novas, caracterizada pelo “banditismo rural, reconhecido pela própria Coroa, devido à fixação de soldados (desertores ou não) que utilizavam com frequência a violência contra a sociedade.” (Possamai, 2012, p, 27) Ademais, com a utilização de tapuias “para a proteção militar e mão-de-obra para as vilas e cidades que se criavam nos sertões”, e o recrutamento de pretos-pardos e índios para a composição dos terços dos Henrique e de Camarão, única forma de ascensão social para esses indivíduos, esses elementos foram incorporados ao sistema colonial. (Possamai, 2012, p. 28)

Em *Escritos a Serviço do Império*, Acácio Catarino faz uma distinção didática entre *escrita da guerra* – aquela que transcreve os aspectos normativos e técnicos das batalhas; e as *escritas sobre a guerra*, que são enunciadas desde as primeiras enunciações do passado, e “revestem o relacionamento entre a vontade de personagens (muitas acentuadamente mitológicas) a ações bélicas (concretas ou não)”. (Possamai, 2012, pp. 34-35) O autor cita como a difusão dos romances de cavalaria, no tempo que coincide com o início das viagens ultramarinas, serviam, além de entretenimento, como um guia de conduta aos ibéricos que participaram da conquista de outros mundos. Nas academias do século XVII, prossegue o autor, a produção do letrado, à serviço dos poderes da Corte, “esclarecia as regras necessárias ao bem obedecer, indispensáveis para alçar-se da barbárie à civilização.” (Possamai, 2012, p. 36) Todavia, este momento é o mesmo em que “os reis começam a desaparecer dos campos de batalha da Europa e afastar-se das lides práticas

guerreiras, embora simbolicamente permaneçam ostentando vistosas armaduras em seus retratos.” (p. 36) Dessa cisão entre a herança das proezas ancestrais de linhagem (*Drums and Trumpets History*, como é denominada a história marcial na Inglaterra) e as práticas e técnicas da guerra moderna, dá-se também o divórcio entre a escrita sobre a guerra, que vai se tornando mais panegírica, da escrita da guerra, que vai se tornando cada vez mais técnica. Os cálculos matemáticos, cada vez mais importantes para artilheiros e engenheiros militares, dão uma nova configuração à narrativa da Arte da Guerra a partir do século XVII. (Possamai, 2012, p. 37) Os militares, que adquirem maior importância através de seu conhecimento técnico, constituem-se dessa maneira “como potencial vetor de articulação entre o Centro político e as periferias (políticas, sociais e culturais), com as quais necessitava se comunicar e dirigir para chegar a estabelecer uma sociedade diadicamente organizada entre governantes e governados/súditos.” Ou, em outras palavras:

“O uso inovador da pólvora na condução dos combates e a ampliação da escala das operações dos contingentes armados só poderiam ser aprofundados na medida em que ocorresse um passo lógico fundamental: a difusão de uma rede capilar de comando que regularmente instrísse o soldado, vigiasse suas ações e nele incutisse a ideologia regimental do *esprit des corps*.” (Possamai, 2012, p. 38)

Os laços internos que são criados nos muros dos aquartelamentos, com o adestramento mais profissional e técnico da vida militar, “permitia, em certa medida, descolar a caserna do ambiente de origem de seus integrantes.” Prossegue o autor, descrevendo a nova lógica do relacionamento entre militares, estado e povo: “No geral, a vida militar assim corporificada permitiu ao Estado armar, sem grandes riscos políticos, até mesmo aqueles que se encontravam despejados como rebotalho pelas ruas.” (Possamai, 2012, p. 39)

Os escritos que são produzidos por esses militares especializados, ajudam a descrever as “fronteiras” dos Impérios coloniais:

“Os reis, que jamais visitaram seus domínios, os conheciam por meios de cartas e imagens produzidos por práticos e alguns especialistas, que foram crescendo em número e qualificação à medida em que as “aulas de artilharia e fortificação” se disseminavam... Assim, as comissões a que os militares são encarregados passam a ter um caráter ordenador muito mais amplo do que sua simples dimensão técnica.” (Possamai, 2012, p. 40)

Prossegue o autor analisando que as narrativas militares resultantes das patrulhas, explorações e serviços nas fortificações que avançavam para o oeste, norte e sul, “terminariam por tecer painéis de espaços solidários e propiciaram visões de conjuntos maiores, uma *pátria expandida* para além daquelas formuladas pelas elites coloniais.” (p. 42) Evidencia-se, no levantamento dessa correspondência entre militares e corte, “um esforço tanto institucional quanto simbólico para atualizar e legitimar a colonização. A propagação de um poderoso Império...” (Possamai, 2012, p. 42) Neste momento, prossegue o autor,

“Funda-se uma origem, criam-se imagens e consolidam-se mitos que ainda possuem forte apelo (uma natureza inesgotável, que se comunica ao destino fértil dos habitantes desta grandiosa coletividade), que na época estimularam o apoio que a dinastia bragantina recebeu na sua chegada em 1808... É interessante observar que a própria literatura após a Independência seria altamente influenciada por estes relatos interessados – São os romances de passagem, como os denominou Flora Sussekind.” (Possamai, 2012, p. 43)

A descolonização, que marcaria o ápice e desfecho deste percurso, “compõe a base dos registros acerca da Nação e do Estado nas primeiras décadas do século XX... Os escritos destes militares iriam ajudar a marcar as discussões sobre as identidades possíveis do ser brasileiro.” (Possamai, 2012, p. 43)

Luiz Moreira escreveu *Os Capitães das Fortalezas da Barra da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1650-1700)*. O autor salienta o corporativismo da sociedade portuguesa, que se fazia também presente no Brasil, relativo ao recrutamento militar. Essa característica, prossegue o autor, “fazia com que as pessoas se ligassem a uma gama variada de redes de convivência e proteção... Só restava à Coroa os que viviam à margem destas relações de proteção, em suma, uma parcela ínfima da população.” (p. 96) Muitos dos desertores recebiam proteção das corporações. Conclui o autor:

“A grande inovação a ser feita pela monarquia era trazer pessoas para o nível de dependência e proteção dadas por ela. Por isso a questão das mercês, em determinados casos, era fundamental. No caso da América Lusa, conseguia tornar aquelas elites que haviam lutado na Bahia, em Pernambuco e em Angola dependentes e protegidas pela Coroa.” (Possamai, 2012, p. 97)

O autor também defende o anacronismo dos sentimentos nacionalistas:

“Talvez, por isso, alguns filhos destas elites tenham ido lutar tão longe de casa, nas guerras de Restauração portuguesa, posto que não existia a noção de pátria que temos hoje, que

só iria surgir no século XIX. Para as pessoas comuns, a pátria era seu local de nascimento.” (Possamai, 2012, p. 97)

Ao analisar a transmissão das mercês recebidas pelos serviços dos capitães nas fortalezas aos filhos, o autor salientou também a propensão dos funcionários reais ao “abrasileiramento”, ou seja, a uma capacidade de se integrar à sociedade local. Exemplifica: “Era bastante frequente que os magistrados não só se casassem com membros da elite local, mas também, fossem possuidores de engenho de açúcar... Essa nova atividade lhes possibilitava uma renda maior do que auferia como magistrado.” (p. 96) Por essa razão, faziam de tudo para continuarem na Bahia.

Regina Gonçalves, Halisson Cardoso e João Paulo Pereira escreveram *Guerras e Alianças: os Potiguara no Conflito Luso Holandês (1630-1654)*. O trabalho, que tem como argumentação central o questionamento do mito da passividade indígena presente na historiografia brasileira, descreve as correspondências trocadas entre o Capitão Antônio Felipe Camarão e o Sargento-Mor Diogo Pinheiro Camarão, ambos aliados dos portugueses, com o Comandante do Regimento de índios na Paraíba, Pedro Poty e o Comandante do Regimento dos índios do Rio Grande, Antônio Paraupaba, ambos aliados dos holandeses. Em 1625, quando os holandeses foram expulsos de Salvador pela armada de D. Fradique de Toledo, levaram consigo para Amsterdã alguns indígenas aliados. Quando os batavos voltaram para a conquista de Pernambuco, em 1630, esses índios retornaram “como intérpretes e arregimentadores de índios para os holandeses”. (Possamai, 2012, p. 144) Entre eles, estavam Pedro Poty e Gaspar Paraupaba (Possamai, 2012, p. 148). Da agência política indígena demonstrada nesses documentos, os autores concluem:

“Os estudos mais recentes, frutos dos contatos entre a história e antropologia, procuram destacar como os povos indígenas foram capazes de se transformarem e de rearticularem seus valores e suas culturas no contato com a sociedade colonial na medida em que esta foi se gestando ao longo dos séculos.” (Possamai, 2012, p. 145)

“Os resultados a que chegamos convidam à continuidade da análise de inúmeros outros documentos do período colonial... em busca de pistas que permitam uma releitura da condição desses povos como agentes históricos.” (Possamai, 2012, p. 155)

Os autores citam o trabalho de Serge Gruzinski – *A Colonização do Imaginário* (2003), que alega que, antes de um processo de aculturação, a empresa colonial foi um processo de “ocidentalização” das populações nativas. Os múltiplos interesses e objetivos dessas populações, todavia, muitas vezes contraditórios, “representaram um considerável obstáculo para os projetos de integração europeus”. (Possamai, 2012, p. 409) Alguns desses interesses contraditórios também se estendem aos colonizadores. Os autores citam como a conquista e ocupação da Paraíba, iniciada em 1585, por exemplo, foram forjadas com atritos e disputas da camada dominante local, tanto em relação aos outros atores europeus – representadas pelas disputas de cargos e postos entre militares portugueses e espanhóis – ou entre eles mesmos – exemplificadas pelos conflitos entre as autoridades vinculadas aos donatários de Itamaracá e Pernambuco e as autoridades provenientes da Bahia. As disputas envolvendo a obtenção de mercês, como a posse de terras e a nomeação de cargos para a estrutura burocrática e as disputas entre capitães-mores e religiosos pelo controle da força de trabalho indígena constituíram o contexto no qual foi formada a “rede furada” da sociedade colonial. Os ajustes e adaptações que se seguiram, não obstante as variações conforme a região e os grupos sociais envolvidos, resultaram em “combinações que tomaram as mais diferentes formas.” (Possamai, 2012, p. 146) Zorobabé – Chefe dos Potiguara da Copaoba, é um exemplo desse “enfrentamento entre as populações indígenas e as exigências da dominação colonial”: em 1599, pôs-se a serviço dos portugueses, apesar de nunca ter se convertido ao cristianismo...

“Foi enviado a combater os Aimoré, na Bahia, e no retorno à Paraíba, atacou o quilombo do rio Itapucuru, em Sergipe Del Rey, onde matou a maior parte dos que foram capturados, desobedecendo as ordens recebidas. Nessa mesma ocasião, tomou alguns deles como escravos, vendendo-os durante o caminho de volta para comprar roupas, armas e bandeiras, que lhe atribuíssem a honra destinada aos chefes militares brancos.” (Possamai, 2012, p. 146)

Pedro Poty e Antonio (filho de Gaspar Paraupaba) voltaram em 1634 para a Paraíba, ao lado da W.I.C., com a missão de vingança contra a dizimação de seus conterrâneos (os potiguaras, aliados dos holandeses) que foram trucidados na Baía da Traição pelos portugueses, por ocasião da retomada de Salvador, em 1625.

Por outro lado, os dois índios Camarão (Felipe e seu sobrinho Diogo), apesar de serem parentes próximos dos outros líderes Potiguara, eram do Rio Grande e Pernambuco,

e não pereceram dos horrores da Baía da Traição. Lutaram, na guerra holandesa, ao lado dos portugueses.

Em 22 de outubro de 1645, Diogo Camarão envia correspondência a Pedro Poty, buscando recrutá-lo:

“Sois um bom parente: Sai desse lugar, que é como o fogo do inferno. Não sabeis que sois cristão? Por que vos quereis perverter? ... Se os portugueses têm êxito na guerra é porque, sendo cristãos, o Senhor Deus não permite que fujam ou se percam, por isso desejamos muito que vos passeis para nós...” (Possamai, 2012, p. 150)

E a resposta de Poty, de 31 de outubro:

“Em todo o país se encontram os nossos, escravizados pelos perversos portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os tivesse libertado. Os ultrajes que nos tem feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Baía da Traição, ainda estão bem frescos em nossa memória.” (Possamai, 2012, p. 151)

“Vinde, pois, enquanto é tempo para o nosso lado, a fim de que possamos com o auxílio dos nossos amigos viver juntos neste país que é a nossa pátria e no seio de toda a nossa família... Mantenhamo-nos com os estrangeiros que nos recebem e nos tratam bem na nossa terra.” (p. 153)

É interessante notar o uso da palavra “pátria” pelo indígena aliado ao holandês. E sua consciência de que essa pátria não era europeia. Holandeses eram estrangeiros que tinham um comportamento amigável. A terra era indígena. Poty, sem esmorecer em sua contenda, foi feito prisioneiro na 2ª batalha de Guararapes (1649). Sofreu uma série de tormentos antes de sucumbir à morte. A posição de Poty evidencia a teoria da alteridade Tupi, de Viveiros de Castro. O autor, no ensaio *O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem* (2002), baseado nos *sermões da Sexagésima* de Antônio Vieira (1655), salienta que os índios, como a murta, não se deixam esculpir, a não ser aparentemente e por breve tempo. Diferente do mármore, que o autor comparava aos nativos do Oriente. Como conclusão, salienta Castro, que a interação com o outro (ou a alteridade), foi a forma adotada pelos Tupis para a manutenção de sua identidade. (Possamai, 2012, p. 152)

Bruno Miranda escreveu *Vendedores de Cristãos: o Recrutamento de Pessoal para a Companhia das Índias Ocidentais*. O trabalho também faz parte de *Conquistar e Defender*. Miranda descreve o trabalho de Pierre Moreau, *História das últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses* (1651). Moreau foi o Secretário de Michiel Van Gogh, nomeado

para compor o novo governo após a saída de Nassau (1644). A narrativa gira em torno do sistema oficioso de agenciadores que trabalharam no fornecimento de gente de baixa patente para a Companhia. O *modus operandi* foi assim descrito por Moreau: os recrutadores, donos de alojamentos, circulavam pelos portos e ruas em busca de desempregados e estrangeiros recém-chegados. Faziam então com que seus hóspedes ficassem em suas acomodações até que eles gastassem todo o dinheiro que tinham e passassem a consumir em crédito até o recrutamento (alimentação, moradia, prostitutas, jogos de azar). Eram então obrigados a se alistarem na Companhia para saldar suas dívidas. Os recrutadores se apossavam, dessa forma, dos dois salários adiantados que a Companhia disponibilizava, mais uma carta-transporte, que permitia ao portador sacar dinheiro da conta do recrutado pelo menos uma vez por ano. Essa “nota promissória” costumava ser revendida a terceiros. Em 1660 essa compra de notas desenvolveu-se em uma profissão. A Companhia se utilizava também de outra fonte comum de recrutamento no início da Idade Moderna: um capitão – empresário que havia investido em uma companhia ou regimento – comandava a tropa que ele mesmo havia recrutado. Seu lucro vinha da venda de comissões, imposição de taxas para promoção, retenção de parte de soldo e da pilhagem. (Possamai, 2012, p. 181) Cada capitão tratava suas tropas como se fossem suas propriedades. O autor cita nominalmente alguns exemplos de recrutados que se afundaram em débitos com a Companhia. “Por volta de 1640, muitos marinheiros saídos de Amsterdã com salário de 9 florins, acusavam dívidas superiores a 90 florins. Valores que aumentavam ao correr dos anos”. (p. 186) O autor também especifica a qualificação dos soldados contratados: “Oficiais ficavam atrás das mesas questionando os candidatos sobre suas experiências. Perguntas sobre a bússola e exercícios militares eram feitas... embora vários deles não tivessem muito a dizer.” (Possamai, 2012, p. 190) Prossegue o autor: “Em momentos de dificuldade, as companhias precisavam baixar seus critérios de seleção. De acordo com o relato de Jorg Franz Miller, contratado como cadete em 1669, mal lhe perguntaram o nome e o local de origem.” (Possamai, 2012, p. 191) Herman Watjen, ao falar da origem dos recrutados, admite: “aceitavam qualquer um que fosse atirado em seus braços pelos caprichos do acaso.” (Possamai, 2012, p. 192)

A visão unilateral eurocêntrica que norteou a tradicional narrativa militar do Brasil tem como uma de suas características a tendência ao ocultamento dos efeitos da escravidão de negros africanos e índios. Caracterizando um grande eufemismo a esses efeitos encontra-se a idealizada união racial advinda em Guararapes, na qual negros e índios pegaram em armas para defenderem os interesses portugueses na colônia.

Luiz Geraldo Silva escreveu “Gênese das Milícias de Pardos e Pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, Séculos XVII e XVIII. (2013)

O autor busca explicar a socio gênese das milícias de pardos e negros nas capitâneas portuguesas de Pernambuco, no século XVII, e em Minas Gerais, no século XVIII. Inicia criticando a tendência da historiografia tradicional brasileira ao tratar cada capitania da América Portuguesa como uma localidade estanque e independente das outras. Ao contrário, sugere que a configuração social das capitâneas contém processos muito mais próximos entre si do que “peculiaridades”. Seu modelo de análise parte do escravismo e do conseqüente surgimento de um grupo social significativo de libertos e homens de cor livres na pernambucana e mineira. Argumenta que era recorrente que vários grupos se espelhavam no que acontecia em outras capitâneas para reivindicarem tratamento semelhante para si. Este recurso foi utilizado “não apenas por governadores e capitães gerais, mas também por pardos e pretos adscritos em variadas posições dos terços auxiliares, e depois, dos regimentos milicianos” (Silva, 2013, p. 115) Os grupos parcialmente nobilitados em decorrência das guerras de Pernambuco (1630-1654) foram espelho para pedidos de mercês que se seguiram.

Luiz Geraldo Silva enumera as razões pelas quais alguns historiadores anglo-saxônicos explicam o recrutamento de afrodescendentes para a composição das milícias ibéricas na América: “A premência de ataques inimigos externos e internos, a fragilidade burocrática de seus sistemas de defesa e a inadaptabilidade de soldados europeus aos trópicos” (Silva, 2013, p. 117) O autor argumenta em seguida que “não se pode explicar o surgimento de vários grupos de cor armados, posteriormente absorvidos institucionalmente por todos os impérios coloniais da era moderna, sem se referir à existência social desses indivíduos.” (Silva, 2013, p. 117) Ou seja, sua introdução em massa na América como cativos do tráfico “e sua posterior reprodução como população, como escravos ou seus descendentes, depois como libertos, e finalmente, incluindo várias formas

de miscigenação como homens livres de cor”. (Silva, 2013, p. 117) O autor sugere que um dos fundamentos mais importantes para a constituição do grupo social miliciano foi o desenraizamento social, tal como proposto por Moses I. Finley, ou seja, a desumanização do cativo e sua transformação em “coisa”. Todavia, como critica Igor Kopytoff...

“A visão do escravo como não pessoa no processo de incorporação de uma nova configuração social aplica-se universalmente apenas à primeira geração de cativos. Os escravos por sua vez nascidos nesta nova configuração social possuem status distintos, e novas gerações nascidas fora do cativeiro possuem status ainda mais diferenciados.” (Silva, 2013, p. 118)

Por essa razão, prossegue Geraldo Silva,

“As oficialidades negras dos terços de pardos e de Henriques das capitâneas da Bahia e de Pernambuco do século XVII são exemplos efetivos de grupos de afrodescendentes portadores de status radicalmente diferenciados do se seus pais e avós africanos e crioulos, cativos ou libertos, pertencentes a gerações precedentes.” (Silva, 2013, pp. 118-119)

Prossegue o autor com um interessante argumento explicando como e porque os negros constituíram terços e regimentos militares crescentemente numerosos e institucionalizados no período colonial: devido ao fato da população nativa do novo mundo ser mais “inimiga interna” dos ibéricos do que sua aliada. O recrutamento das milícias negras foi responsável pelo combate aos quilombolas, aos europeus invasores de outras potências, e aos índios, muitos índios. (Silva, 2013, p. 119) Em 1749, para quantificar o crescimento desses efetivos, prossegue o autor: “existiam em Pernambuco e capitâneas anexas 16 companhias de Henriques, que totalizavam 2.200 praças.” (Silva, 2013, p. 120)

Conclui o autor que “a institucionalização dos terços coincide com o processo de enraizamento social de pardos e pretos livres na América Portuguesa.” (Silva, 2013, p. 120) Ao longo do século XVIII, constituíram um grupo social extremamente numeroso, vinculado a agricultura de subsistência e ao artesanato.

Concluiremos este capítulo com a descrição de dois episódios envolvendo supostas traições sofridas por militares-escravos negros em defesa dos interesses nacionais brasileiros. Apesar de situados em período posterior à América portuguesa, acreditamos que tais episódios se enquadram no contexto das discussões raciais que travamos em todo

o trabalho, e tem suas raízes asseguradas no longo relacionamento servil dos escravos milicianos que tiveram origem no combate às invasões estrangeiras dos séculos XVI e XVII. Esses eventos são o Kamba'R'ace e o massacre de Porongos.

Em 2021 o autor Sionei Ricardo Leão escreveu *Kamba'Race – Afrodescendências no Exército Brasileiro*. O autor ingressou no Exército via Serviço Militar obrigatório, engajou como mecânico de viaturas em Campinas. Foi promovido a Cabo e Sargento temporário; foi aprovado e concluiu o curso de sargento de carreira, mas, perseguido pelo seu envolvimento em instituições político-raciais, pediu baixa do Exército. Leão nos mostra como o racismo estrutural existente na sociedade brasileira se refletiu nas políticas de promoção do Exército, que propiciou apenas onze generais negros em sua história. O prefácio da obra é assinado por Francisco Doratioto, Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, e autor de um dos maiores trabalhos de revisão sobre a Guerra do Paraguai: *A Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (2002). Este autor nos lembra o episódio que foi retratado no documentário Kamba'Race, que, em 2005, recebeu o Prêmio Palmares de Comunicação. O citado documentário reconstitui um evento ocorrido na retirada da Laguna, descrito pelo Visconde de Taunay, onde mais de 100 militares brasileiros, em sua maioria negros, que haviam sido atingidos pela cólera em 1867, foram abandonados para o extermínio pelos paraguaios. Kambas (Negros) era como os soldados de Caxias eram pejorativamente chamados pelos paraguaios, uma vez que, conforme estimativa do autor, a tropa dos Voluntários da Pátria era constituída na proporção de um branco para 45 negros. Kamba'Race, em guarani, significa “lamento negro”. Por esse nome também ficou conhecido o local, nas proximidades de Nioaque, onde os doentes foram abandonados e assassinados. Kamba'Race é tido ainda hoje, pelos moradores da região, como um lugar assombrado, no qual os lamentos dos negros ecoam nas madrugadas.

Leão nos conta a história de um desses escravos voluntários, retirada do acervo público de Mato Grosso, que utilizou o nome fictício de Francisco Antônio Martins: “foi um dos poucos que retornou do martírio. No entanto, sua “proprietária”, Dona Escolástica Maria de Jesus, ao tomar conhecimento da história, exigiu perante as autoridades de Mato Grosso que seu escravo lhe fosse devolvido, o que de fato ocorreu”. É curioso pensar, afirma Leão, que “ele tenha feito jus a condecorações e as tenha recebido enquanto voltava ao aprisionamento da vida de escravo.” (Leão, 2021, p. 25)

Leão nos conta ainda a história dos “zuavos baianos”, tropa dos Voluntários da Pátria com origem na Bahia: “todos os componentes eram negros, inclusive seu Comandante, afirma Queiroz Duarte, citado por Leão. O Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, autoriza o descolamento da primeira Companhia de Zuavos Baianos, composta de 82 combatentes, para o Rio de Janeiro. (Leão, 2021, p. 50) O seu uniforme era inspirado nos Zuavos franceses da Argélia. A 2ª Companhia contava com oito oficiais e 150 praças. É interessante a transcrição da Ordem do Dia nº 38, do Comando de Armas da Bahia: “Ide, meus briosos camaradas e amigos zuavos! Combater denodados contra os paraguaios como o intrépido e imortal Henrique Dias combateu outrora os holandeses...” (p. 52) Kraay, citado por Leão, nos informa sobre a existência de onze companhias de Zuavos, “com um efetivo de 638 homens.” (Leão, 2021, p. 52) Destacou-se nessas Companhias o Capitão (e capoeirista) Marcolino José Dias. Muitos capoeiristas são também citados com bravura, embora seu recrutamento fosse inusitado: “muitos foram presos amarrados e uniformizados para seguirem para a batalha como voluntários... Muitos deles foram cobertos de medalha e alforriados.” (Leão, 2021, p. 54) Apesar de descrições de bravura dos zuavos nas batalhas de Curupati e Curuzu, o General Manuel Luiz Osório decidiu não mais empregar os zuavos como tropas operacionais, limitando o seu uso a faxina de hospitais de campanha e enfermagem, o que, conforme Kraay, demonstrava a “atitude escravocrata sobre o papel adequado para homens negros.” (Leão, 2021, p. 54) Em 25 de agosto de 1866 dissolveu-se o Primeiro Corpo Provisório de Zuavos. Em duas oportunidades, em 2006 e em 2017, tentou-se junto ao Exército Brasileiro o reconhecimento através da criação de uma Unidade Histórica referente aos Zuavos, ou mesmo a reprodução do uniforme histórico ou, ainda, de uma condecoração alusiva. Todas foram negadas.

Leão faz ainda uma análise crítica sobre o revisionismo histórico envolvendo a Guerra do Paraguai. Traz a contribuição de Doratioto alertando que a comparação da ditadura “progressista” de Solano Lopes lutando contra o imperialismo inglês (com a ajuda do Brasil) com o surgimento de Cuba socialista lutando contra o imperialismo americano foi uma marca dos historiadores marxistas dos anos 1960-1970. Júlio Chiavenatto é criticado por Leão por defender o posicionamento de que os Voluntários da Pátria, formados basicamente pelos negros escravizados, foi o meio utilizado pelo império brasileiro como

um modo de “arianização” do país, visando o extermínio daquela população. Cita em contrapartida o autor Ricardo Salles, que afirma que a população escrava declinou no século XIX pelas precárias condições de vida. (Leão, 2021, p. 64) Leão critica ainda Chiavenatto por culpar a Guerra do Paraguai um evento que dizimou a população paraguaia. Cita um estudo da Universidade de Shippenburg, na Pensilvânia, que alega que a população do Paraguai ao iniciar a Guerra girava em torno de 318 mil habitantes, diferente do efetivo de 1,3 milhão que consta oficialmente no censo paraguaio de 1857. Segundo o estudo, 58 mil paraguaios teriam morrido no conflito. (Leão, 2021, pp. 64-65)

Ricardo Salles é novamente citado sobre a discriminação racial que o Exército brasileiro impunha aos negros. Cita uma correspondência de Caxias no qual teria alegado que a insubordinação militar e a indisciplina aumentavam porque “a introdução do elemento servil nas fileiras produzia seus efeitos maléficos por meio de exemplos imorais.” (Leão, 2021, p. 64) O Exército de Caxias, segundo Leão, limitou o acesso de negros ao oficialato e à própria carreira militar: A ambivalência, prossegue Leão, “está entre o Império recorrer ao recrutamento de escravizados para lutar na guerra e como reconhecê-los enquanto militares.” (Leão, 2021, p. 65)

Em 6 de novembro de 1866 o Império, através de pressão do Exército brasileiro, decidiu conceder a liberdade aos cativos que fossem combater na Guerra do Paraguai, direito extensivo às esposas. Segundo Leão, essa relação soldado-cidadão veio ampliar a visão de objeto de regime servil na qual permaneciam até então os negros escravizados. Tal fato, prossegue Leão, “envolveu moralmente o Exército na causa da abolição.” (Leão, 2021, p. 61) Um pronunciamento de Joaquim Nabuco ao Senado, em 1866, defende a abolição dos soldados escravos: “Este meio seria odioso se os escravos fossem tais depois de soldados, se eles continuassem escravos como os oito mil escravos que Roma depois da Batalha de Canas comprou e armou.” (p. 68) Em 1887, com o aumento da fuga dos negros das fazendas paulistas, o presidente do Conselho do Estado, Barão de Cotegipe, escravocrata, solicitou apoio do Exército na missão de conter essa fuga. Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Clube Militar, faz um pronunciamento inusitado: “O Exército declara que a perseguição aos escravos não será decorosa ou digna, cabendo à polícia.” (p. 68) Na mesma ocasião, Antônio Prado, representante de um grupo progressista de fazendeiros paulistas, declara-se a favor da alforria. Cotegipe, diante de todo esse

cenário, reconhece que a extinção da escravidão já era um fato, bastava reconhecê-la. (p. 68) Interessante também foi a criação, em 1888, após a abolição, de uma “Guarda Negra”, que teria sido formada por 800 negros com o objetivo de defender a “redentora” Princesa Isabel. A princesa havia assinado a Lei áurea durante uma viagem de D. Pedro II à Europa. Tal Guarda chegou a participar de alguns movimentos antirrepublicanos, mas foi extinta em pouco tempo de atuação. (Leão, 2021, p. 69)

O último capítulo do livro de Leão é dedicado ao estudo do acesso ao generalato entre os oficiais negros no Exército Brasileiro. O autor, baseado em estatísticas não oficiais – o próprio Exército Brasileiro, em resposta oficial à solicitação do autor, declarou que não possuía estatística a esse respeito – afirma que somente ocuparam o cargo de oficial general, desde a sua criação até 2021, onze oficiais negros. Desses, apenas os dois primeiros ultrapassaram o posto de General de Brigada, atingindo a patente de General de Divisão. Nunca um negro no Brasil atingiu o maior posto para um oficial em tempos de paz – o posto de General de Exército. O primeiro, Lourival Duarte do Carmo, assumiu o posto de general em 1944. É o segundo, todavia, General João Batista de Mattos, promovido em 1955, que possui, segundo Leão, maior representatividade entre os militares afrodescendentes, pelo fato de proceder de família humilde. Sua avó foi escrava do Visconde de Taunay. (Leão, 2021, p. 119) A filha do General Mattos, Umbelina de Mattos Loureiro Santanna, foi historiadora. Ela alega que questionou o pai sobre uma suposta barreira a entrada de negros no Exército. Em resposta, a historiadora afirma que seu pai teria declarado que “O presidente Dutra (que governou o Brasil entre 1946 e 1951), proibiu, verbalmente, a entrada de negros, árabes e judeus em escolas militares, “influenciado em ideias europeias.” (Leão, 2021, p. 120) O autor ainda cita o estudo da historiadora portuguesa Nell Teixeira, que afirma que Portugal só teve um general negro em toda a sua história, Viriato Gomes da Fonseca, que alcançou o posto no século 19. Fonseca nasceu no Cabo Verde. (Leão, 2021, p. 127)

Interessante para o nosso estudo é que este general, quando foi para a reserva, presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Exército Brasileiro não tem dados oficiais sobre a existência de generais indígenas. Assim como nossa pesquisa não identificou a existência de um general indígena na história do Exército Brasileiro. Há, todavia, alguns relatos de generais que teriam ascendência

indígena. A própria página oficial do Exército na Internet mantém um informativo de 09 de agosto de 2017, intitulado *Exército e seus brasileiros de Etnia Indígena*, no qual exalta “uma longa tradição de respeito à História Indígena”. Cita Felipe Camarão, “um dos patriarcas do Exército Brasileiro”, bem como o Marechal Cândido Rondon, descendente das etnias bororó, Terena e Guará, que “nobilizou-se pelo respeito aos povos indígenas encontrados nas suas missões exploratórias...” e pela orientação aos militares sobre o seu relacionamento com os nativos: “Morrer, se necessário, Matar, nunca”! A mesma página, em outra nota de 06 de março de 2008, informa que 29 dos 30 soldados incorporados no 5º Batalhão de Selva, em São Gabriel da Cachoeira (AM), são índios de 6 etnias diferentes.

O ex-presidente da República do Brasil, General Hamilton Mourão, declarou-se à Justiça Eleitoral de 2018 como “indígena”, por ser filho de Amazonense. No mesmo ano, durante a campanha presidencial, o general declarou que o Brasil tem “uma certa indolência, que vem da cultura indígena.” Quando se candidatou ao Senado pelo Rio Grande do Sul, em 2022, o general mudou sua opção no campo cor/raça para “branco”. Ao ser questionado, respondeu que foi um “erro burocrático no preenchimento do formulário.”

Ainda sobre a contribuição do indígena sobre a formação do povo brasileiro, é muito relevante o artigo de José Ribamar Bessa Freire, coordenador do Programa de Estudos dos povos Indígenas da UERJ, intitulado *As cinco ideias mais equivocadas sobre os índios do Brasil* (2000). O autor nos explica sobre a deficiência do estudo da história indígena no Brasil, cuja ignorância proporciona à sociedade uma visão preconceituosa e deturpada do indígena brasileiro. Alega ainda que a falta de documentos escritos sobre a história indígena no Brasil não pode ser utilizada como desculpa para a falta de pesquisa. O autor descreve um projeto iniciado em 1991 e que, em dois anos e meio, encontrou em 25 grandes arquivos no Rio de Janeiro, uma riquíssima história escrita - ainda que iniciada em 1500 pelos primeiros europeus da América portuguesa.

Dentre as ideias equivocadas que temos sobre os indígenas, o autor comenta a generalização do índio; o fato de terem culturas “atrasadas”; o fato de suas culturas serem estagnadas; o fato de que pertencem apenas ao passado; e finalmente, que o brasileiro não é índio.

O índio não constitui um “bloco único”: culturas e crenças caracterizam uma imensa diversidade distribuída hoje em mais de 200 etnias, falando 188 línguas diferentes. O autor cita o trabalho do linguista tcheco Cestmir Loukotka, que, em 1968, estimou que em 1500, eram faladas mais de 1300 línguas diferentes no território que hoje é o Brasil. O Museu Goeldi, em 1992, realizou uma exposição sobre a ciência dos Kayapó, demonstrando um incrível conhecimento sobre plantas medicinais, métodos de reflorestamento, pesticidas, melhoramento genético das plantas, entre muitos outros. O autor cita o acidente ocorrido na usina nuclear de Angra dos Reis em 1988, que poderia ter sido evitado se os engenheiros responsáveis conhecessem o nome pelo qual os tupinambás designavam o local: *Itaorna* (pedra podre). Os tupinambás conheciam bem os deslizamentos constantes produzidos sob a estrutura do solo, minada pelas águas pluviais. Cita ainda o autor o projeto de reurbanização que o governo alemão fez em um conjunto habitacional em Berlim, após a queda do muro, em 1989. Um escritório de São Paulo ganhou a licitação, e utilizou azulejos desenhados pelos Kadiweu, uma aldeia do Mato Grosso do Sul – arte indígena contemporânea.

Finalmente, o autor acrescenta que o povo brasileiro teve em sua formação muitas matrizes: brancos europeus (não só portugueses, como espanhóis, italianos, alemães, etc.); os negros africanos (também no plural: sudaneses, yorubás, nagôs, etc;), os indígenas (tupi, kari, tukano, etc;) e muitos outros imigrantes não europeus (japoneses, turcos, sírio-libaneses). Mas a nossa história foi escrita pelo vencedor, o europeu. Toda a negligência em relação às outras culturas empobrece o Brasil, que é representado por uma pequena parte de um todo muito mais relevante.

Além do extermínio de Kamba’Race, outro extermínio envolvendo soldados negros no século XIX tem sido muito debatido no meio acadêmico brasileiro. Trata-se de um episódio ocorrido durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul, a que convencionou-se chamar “Traição de Porongos.” José Edimar de Souza (2018) reuniu os aspectos controversos desse evento. A Guerra dos Farrapos teve caráter republicano e separatista; bem como a motivação econômica – os revolucionários gaúchos, liderados por Bento Gonçalves, revoltaram-se contra os altos impostos cobrados no comércio do couro e do charque. Em 1835, tomaram a cidade de Porto Alegre; no ano seguinte, proclamam a República Rio-Grandense; em 1839, proclamam a República Juliana, em Santa Catarina. Em

1842 Duque de Caxias foi nomeado para dar fim ao conflito. Em 1845, enfraquecidos pelas ações militares imperiais, os revoltosos se rendem.

No último período da citada guerra, Bento Gonçalves havia sido substituído por David Canabarro. Ao lado dos revoltosos gaúchos lutava uma tropa de escravos que se voluntariaram pela causa com a promessa de liberdade. Em pouco tempo de conflito mostraram o seu valor como tropa de choque. Graças ao seu armamento e a destreza com a qual combatiam, receberam a alcunha de lanceiros negros. Em 1844, os revoltosos encontravam-se enfraquecidos, e Canabarro, segundo alguns historiadores, buscava um acordo com a tropas imperiais comandadas por Caxias. Existe um documento no arquivo histórico do Rio Grande do Sul – cuja autenticidade é muito questionada pelos historiadores tradicionalistas - no qual Caxias orienta seus comandados a atacar uma tropa específica que estaria acampada e desarmada: a dos lanceiros negros. Esta tropa teria sido traída por seus comandantes – Bento Gonçalves e David Canabarro, como parte das negociações para o final do conflito:

“Regule suas marchas de maneira que, no dia 14 às 2 horas da madrugada, possa atacar o comando a mando de Canabarro, que estará neste dia no Cerro de Porongos... No conflito, poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da província ou índios.” Barão de Caxias (in Souza, 2018)

Os lanceiros negros (mais de cem combatentes) foram exterminados (desarmados, cumprindo ordem de seu Comandante) na madrugada de 14 de novembro de 1844. Os poucos sobreviventes foram vendidos como escravos no Rio de Janeiro.

Outra autora que nos traz os questionamentos sobre a autenticidade (ou não) da traição de Porongos é Daniela Vallandro de Carvalho, em sua tese para a Universidade Regional do Rio de Janeiro Fronteiras Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão (2013). Porongos é um cerro localizado no atual município de Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul. A autora foi pesquisadora do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tinha um projeto de cultura imaterial sobre o evento de Porongos na Guerra Farrroupilha, no qual dois corpos de lanceiros negros a cavalo, formados por escravos que teriam sido incorporados como soldados pelos rebeldes farroupilhas em troca de sua liberdade no final do conflito. Carvalho traz ao nosso debate a ideia da agência do escravo negro ao optar pelo recrutamento militar. Mesmo sendo esse recrutamento

majoritariamente compulsório, cita a autora, “muitos escravos faziam da vida de soldado uma oportunidade considerável para o agenciamento de suas liberdades, mesmo que dentro de estreitos limites de ação.” (Carvalho, 2013, p. 25)

Outra observação relevante de Carvalho (2013) é relação entre os indivíduos mais simples, economicamente falando, com o recrutamento militar. Segundo a autora, a historiografia militar brasileira tem “reiterado a afirmação de que os indivíduos mais desvalidos socialmente (...) eram os mais onerados pelo recrutamento compulsório.” Salienta, todavia, que alguns trabalhos fazem uma diferenciação no seio dos grupos subalternos. A autora defende ainda que o Exército, ao contrário da Guarda Nacional, criada por D. Pedro I, “sempre foi um lugar indesejado pela maioria da população recrutável”, dado o ambiente hostil e as parcas condições oferecidas pelos governantes. Todavia, prossegue a autora, os escravos pareciam não partilhar desse entendimento. Segundo os estudos da autora, o Exército se tornou um “lugar social possível de ser ocupado por eles e passível de conferir-lhe direitos.” (Carvalho, 2013, p. 27) Embora ainda, prossegue Carvalho, três outras opções de uso político que foram feitas pelos escravos em situação de guerra: recusar o chamado e permanecer escravo; desertar após o recrutamento; ou trocar de lado durante a guerra. Afinal, a independência dos países hispânicos da Prata havia utilizado o braço escravo nos fronts. A região fronteiriça ao Rio da Prata “fomentava um mosaico de discussões, ideias e experiências interessantes. (Carvalho, 2013, pp. 27-28)

É interessante a conclusão de Carvalho, após a pesquisa em muitos documentos primários referentes à Guerra de Farroupilhas, sobre a possibilidade da traição de Caxias e Canabarro aos lanceiros negros. No rodapé da página 220, Carvalho cita uma correspondência, datada de setembro de 1844, constante no Arquivo Nacional. Em uma linguagem “muito semelhante à Carta de Porongos”, Caxias oficia o Ministro Jerônimo Coelho deixando implícito um acordo entre ele e o líder Canabarro, para o qual “podia contar, assim como em toda a sua gente.” A Carta de Porongos teria sido escrita dois meses depois, em 9 de novembro de 1844. O massacre de Porongos se deu 5 dias depois (14 de novembro de 1844).

Após o massacre de Porongos, um grupo de 77 sobreviventes das tropas de lanceiros (p. 223) foram encaminhados, de acordo com a Paz de Ponche Verde, ao Barão de Caxias, para serem incorporados ao Exército.

A remessa dos sobreviventes dos lanceiros negros de Porongos à Corte Imperial, segundo Carvalho (2013) “não pôs em xeque a ordem escravocrata, mas forneceu questionamentos àquela ordem...” A simples existência de uma tropa extremamente eficaz, composta por negros, em um ambiente escravocrata – os próprios farroupilhas não defendiam a abolição – não constituiria um exemplo muito positivo ao Império. (Carvalho, 2013, p. 30)

7. CONCLUSÕES

Quando o Exército Brasileiro, em 1994, emitiu a certidão de identidade daquela instituição, datando-a de 19 de abril de 1648 – em comemoração à Batalha de Guararapes – acreditamos que bastaria uma pesquisa na vasta historiografia escrita nos dois primeiros séculos da América portuguesa e que encontraríamos, assim como supostamente encontraram os historiadores militares do século XX, o momento exato no qual essa ideia passou a permear a narrativa portuguesa sobre as suas milícias nos primórdios do Brasil. Os militares foram além, nos argumentos sobre a sua gênese no Brasil: não só Guararapes representava o nascimento do Exército, mas representava também o berço da nacionalidade brasileira. Esse sentimento nacionalista teria se dado no momento no qual brancos, índios e negros se uniram para a expulsão do estrangeiro invasor e a consequente restauração da “Pátria”.

Antes dessa busca na historiografia, começamos tentando entender como e por que as coisas são escritas como são. Do estudo das escolas historiográficas do mundo ocidental, concluímos, como concluiu Marc Bloch na década de 1930, que “o homem se parece mais com o seu tempo do que com seus pais”. As narrativas expressam o pensamento – carregado da ideologia – do momento no qual são produzidas. Daí a prevalência dos textos religiosos na idade média, que amplia sua duração nas narrativas religiosas portuguesas seiscentistas e setecentistas. Tais obras são dedicadas em primeiro lugar a Deus, que valida todas as conquistas imperiais; das obras panegíricas encomendadas pelos monarcas da Idade Moderna, que refletem o oferecimento de todas as narrativas portuguesas ao seu Rei. E da influência das teorias nacionalistas na historiografia militar do século XIX, bem como da influência do positivismo nessas narrativas originadas no século XX.

Na primeira tentativa para validar nossa hipótese na historiografia escrita nos séculos XVI e XVII, não logramos êxito. Não encontramos na historiografia escrita nos dois primeiros séculos da América portuguesa o reconhecimento do surgimento da nacionalidade brasileira ou de sua gênese militar. Concluímos pelo anacronismo de tal ideia. Poderíamos ter poupado tempo e trabalho se validássemos a crítica que Sérgio Buarque de Holanda fez da obra de Frei Vicente, *História do Brasil, 1627*: “como escrever uma história do Brasil, se o Brasil ainda não era o Brasil?” (Holanda, 1959, pp 315-316) Obviamente, a

narrativa sobre a América portuguesa, escrita pelos portugueses, não fazia alusão ao nascimento de um Exército ou de uma nação – ambos “brasileiros”. Mas valeu-nos levantar, naquela vasta historiografia, os aspectos militares singulares que proporcionaram o sucesso do projeto único adotado pelos lusitanos na América portuguesa. Chegamos ao conceito da **Guerra Brasília**, que era o termo utilizado na literatura militar da América portuguesa para se referir ao modo de combate das forças irregulares brasileiras, influenciada pelas táticas indígenas. Representava ainda este termo o modo pelo qual essa força irregular, inusitada, formada por gente tão diversa, agia com artimanhas capazes de deter e enfrentar uma força militar mais potente e mais organizada, e de atuar com sucesso em terrenos tão estranhos às campanhas europeias. As principais características da Guerra Brasília eram as ações de emboscada (que valeram inclusive a criação de um inédito posto nas milícias portuguesas no Brasil, o “capitão de emboscada”, conforme já afirmava Frei Vicente (op cit, 1627); a utilização de ataques em ondas, incluindo grande número de flecheiros seguido do combate corpo a corpo; da utilização das canoas, em oposição aos navios europeus, cujos calados não eram suportados pela maioria dos rios e igarapés das regiões de conflitos, da Bahia ao Maranhão; e da utilização ampla do engodo e da dissimulação de objetivos. Podemos afirmar que a Guerra Brasília foi a adaptação do combate europeu aos trópicos, através da qual o militar português, lutando na América portuguesa, incorporou os conhecimentos bélicos indígenas, sobretudo da ocupação do terreno e das táticas que permitiam a um pequeno número de combatentes mal equipados sobreporem-se a um inimigo mais poderoso e organizado. A Guerra Brasília foi decisiva desde o início da invasão holandesa em Pernambuco. Primeiro, para deter o inimigo em Recife, atacando furtivamente qualquer efetivo que tentasse sair daquele perímetro; depois, destruindo sorrateiramente as plantações e os engenhos, com o intuito de inviabilizar o sucesso econômico da empreitada comercial promovida pela Companhia das Índias Ocidentais; e finalmente, nas ações de campo, como em Guararapes, onde as tropas dispersas em regiões pantanosas surgiam e desapareciam em frentes inesperadas, neutralizando a formação em bloco das tropas holandesas e seus pesados armamentos que não encontravam caminho propício para evoluir ou se posicionar satisfatoriamente no terreno.

A Guerra Brasília figura na historiografia militar tradicional brasileira (notadamente a escrita ao longo do século XX) como o modelo de sucesso contra os invasores franceses e holandeses, que proporcionou à Batalha de Guararapes os títulos de “berço do Exército

Brasileiro” e “berço da nacionalidade brasileira”. Todavia, voltando às narrativas dos dois primeiros séculos da América portuguesa, concluímos que a Guerra Brasílica que consta na História Militar de Portugal, não recebe conceituação positiva. “Guerra Brasílica”, foi o termo adotado, especialmente por inimigos franceses e holandeses, para definir o modo de guerrear dos “selvagens” no Brasil. Tal conceito vinha carregado de sentido pejorativo, em oposição à “Guerra de Flandres”, que configurava o estado de arte europeu dos combates tradicionais. Naturalmente, os militares das tradicionais casas portuguesas, francesas e holandesas que aqui combateram, embalados por tradições e códigos de honra advindos da literatura da cavalaria medieval, tinham enormes ressalvas contra aquele modo bárbaro de combate. O Conde de Bagnolo, italiano aliado dos ibéricos que comandou uma fase dos combates nos quais os holandeses se apoderaram de grande parte do território de Pernambuco, chegou a pactuar com os batavos a proibição da Guerra Brasílica, para grande júbilo do inimigo.

O mau conceito que os portugueses tinham da Guerra Brasílica pode ser exemplificado por meio de uma citação de Francisco de Brito Freire, em Nova Lusitânia (1675):

“Pois é certo que paisanos e negros não servem para semelhante e perigosa defesa... pois sem dúvida parece que os paisanos só servem para emboscadas, e cortaduras de estradas em partes onde se pode disputar o passo ao inimigo (citado por Mirales, 1726, p. 211)

Nossa pesquisa nos revelou também o complexo sistema de trocas pelo qual a monarquia ibérica recompensava os súditos que lutavam pelos interesses do Império português – o sistema de mercês. Grande parte das narrativas geradas na América portuguesa até meados do século XVI, versando sobre a conquista e ocupação do território, foram geradas com a razão primeira de cobrar ao Reino a devida contrapartida, como concessão de terras, títulos nobiliárquicos e soldos. E observamos, com o aumento das dificuldades para a manutenção do território, como essas mercês, antes exclusivas aos fidalgos, foram gradativamente (embora proporcionalmente) estendidas aos menos afortunados: mestiços, índios e negros. Quando as guerras mais exigiram as respostas portuguesas, como nas invasões franceses e holandesas, as longas narrativas das conquistas visando a solicitação das mercês foram substituídas por um requerimento. Bastava para pleitear a mercê uma alusão à participação na **Guerra Viva** – como passaram a ser denominados os combates nos quais o Reino compensava seus envolvidos.

“A expansão do século XV e a conquista do Novo Mundo, no século XVI, abriram um variado leque de possibilidades de prestação de serviços à monarquia”, como afirma Bicalho (2005). E, também, “agiram no sentido de ampliar o campo de ação da coroa, permitindo-lhe dispor de novas terras, ofícios e cargos; auferir rendimentos com base nos quais concedia tenças e mercês...” (Bicalho, 2005). O sistema de mercês representava ainda uma visão corporativa da sociedade ibérica, na qual o poder régio repartia prêmios e castigos; direitos e privilégios.

“A importância do Atlântico português tornou os serviços militares de seus moradores indispensáveis para a manutenção do equilíbrio político de Portugal”, nos conta Raminelli (2018). a partir da segunda metade do século XVI, prossegue o autor, “os vassallos deixaram de produzir os inventários e trataram somente de descrever somente seus feitos militares nas Guerras em Pernambuco, Bahia e Angola”. Duas consequências vieram com essa atitude: primeiro, a fase de produção de conhecimento colonial, quando os vassallos escreviam notícias de suas conquistas ao Rei para solicitar as mercês, terminava; segundo, que mestiços, índios e negros, que não constavam nas listas de contemplação de El Rei em outros territórios, começaram a ser inseridos nos burocráticos trâmites das mercês brasílicas. Nessas relações, a “qualidade do nascimento” era um requisito contratual imposto para a concessão das recompensas régias aos pleiteantes que atuavam em prol do Império português no Oriente, para onde se dirigiam os primogênitos e os mais abastados. Todavia, na América portuguesa, grande parte dos pleiteantes não tinham a necessária habilitação nobiliárquica. No Rio de Janeiro, por exemplo, considerado o mesmo período, “45% das famílias senhoriais tiveram origem em um ofício ou ministro régio”. De origem humilde, “conseguiram suas mercês em meio às lutas com franceses e tamoios.” (Bicalho, 2005). Muitas horas desta pesquisa foram aplicadas no arquivo do Tombo, em Lisboa, entre os riquíssimos arquivos primários referentes a essas transações. Evaldo Cabral Melo (1997) estudou as representações encaminhadas ao Rei pelos vassallos de Pernambuco solicitando as mercês compensatórias pela restauração daquela capitania contra os holandeses, “à custa do nosso sangue, vidas e fazendas.” Ao serem concedidas suas solicitações, fortalecia-se esse importante vínculo na relação do poder ibérico ultramarino. Relevantes para o nosso estudo são as mercês (incluindo-se aqui o hábito de Cristo) recebidas pelo índio Felipe Camarão e pelo Negro Henrique Dias nas guerras holandesas. Nesse contexto, uma (pequena) parcela de negros e índios que lutaram em nome da cristandade e da coroa

ibérica fundiu-se perfeitamente na forja da vassalagem daquela América portuguesa. Neste estreito sentido, no âmbito jurídico e social das relações contratuais da Guerra Viva portuguesa, irmandade racial em torno de um ideal comum contra um invasor estrangeiro faz sentido, guardadas as devidas proporções e intenções. Tanto que propomos, no capítulo III deste trabalho, relacionar a Guerra Viva com a teoria de Orlando Patterson – Escravidão e Morte Social (1982), na qual as mercês recebidas por Henrique Dias e Felipe Camarão podem ter significado o renascimento social dos escravos que, convertendo-se ao cristianismo e lutando pela causa portuguesa, conseguiram uma fórmula monárquica para o tão desejado (e inacessível de outra forma) renascimento social.

Por fim, constatamos que as mercês reais nem sempre eram a motivação principal dos súditos da América portuguesa. Grande parte da motivação dos portugueses e seus descendentes vinha da ambição pelo rápido enriquecimento. Não tanto pela defesa do Rei e da Igreja - muito da ocupação e expansão do território da América portuguesa se deu graças às expedições para o apresamento de indígenas para o tráfico humano. Para essa exploração, facilitou o Reino decretando a **Guerra Justa** – este é o termo encontrado na historiografia dos primeiros séculos do Brasil, cujo teor tem amparo na legislação colonial (a partir da Carta Régia de 1570), segundo o qual alguns combates travados pelos portugueses contra os índios habilitavam o português a apossar-se daquele nativo inimigo, sendo dessa forma autorizado legalmente a aprisioná-lo e vendê-lo como escravo. A justificativa que declarava a legitimidade da justiça portuguesa girava em torno de se declarar uma tribo “inimiga da coroa”. Entre os quesitos que caracterizavam essa “inimizade real” encontravam-se a resistência ao trabalho compulsório, à ocupação de suas terras e a resistência à catequização. O mesmo conceito foi utilizado na África portuguesa para legitimar a escravização e o tráfico das tribos capturadas. A escassez da mão-de-obra no Brasil colonial nos dois primeiros séculos, principalmente nos territórios mais pobres, como o Maranhão e o Pará (Pernambuco e Bahia já contavam em seus engenhos de açúcar com um expressivo efetivo de mão-de-obra escrava vinda da África) tornavam essa atividade de tráfico extremamente lucrativa. Durante o período da União Ibérica, principalmente, foi grande a influência dos autores que defendiam na região norte do Brasil a criação das *encomiendas*, baseadas na América espanhola, na qual os indígenas viveriam em colônias criadas por fidalgos, pagando-lhes o abrigo e a proteção com o tributo de seu

trabalho. A Jornada do Maranhão, que foi a epopeia da conquista de parte do território entre o norte e o nordeste do país então invadida pelos franceses, foi constituída por uma massa de portugueses voluntários, mais interessados no apresamento dos índios para atender seus interesses particulares do que nas questões imperialistas portuguesas. No retorno dessas guerras, o destino dos índios descrito nas teorias tradicionais baseadas não revela nenhuma legitimidade:

“Parece que a Jornada se tinha feito somente para cativar e vender índios; deram-se tão boa manha que em breves dias venderam até aqueles que fielmente os haviam ajudado e acompanhado na Guerra.”

(Diogo de Campos Moreno, Jornada do Maranhão, 1615, p. 210)

A Guerra Justa ainda deu a permissão legal para o trabalho dos bandeirantes paulistas, que percorriam os sertões em busca do aprisionamento de índios e busca de pedras preciosas. A historiografia tradicional louva esses “heróis” ao relacionar as bandeiras com a expansão do território português sobre o território espanhol demarcado pelo Tratado de Tordesilhas, alargando em muito as suas fronteiras.

Concluimos também que se encontra na **motivação** dos portugueses a principal característica que torna a narrativa militar tradicional, comumente escrita pelos militares, tão distante das narrativas contemporâneas, escritas por historiadores acadêmicos e pesquisadores, notadamente aqueles que têm algum compromisso com a história social. A motivação portuguesa descrita da tradicional história militar brasileira encontra-se na díade Reino - Fé Católica. Nesse contexto, faz total sentido a união de brancos e negros e índios convertidos numa causa comum, ou seja, a defesa do território e dos valores portugueses da monarquia e do catolicismo. Os invasores da América portuguesa dos séculos XVI e XVII: franceses (protestantes), holandeses e ingleses eram hereges. A própria criação de Portugal se deu no contexto de uma cruzada militar contra os mouros na Península Ibérica, e sua expansão imperialista começou ao cruzar o Mediterrâneo sob o pretexto de continuação da luta contra os hereges em solo africano, ainda no século XV. Não coincidentemente, a narrativa da intervenção divina como forma de validação da causa portuguesa, que se dá desde a Batalha de Ourique, em 1139, contra os mouros - conta a lenda criada no século XV, que D. Afonso Henriques viu, antes da batalha, a figura de Cristo e do Anjo Custódio de Portugal, garantindo-lhe a vitória – atravessa o Atlântico e se renova na América portuguesa.

Frei Vicente, na 1ª *História do Brasil* (1627) narra a participação do próprio São Sebastião pulando entre as canoas dos índios aliados na Batalha da expulsão dos franceses da Baía da Guanabara, fazendo com que os tamoios, aliados dos franceses e que ocupavam 180 canoas, fugissem em pânico; Frei Manuel Calado, em *O Valeroso Lucideno* (1648) narra que, durante a Batalha das Tabocas, os holandeses fugiram espantados ao avistarem, no fervor da batalha, “uma mulher vestida de azul e branco (Nossa Senhora), e junto a ela um velho venerando, em hábito de ermitão (Santo Antão), os quais davam armas, pólvora e balas aos nossos soldados” (p. 205); Tal narrativa foi revisitada por Frei Raphael de Jesus, no *Castrioto Lusitano* (1679, p. 311);

As narrativas contemporâneas da Nova História Militar, muitas vezes sem entrar no mérito da influência religiosa nas questões imperialistas, atribuem outras motivações aos portugueses envolvidos com as questões militares da América portuguesa. Essas motivações envolvem dois outros conceitos de Guerra dos séculos XVI e XVII que foram fundamentais para o nosso objeto de estudo.

Se através da Guerra Viva a América portuguesa compensava índios e negros fiéis, é através da Guerra Justa que ela punia os renitentes e os menos avisados. É difícil a mensuração da parcela de negros e índios que lutaram pela causa portuguesa e talvez mais imensurável seja a parcela de negros e índios vitimizados pela expansão do Império português no território brasileiro. Apenas como breve referência dessa representatividade, na 1ª Batalha dos Guararapes contavam-se, segundo resumiu Ferreira, baseado no relato de vários autores (1945, pp. 152-153), 50 negros lutando no Terço de Henrique Dias pela causa portuguesa. Ao seu lado, 400 índios do Terço de Felipe Camarão. Mais tarde, Varnhagen nos conta sobre os efetivos de negros e índios que apoiaram os holandeses na invasão de Salvador: se o número de negros era compatível com a tropa de Henrique Dias, girando também em torno de 50 indivíduos, uma única tropa indígena, sob o comando de um coronel holandês, contava 3 mil selvagens. Números muito insignificantes, todavia, se comparados aos milhares de índios que padeceram na Jornada do Maranhão (1615), para nos determos apenas a um exemplo, independente do lado ao qual escolheram lutar. A julgar pelo estrito sentido da Guerra Justa, irmandade racial nos primeiros duzentos anos do Brasil soa como um descalabro.

Caracteriza a narrativa portuguesa o enaltecimento das Armadas do Fidalgos – as tropas regulares do Reino. Bem como a descrição quase sempre pejorativa de seus aliados,

os indígenas “selvagens” e os negros “bárbaros”. Mesmo a narrativa jesuíta, que enaltece as figuras raciais representadas pelo índio Felipe Camarão e pelo Negro Henrique Dias, não se furta a apresentar uma hierarquia racial, destacando a necessidade do exemplo e da condução portuguesa. Essas duas figuras raciais – que constituem o epicentro da “democracia racial” do século XVII – são inseridas na narrativa portuguesa como exemplo de conduta para o sucesso daquele sistema de mercês que se “desburocratizava”, atingindo os súditos menos favorecidos do Reino. Camarão e Henrique Dias fizeram o juramento de defesa à “Pátria”; eram católicos fervorosos; dominavam a escrita portuguesa – ambos redigiam missivas apaixonadas pela causa. Em contrapartida, receberam do Reino soldos, terras, o título de Dom, o Hábito de Cristo. Embora nos atrevamos em alegar que, inspirados na teoria de Orlando Patterson (1982) As figuras raciais de Felipe Camarão e Henrique Dias, no exemplo que representavam para o sucesso do sistema de mercês que regulava o ânimo de seus súditos, e pela figura heroica que representam hoje na tradicional história militar brasileira, transcenderam a Morte Social. Ao derramarem o seu sangue a serviço da América portuguesa, renasceram, pelo ritual das batalhas, agora dotados de honra e dignidade.

À parte essas duas personagens e seus respectivos seguidores, que não representavam exatamente um grande percentual de índios e negros que aderiram incondicionalmente à causa portuguesa, vimos o enorme descaso que os portugueses faziam de seus aliados; nas guerras francesas, o Maranhão e grande parte do Norte e nordeste do território que hoje é o Brasil foram ocupados no contexto do apresamento de índios; nas guerras holandesas, os negros apreendidos ao inimigo eram repartidos como mercadorias de um espólio de guerra. Vimos também, nas versões francesa e holandesa dessas guerras, que, apesar do discurso e de algumas práticas aliadas, como o envio de índios aliados à França e à Holanda, numa espécie de intercâmbio “militar”, quando a situação se fez desfavorável, todos esses índios foram abandonados à própria sorte, ou seja, ao castigo português, que consistia em aldeias queimadas e extintas.

Como não tivemos sucesso na validação da nossa hipótese, continuamos buscando as teorias que nos ajudassem a entender as versões nacionalistas que propiciaram a criação da identidade nacional e militar brasileira. Encontramos em Benedict Anderson praticamente um manual que explicou a criação identitária nacional no segundo reinado do

Brasil. Toda a sequência dessa “invenção” da Nação: 1) a seleção consciente de fatos escolhidos do passado; 2) o surgimento de uma “comunidade imaginada” que se forma por intermédio de uma “profunda camaradagem horizontal, independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela” (p. 34) e que, por fim, 3) é validada através de um “fratricídio tranquilizador”, foram utilizadas por Von Martius e Varnhagen na construção da Nação brasileira. Ou seja, no processo de emancipação de Portugal, coube ao 2º reinado a criação da História Brasileira. Seguindo a cartilha de Anderson: 1) Foram selecionados do passado os momentos que apoiariam a monarquia brasileira a cumprir seu principal objetivo, qual seja, a defesa de seu território contra as rebeliões internas e os inimigos platinos que a ameaçavam; 2) Ameaças similares no passado foram combatidas pela “união das raças” formadoras do povo brasileiro: o branco, o índio e o negro, a despeito de toda a desigualdade e relacionamentos de exploração entre eles. Assim havia sido para conter as rebeliões indígenas internas e as ameaças francesa e holandesa; e, por fim, 3) O “fratricídio tranquilizador” – evento que justifica que essa “comunidade imaginada” não se opõe a morrer pela causa nacionalista é identificada naquele 19 de abril de 1948: Guararapes. Identificamos, enfim, o momento do surgimento, na historiografia do século XIX, escrita sobre as páginas do século XVII, da gênese militar e da nacionalidade brasileira.

Mas a história não é linear. Tão logo a monarquia foi derrubada – aliás, a monarquia não resistiu ao fim da escravatura, que desafiava toda a irmandade racial que propagava; toda a ideia nacionalista do século XIX foi reescrita no século XX pelos militares. Os heróis de Guararapes foram parcialmente e gradativamente substituídos pelos novos heróis militares da Guerra do Paraguai. Primeiro Osório, que representava o ímpeto; depois Caxias, que representava “o pacificador” – figura buscada pelos militares para conterem os impulsos políticos de seus membros notadamente após a revolução de 1922. Caxias serviu de molde aos governos totalitários do Estado Novo e da Ditadura militar de 1964, ganhando a alcunha de “Duque de Ferro” e “Sagrado”, como convinha a Getúlio Vargas e aos generais que se sucederam na presidência entre 1964 e 1985. Aliás, durante o governo militar desse período, é criado o Parque Histórico Nacional dos Guararapes. O seu lançamento é associado a um projeto universitário de enormes proporções, com a intenção de “canalizar a juventude” para o civismo. Tratava-se de uma medida ideológica para o combate dos

jovens universitários que vinham sendo aliciados para lutar na Guerrilha do Araguaia, cujo intuito era o levante armado contra a ditadura militar.

Outra conclusão importante, desta vez sobre a história militar do século XX – é que sua narrativa não é uníssona, não constitui estereótipo, como costumam declarar os críticos superficiais. Em relação à historiografia militar do século XX, esse trabalho trouxe como contribuição ao tema o fato de seu ineditismo – não encontramos uma historiografia militar com sua respectiva história, e nos propusemos a redigi-la, ainda que restrita a Histórias militares “totais”. Podemos argumentar pela diversidade de visões sobre Guararapes, todas realçando seu caráter de rebelião popular: Gustavo Barroso (História Militar do Brasil, 1934), que era fascista e flertava com as ideias arianas alemãs, a ponto de ganhar a alcunha de “Hitler brasileiro”, considera Guararapes como um “excelente exemplo do povo pegando em armas para impor seus valores”. General Cidade (História Militar do Brasil, 1960), que era progressista, argumenta que os nativos combateram em Guararapes simplesmente pelo “amor que tinham à sua terra”, antes de sonhar com qualquer causa nacionalista que hoje queiramos colocar em suas cabeças”. Também o General Nelson Sodré (História Militar do Brasil, 1965), que era marxista, considera Guararapes um notável exemplo da luta de classes, dos oprimidos nativos e moradores brasileiros enfrentaram contra uma potência estrangeira que tinha por finalidade única explorá-los.

Finalmente, com a redemocratização do país em 1985 e as ideias liberais impostas pela constituição de 1988, trazendo discussões à sociedade como o respeito aos direitos humanos e maior inclusão social e racial, a ideologia militar brasileira busca, mais uma vez, a readaptação de seus heróis aos novos tempos. Por essa razão, a História Militar do Brasil de 1972, escrita por uma centena de alunos da Escola de comando do Estado Maior do Exército, buscando uma espécie de “versão oficial da História Militar do Brasil”, que distribuía a “gênese do Exército” por vários eventos entre a defesa contra os franceses até a Guerra do Paraguai, ganha uma nota de rodapé, na sua edição de 1998, corrigindo a data do surgimento do Exército Brasileiro para 19 de Abril de 1948. Afinal, a imagem do Exército seria muito melhor aceita na sociedade democrática, protagonizada pelo povo, se suas origens também são populares.

Na revisita que fizemos nos trabalhos recentes da Nova História Militar Brasileira, constatamos o surgimento de obras importantes que surgiram a partir das ideias geradas

pelos Annales, em 1930. Essas novas versões ganharam força após a redemocratização do país, mas a enorme distância criada nos Governos militares ainda repercute negativamente para a sua produção. Na falta de uma “Nova História Militar Total”, a exemplo do que conseguiu fazer Portugal, que numa enorme façanha reuniu um historiador acadêmico – Nuno Severiano Teixeira e um general do Exército – Themudo Barata – para escreverem a quatro mãos a “Nova História de Portugal”, reproduzimos as poucas versões alusivas aos eventos dos dois primeiros séculos da América portuguesa. A maioria dos exemplos que trazemos são revisões dos relacionamentos raciais envolvidos na formação do povo brasileiro, e conseqüentemente, da sua nacionalidade e sua gênese militar.

Importante ressaltar as versões defendendo a agência de índios e negros ressaltada pela nova história militar, em optar, por exemplo, entre lutar pelos portugueses ou contra eles; em desertar e juntar-se aos fugitivos em Guararapes, ao invés de combatê-los como forças irregulares, como fizeram os Terços dos Henriques.

Essas novas versões procuram redefinir visões preconceituosas sobre indígenas e negros, além de nos trazer ao questionamento atual sobre políticas raciais e de inclusão social; relevante observar que a mística de uma irmandade racial em torno de uma causa pátria brasileira no século XVII não faz sentido nas versões modernas de uma Nova História Militar, dada a fragilidade histórica, social, política e econômica de seus argumentos. O paradoxo entre a constituição das tropas nos dois primeiros séculos do Brasil e a atividade militar que lhes era imposta na repressão aos milhares de negros fugidos aos quilombos, na desagregação dos indígenas que combateram ao lado dos holandeses e na atividade de apresamento aos índios nas bandeiras demonstra a fragilidade do conceito de uma irmandade racial como amálgama da construção do sentimento nacionalista e militar brasileiro. Ainda no século XVII, os primeiros combates aos negros fugitivos de Palmares, em Alagoas, e a revolta dos Beckmann, no Maranhão, cuja reivindicação era a possibilidade da utilização da mão-de-obra indígena escrava, corroboram esse questionamento. Afinal, como veremos em algumas narrativas contemporâneas, aquele Exército multirracial e patriota setecentista foi o mesmo exército que atuou contra negros, índios e contra as revoltas de caráter nativista e separatista que se seguiram. No século XIX, a revolução farroupilha nos trouxe o episódio da “surpresa de Porongos”, episódio no qual o Exército de Caxias teria feito um acordo para facilitar o massacre dos “lanceiros negros”, escravos

que lutavam pela causa separatista dos gaúchos. A Guerra do Paraguai nos trouxe o episódio Kamba'Race (lamento dos negros), no qual uma centena de escravos negros, doentes, que lutavam pela causa brasileira foram abandonados ao massacre pelos paraguaios.

Verificamos como índios e negros são reverenciados por lutar ao lado dos brancos nas questões nacionais portuguesas e brasileiras; mas constatamos que não são bem-vindos a atuar nas funções de liderança militar. Os Negros foram proibidos de entrar na Escola Militar de Realengo na década de 1940; essa (desnecessária) proibição não foi estendida aos índios, uma vez que não possuíam cidadania brasileira nem a educação formal necessária. A cúpula do Exército Brasileiro não possui hoje nenhum oficial general negro em seus quadros (apesar de que ocuparam o posto de General de Brigada, em quinhentos anos de história, onze generais negros) e até hoje nenhum indígena galgou ao posto de general (apesar dos batalhões de Selva serem essencialmente formados por soldados descendentes das populações nativas)

Podemos sintetizar a união racial brasileira, que propiciou a sua gênese militar, assim como o sentimento de nacionalidade, citando o Professor José Ribamar Bessa Freire. Alega o autor que o povo brasileiro teve em sua formação muitas matrizes: brancos europeus (não só portugueses, como espanhóis, italianos, alemães, etc.); os negros africanos (também no plural: sudaneses, yorubás, nagôs, etc.); os indígenas (tupi, kari, tukano, etc.) e muitos outros imigrantes não europeus (japoneses, turcos, sírio-libaneses). Mas a nossa história foi escrita pelo vencedor, o europeu-português. E continua influenciada, até hoje, pelas teorias eugênicas do início do século passado. Toda a negligência em relação às outras culturas empobrece o Brasil, quando é representado por uma pequena parte de um todo muito mais relevante.

8. Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

AMARAL, Ribeiro do. *Jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1616*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1096>. Consultado entre fevereiro e abril de 2020.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1991 (o livro original data de 1983)

AZEVEDO, Gabriela. *Mexericos de um peito azedo: os Capítulos de Gabriel Soares de Souza*. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RN, julho de 2013

AZEVEDO, Pedro Cordolino. *História Militar do Brasil – Notas Organizadas para os Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Companhia Editora Nacional. 2ª edição. São Paulo, 1938. (1ª edição: 1935)

_____. *História Secreta do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939

BEATTIE, Peter. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil (1864-1945)*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. *As Batalhas dos Guararapes – Descrição e Análise Militar*. Rio de Janeiro: Editora AHIMTB, 1971

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América Portuguesa e a cultura política do antigo regime*. Forum Almanack brasileiro nº 02, Universidade Federal Fluminense, 2005.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé: *As Escolas Históricas (Les Écoles Historiques. Éditions du Sèuil)*, 1983. Publicações Europa-América, tradução portuguesa de Ana Rabaça.

BARATA, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 5 volumes, 2003.

- BOXER, Charles Ralph. *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford/UK: Oxford University Press, 1963
- BROWN, Christopher Leslie & MORGAN, Phillip D. *Arming Slaves: from Classical Times to the Modern Age*. Yale University, 2006
- CALADO, Frei Manoel. *O Valoroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Lisboa: Oficina de Domingos Carneiro, 1668. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18144>. (Consultado entre 12 de fevereiro e 21 de fevereiro de 2022)
- CALLARI, Cláudia Regina. *Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001
- CAMPOS, Pedro Moacyr. *Esboço da Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Revista de História da USP, v. 22 n. 45, 1961.
- CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1966
- CARVALHO, Daniela Vallandro. *Fronteiras da Liberdade: Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão. (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, para obtenção do título de Doutor em História Social, 2013.
- CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- _____. *Antropologia dos Militares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CASTRO Celso, IZECKSOHN Vitor e Kraay Hendrik – *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998 (1ª Edição: 1959)
- CLAUSEWITZ, Karl, Von. *Da Guerra*. Tradução de Tereza Barros Pinto Barroso. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Leais vassalos e seu braço armado: uma análise das interações entre potentados locais e seus escravos*. Vila Rica, 1711-1750. II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Clio Edições: Juiz de Fora, 2008

CURTO, Diogo Ramada. *As Múltiplas Faces da História*. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 2008.

CURTO, Diogo Ramada & BETHENCOURT, Francisco. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010

D'ABEVILLE, Claude. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas*. Tradução de Sérgio Millet. Brasília: Editora do Senado Federal, 2008.

D'ÉVREUX Yves. *Continuação da História das Coisas mais Memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos 1613 e 1614*. Tradução de César Augusto Marques. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

DANTAS, Elyaldo Gonçalves. *Gustavo Barroso, o Führer Brasileiro: Nação e Identidade no discurso integralista barrosiano de 1933 a 1937*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Rio Grande do Norte, 2014

De LASTRE, Tomaz. *Histoire véritable de ce qui s'est passé de nouveau entre les français et portugais em l'Isle de Maragnan au pays de Toupinambous, 1615*

DENIS, Ferdinand. *Uma Festa Brasileira Celebrada em Ruão em 1550*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011. (a edição francesa, original, é de 1850)

DORATIOTO, Francisco: *Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DURKHEIM, Emile, *As Regras do Método Sociológico*. 3ª Ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ECEME – ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um Povo*. 3 Volumes. Serviço Gráfico da Fundação IBGE, Brasília: 1972

_____. *O Exército na História do Brasil*. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro: 1998 (a 1ª reedição é de 1985)

FARIA, Manuel Severim. *História portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente desde o ano de 1610 até o de 1640 da Feliz Aclamação de El-Rey Dom João IV Escrita em 31 Relações. Braga, 1627*. Disponível em <https://purl.pt/25667> (Consultado entre 2 de janeiro e 31 de maio de 2022)

_____. Notícias de Portugal, 1740. Disponível em https://archive.org/details/noticiasdeportug00fari_0/page/n3/mode/2up. (Consultado entre 2 de janeiro e 31 de maio de 2022)

FERNANDES, Claudio. *Tese do Branqueamento*. Disponível em mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/tese-branqueamento.htm Consulta realizada em 11 de maio de 2022

FERREIRA, Aurélio Alves de Souza. *História Militar do Brasil – Regime Colonial*. Imprensa Militar. Rio de Janeiro, 1945

FIGUEIRA, Luís. *Relação do Maranhão, 1608*

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª Edição. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Leopoldo de. *História Militar do Brasil*. Livraria Magalhães. São Paulo, 1911

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Cinco Ideias Equivocadas sobre os índios*. Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH), nº 1, Setembro de 2000, p. 17-33)

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande à Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz, que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília, Senado Federal, 2008 (A publicação original é de 1576)

GANZER, Nathália Nicácio. *Carl Friedrich Von Martius: Como as ideias de um alemão influenciaram as construções historiográficas e identitárias brasileiras*.

GARCIA, Eduíno Borges. *Em busca de Eburonritium, cidade pré-romana da Lusitânia*, Atas do II Congresso Nacional de Arqueologia. Coimbra, 1971

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho. A Identidade Nacional nas Batalhas dos Guararapes. Revista Fórum Identidades. Ano 14, V. 31, nº 01, jan-jun de 2020.

GOUVÊA, Christóvão. *Sumário das Armadas que se fizeram, e guerras que se deram, para a conquista da Paraíba*. Edição original de 1589. A Edição usada neste trabalho, renomeado *Conquista da Paraíba*, não aceita Gouvêa como autor, mas denomina o trabalho como “anônimo”. Brasília, Edições do Senado Federal, 2010. Disponível em

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573099/000856368_historia_conquista_paraiba.pdf. Consultas realizadas entre fevereiro e abril de 2022.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2013

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Editora José Olympio, 1959

JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano. Parte I. Enterpresa e Restauração de Pernambuco & das Capitanias Confinantes. Vário e Bélicos Sucessos entre portugueses e belgas, acontecidos pelo discurso de vinte e quatro anos e tirados de notícias, relações e memórias certas*. Lisboa, 1679. Disponível em archive.org/details/castriotolusitano01rafa/page/n7/mode/2up?view=theater (Consultado entre 2 de janeiro e 31 de maio de 2022)

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KRAAY, Hendrik. *Arming Slaves in Brazil from the seventeenth Century to the Nineteenth Century*. (2006) Disponível em <https://doi.org/10.12987/yale/9780300109009.003.007>

KEEGAN, John. *A Face da Batalha*. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

LACERDA, Paulo Henrique Barbosa e SAVIAN, Elonir José. *Manual de História Militar Geral*. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2009.

LAET, Johannes de. *História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até o fim do ano de 1636*, versão traduzida por Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior (Rio de Janeiro, Editora Biblioteca Nacional, 1916)

LANGER, Johnni. *História e sociedade nas sagas islandesas: perspectivas metodológicas*. Alethéia, n. 1, 2009b.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

LEÃO, Sionei Ricardo. *Kamba'Race: Afrodescendências no Exército Brasileiro*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2021.

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1961. (Edição original de 1558)

LIMA, Carlos A. M. *Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850)*. Revista Sociologia e Política, nº 18, pp. 131-152, 2002. Edição do autor, 1957

LIMA, Oliveira. *América Latina e América Inglesa. A evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo americana*. Brasília, Edições do Senado Federal, vol. 153, 2010.

LORETO, Aliatar. *Capítulos de História Militar do Brasil – Colônia-Reino*. Biblioteca Militar. Rio de Janeiro, 1946.

MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 2001. (1ª Edição: 1958)

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

McCAAN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

MELO, D. Francisco Manuel de. *Epanáforas de Vária História Portuguesa*. Edição Semidiplomática de Coimbra, 2007. Edição original: 1660. Disponível em <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/06epanaforas>. (Consultado entre 2 de janeiro e 31 de maio de 2022)

MENEZES, D. Luiz de (Conde de Ericeira). *História de Portugal Restaurado*. Lisboa, 1751. Disponível em <https://purl.pt/26822/4/> (Consultado entre 2 de janeiro e 31 de maio de 2022)

MIRALES, José de. *História Militar do Brazil*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Volume 22, 1900. (1ª Edição: 1762)

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão, por Ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011 (Edição original de 1615)

OBERACKER JR, Carlos H. João Henrique Böhm – *O Fundador do Exército Brasileiro*. Revista de História, v. 18, nº 38, p. 339-358, 2015

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social. Um Estudo Comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Jolly. São Paulo: Editora EDUSP, 2008.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *A História Militar Tradicional e a Nova História Militar*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar Manuscritos, e Convocar Escritores: o discurso Histórico Institucional no setecentos luso-brasileiro*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Bahia, 2009

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa, desde o ano de 1500, seu descobrimento, até o ano de 1724*. Salvador: Imprensa Econômica: 1730. Utilizamos a Edição de 1878.

POSSAMAI, Paulo César. (org) *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de História Militar da Idade Moderna. São Leopoldo, Editora Oikos, 2012

RAPOSO, Luciano & CAMPOS, Maria Verônica. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

RODRIGUES, André Wagner. *Um Olhar Complexo sobre o Passado. História, Historiografia e Ensino de História*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015

RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Francisco e PINTO, Surama Conde Sá. (Org.) *História Militar. Novos Caminhos e Novas Abordagens*. São Paulo: Ed. Altos do Anhangabaú, 2015.

RODRIGUES, Fernando da Silva e NETO, José Miguel Arias (Org.) *História Militar. Entre o Debate Local e o Nacional*. São Paulo: Ed. Altos do Anhangabaú, 2018.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979

_____. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

RODRIGUES, Leandro Garcia. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2019.

RODRIGUES, Pero. *Informação do Rio Maranhão e do Grande Rio Pará. Da Bahia, 1618*.

ROESLER, Rafael. *História e Memória – A Missão Indígena na Escola Militar de Realengo (1919-1922)*. Anais do XVI Encontro Regional da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro: 2014

SALES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. São Paulo: Editora Paz Terra, 1990.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil*. 1627. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000138.pdf>, consultado em 30/04/2021

SAMPERES, Gaspar. *Relação das coisas do Rio Grande*, 1607

SANTOS, Evandro. *História e Ficção: os princípios de representação em Alexandre Herculano e Francisco de Adolfo Varnhagen*. História, Unisinos, 2018

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Charles Boxer Contra Gilberto Freyre: raça e racismo no Império português ou a erudição histórica contra o regime salazarista*. Estudos Históricos, Revista 26. Rio de Janeiro: 2013

SILVA, Jaime Antunes (Org). *IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Obras Raras: Coleção Americana de Von Martius*, IHGB, 2021

SILVA, Leandro Maciel. *Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará: contribuição à História Nacional*. (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

SILVA, Luiz Geraldo. *Gênese das Milícias de Pardos e Pretos da América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, Séculos XVII e XVIII*. Revista de História. São Paulo, nº 169, pp. 111-144, Julho / Dezembro 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.

_____. *História da Nova História*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SOUTHEY, Roberto. *History of Brazil*. Traduzida por Luiz Joaquim de Oliveira e Castro) Rio de Janeiro: Livraria de B.L.Garnier, 1862 (a 1ª edição, em inglês, é de 1807).

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia de João Ignácio da Silva, 1879. (Edição original de 1587)

SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: O Homem por trás dos monumentos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. *A Extinção dos Brasileiros segundo o Conde Gobineau*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n1, p. 21-34, jan/jul de 2013.

SOUZA, José Edimar de. *Notas de Pesquisa: A Batalha de Porongas no Contexto da Guerra dos Farrapos*. Revista Expedições, Morrinhos, GO, v. 9, nº 3, mai/ago 2018.

SOUZA, Laura de Melo. *Ronaldo Vinhas – Ideologia e Escravidão*. Revista Brasileira de História, vol 7, nº 13, pp. 199-204, 1986

SOUZA JUNIOR, Antônio de. *Do Recôncavo aos Guararapes*. Biblioteca Militar. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1949

THÉVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*. Tradução de Estêvão Pinto. Editora Senado Federal, Brasília, 2018. (A publicação original do autor é de 1556).

TEIXEIRA, Danton. *História Militar do Brasil*. Editora Henrique Velho. Rio de Janeiro, 1934.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1991. *A História Militar e a historiografia contemporânea*. Revista A Nação e a Defesa, XVI, (59):53-71.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão. Os letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986

_____. *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

VASCONCELOS, Genserico de. *História Militar do Brasil*. Biblioteca Militar. Rio de Janeiro, 3ª Edição, 1941 (1ª Edição de 1921)

VENÂNCIO, Frei. *Frei Vicente de Salvador: Pai da História do Brasil*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 277: 99-112. 1967

VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Revista trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico Brasileiro, nº 24, Tomo VI, janeiro de 1845, p. 381-403. Rio de Janeiro: IHGB.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: E.H. Laemmert, 1854. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242428> Consultado entre janeiro e março de 2021

_____. História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654. Lisboa, Tipografia de Castro, 1872. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518737> Consultado entre janeiro e março de 2021

WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933

WEIGLEY, Russel F. *Novas Dimensões da História Militar*. Tradução do General Octavio Alves Velho. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1981.